



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Camila de Sousa Freire

**O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento  
abolicionista cearense (1884-1956)**

São Gonçalo

2018

Camila de Sousa Freire

**O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista  
cearense (1884-1956)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

F866 Freire, Camila de Sousa.  
O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento  
aboliconista cearense (1884-1956) / Camila de Sousa Freire. – 2018.  
208f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Escravos – Emancipação – Teses. 2. Ceará – História – 1884-1959 –  
Teses. 3. Brasil – História – Abolição da escravidão, 1888 – Teses. I. Silva,  
Ana Paula Barcelos Ribeiro da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 326.8(813.1)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Camila de Sousa Freire

**O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista  
cearense (1884-1956)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2018

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, por sempre priorizarem minha educação antes de qualquer coisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para este trabalho, ainda que indiretamente, e foram pacientes comigo durante o processo de sua elaboração, como familiares e amigos que foram compreensíveis com minha ausência durante a redação. Agradeço especialmente a meus pais, Célia e Leandro, pelo apoio constante durante toda minha vida e por sempre terem priorizado minha educação; sem seu apoio com certeza eu não teria chegado até aqui. Agradeço também ao meu namorado, Mauro Borges, pela paciência, incentivo e apoio constantes durante esse processo.

Agradeço a minha orientadora Ana Paula Barcelos, pela orientação cuidadosa e profissional de sempre, não só na redação deste trabalho mas em toda minha vida acadêmica. Obrigada por todo incentivo, apoio e conselhos que tanto me ajudaram a crescer profissionalmente desde a graduação até aqui.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pela concessão da bolsa de Iniciação Científica que me introduziu no tema aqui trabalhado e pela bolsa de mestrado que me auxiliou na realização desta pesquisa.

Também gostaria de agradecer os professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e aos professores do Departamento de Ciências Humanas da FFP, sempre tão profissionais e solícitos quando precisamos, fazendo dessa faculdade uma comunidade que nos acolhe com tanto carinho e nos impulsiona a não desistir, mesmo diante das dificuldades que vem enfrentando. Vocês são um exemplo para todos nós.

Agradeço aos professores Gustavo Villela e Humberto Machado pela leitura e apontamentos que fizeram no exame de qualificação e que contribuíram significativamente para este trabalho. Agradeço também por aceitarem o convite para participar da banca de defesa.

**A UERJ RESISTE.**

## RESUMO

FREIRE, Camila de Sousa. O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956). 2018. 208f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Objetivamos neste trabalho entender como o movimento abolicionista cearense, que culminou na libertação de todos os escravos da província do Ceará em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, foi utilizado posteriormente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará na formação da identidade regional. Uma identidade baseada principalmente em elementos como o pioneirismo no movimento abolicionista e um suposto caráter especial do povo cearense, fortalecido pelas lutas do meio a partir das secas; principalmente a seca de 1877, que teria influenciado diretamente o movimento abolicionista. Para tanto, utilizamos como fonte a Revista do Instituto do Ceará e o jornal Libertador, Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, principal sociedade abolicionista do Ceará. Utilizamos ainda como fonte o livro A Abolição no Ceará, de Raimundo Girão, editado pela primeira vez em 1956, por entendermos que constitui o coroamento do trabalho empreendido pelo Instituto do Ceará, ainda mais por ser Raimundo Girão um de seus membros. Buscamos perceber na Revista do Instituto como o movimento abolicionista foi transmitido para a posteridade, buscando a formação da identidade regional. Nesse sentido, analisamos sua atuação como instituição congênere ao IHGB, a partir da relação entre centro e periferia e do conceito de alteridade. Buscamos ainda estes elementos constituintes da identidade regional cearense no Libertador, já no momento em que o movimento abolicionista se desenrolava, e também no livro de Raimundo Girão, que consolida esses elementos. Assim, buscamos entender ainda o contexto de formação dos institutos históricos, sua finalidade e suas adaptações ao longo do tempo, principalmentena passagem da monarquia para a república e nas primeiras décadas republicanas.

Palavras-chave: Movimento abolicionista cearense. Identidade regional. Instituto do Ceará.

## ABSTRACT

FREIRE, Camila de Sousa. The Ceará Institute and the regional identity from the abolitionist movement in Ceará (1884-1956). 2018. 208f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

In this paper we intend to understand how the abolitionist movement of Ceará, which culminated in the liberation of all slaves in the province of Ceará in 1884, four years before the Áurea Law, was later used by the Historical, Geographical and Anthropological Institute of Ceará in the formation of regional identity. A identity based mainly on elements such as the pioneerism in the abolitionist movement and a supposed special character of the people of Ceará, strengthened by the struggles of the environment from the drought; mainly the drought of 1877, that would have directly influenced the abolitionist movement. For that, we used as source the Revista do Instituto do Ceará and the newspaper Libertador, Organ of the Cearense Libertadora Society, Ceará's main abolitionist society. We also used as a source the book *A Abolição no Ceará*, by Raimundo Girão, first published in 1956, because we understand that it constitutes the crowning of the work undertaken by the Ceará Institute, especially since Raimundo Girão is one of its members. We sought to perceive in the Revista do Instituto how the abolitionist movement was passed on to posterity, seeking the formation of the regional identity. In this sense, we analyze its performance as a congener institution to the IHGB, based on the relation between center and periphery and the concept of otherness. We also sought these constituent elements of the regional identity of Ceará in the Libertador, at the moment when the abolitionist movement was unfolding and also in the book by Raimundo Girão, which consolidates these elements. Thus, we seek to understand the context of formation of the historical institutes, their purpose and its adaptations over time, mainly in the transition from the monarchy to the republic and in the first republican decades.

Keywords: Abolitionist movement cearense. Regional identity. Institute of Ceará.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: ABOLIÇÃO, IDENTIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA</b> .....	23
1.1	<b>O processo de construção da nação, a escrita da História e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</b> .....	23
1.2	<b>O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: História regional e história nacional em diálogo</b> .....	45
1.3	<b>O movimento abolicionista cearense e sua repercussão nacional e internacional</b> .....	60
2	<b>A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO CEARÁ: MEMÓRIA, ALTERIDADE E IDENTIDADE REGIONAL</b> .....	78
2.1	<b>Seca e identidade regional no Ceará</b> .....	78
2.2	<b>Centro e periferia: As relações de alteridade na atuação do Instituto do Ceará</b> .....	102
2.3	<b>Memória e escrita da história no fortalecimento da identidade regional no Ceará</b> .....	116
3	<b>INTELECTUAIS, O INSTITUTO DO CEARÁ E RAIMUNDO GIRÃO: IDENTIDADE REGIONAL, TRAJETÓRIA INDIVIDUAL E ESCRITA DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO</b> .....	126
3.1	<b>Intelectuais cearenses e associações culturais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX</b> .....	126
3.2	<b>Os intelectuais cearenses no Instituto do Ceará e a escrita da história da abolição</b> .....	142
3.3	<b>Raimundo Girão e a escrita da história da abolição no Ceará: trajetória individual e identidade</b> .....	157
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	177
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	182

<b>ANEXO A – Intelectuais que escreveram sobre a abolição na Revista do Instituto do Ceará (período entre 1887 e 1956) .....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO B – Informações sobre os filhos de Raimundo Girão .....</b>	<b>207</b>

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho objetivamos analisar a formação da identidade regional no Ceará, a partir de um trabalho de escrita de sua história pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, baseada no movimento abolicionista cearense. Este ocorreu entre 1881 e 1884, ano em que ocorre a libertação de todos os escravos daquela província, quatro anos antes da Lei Áurea. Neste movimento destaca-se a atuação da Sociedade Cearense Libertadora, a mais atuante sociedade abolicionista daquela província. Seus membros, em sua atuação inicialmente mais radical, coadjuvaram os jangadeiros na greve que em 1881 fechou o porto de Fortaleza ao embarque de escravos destinados a serem vendidos em outras províncias, movimento que ficou conhecido como a Greve dos Jangadeiros, ocorrido em janeiro e agosto daquele ano; ocasião em que também auxiliaram os escravos a fugirem. No primeiro momento, indo os abolicionistas buscar o apoio dos jangadeiros, o encontraram em José Luís Napoleão, liberto e chefe da capatazia do porto. Este, por sua vez, passa a liderança dos jangadeiros a Francisco José do Nascimento, que torna-se um dos membros da Sociedade Cearense Libertadora e lidera o movimento de agosto, ficando a partir de então conhecido como o Dragão do Mar. Este, segundo Edmar Morel, já conhecia João Cordeiro, diretor da Sociedade Cearense Libertadora, desde a época da seca. Neste momento, da seca de 1877, João Cordeiro trabalha como Comissário Geral dos Socorros Públicos “e seu melhor auxiliar, entre os pescadores, é Francisco José do Nascimento, que goza da estima de sua classe”<sup>1</sup>. Assim, foi providencial sua participação naquela greve, já conhecendo um dos abolicionistas mais atuantes daquela época e possuindo bons relacionamentos com os jangadeiros. Nascimento é visto então, segundo descrição de seus contemporâneos, como “homem agradável, pardo, de pele fresca e reluzente, robusto, muito musculoso, olhos vivos, dentadura esplêndida, pouco vivaz, entretanto, na conversação, e fora do mar, a sua figura bonacheira dava-lhe o tipo do bojudo barqueiro da Holanda”<sup>2</sup>. Percebemos que Nascimento é visto como um homem do povo, apesar de não ser muito dado a conversações, era agradável e “bonacheiro”; além de ser pardo, elemento destacado não por acaso, pois percebemos que, posteriormente, Nascimento será colocado como representante do negro e do povo na narrativa do movimento abolicionista.

---

<sup>1</sup> MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967, p. 77.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 97.

A partir de então a Sociedade Cearense Libertadora dedica-se a conseguir meios para alforriar os escravos da província, principalmente através da propaganda em seu jornal, o Libertador, que constitui uma das nossas fontes neste trabalho. Através da propaganda buscavam convencer a população a libertar seus escravos e a contribuir com doações em eventos, como comícios e quermesses, na rua ou no teatro. Assim, foram libertando ruas, bairros, municípios, até conseguir a abolição de todos os escravos da província, em uma estratégia chamada por Angela Alonso de “libertação de territórios”<sup>3</sup>. Dessa forma, conseguiram a libertação em 1884, acontecimento que destacaram como a maior glória do Ceará, que deveria se tornar um exemplo para o restante do país. Visão que será posteriormente ressaltada pelo Instituto do Ceará, que ao ser criado como instituição congênere ao IHGB, teve a função de escrever a história do Ceará, em uma contribuição para a construção da história nacional. O Instituto do Ceará foi fundado em 4 de março de 1887 por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Joakim de Oliveira Catunda, João Perdigão de Oliveira, Guilherme Studart, Julio Cezar da Fonseca Filho, Antônio Augusto de Vasconcellos, Antônio Bezerra, José Sombra, Virgílio Augusto de Moraes, Virgílio Brigido, Juvenal Galeno e pelo padre João Augusto da Frota. Alguns deles foram participantes do movimento abolicionista, como este padre e Antônio Bezerra, ex-membros da Sociedade Cearense Libertadora; além de Guilherme Studart, também membro da Sociedade dela saído por discordâncias em relação aos seus meios de atuação, fundando o Centro Abolicionista 25 de Dezembro. Assim, estes homens iriam, a partir de um local privilegiado que seria o Instituto Histórico, como instituição científica, escrever a história do movimento abolicionista.

Analisamos também neste trabalho o contexto de formação dos Institutos regionais, vinculados ao IHGB, em um momento de construção da nacionalidade. Uma nacionalidade de caráter centralizador e homogêneo que pretendia uma história da nação una, na qual as regiões apareciam como colaboradoras, com seus aspectos mais positivos, para a história de uma nação forte e coesa, o que caracterizava a escrita da história do Brasil, segundo destaca Manoel Luís Salgado Guimarães<sup>4</sup>. Assim, as regiões auxiliariam na tentativa de neutralizar as diferenças que as mesmas pudessem representar, utilizando suas contribuições para a construção de uma única história do Brasil. O Instituto do Ceará contribuiria, através da sua Revista, com elementos da história e da geografia da província, além de “concorrer

---

<sup>3</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015, edição digital, posição 3069.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

igualmente para o desenvolvimento das letras e sciencias”<sup>5</sup>, que constituíam seus objetivos e, assim, através do desenvolvimento das letras e ciências, contribuiriam para o próprio progresso da província, como acreditava-se na visão positivista que norteava metodologicamente a atuação dos intelectuais ligados aos institutos da época. Assim, encontramos na Revista artigos sobre diversos aspectos da província, como a formação geográfica, os índios no Ceará, a participação do Ceará na Confederação do Equador, entre outros, mas principalmente assuntos referentes ao período colonial. Como iremos destacar ao longo do trabalho, percebemos pouca ênfase em assuntos recentes, principalmente referentes à república, o que constituía uma tendência dos institutos históricos, muito vinculados à monarquia, seguindo o exemplo do próprio IHGB, como esclarece Lucia Guimarães<sup>6</sup>. Este era uma instituição monarquista, sendo fundado sob a “imediata proteção do imperador D. Pedro II”<sup>7</sup> e, por isto, ao escrever a história da nação, não destacou acontecimentos que pudessem gerar indisposição com o regime então vigente. A partir do momento que este muda, o instituto passou por dificuldades que tornaram necessárias diversas reformulações para que continuasse funcionando, pois segundo Lucia Guimarães, quase fechou as portas<sup>8</sup>.

Angela de Castro Gomes também aborda o trabalho do IHGB e sua reinvenção na passagem da monarquia para a república, bem como a reelaboração da escrita da história do Brasil após a abolição e a proclamação da República. Segundo ela, nesse momento o IHGB é “palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história”<sup>9</sup>, pois “seus integrantes se viram forçados a repensar tanto os moldes de atuação daquela academia como o tipo de narrativa histórica que ela subscrevia”<sup>10</sup>. Mesmo após diversas medidas para remediar a situação e a ajuda de personalidades influentes, como o barão do Rio Branco e o presidente Rodrigues Alves, sua reabilitação somente se iniciou “com a volta das oligarquias ao poder”, e se efetivou definitivamente após 1930, durante o governo de Getúlio Vargas que “animava-

---

<sup>5</sup> TEODORICO, Antônio. “O Instituto e sua Revista”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1925, p. 69.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Platina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 244p.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>9</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço, 2009, p. 11.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 12.

se do mesmo desejo legitimador e assumia as mesmas funções de mecenato”<sup>11</sup>. Assim, o IHGB consegue se reerguer e, apesar da necessidade de revisão da história que deveria ser escrita a partir de então, permanece o caráter nacionalista, de valorização dos grandes feitos e o cuidado ao tratar dos diferentes tipos de governo, pois o apreço pelo regime monárquico nunca foi realmente abandonado.

Dessa forma, vemos como a criação dos institutos estava inserida no projeto de criação da própria nação e o trabalho do historiador neste contexto de formação da nacionalidade e as mudanças pelas quais passaram com a passagem para o regime republicano. Vemos como a história é um elemento importante para a construção da nacionalidade, como demonstra Anne-Marie Thiesse<sup>12</sup>, ao falar do processo de construção da identidade nacional na França, caso parecido com o brasileiro, e como a identidade regional foi inserida nesse processo; além dos elementos que seriam elencados entre a própria tradição para a criação dessa ideia de nação, como língua, trajes populares, a natureza, entre outros, em um verdadeiro “trabalho pedagógico”<sup>13</sup> para convencer a população de que pertencia a um todo nacional. Assim, buscamos entender a própria ideia de nação e a formação da nacionalidade, através de Benedict Anderson<sup>14</sup> e Eric Hobsbawm<sup>15</sup>, apesar de suas divergências, além da própria Thiesse. Com isso, inserimos o Brasil em um contexto mais amplo de formação dos Estados nacionais.

Anderson vê a formação das identidades regionais como movimentos “modulares”<sup>16</sup>, que ao se instituírem, são capazes de ser transportados para outras realidades sociais. Assim, ele analisa a construção da nacionalidade em diferentes realidades, como na Europa, Ásia, América e alguns países da África e o papel de alguns elementos importantes neste processo, como a cultura, a língua, a imprensa e a criação do censo, do mapa e do museu, como meios de gestão da população e da história. Anderson também se refere ao sentimento de

---

<sup>11</sup>GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, posição no ebook: 218. Edição Kindle.

<sup>12</sup> THIESSE, Anne-Marie. “Ficções Criadoras: As identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, pp. 7-23.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>14</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 330p.

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 6ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013, 275p.

<sup>16</sup> ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.*, p. 30.

nacionalidade como “camaradagem horizontal”<sup>17</sup>. Ele propõe uma definição de nação como uma “comunidade imaginada”, sendo limitada e ao mesmo tempo soberana<sup>18</sup>. Imaginada porque seus membros não se conhecem em sua totalidade, mas ainda assim possuem um sentimento de comunhão. Limitada, por possuírem fronteiras, para além das quais encontram-se outras nações. Soberana porque as nações se formam justamente quando a Revolução Francesa e o Iluminismo deslegitimavam o direito divino, surgindo o conceito de soberania que garantiria sua liberdade como Estados Soberanos. É também entendida como uma comunidade em razão desse sentimento de “camaradagem horizontal”, que permanece a despeito de qualquer exploração ou desigualdade que possa existir dentro da mesma<sup>19</sup>. Assim, para Anderson, o nacionalismo é um produto cultural, devendo-se considerar, para entendê-lo, suas origens históricas.

Já Hobsbawm, além de entender a criação das nações como um trabalho do Estado, de forma política e ideologicamente orientada, busca também perceber o caráter popular do nacionalismo. Para ele, é a partir de 1880<sup>20</sup> que os elementos formadores do sentimento nacional passam a ser mobilizados e debatidos de forma mais intensa, já que a partir da Revolução Francesa há um processo de democratização e mobilização popular que torna o fortalecimento do Estado primordial para os governos. Então, para Hobsbawm, o Estado existe antes da nação. Ele também admite a língua e a história como importantes para a nacionalidade, sendo os critérios mais fortes do protonacionalismo, que é justamente o conjunto de aspectos já presentes no sentimento coletivo que foram mobilizados para se forjar esse sentimento nacional. Assim, vemos que os três autores possuem abordagens diferentes sobre a ideia de nação e sobre a formação das nacionalidades, mas entendemos que no presente estudo eles se complementam e nos fazem entender a complexidade com que se deu a formação dos Estados nacionais em diferentes sociedades e temporalidades.

Procuramos entender, neste contexto, como o trabalho de escrita da história nacional foi empreendido em diferentes momentos e como o Instituto do Ceará participou deste trabalho, no final do Império, na Primeira República e ao longo do governo Vargas. Percebemos como a nacionalidade é marcante nestes períodos e como esta influencia a escrita da história e o trabalho do historiador e dos intelectuais, que também passa por mudanças ao

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric. Op. Cit., p. 59.

longo desse período. Podemos perceber tais questões através dos trabalhos de Angela de Castro Gomes<sup>21</sup> e Sérgio Miceli<sup>22</sup>. Angela Gomes, inclusive, propõe que a história do Brasil construída durante o Estado Novo (1937-1945) marcou a cultura histórica do país até os dias atuais<sup>23</sup>. Assim, ela pretende demonstrar o delineamento e as interpretações da história construída nesse período, sempre fazendo as ligações necessárias com os períodos precedentes, como a monarquia e a Primeira República. Ela destaca como houve, nas décadas iniciais do século XX, um amplo debate historiográfico, onde buscava-se determinar a especificidade da história no campo do saber. Ao mesmo tempo, trata da “heterogeneidade e riqueza”<sup>24</sup> desse debate/produção, contestando uma visão generalizante de que no período havia apenas uma história positivista, única e incontestável. Ao analisar a revista *Cultura Política*, em especial as sessões dedicadas à “recuperação do passado brasileiro”<sup>25</sup>, Angela Gomes busca entender qual o significado desse passado e como era proposta sua recuperação e, assim, perceber as reelaborações pelas quais a história passava naquele momento. Nesse contexto, ela aborda questões como as relações dos intelectuais com o Estado, os vínculos da história do Brasil com outras disciplinas (que então também buscavam delimitar sua atuação), as estratégias de produção cultural que envolviam escritores, editores e instituições, acadêmicas ou não, entre outras.

Sérgio Miceli também trata de algumas dessas questões, principalmente as relações entre os intelectuais e a classe dirigente e as estratégias adotadas por aqueles para galgarem postos públicos nas primeiras décadas da república e ao longo do governo Vargas. Tais relações ocorreram em um momento de desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática, acarretando transformações no interior da própria classe dirigente, assim como no mercado de bens culturais que então se consolidava. Nesse contexto, são as relações das famílias da classe dirigente, onde eram recrutados os intelectuais que atuavam nos cargos governamentais, que o autor busca compreender. Busca, então, entender a trajetória desses intelectuais, suas origens sociais, suas escolhas profissionais, os ganhos materiais e simbólicos e suas relações com o poder a partir dos cargos públicos que ocupavam. Dessa maneira, os dois autores nos auxiliam no estudo que

---

<sup>21</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit.

<sup>22</sup> MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>23</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit., posição no ebook: 104.

<sup>24</sup> *Ibidem*, posição no ebook: 132.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

objetivamos desenvolver acerca dos intelectuais do Instituto do Ceará, levando-se em consideração sua formação, a atuação nos institutos históricos e literários, nos jornais e na sociedade cearense como um todo, além de sua atuação política como homens públicos diante dos cargos que ocupavam.

Além disso, buscamos entender os intelectuais do Instituto do Ceará envolvidos em diversas associações e frentes de atuação, também a partir das análises de Sérgio Miceli e Angela de Castro Gomes. O que caracterizaria estes homens seria a diversidade de seus empreendimentos na literatura, na história, no jornalismo, no funcionalismo público e na política, estando todos relacionados. Estes intelectuais, em sua maioria, estudaram no Liceu do Ceará, primeira escola de ensino preparatório da então província, fundada na década de 1870, e de onde saíram os membros da classe dirigente. Em sua maioria seguiram o ensino superior na área do Direito e envolveram-se na área jornalística e na política, ocupando importantes cargos no serviço público, como demonstra o quadro anexo a esta dissertação. Assim, percebemos um perfil de intelectual e procuramos acompanhá-los desde a formação primária até o funcionalismo público, a partir dos estudos de Miceli e Gomes. Dessa forma, analisamos a trajetória dos mais destacados desses intelectuais que não estavam apenas no Instituto do Ceará, mas que envolviam-se também em atividades em outras instituições naquele contexto, principalmente a Academia Cearense de Letras. Estes homens se auxiliam mutuamente e exaltam as trajetórias uns dos outros, como vemos em alguns artigos da própria Revista do Instituto do Ceará, sempre destacando sua dedicação e “amor” ao trabalho intelectual. São eles que escrevem na revista, mas para atender aos objetivos do nosso trabalho, selecionamos para análise aqueles que escreveram sobre a abolição dos escravos no Ceará, imprimindo em seus artigos as visões de mundo angariadas em suas trajetórias intelectuais em conjunto naquelas instituições que frequentaram desde o início de sua formação.

Assim, ao analisar a Revista do Instituto e os artigos escritos por estes homens, vemos como o Instituto do Ceará ressaltou essa visão do pioneirismo cearense no movimento abolicionista e como isto se deu através do caráter forte e abnegado do cearense, características desenvolvidas pelas dificuldades do meio e do clima, das secas recorrentes que precisaram enfrentar. A Revista do Instituto do Ceará constitui nossa principal fonte, onde elencamos os artigos que tratam do movimento abolicionista entre 1887 e 1956; além do Tomo Especial comemorativo do centenário da abolição, de 1984, pela importância que apresenta para nosso estudo. Ao longo deste recorte cronológico percebemos que o eixo condutor que une o período delimitado é o discurso do Instituto sobre a abolição e a

homogeneidade nele percebida durante as décadas abordadas, até a consolidação de uma visão sobre o movimento abolicionista na década de 1950 com o livro de Raimundo Girão, *A Abolição no Ceará*. Assim, destacamos a importância destas datas para a pesquisa, pois em 1887 é fundado o Instituto e sua revista, onde inicia-se este trabalho de construção da identidade regional baseada na abolição, que culmina com o livro de Raimundo Girão, consolidando este processo, em 1956.

Destes artigos, destacamos principalmente aqueles referentes ao movimento abolicionista. No entanto, como veremos, ao tratar do tema do movimento abolicionista, não há relatos de ações dos próprios escravos, mas apenas dos abolicionistas em prol daqueles. Tendência inclusive presente no próprio jornal *Libertador*. Embora saibamos, com base na bibliografia utilizada, que os escravos não acompanhavam passivamente o processo por sua libertação e que as resistências ao sistema escravista foram as mais variadas durante toda sua vigência, não encontramos esta abordagem nas fontes analisadas. Nestas a libertação dos escravos parte dos intelectuais e da população cearense (não estando inclusos os escravos) como um ato de solidariedade e abnegação para com eles. Desenvolve-se então a ideia de que o cearense era abnegado e amante da liberdade por natureza e, por ter visto os sofrimentos dos escravos vendidos para outras províncias durante a seca de 1877, teria aderido por compaixão à ideia de libertá-los. Também por causa da seca teria o cearense desenvolvido essas qualidades particulares, pelo meio em que vivia, que o havia tornado mais forte, bondoso e libertário. Inclusive a própria escravidão não teria sido tão desenvolvida naquela província, pois desde sempre fora empregado ali o trabalho livre, como veremos defender Raimundo Girão.

Assim, percebemos as influências do positivismo e do determinismo social na historiografia cearense, principalmente exemplificado através da importância dada à seca e ao meio geográfico em si, na literatura e na história cearenses. Analisamos o papel da seca e do determinismo geográfico e social através de autores como Frederico de Castro Neves, Tanísio Vieira, José Olivenor e Kênia Sousa Rios. Os autores também atentam para a recorrência da temática da seca na historiografia cearense, o que remontaria à seca de 1877 e seus cronistas, tornando-se inclusive uma justificativa para os problemas sociais daquela região, assim como para um sistema político de solicitação de verbas públicas e de fortalecimento de um paternalismo que acabou por se tornar uma “indústria da seca”<sup>26</sup>. Assim, da necessidade de entender essa irregularidade climática, que estaria no cerne dos problemas econômicos e

---

<sup>26</sup> SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, p. 13.

sociais do Ceará, os intelectuais do final do século XIX e início do século XX acabaram por moldar uma interpretação com a qual não se rompeu posteriormente: “a irregularidade climática causa a seca, a seca causa a pobreza, etc”<sup>27</sup>, em um ciclo que se repetiria de tempos em tempos. Na historiografia prevaleceram as denúncias de corrupção e outros “fatores políticos”<sup>28</sup> que não solucionavam a questão, e que destacavam, a partir das cenas da miséria dos sertanejos, suas tendências à barbárie.

Os autores, porém, destacam novas abordagens sobre a seca, que apresentaremos neste trabalho, observando-a como um problema social, resultado de “relações sociais baseadas no paternalismo e na manutenção da miséria dos sertanejos”<sup>29</sup>. Assim, a seca deixa de ser vista apenas como um problema agrário, já que campo e cidade intensificam suas relações em meados do século XIX, afetando principalmente a capital Fortaleza, sobretudo a partir de 1877. Esta seca é importante para nosso trabalho, pois foi a mais recente antes do movimento abolicionista e aquela que os abolicionistas utilizariam posteriormente para justificar o desenvolvimento dos sentimentos nobres nos cearenses, que teriam levado à abolição da escravidão na província. Dessa forma, veremos algumas questões relacionadas às secas que ocorreram no Ceará no período analisado, como a urbanização e o controle e a disciplina direcionados aos retirantes nas secas ocorridas entre 1865 e 1879, como mostra Tanísio Vieira<sup>30</sup>. Maior destaque, como dissemos, será conferido à seca de 1877 e seus desdobramentos especialmente em Fortaleza, segundo aborda José Olivenor<sup>31</sup>, assim como suas influências no movimento abolicionista entre 1880 e 1884.

Além disso, Frederico de Castro Neves<sup>32</sup> aborda a questão da pobreza urbana que se desenvolve em Fortaleza na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX, que teria suas origens na seca e no tratamento dado à questão na época, principalmente pelas elites de Fortaleza, que impunham uma série de restrições aos retirantes em relação aos espaços que poderiam ocupar na cidade, mas não mudavam em nada suas rotinas. Kênia Rios mostra como esta elite se comportou no carnaval de 1932, em plena seca, não abrindo mão

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>30</sup> VIEIRA, Tanísio. “Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879”. In: Ibidem, pp. 17-48.

<sup>31</sup> OLIVENOR, José. “‘Metrópole da fome’: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879”. In: Ibidem, pp. 49-74.

<sup>32</sup> NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: Ibidem, pp. 75-104.

das festas e inclusive utilizando a desculpa de que os lucros que elas gerassem seriam em benefício dos retirantes<sup>33</sup>. Assim, buscamos demonstrar a importância da seca para o movimento abolicionista e para a historiografia cearense como um todo, que continuará frisando essa relação na escrita da história daquele movimento, como veremos fazer o Instituto do Ceará, a partir de sua revista.

Ainda em relação à escrita da história, entendemos ser também importante a análise do contato entre o Ceará e o Rio de Janeiro, através dos Institutos, na medida em que o Instituto do Ceará foi fundado como uma instituição congênere ao IHGB. Utilizamos a relação entre centro e periferia a fim de analisar este contato e a contribuição do Instituto do Ceará a partir de sua história, fortalecendo sua identidade regional à medida que contribuía para a história e a identidade nacionais. A partir do trabalho de Carlo Ginzburg<sup>34</sup>, entendemos essa relação como fluida, em um movimento de trocas constantes, com ganhos simbólicos de ambas as partes. Ginzburg aborda a relação entre centro e periferia ao analisar a história da arte italiana, onde Roma era considerada o centro, atraindo artistas de diversas regiões da Itália, impondo as técnicas e estilos de arte a serem seguidos pelos demais. Logo, o centro é caracterizado pela imposição de modelos e como um lugar de atração, buscando dominar política e culturalmente as periferias. Porém, essa relação entre o centro e as periferias, apesar de ser conflituosa, é também fluida, de trocas recíprocas e passível de transformações, pois se o local considerado como centro possuía uma posição dominante nas relações econômicas e sociais, como era o Rio de Janeiro, enquanto Corte do Império, as periferias também poderiam inverter essa posição, como vemos o Ceará fazer no movimento abolicionista, quando ficou no centro das atenções por ocasião da libertação de todos os seus escravos já em 1884.

Entendemos ainda esta troca a partir do conceito de alteridade, desenvolvido por Tzvetan Todorov<sup>35</sup>. Este nos esclarece sobre a busca por reconhecimento através do olhar do outro, aspecto muito presentes nos discursos dos abolicionistas cearenses e dos membros do Instituto. Para ele, o reconhecimento é uma condição inerente à própria existência do ser humano, confirmando-a a partir do outro. Sendo assim, toda coexistência em sociedade é uma constante busca por reconhecimento. Vemos esta busca nos discursos dos abolicionistas cearenses, que desejavam demonstrar seu valor a partir do movimento abolicionista, não só para o restante do Brasil como para outros países, considerados por eles como exemplos de

---

<sup>33</sup> RIOS, Kênia Sousa. “A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932.” In: *Ibidem*, pp. 105-130.

<sup>34</sup> GINZBURG, Carlo. “História da arte italiana”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs). *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 5-93.

<sup>35</sup> TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de Antropologia Geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

civilização. Vemos também que o Instituto do Ceará continua nesta busca, reafirmando posteriormente o valor do cearense como aquele que primeiro libertou os escravos em todo o Brasil, ressaltando seu pioneirismo. Importante também analisar a ênfase em uma identidade regional, que conta com elementos da história e da memória, percebendo-se como esses intelectuais buscaram inverter posições de centro e de periferia através das lutas regionais, como destaca Pierre Bourdieu<sup>36</sup>, Anne-Marie Thiesse<sup>37</sup> e Durval Muniz de Albuquerque Jr.<sup>38</sup>.

Com Bourdieu, vemos que nas lutas pela identidade regional desejam-se os meios de divisão pelos quais se formam, se reconhecem e se legitimam os grupos. Pois, nas lutas regionais, os grupos são estigmatizados e essas divisões territoriais e sociais são arbitrárias, impostas por aqueles que possuem “autoridade”, que consiste em se afirmar uma verdade, que gera reconhecimento, produzindo “a existência daquilo que se enuncia”<sup>39</sup>. Assim, é justamente essa autoridade que os grupos regionais buscam subverter, para poder caracterizar sua própria identidade. Já Thiesse procura demonstrar como, durante o período da Terceira República (1870-1940) na França, o regionalismo foi utilizado para demonstrar ao mesmo tempo a diversidade e a união da França, onde a diversidade compunha a nacionalidade. Assim, o regionalismo não foi construído em oposição ao nacional, mas para completar e corrigir o centralismo excessivo em Paris, que começou a ser contestado em meados do século XIX e a ser mobilizado em momentos de crise. Dessa forma, a autora nos mostra como na França, o regionalismo atuou fortemente como elemento de consenso da consciência nacional, sendo utilizado no sentido de união. Propunha-se ainda como agente da paz social e superação dos conflitos. O que não foi diferente do que aconteceu no Brasil, como demonstramos neste trabalho, onde buscava-se uma hegemonia diante da diversidade do país.

Durval Muniz Albuquerque também contribui para a discussão sobre regionalismo ao abordar a formação da ideia de Nordeste, entre as décadas de 1910 e 1920, a partir de imagens, sons e discursos que lhe conferem um lugar periférico na formação nacional. Aqui o discurso da seca também é mobilizado, em tom de denúncia, com o objetivo de

---

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 107-132.

\_\_\_\_\_. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2007, p. 185.

<sup>37</sup> THIESSE, Anne-Marie. “‘La petite patrie enclose dans la grande’: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, pp. 3-16.

<sup>38</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

responsabilizar o resto do Brasil pelo descaso com as vítimas e, ao mesmo tempo, buscar destaque a partir do estigma. Assim, vemos como esse discurso estigmatizado sobre as secas é mobilizado ao longo do tempo para evidenciar a região, e no que diz respeito à abolição, teria sido justamente ele que conferiria o caráter especial ao cearense, pois foi através da superação do meio hostil que este se tornou forte e abnegado, preparando-se para a luta pela abolição dos escravos. Elementos que se legitimam na historiografia cearense, principalmente naquela desenvolvida pelo Instituto do Ceará, interligando história e memória no processo de formação da identidade regional. Assim, ressaltamos também a importância de analisar a relação entre estas esferas na escrita da história, e o fazemos a partir de Michael Pollak<sup>40</sup>, Tzvetan Todorov<sup>41</sup> e Jacques Le Goff<sup>42</sup>.

Para Pollack, a memória, coletiva ou individual, é formada por acontecimentos, pela identificação com certo período histórico (ou memória herdada), personagens e lugares e por todos esses aspectos serem comuns ao grupo. A memória constitui a identidade e um elemento de coesão do grupo, sendo construída, forjada e seletiva. Logo, não são todas as memórias que fazem parte da história nacional, mas algumas são selecionadas em detrimento de outras no momento de construção da nacionalidade. Essas memórias são também disputadas por grupos políticos e podem valorizar alguns deles frente à sociedade em geral. Nesse sentido, Le Goff concorda que a memória é utilizada com uma finalidade, e que serve à construção da nacionalidade e da identidade<sup>43</sup>. Já Todorov problematiza o uso do passado e das recordações, defendendo ser um direito recordar, mas também esquecer; além de chamar atenção para o cuidado com os usos da memória, que podem obedecer a diversas finalidades. Assim, buscamos compreender como o Instituto do Ceará se utilizou da memória daquele acontecimento que foi a libertação dos escravos em 1884 para fortalecer a identidade regional, enquanto contribuía com esses mesmos elementos para a identidade nacional, a partir da escrita da história.

Nesse sentido, utilizamos ainda Pierre Bourdieu, para entender que além da intenção de destacar sua província diante das demais, em um movimento próprio das lutas regionais;

---

<sup>40</sup> POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, RJ, vol 5, n. 10, 1992, pp. 200-212. \_\_\_\_\_ . “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, RJ, vol.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

<sup>41</sup> TODOROV, Tzvetan. *Memoria del mal, tentación del bien: indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas/São Paulo: Editora UNICAMP, 1990. Edição Kindle.

<sup>43</sup> *Ibidem*, posição no ebook 8645.

neste campo intelectual e político nos quais atuavam os intelectuais do Instituto do Ceará, estes buscavam também ganhos materiais e simbólicos, embora em seus escritos, e ao falarem de seus pares, buscassem destacar apenas o “amor desinteressado” ao conhecimento. Para um melhor entendimento, e por se tratar de um historiador importante para nosso estudo, focalizamos na trajetória de Raimundo Girão, que exemplifica de forma mais evidente esses aspectos. Isto porque ele é reconhecido naquela sociedade como o maior historiador do Ceará. A ele são atribuídas qualidades como a dedicação exemplar, uma inteligência destacada em relação aos demais e uma vocação intrínseca para a história e o trabalho intelectual. Criticamos esta ideia também a partir de Bourdieu e seu estudo sobre biografias que se apresentam de forma linear e coesa<sup>44</sup>, como no caso da biografia de Girão. Vemos que a maioria dos textos a seu respeito e sua biografia foram escritos por familiares e amigos que destacam tais elementos sobre sua personalidade, além de passarem a ideia de que tudo aconteceu em sua vida de forma natural, como se ele nunca tivesse escolhido os caminhos a seguir na vida pública, visando ganhos materiais e simbólicos, como acreditamos que de fato ocorreu. Buscaremos, então, problematizar essas questões e, por fim, fazer uma análise de seu livro *A Abolição no Ceará*, por sua importância para nosso estudo, e por ter se tornado uma obra referencial sobre o tema na historiografia cearense. Analisaremos três edições do livro, a primeira de 1956, a de 1969 e a de 1984, uma edição comemorativa de cem anos da abolição dos escravos no Ceará. Acreditamos ser importante analisar as rupturas e continuidades presentes nas obras destacadas, pois entendemos que este livro se trata de um elemento importante na construção da identidade regional que nos propomos a estudar; um coroamento do trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Instituto do Ceará no que se refere à construção da identidade regional baseada na abolição. Além disso, Raimundo Girão era membro do Instituto e já visto como um dos principais historiadores do Ceará, sendo reconhecido e conferindo reconhecimento à instituição.

Dessa forma, no capítulo I analisamos o contexto de surgimento do Instituto do Ceará como uma instituição congênere ao IHGB, assim como sua própria criação, seus objetivos, os debates em torno da formação da nacionalidade brasileira e as mudanças pelas quais passou ao longo do recorte cronológico apresentado. Além disso, buscamos apresentar as fontes e destacamos o próprio movimento abolicionista cearense e seus desdobramentos, já que a identidade regional que analisamos está baseada nele. No capítulo II, abordamos a escrita da

---

<sup>44</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, posição no ebook 3630-3786. Edição Kindle.

história da abolição no Ceará, destacando alguns elementos importantes para essa história, como a seca e a ideia de uma personalidade especial para o cearense, o que, na historiografia legitimada pelo Instituto do Ceará, teria influenciado diretamente a libertação dos escravos na província. Além disso, pensamos a relação entre centro e periferia e a ideia de alteridade na atuação do Instituto do Ceará e dos seus intelectuais. Pensamos também a relação entre memória e escrita da história no fortalecimento da identidade regional. Para tanto, aprofundamos a análise das fontes, principalmente a Revista do Instituto do Ceará. Por fim, no capítulo III discutimos mais detidamente a atuação dos intelectuais do Instituto do Ceará, as associações as quais estavam vinculados e sua trajetória em comum desde a escola primária até a formação superior, bem como sua vinculação com cargos públicos importantes no Ceará. Destacamos sua atuação no Instituto do Ceará e suas contribuições para a escrita da história da abolição, a partir dos artigos da revista. Focalizamos, por último, na trajetória de Raimundo Girão e em sua contribuição para a consolidação dessa identidade regional cearense baseada na abolição dos escravos em 1884.

# 1 O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: ABOLIÇÃO, IDENTIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA

## 1.1 O processo de construção da nação, a escrita da História e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, insere-se em um contexto de formação da identidade nacional para a qual contribuiria através da escrita da história do país. Nesse sentido, o Brasil, evidentemente, não se encontrava isolado, pois na Europa, durante o século XIX, se desenvolveu também um debate sobre a reconstrução e legitimação das nações após a Revolução Francesa. Para tanto, foram elencados alguns elementos que iriam conferir unidade a essas nações em formação, tais como os ancestrais comuns, uma língua comum, monumentos culturais, paisagem típica, folclore, gastronomia, vestuário típico e, entre outros, uma história que estabelecesse uma continuidade à nação. Segundo Anne-Marie Thiesse, esses elementos constituiriam uma “lista identitária”<sup>45</sup>, que foi forjada ao longo de todo o século XIX. Desse processo, participaram intelectuais, romancistas e artistas, através da criação de institutos etnográficos, museus, romances e obras de arte que delimitariam o que pertence à identidade nacional, como paisagens naturais, romances que destacassem a história e os heróis fundadores da nação, estabelecendo uma língua nacional e uma cultura popular que possuíssem raízes históricas ancestrais. Desse modo, foi efetivado um verdadeiro “trabalho pedagógico”<sup>46</sup> para que os membros dessa nação se reconhecessem nesses elementos.

Assim, a nação “é concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de princípios entre seus membros”<sup>47</sup>. Ou seja, é forjada a ideia de que a nação existe desde sempre, possui uma continuidade que se perde no tempo histórico, onde seus membros se reconhecem como pertencentes ao grupo, com um sentimento de fraternidade fincado nessa origem comum. Benedict Anderson se refere a esse

---

<sup>45</sup> THIESSE, Anne-Marie. “Ficções Criadoras: As identidades nacionais”. Op. Cit.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>47</sup> Ibidem.

sentimento como “camaradagem horizontal”<sup>48</sup>. Ele propõe uma definição de nação como uma “comunidade imaginada”, sendo limitada e ao mesmo tempo soberana<sup>49</sup>. Imaginada porque seus membros não se conhecem em sua totalidade, mas possuem um sentimento de comunhão. Limitada, pois possuem fronteiras, para além das quais existem outras nações. Soberana porque essas nações se formam justamente quando a Revolução Francesa e o Iluminismo acabavam com a legitimidade do direito divino, surgindo o conceito de soberania que garantiria a liberdade desses Estados que surgiam, os Estados Soberanos. É também entendida como uma comunidade em razão dessa “camaradagem horizontal”, que permanece a despeito de qualquer exploração ou desigualdade que possa existir dentro da mesma<sup>50</sup>. Assim, para Anderson, o nacionalismo é um produto cultural, devendo-se considerar, para entendê-lo, suas origens históricas. Segundo ele, estas estão dadas a partir do declínio de dois sistemas culturais que outrora foram referência: a comunidade religiosa e o reino dinástico. As comunidades religiosas eram consideradas centrais na vida das pessoas, que possuíam suas línguas sagradas, além de compartilharem uma visão de mundo comum. No entanto, sua coesão começa a diluir-se ao final da Idade Média, com o descobrimento de outros povos nos séculos XV e XVI, o declínio gradual das línguas sacras no século XVI, e com o desenvolvimento da imprensa e o advento da Reforma Protestante, que contribuíram para o desenvolvimento do “capitalismo tipográfico”<sup>51</sup>, importante para a difusão das novas línguas nacionais. O declínio dessas comunidades e suas línguas, segundo Anderson, abriu caminho para o surgimento da nacionalidade como novo elemento de coesão, assim como o declínio da monarquia de direito divino, a partir do século XVII. Importante ressaltar que este declínio não significa desaparecimento, mas a diminuição da importância desses sistemas como elemento de coesão de grandes grupos humanos.

Outro fator que teria contribuído para o desenvolvimento do nacionalismo seria a “concepção de simultaneidade”, estimulada pelo que o autor chama de “duas formas básicas de criação imaginária”: o romance e o jornal<sup>52</sup>. No romance, os acontecimentos se dão de forma simultânea entre vários personagens. Com o jornal acontece algo parecido, na medida em que várias pessoas podem ler acontecimentos do mundo inteiro apresentados em conjunto

---

<sup>48</sup> ANDERSON, Benedict. Op. Cit.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>52</sup> ANDERSON, Benedict. Op. Cit., p. 54.

no mesmo jornal, em diversas partes do mundo, simultaneamente. Essa simultaneidade gera um vínculo imaginado entre essas pessoas<sup>53</sup>. Ele chama esse ato de “cerimônia de massa”<sup>54</sup>. Para isso, o capitalismo editorial foi essencial, aliado à ascensão do protestantismo e da divulgação da Bíblia em diversos idiomas, o que fez com que outras obras também passassem a ser traduzidas e comercializadas, alcançando um número maior de leitores. A leitura, o desenvolvimento do romance e dos jornais, propiciou tanto um mercado capitalista próprio como uma comunidade de leitores que se imaginavam em um grupo comum. A disseminação da alfabetização e o aperfeiçoamento da burocracia estatal também foram fatores fundamentais para a vulgarização das línguas nacionais, pois estas eram ensinadas nas escolas e somente quem as dominava podia fazer parte dessa burocracia, geralmente a burguesia, e em alguns casos a nobreza, onde aquela ainda não estava desenvolvida.

Anderson chama a atenção ainda para a criação nesse período do censo, do mapa e do museu, importantes para o Estado delimitar os “seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado”<sup>55</sup>, principalmente de seus territórios coloniais. Assim, o censo era utilizado para conhecer seus habitantes, se baseando principalmente em aspectos raciais; o que implicava uma generalização e rótulos de classificação, nos quais esses povos provavelmente não se reconheciam. O mapa buscava delinear o espaço e impor-lhe a mesma vigilância que o censo impunha sobre as pessoas, havendo dessa forma uma interseção entre mapa e censo, onde aquele delimitava territorialmente as populações quantificadas pelo censo, e este por sua vez preenchia politicamente a topografia do mapa. Além disso, o mapa também faz com que as pessoas possam visualizar e se identificar em um espaço físico, gerando uma sensação de pertencimento a determinado território, que seria sua pátria. Já o museu, também possuindo um caráter político, estaria ligado a uma guinada arqueológica, na esteira dos programas educacionais, possuindo também uma finalidade pedagógica conservadora que se dá nesse período. Essa também era a finalidade do turismo, por meio do qual o Estado se colocava como guardião do patrimônio histórico. Dessa forma, a partir desses três caminhos era possível delimitar, classificar e quantificar, serializando e representando povos, regiões, religiões, línguas, monumentos, entre outros, de forma a determinar o que era nacional ou não.

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 227.

Assim, a partir desses fatores, foi surgindo a necessidade de um novo elemento de coesão, preenchida pelo nacionalismo. No entanto, esse será um trabalho levado a cabo pelas elites de forma política e ideologicamente orientada. Segundo Eric Hobsbawm<sup>56</sup>, após 1870, com a democratização, torna-se urgente a mobilização dos cidadãos, que na França após a Revolução Francesa formavam o Estado. Assim, para os governos, o fortalecimento do Estado passa a ser primordial e, para isso, entre outras ações, investem em forjar um sentimento nacional. A partir de 1880, os elementos constituintes do “sentimento nacional”, como etnicidade, língua, religião, território, história, cultura, entre outros, passaram a preocupar. O debate sobre “a questão nacional” intensificou-se, já que havia um apelo político por trás dos slogans nacionais que visavam mobilizar os votantes. Esta era uma preocupação tanto para os governos confrontados com agitações e reivindicações nacionais quanto para os partidos políticos em busca de um eleitorado<sup>57</sup>. Sendo assim, seria importante definir quais populações poderiam tornar-se Estados e quais Estados poderiam possuir caráter de nação. Então, investe-se em um trabalho pedagógico, do qual já falamos, a fim de construir e consolidar essas nações, a partir da mobilização dos elementos já citados. Hobsbawm admite o conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, mas se questiona sobre o porquê dos sujeitos desejarem imaginar essas comunidades, em substituição a possíveis comunidades perdidas. Para ele, trata-se da capacidade que os Estados e os movimentos nacionais têm de mobilizar aspectos já existentes do sentimento coletivo para operar em escala macropolítica, ajustados às nações e Estados modernos, pois considera o nacionalismo como um fenômeno moderno que surge após os Estados, e não o contrário.

Hobsbawm fala ainda da questão educacional, já abordada por Benedict Anderson, destacando que houve uma generalização da educação primária no rastro da formação nacional, disseminando a “língua nacional”<sup>58</sup>. Essa língua expandida através da educação não era a língua falada no cotidiano pela maioria da população, mas aquela usada pelas elites administrativas e literatas. Vale lembrar também que em um mesmo território poderia haver diversos grupos falando diversos dialetos diferentes. Logo, essa tentativa de homogeneização dos Estados nacionais foi marcada por conflitos e silenciamentos não apenas dos dialetos, mas também da história, da memória e da cultura de determinados grupos. Ele admite ainda a

---

<sup>56</sup> HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>58</sup> HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit., p. 76.

necessidade de uma base histórica como sendo o critério mais forte do protonacionalismo<sup>59</sup>. Essa base histórica proporcionaria a consciência de pertencimento a um grupo político durável, com uma continuidade no tempo. Nesse sentido, Hobsbawm também fala da importância da invenção de tradições para o fortalecimento da ideia de nação, já que as tradições inventadas reforçam o sentimento de coesão do grupo, a partir de sua prática e repetição. Segundo ele, o termo “tradições inventadas” inclui tanto aquelas

realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez<sup>60</sup>.

Dessa forma, seu estudo esclarece as relações dos homens com o passado, já que a história é a base legitimadora da coesão grupal. Hobsbawm diz que:

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção(...). Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (...), a bandeira nacional (...), ou a personificação da ‘Nação’ por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o ‘Michel’ alemão<sup>61</sup>.

Assim, elementos do passado, ou aspectos totalmente novos, são mobilizados para a invenção de tradições que darão um sentimento de coesão e pertencimento à nação. Segundo Hobsbawm, as tradições inventadas são “altamente aplicáveis”<sup>62</sup> neste caso. Embora as nações modernas queiram demonstrar uma continuidade com um passado remoto, não podemos deixar de atentar para seu caráter construído. Por isso, o estudo das tradições inventadas, para Hobsbawm, se faz essencial. Tzvetan Todorov, por sua vez, também entende

---

<sup>59</sup> Protonacionalismo: aspectos já existentes do sentimento coletivo mobilizados pelos Estados ou movimentos nacionais em escala macropolítica para criar o sentimento nacional coletivo. Segundo o autor, onde o protonacionalismo existiu, ele facilitou a tarefa do nacionalismo. Porém, isso não quer dizer que o nacionalismo obrigatoriamente precisasse de um protonacionalismo; este era desejável, mas não essencial.

<sup>60</sup> HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 7.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>62</sup> HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 21.

a nação como uma invenção moderna<sup>63</sup>. Ele destaca os aspectos culturais, que diferenciam uma nação das outras, sendo o nacionalismo basicamente baseado nessa diferença entre “nós” e os “outros”, entre a nossa nação e as demais, o que afeta nossa relação com aquele que é estrangeiro. Assim, sua definição de nação se aproxima tanto de Benedict Anderson quanto de Hobsbawm. Ele diz que, por um lado, a nação:

Es demasiado grande como para que se pueda conocer a todos sus miembros (los compatriotas), o incluso para que se puedan tener muchos intereses comunes con ellos; por otro lado, es lo suficientemente grande como para darle al individuo la ilusión de que es infinita (y, en consecuencia, para cerrarle la vía de las “simpatías universales”). No es ni una verdadera escuela de solidaridad (por lo demás, exige la renuncia a la fidelidad familiar), ni una transición cómoda hacia el respeto de la humanidad en todas sus formas<sup>64</sup>.

Porém, quando distingue os dois sentidos de nacionalismo, Todorov se aproxima de Hobsbawm, ao separar a nação como cultura da nação como Estado em sua acepção política:

Sucede que la nación como cultura, conjunto de individuos que comparten un cierto número de características, coincide parcialmente con la nación como Estado, país separado de los demás mediante fronteras políticas. Y, en los hechos, las dos frecuentemente están vinculadas: es porque existe una conciencia cultural nacional, por lo que la idea de autonomía política puede abrirse camino y, recíprocamente, el Estado (nación) puede permitir que la cultura (nación) se afirme y se expanda<sup>65</sup>.

Todorov também explica a distinção entre os dois sentidos de nação, de natureza política: o sentido interior, que surge na Revolução Francesa, onde passa-se a atuar em nome da nação, em detrimento do rei (direito divino). Nesse sentido, a nação é um espaço de igualdade entre todos os cidadãos, combatendo-se os privilégios sociais ou regionais. Já o sentido externo não é a oposição ao rei ou as regiões, mas de uma nação à outra<sup>66</sup>. Dessa forma, Todorov também acredita no surgimento da nação na esteira da Revolução Francesa, com o declínio do direito divino dos reis e a afirmação da soberania do povo que, em conjunto, formava a nação. Destaca, então, seu caráter moderno e seus aspectos culturais:

---

<sup>63</sup> TODOROV, Tzvetan. “La nación y el nacionalismo”. In: *Nosotros y los otros: Reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2013, pp. 203-223.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> TODOROV, Tzvetan. “La nación y el nacionalismo”. In: *Nosotros y los otros: Reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 207.

Es precisamente el choque de estos diversos sentidos, interior y exterior, cultural y político, el que ha engendrado la nación y el nacionalismo, entidades específicamente modernas. Éstas se caracterizan por la fusión de lo que aquí me esfuerzo en distinguir. Legitimarse mediante la nación y no mediante Dios, es una forma de preferir al propio país, en detrimento de los principios universales; la pertenencia cultural – irrefutable, inevitable – ha pasado a justificar una reivindicación, la de la coincidencia entre entidades culturales y políticas<sup>67</sup>.

Assim, utilizamos Benedict Anderson para nos auxiliar a pensar melhor o papel da história, do passado comum pré-existente ao Estado, bem como as identidades regionais e seus aspectos culturais, assim como Anne-Marie Thiesse e Tzvetan Todorov. Ao mesmo tempo, Eric Hobsbawm nos auxilia a compreender o papel das instituições no processo de construção da ideia de nação. Os autores possuem abordagens diferentes e muitas vezes são vistos como antagônicos pela historiografia, mas pensamos que a partir de suas especificidades eles se complementam. O Brasil se insere nesse contexto, adotando as mesmas práticas a fim de dotar o Estado imperial de um caráter de nação. Segundo Anne-Marie Thiesse, uma vez definidos e consolidados os itens da lista identitária na Europa, eles podem servir de exemplo para outras nações. Anderson defende que esses nacionalismos, sendo um resultado espontâneo do “cruzamento” de diferentes forças históricas, com o tempo se tornariam “modulares”, podendo ser adaptados a diversas realidades sociais<sup>68</sup>.

O IHGB foi fundado em 21 de outubro de 1838, como iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, nesse contexto no qual na Europa foram criadas associações semelhantes, como as sociedades nacionais de etnografia, que publicavam revistas com o objetivo de captar o interesse do público para uma cultura que se queria fazer popular, a partir de “uma perspectiva patriótica”<sup>69</sup>. Em 25 de novembro de 1838, seu primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, apresenta seus estatutos. Manoel Luís Salgado Guimarães<sup>70</sup> destaca, entre seus objetivos, “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica”<sup>71</sup>. Seu objetivo seria então o de traçar o perfil da nação brasileira, garantindo-lhe uma identidade própria, a partir da escrita da história, de acordo com os princípios correntes no século XIX. Esta seria uma história que buscaria a homogeneização dos aspectos heterogêneos que

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 208.

<sup>68</sup> ANDERSON, Benedict. Op. Cit., p. 30.

<sup>69</sup> THIESSE, Anne-Marie. Op. Cit., p 16.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 8.

compunham a sociedade brasileira, formando a ideia de uma nação forte e coesa, desde a independência em 1822. Visão questionada pela historiografia das últimas décadas, representada por pesquisadores como Richard Graham<sup>72</sup>, Jurandir Malerba<sup>73</sup> e Maria Odila Dias<sup>74</sup>, entre outros. Estes pensam que o Estado levou à formação de uma ideia de nação e da unidade nacional, e não o oposto. Logo, não haveria sentimento de nacionalidade ou unidade antes da independência.

Malerba destaca a importância de se entender a distinção entre a emancipação política, a formação do Estado e a formação da nacionalidade. Ocorreram na primeira metade do século XIX vários movimentos regionais de contestação que dificultaram a construção de uma nação unificada. Richard Graham lembra que as províncias do Norte possuíam contato direto com a metrópole, o que lhes dava maior autonomia em relação ao Rio de Janeiro. Segundo o autor, os movimentos considerados posteriormente como precursores da independência no Brasil, desejavam apenas a independência de suas próprias províncias. Principalmente as províncias do Norte não apoiavam a centralização política no Rio de Janeiro e não queriam ser governados a partir dali. Por isso, foram a favor do retorno de D. João a Portugal em 1820 e contra a independência proclamada por seu filho em 1822. Segundo Malerba, algumas províncias ficaram contra D. Pedro e a favor das Cortes de Lisboa, como a Bahia e o Pará. Porém, posteriormente também não aceitaram atitudes que interpretaram como uma possível recolonização por parte de Portugal, como vemos acontecer em Pernambuco, segundo Evaldo Cabral de Mello<sup>75</sup>. Diante de ter de se submeter a Portugal novamente, era preferível aceitar o Império Constitucional de D. Pedro, pois a Constituição limitaria um possível despotismo do imperador. Porém, logo surgiram divergências em relação ao projeto de constituição apresentado na Assembleia Constituinte, e após sua dissolução houve revolta de fato, pois tal atitude por parte do imperador seria inaceitável, revelando o despotismo que tanto temiam os nortistas. Assim, províncias como Pernambuco, Ceará e Paraíba não aceitaram essa atitude nem o projeto apresentado posteriormente às Câmaras, exigindo que a Assembleia

---

<sup>72</sup> GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado”. *Revista Diálogos*, CHI/UEM, n. 1, v. 5, 2001, pp. 11-47.

<sup>73</sup> MALERBA, Jurandir. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 19-52.

<sup>74</sup> DIAS, Maria Odila L. da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-37.

<sup>75</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, 264p.

Constituinte fosse restaurada. Mesclou-se uma hostilidade tanto em relação aos portugueses (que inclusive tiveram que fugir dos ataques em Pernambuco) quanto em relação a D. Pedro, que demonstrava não ser diferente. Algumas localidades chegaram a proclamar a república, como conta Evaldo Cabral:

(...) recebeu-se [no Rio] o relato de Taylor sobre a assembleia de 7 de abril, a que se ajuntavam as novas, veiculadas por jornais do Norte escapos à censura imperial, da proclamação da república em Quixeramobim e no Icó (Ceará). Falava-se também de instabilidade na Bahia, onde se exprimiam publicamente sentimentos pró-pernambucanos, de mistura com ataques e insultos aos portugueses<sup>76</sup>.

No entanto, até mesmo no interior das províncias havia divergências entre aqueles a favor ou contra a monarquia; além de províncias pró-monarquia, como Alagoas, que, por fim, se colocou junto à Corte e ajudou na posse do governador indicado para Pernambuco<sup>77</sup>, opondo-se aos rebeldes. O Maranhão também foi um exemplo do não consenso em relação à independência. Segundo Marcelo Cheche, este aderiu ao movimento constitucional do Porto em 1821, havendo notícias de adesões semelhantes no Grão-Pará, em Rio Negro e na Bahia<sup>78</sup>. Após a adesão, iniciou-se a movimentação para a formação de um governo constitucional na província que gerou tensões e disputas locais. Segundo Cheche, houve “abaixo-assinados, prisões, deportações e pasquins afixados em lugares públicos”<sup>79</sup>. O maior conflito, no entanto, se passou em torno do novo governo entre Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que se colocou como liderança da província, e a oposição, sendo parte desta expulsa e perseguida. A oposição não considerava Bernardo Pinto da Fonseca confiável, pois este já teria tentado suprimir uma movimentação constitucional no Pará, chamando-a de “insurreição”<sup>80</sup>. Assim, a oposição reportava-se constantemente às Cortes em Lisboa para denunciar os desmandos de Fonseca. O autor destaca a produção de folhetos e abaixo-assinados como algo que se tornou constante naquele momento, o que demonstra o aumento da participação política daqueles que passavam a se entender como cidadãos e não mais súditos. Inclusive havia a presença de libertos na redação desses folhetos, o que alimentava o medo de revoltas de escravos.

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>78</sup> GALVES, Marcelo Cheche. “Política em tempos de Revolução do Porto: Constitucionalismo e dissenso no Maranhão”. *Passagens*. Revista Internacional de História e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 4, nº 1, janeiro-abril 2012, p. 4-38.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 13.

Porém, segundo Cheche “tais elementos coadjuvam uma questão maior: a síntese das expectativas geradas pelo constitucionalismo português, seguida de proposições que garantissem o exercício dos preceitos constitucionais.”<sup>81</sup>; além de que “essas preocupações em torno das opiniões publicamente manifestadas expressam a importância das disputas em torno da legitimidade de tais ideias, novidade do tempo.”<sup>82</sup>. Assim, no Maranhão as disputas se deram mais em torno da adesão ao constitucionalismo e se nele se basearia o novo governo, aumentando assim seu contato com as Cortes em Portugal. No entanto, a movimentação ocorrida no Maranhão não resulta em emancipação, já que este acaba aderindo ao Império em 1823, mas demonstra como o processo de independência política do Brasil não foi algo homogêneo e prontamente aceito em todo o território, ocorrendo contestações, disputas e até mesmo revoltas.

Maria Odila Silva Dias também defende que a independência foi um processo de emancipação política que não coincide com o processo de consolidação da unidade nacional. Esta teria se dado já na segunda metade do século XIX. Menos ainda fora um processo nacionalista ou revolucionário, mas sim uma acomodação das elites visando manter seus privilégios. Para ela, a consolidação do capitalismo industrial inglês teria influência em todo o ocidente neste período, mas os fatos decisivos teriam ocorrido internamente, com o “enraizamento dos interesses portugueses” e o “processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia”<sup>83</sup>. Este processo, para Maria Odila Dias, não teve ligação com o que ocorreu nas Cortes em Lisboa, pois já teria sido desencadeado com a vinda da família real em 1808. Após essa mudança, Portugal passaria a ser governado a partir do Rio de Janeiro onde estava a Corte. Do Rio de Janeiro, D. João busca implementar uma série de medidas modernizadoras para recuperar a economia de Portugal, provocando reações nos setores conservadores portugueses e aumentando os conflitos que culminariam na Revolução do Porto. A elite portuguesa já enraizada na Corte, a partir de ligações comerciais formadas com a elite brasileira, ambas desejando manter os privilégios conquistados, também não aceitaria voltar à condição de colônia governada a partir de Portugal, o que leva à ruptura. Como vemos, este não foi um processo de caráter nacionalista, pois o contexto de então era de regionalismos e de defesa de interesses próprios. No entanto, as elites brasileiras temiam a instabilidade econômica e social da colônia, e sentiram a necessidade de uma centralização

---

<sup>81</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> DIAS, Maria Odila L. da Silva. Op. Cit., p. 12.

política para evitar possíveis revoltas regionais, nativistas ou escravas. Dessa forma, segundo Maria Odila Dias:

(...) a consciência propriamente ‘nacional’ viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da ‘vontade de ser brasileiros’, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram para si a missão de reorganizar um novo Império português<sup>84</sup>.

Evaldo Cabral concorda com Maria Odila Dias em relação à interiorização da metrópole que, segundo ele, “permitiu acaudilhar a Independência, ao transferir-lhe o papel exercido por Lisboa, dotando-o de uma estrutura burocrática que, ao enraizar-se, promoverá a emancipação sob forma monárquica e centralizada”<sup>85</sup>. Assim, o processo de emancipação foi moderado e centralizado no Rio de Janeiro, que buscou se impor sobre as demais províncias, aprofundando as tensões com o Norte. Este, como relata Maria Odila Dias, sofreu com pesados impostos para custear as obras públicas realizadas na Corte<sup>86</sup>, o que também constituiu um dos motivos de revoltas naquela região. Este processo acabou direcionando às demais províncias o lugar de periferia, como voltaremos a discutir mais adiante. Dessa forma, segundo Evaldo Cabral, “tal descompasso de aspirações políticas originou a assimetria regional do processo de emancipação”<sup>87</sup>.

A construção de uma ideia de nação, de uma unidade e de uma identidade nacionais foi, portanto, um longo processo, e não algo pré-existente, como fez crer a historiografia do século XIX ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta seria uma instituição criada no período regencial, em conformidade com os interesses conservadores e patrocinada diretamente pelo Imperador. Como informa Lucia Guimarães, o Instituto foi fundado “debaixo da imediata proteção do Imperador D. Pedro II”<sup>88</sup>. Dessa forma, aqui a ideia de nação não se opõe necessariamente à colonização portuguesa, mas se apresenta como a

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>85</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 28.

<sup>86</sup> DIAS, Maria Odila L. da Silva. Op. Cit., p. 35.

<sup>87</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 29.

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Platina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 15.

continuação de um processo de civilização iniciado pelos portugueses. Seria a continuação da civilização europeia nos trópicos. Ao mesmo tempo em que se definia a nação, definia-se também o “outro” do qual deveria se diferenciar, tanto no plano externo quanto no interno. No plano externo, a nação se define em oposição às demais formas de governo presentes na América, colocando-se na defensiva por ser o único Império em meio a tantas repúblicas, estas vistas como potenciais inimigas. Assim, procurou se destacar pela civilização e modernidade e por meio do poderio militar, se esforçando para alcançar hegemonia diante dos demais países americanos. Ricardo Salles divide a política imperial em duas fases: a defensiva, de consolidação do Império escravista frente ao contexto já hostil ao tráfico de escravos; e a afirmativa, de conquista de hegemonia na região do Prata<sup>89</sup>. Como afirma Manoel Salgado Guimarães, no plano interno, o “outro” é composto por índios e negros, representantes da heterogeneidade da sociedade brasileira, que não se encaixavam no modelo de civilização idealizada que se buscava destacar nessa narrativa homogênea de nação a ser construída.

No que diz respeito à escrita da história dessa nação que buscava legitimação, Manoel Salgado Guimarães destaca que:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo<sup>90</sup>.

Assim, os historiadores do IHGB buscariam construir uma história que se queria fazer herdeira de uma herança portuguesa, branca, europeia e católica, que legitimaria uma nação homogênea, através do empirismo e da suposta verdade dos documentos. Eles eram aceitos entre os membros do Instituto através das relações sociais. Diferentemente da experiência europeia, onde a escrita e a disciplinarização da história ocorriam nas universidades, aqui este trabalho se deu nas academias, de acesso restrito aos letrados e à elite imperial. Esses ilustrados eram aqueles que ocupavam cargos no aparelho de Estado, na magistratura, na burocracia e nas forças armadas. De famílias abastadas, concluíam seus estudos em Portugal e

---

<sup>89</sup> SALLES, Ricardo. “A planta exótica: o projeto político imperial”. In: *Nostalgia Imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. pp. 39-64.

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit., p. 8.

retornavam para participar da vida política e letrada do Império. Segundo Salgado Guimarães, a partir da estabilização e centralização do poder monárquico entre 1849 e 1850 as relações com o imperador se tornaram mais estreitas. Com a fundação das novas instalações do IHGB em 1849, sua participação se tornou mais assídua, o que contribuiu para a construção da imagem de monarca ilustrado de Dom Pedro II<sup>91</sup>. Nesse período, surge a oportunidade de admissão a partir da contribuição de trabalhos inéditos e filiação ao trabalho em uma das áreas do instituto, embora as relações sociais ainda se fizessem muito importantes. Afinal, eram os cargos públicos e as bolsas concedidas pelo próprio Imperador que viabilizavam materialmente o trabalho de coleta de documentos em outros estados e países. Assim, nos estatutos de 1851 o Instituto saiu da proteção da SAIN e passou oficialmente ao patrocínio do Imperador.

O IHGB promoveu também concursos para premiar os melhores trabalhos sobre a história do Brasil na década de 1840, sendo publicado o texto vencedor em 1847, do cientista alemão Von Martius, que definia como indispensável para a criação de uma identidade nacional o reconhecimento do importante papel do Brasil no desenvolvimento das “três raças humanas” que aqui conviviam<sup>92</sup>. Esses três grupos étnicos (europeus, africanos e indígenas) seriam os fundadores da nacionalidade brasileira, contribuindo cada um a seu modo para a construção da nação. Os europeus seriam imbuídos do espírito civilizador, os índios mereceriam um estudo especial, pois possuíam características que contribuiriam para os mitos fundadores, como foram percebidos principalmente nos romances indigenistas. Já o negro desperta pouca atenção de Martius, o que ilustra a tendência a considerá-lo como impedimento à civilização<sup>93</sup>. O fato do IHGB ter premiado este trabalho demonstra que suas ideias eram consoantes com o projeto de escrita da história nacional do Instituto, que seria concretizado posteriormente na coletânea *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, cujo primeiro volume foi publicado em 1854<sup>94</sup>.

Importante destacar que o projeto do IHGB não visava apenas delinear a identidade brasileira, mas também o seu papel no conjunto das nações ditas civilizadas. Dever-se-ia então elencar modelos e exemplos na história que servissem para o presente e para o futuro, articulados também com o passado. Para isso, era necessária a coleta de documentos e o

---

<sup>91</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>92</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit., p. 16.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>94</sup> DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

conhecimento de todas as regiões do Império, para que se pudesse formular uma história nacional coesa, construindo e legitimando a unidade nacional da qual já falamos. Para tanto, o Instituto patrocinou viagens exploratórias de caráter científico, na tentativa de amearhar contribuições para a escrita da história e delimitar os contornos da nação de forma precisa, em um movimento centralizador de integração das partes em um todo homogêneo, o que ocorria em consonância com a centralização política no Rio de Janeiro<sup>95</sup>. Assim, a identidade nacional a ser formulada com elementos históricos estava de acordo com o projeto político centralizador em curso naquele momento, de fortalecimento do Estado Imperial nos moldes de um Estado Nação. Com esses objetivos, o IHGB patrocina a criação de institutos regionais, a partir de 1860<sup>96</sup>, que contribuíssem com suas histórias e documentos para a escrita da história nacional, remetendo suas contribuições para a sede, situada na Corte. Assim, as províncias experimentavam um processo de escrita de suas próprias histórias.

O objetivo era que houvesse um intercâmbio entre o IHGB e as demais províncias, integrando o regional e o nacional na escrita da história, em uma relação de reciprocidade, onde estes institutos regionais poderiam contar sua história para o restante do país, buscando, assim, reconhecimento, principalmente na Corte. O IHGB, por sua vez, buscava unidade na escrita da história nacional, evitando uma narrativa centralizada apenas na capital, além de conseguir documentos valiosos para seu acervo<sup>97</sup>. Lilia Moritz Schwarcz também descreve os institutos como semelhantes às academias europeias, mas com uma produção marcadamente regional, ainda que possuíssem um objetivo “totalizante”<sup>98</sup>. Ela destaca o ideal de exaltação

---

<sup>95</sup> Sobre o tema, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

<sup>96</sup> Institutos regionais congêneres ao IHGB: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1862); Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1869); Instituto do Ceará (1887); Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894); Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894); Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896); Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900); Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902); Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1907); Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912); Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (1916); Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (1917); Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (1918); Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919); Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920); Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925); Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1932), Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (?); Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1944); Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (1964); Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1957); Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (1978). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/ihgb6.php>. Acesso em outubro de 2015.

<sup>97</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “‘Nem História nem mesmo Chronica’: escrita da história, identidade e integração nacional no intercâmbio entre o IHGB e o Instituto do Ceará (1889-1931)”. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177(471): 101-124, abr./jun. 2016.

<sup>98</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, posição no ebook 1990. Edição Kindle.

da pátria no projeto de história do IHGB, além de evidenciar a elite local e “uma história basicamente regional”<sup>99</sup>. Aqui entendemos que, mesmo que o IHGB exaltasse a história do Rio de Janeiro, reafirmamos que este, além da postura regional própria dos institutos, possuía um caráter marcadamente centralizador, pois estava situado na Corte do Império, arvorando-se a tarefa de coligir e organizar essa história nacional que contava com as contribuições regionais.

Segundo Angela de Castro Gomes, já no período de transição do regime político, em finais do século XIX e início do XX, os membros do IHGB se viram forçados a repensar os meios de atuação do mesmo e a própria narrativa histórica que desenvolviam<sup>100</sup>. No início do período republicano buscou-se uma nova narrativa da nação, que o diferenciase do período anterior, através de uma revisão do passado. Os historiadores do IHGB deveriam conciliar em suas narrativas a colônia, o Império e a república, de forma a não “obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda”<sup>101</sup>. Dessa forma, as primeiras décadas do século XX são muito importantes também para a escrita da história e sua consolidação enquanto disciplina, por ser um momento de revisão, sob influência dos acontecimentos recentes mais importantes naquele momento: a abolição dos escravos e a proclamação da república. Ocorrem, então, amplos debates, onde personagens e fatos são repensados, gerando novas interpretações que dialogam com outras disciplinas. Lucia Guimarães analisa esse período de transição pelo qual passou o IHGB durante a mudança de regime político e sua trajetória de reerguimento. No período final da monarquia, o Instituto já começou a declinar, sentindo os efeitos da crise do sistema político a partir de toda a discussão sobre a libertação dos escravos e a campanha abolicionista. Após o fim definitivo da monarquia e a proclamação da república em 1889, o governo republicano diminuiu drasticamente os recursos que lhe destinava, por causa de sua orientação abertamente monarquista, representando uma “herança”<sup>102</sup> do governo anterior.

Nesse contexto, sem o apoio do governo republicano, o Instituto quase encerra suas atividades definitivamente, precisando tomar várias medidas de emergência para continuar funcionando minimamente, como por exemplo a aprovação de um novo tipo de sócio, o benemérito, que no ato da admissão deveria efetuar um donativo de dois contos de réis, o que

---

<sup>99</sup> Ibidem, posição no ebook 2070.

<sup>100</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Op. Cit.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>102</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 23.

serviu a curto prazo para o pagamento de algumas dívidas. Porém, durante o governo de Floriano Peixoto havia a desconfiança de que havia inimigos da república no IHGB, o que aumentava mais ainda a aversão em relação ao Instituto. Somente no final deste governo, em 1894, o Instituto foi procurado novamente, para publicar a Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas. No entanto, é somente com o retorno das oligarquias que o Instituto começa sua reabilitação, mesmo que lentamente, com sua contribuição junto ao Ministério das Relações Exteriores, abrindo seu acervo para consultas. Teve a quantia da contribuição governamental aumentada com Rodrigues Alves, além do custeio das obras no prédio da Praça Quinze. Porém, o “acontecimento chave”<sup>103</sup> para seu reerguimento, segundo Lucia Guimarães, é a presidência do Barão do Rio Branco a partir de 1908. Em sua gestão, o Barão intensificou o intercâmbio entre o Instituto e outras instituições científicas da América, atuando como conciliador, haja visto a ideia que se tinha durante a monarquia em relação aos países vizinhos<sup>104</sup>. Neste momento, a integração nacional apresentava-se como uma preocupação política, além de um problema histórico e identitário e, como ministro das Relações Exteriores, o Barão tinha consciência disso e buscou a aproximação do Brasil com os demais países da América<sup>105</sup>. Com sua morte em 1912, assumiu a presidência o Conde de Afonso Celso, em cuja gestão, muito influenciada pela política integracionista do Barão, ocorre a transferência do prédio da Praça Quinze para o prédio no Passeio.

Outro ponto importante para os novos rumos do IHGB foi a eleição de Eptácio Pessoa para presidente, pois este já era membro do Instituto e dedicou-lhe atenção após sua eleição. Essa ascensão do IHGB se dá então entre as décadas de 1910 e 1920, chegando ao ápice em 1930. Iniciou com a direção do barão de Rio Branco e continuou com Afonso Celso e mais dois associados: Max Fleiuss e Ramiz Galvão, que compunham a “Trindade Silogeu”<sup>106</sup>, segundo Lúcia Guimarães. Culmina com o início de “um longo e fecundo mecenato”<sup>107</sup> sob o governo de Getúlio Vargas. Este comparável apenas com o período de proteção de Dom

---

<sup>103</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 29.

<sup>104</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos R. da. *Diálogos sobre a escrita da história: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. 2011. 399f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2010.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>106</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 16. A palavra Silogeu foi direcionada ao IHGB por Ramiz Galvão com a função de designar as novas instalações do IHGB no Passeio. Significa “casa onde se reúnem associações literárias e científicas”.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 33.

Pedro II. Lúcia Guimarães explica os laços de Getúlio com o IHGB. Para ela, havia entre os membros do Instituto pessoas ligadas à Aliança Liberal, grupo que possuía ligações com lideranças de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com os tenentes e que patrocinou a candidatura de Getúlio e João Pessoa<sup>108</sup>. Ela diz que o Segundo Congresso de História Nacional, em 1931, foi utilizado para legitimar o movimento de 1930 que levou Vargas ao poder<sup>109</sup>. Dessa forma, o Segundo Congresso tornou-se um marco do novo ciclo de prestígio do IHGB, com alguns trabalhos inclusive obtendo patrocínio do governo. Assim, o Instituto insere-se novamente em um contexto de legitimação dos ideais nacionalistas, a partir da história e da educação. Sobre essa aliança entre o IHGB e Getúlio Vargas, resume a autora:

O certo é que se estabeleceu uma aliança harmoniosa e fecunda. De um lado, o Silogeu colaborava com o Atelier do Catete, na moldagem de uma política cultural, que seria implementada no Estado Novo (1938-1945) (...). De outro, Vargas concedia favores e conferia à Instituição uma posição de destaque no panorama intelectual brasileiro, cuja magnitude só pode ser comparada com a reputação que desfrutava no Segundo Reinado<sup>110</sup> [grifos no original].

Angela de Casro Gomes também aborda essa relação entre Getúlio Vargas e o IHGB. Para ela, Getúlio “animava-se do mesmo desejo legitimador e assumia as mesmas funções de mecenato” que Dom Pedro II. Porém, aquele já possuía toda uma bagagem de acontecimentos e realizações, presentes no que a memória coletiva chama de “vida nacional”<sup>111</sup>; além dos meios de comunicação como o rádio, que Getúlio utilizou com foco nos aspectos culturais que formariam a nacionalidade. Assim, o IHGB consegue retornar ao seu lugar de prestígio no cenário nacional, como instituição capaz de nortear a história e ciências do país. É nesse sentido que iria empreender alguns congressos de história nacional. O Primeiro Congresso de História Nacional ocorreu em 1914, inserido em um contexto de efervescência dos meios intelectuais entre as décadas de 1910 e 1920, com foco nas questões nacionais. Para Afonso Celso de Assis Figueiredo, o congresso seria um “serviço à causa nacional”<sup>112</sup>. Em 1913, Manoel de Oliveira Lima, historiador e diplomata, apresenta uma conferência no IHGB intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”, no dia 23 de abril, onde destaca a

<sup>108</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 16. A palavra Silogeu foi direcionada ao IHGB por Ramiz Galvão com a função de designar as novas instalações do IHGB no Passeio. Significa “casa onde se reúnem associações literárias e científicas”, p. 34.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>111</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores...* Op. Cit., posição no ebook 217. Edição Kindle.

<sup>112</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 81.

necessidade de “reforçar o sentimento nacional por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros”<sup>113</sup>.

Sendo assim, o Primeiro Congresso acontece entre os dias 7 e 16 de setembro de 1914. A ele se seguem outros, como o Primeiro Congresso Internacional de História da América, em 1922<sup>114</sup> (em meio às comemorações do centenário da independência); o Segundo Congresso de História Nacional, em 1931; e o Terceiro Congresso de História Nacional, em 1938, que constituíram iniciativas importantes para a historiografia brasileira naquele momento. Além do Primeiro Congresso Internacional de História da América, houve também sua segunda edição realizada na Argentina em 1937, ambos inseridos neste contexto de aproximação com as repúblicas americanas, já destacado anteriormente<sup>115</sup>. Na Europa, desde meados do século XIX ocorriam eventos para debate e reflexões sobre práticas e métodos de atualização do conhecimento, sendo os resultados desses encontros publicados em Anais. Como no Brasil não havia um ambiente universitário nesse momento, coube às associações científicas promoverem esses encontros, partindo do IHGB a iniciativa pioneira com o Primeiro Congresso de História Nacional, em 1914<sup>116</sup>.

No Primeiro Congresso, percebe-se a partir do recorte cronológico dos trabalhos apresentados, que iam de 1500 a 1871, que apesar de cobrirem boa parte do Segundo Reinado, evitaram abordar os acontecimentos mais recentes. Além disso, alguns acontecimentos foram especialmente abordados, por terem sido considerados emblemáticos para despertar o patriotismo, como a Revolução Pernambucana e a Guerra do Paraguai, por exemplo. Segundo Lucia Guimarães, “o Instituto Histórico, por meio do Primeiro Congresso, alcançou os objetivos a que se propôs. Promoveu a sistematização do conhecimento histórico disponível, conferindo-lhe unidade e coerência”<sup>117</sup>. Em relação à Revolução Pernambucana, esta era um assunto proibido no IHGB, por seu caráter separatista e de contestação da ordem estabelecida. Porém, no centenário da revolução, rompe-se com essa interpretação do século XIX e lhe é conferido um novo sentido: exemplo de patriotismo e de sentimento nacional, já que o movimento buscava romper com a coroa portuguesa. Vemos, então, como a história

---

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos R. da. Op. Cit., p. 65.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>116</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. Rio de Janeiro: *Tempo*, n. 18, pp. 147-170.

<sup>117</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Platina ao Silogeu...* Op. Cit., p. 90.

pode ser interpretada a partir dos interesses de quem está no poder e sob as influências do contexto político. O IHGB revisaria a história que ele mesmo forjara.

A partir desses Congressos, o IHGB faria uma revisão historiográfica que romperia com a escrita da história no Oitocentos por meio das diferentes abordagens dos trabalhos apresentados. Posteriormente, na década de 1970, essa historiografia sofreria críticas pelos historiadores ligados às universidades, mas para a época constituiu uma importante revisão historiográfica. Este Congresso contribuiu também para estreitar as relações internacionais com os demais países americanos, através da ciência e da História, e assim romper com certo isolamento histórico, resquício ainda do período monárquico. Lucia Guimarães destaca que no século XIX na Europa, quando se formaram esses Congressos, eles também tinham esse caráter diplomático, constituindo-se em uma “gênese de um primeiro movimento de cooperação internacional”<sup>118</sup>. O Segundo Congresso de História Nacional, como vimos, ocorre em 1931, com o objetivo de celebrar a abdicação de D. Pedro I. Para Max Fleiuss, faltava ainda “nacionalizar a independência”<sup>119</sup>, porém com o foco dos trabalhos na data de 7 de abril de 1831, referida à abdicação, e não em 1822. Isso complementaria e nacionalizaria a independência, sendo vista como uma “revolução”<sup>120</sup> indispensável para garantir a unidade do Império. O segundo foco seria uma carta manifesto redigida naquela ocasião pelos políticos presentes. Assim, conclui-se que esta celebração retrata os ideais da época, que seria o cultivo dos sentimentos nacionais e patrióticos e a exaltação de figuras exemplares, transformadas em heróis nacionais.

Em 1938, foi realizado o Terceiro Congresso de História Nacional, em comemoração ao centenário do IHGB. Este segue as mesmas orientações dos demais, com recorte cronológico de 1500 a 1900, mais uma vez preservando o passado recente do país, percebido também com a pouca incidência de temas republicanos. Há igualmente o culto às tradições e acontecimentos tidos como importantes para a memória nacional, como a Inconfidência baiana, tema não abordado nos outros congressos. A incidência da categoria “biografia” demonstra o desejo de destacar as personalidades cívicas, que servissem de modelo. Angela de Castro Gomes destaca que neste período há um aumento das contribuições aos Institutos Históricos do país, resultantes da iniciativa do governo de modernização do IHGB, resultando

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 146.

em Congressos de História em diversos estados, como destaca a autora<sup>121</sup>. Segundo ela, durante o Estado Novo (1937-1945) haverá nova revisão historiográfica, de caráter nacionalista, que destaca os acontecimentos e personalidades exemplares para a construção de um sentimento patriótico, com ênfase nos aspectos culturais, vistos como elementos integradores para a construção da nação. Inclusive, foi essa ênfase nos aspectos culturais que diferenciou a iniciativa de Vargas dos governos precedentes. Foi um processo que iniciou-se com Vargas na década de 1930 e seguiu durante o Estado Novo. Todorov, que também aborda os aspectos culturais da formação da nacionalidade, diz que:

Para hacer más eficaz la educación, cada Estado debe agregar a ese nacionalismo cívico, una educación mediante el nacionalismo cultural; debe proteger y alentar las instituciones nacionales, las tradiciones, las costumbres, las ceremonias, los juegos, las fiestas, los espectáculos: todas aquellas formas de la vida social que contribuyan a que el ciudadano se apegue a su patria (...)<sup>122</sup>.

Assim, houve um investimento na produção e divulgação da História do Brasil, que também ocorre no âmbito da educação formal, e também para além dele, buscando atingir um público mais amplo. Dessa forma, a autora defende que no Estado Novo o processo de produção do nacionalismo baseava-se na massa, sendo a narrativa histórica crucial para a formação desta “‘nova’ consciência cívica”<sup>123</sup> e um meio de mobilização da mesma. O “espírito nacional”<sup>124</sup> seria encontrado nos costumes, na religião, na raça (com a mestiçagem vista como algo positivo), na língua e na memória do passado. Este deveria ser conhecido, para a identificação de nossas próprias origens, vistas como inspiração e meio de superação do sentimento de inferioridade presente na formação nacional. Buscava-se a valorização do passado, através de uma leitura positiva do mesmo, a partir de duas concepções: um passado ligado à cultura popular, às tradições, a-histórico, de tempo não datado; e uma com a ideia linear do tempo, cronológico, datado, referido à memória e às personalidades. O sentido da história encontra-se identificado na centralização política: o estudo da História do Brasil demonstraria a vocação centralizadora do país. Dessa forma, nesse período foi criado um calendário de comemoração de centenários de acontecimentos, de nascimentos e mortes de personalidades e fundação de instituições importantes para o país. A História do Brasil

---

<sup>121</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., posição no ebook 2944.

<sup>122</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. Cit., p. 213.

<sup>123</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., posição no ebook 352.

<sup>124</sup> Ibidem, posição no ebook 2698.

deveria ocupar lugar de destaque. Entre as medidas tomadas para isso podemos citar a Lei de 09 de abril de 1942, que separou a História do Brasil da História Geral, e um maior fomento aos institutos regionais, que a partir do aumento dos seus trabalhos “passavam a contribuir definitivamente para a maturidade de nossa produção historiográfica”<sup>125</sup>, além da produção de publicações que difundiriam o conhecimento.

Essa iniciativa governamental iria reverberar também de forma decisiva sobre o próprio trabalho do historiador, ainda em processo de definição de suas práticas. Até então o trabalho histórico era feito pelos intelectuais desses institutos, que possuíam outras ocupações, em cargos públicos, na política ou na imprensa, a maioria bacharéis em direito ou medicina. Angela de Castro Gomes adota uma concepção de intelectual que o define como “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política” com “capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’”<sup>126</sup>. Assim, a atividade jornalística era muito importante, pois a atuação em jornais e revistas fornecia bons rendimentos e eram veículos pelos quais podiam divulgar suas ideias, tornando-os conhecidos e fortalecendo suas redes de sociabilidade. Seu trabalho consistia em análises documentais, traduções e prefaciamento de livros estrangeiros, localização e edição de documentos, ensaios históricos, redação de compêndios escolares e até mesmo romances históricos. A autora diz que por estarem envolvidos em diversas áreas, nas décadas iniciais do século XX, esses intelectuais podem ser vistos como produtores culturais. Mas, ao mesmo tempo em que se envolviam em diversas áreas do conhecimento, eles também estimulavam a divisão e especialização dessas áreas, inclusive no que se refere ao âmbito escolar. Estas práticas ambíguas dizem respeito justamente ao momento em que a disciplina História e o trabalho do historiador se formalizavam, diferenciando-se de outras disciplinas, ao mesmo tempo em que dialogavam com elas.

A produção intelectual consistia em uma carreira, na qual os intelectuais das províncias buscavam reconhecimento nacional, pois o próprio trabalho historiográfico conferia status, já que exigia erudição e disponibilidade. Esta era uma ideia muito disseminada no país, levando muitos intelectuais a saírem das províncias e virem para o Rio de Janeiro, então capital. Dessa forma, a produção intelectual estava sempre vinculada à trajetória profissional do autor. Muitos desses trabalhos obedeciam à necessidade de pensar questões que fossem importantes para o país e o campo da História era visto como lugar

---

<sup>125</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., posição no ebook 2944.

<sup>126</sup> Ibidem, posição no ebook 643.

propício para isso. Logo, a atividade intelectual do historiador é vista como o coroamento da trajetória desses homens, pelo seu caráter erudito. Nas décadas iniciais do século XX, os intelectuais passaram a se distanciar mais da política, buscando maior profissionalização e destacando os limites entre as disciplinas. Porém, embora tentem deixar claro esse distanciamento do campo político, não o fazem completamente. Ao mesmo tempo em que buscam a especialização do seu trabalho, esses homens estão inseridos nos conflitos políticos da época, em um período de transição, que irá influenciar seu pensamento. Dois exemplos citados por Angela de Castro Gomes são Afonso Celso e Joaquim Nabuco, que estavam marcados pela tensão entre o historiador e o político nesse momento e buscam, então, uma neutralidade na produção historiográfica. Nesse período, o “*metiér*”<sup>127</sup> do historiador é demarcado por essa dinâmica de aproximação e afastamento com a política e com outras disciplinas, que ao longo do tempo foram marcando a produção do texto histórico. Muda-se a concepção de história, já não basta apenas a coleta e análise rigorosa dos documentos. Na concepção moderna, estão presentes os estudos do método crítico e a narrativa, que não poderia ser só uma enumeração dos fatos. A interpretação e a crítica deveriam ser demonstradas na narrativa.

É também neste período que se diferencia o historiador do ficcionista e se destaca o trabalho nos arquivos. A importância do documento, uma marca já do século XIX, persiste nas primeiras décadas da república, porém aliada à crítica e à narrativa. Seriam, então, elencadas algumas características que comporiam o perfil do povo brasileiro como um povo mestiço, passando esta a ser vista como uma característica positiva, componente da identidade nacional, assim como a figura do sertanejo. Também seria valorizada a ideia do povo brasileiro como um povo guerreiro, que apesar de pacífico, sabia defender sua soberania quando necessário. O regime republicano seria então a “realização completa”<sup>128</sup> desse povo, bem como a história do Brasil seria a história do povo republicano, com a ideia de República associada à de democracia. Assim, a história aparece como necessária ao entendimento e superação das dificuldades brasileiras. O Estado Novo propaga uma versão da história do Brasil de acordo com as características do regime: autoritário e centralizador. Buscava uma tradição de luta no momento da Segunda Guerra Mundial, que seria uma história nos moldes

---

<sup>127</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., posição no ebook 1182.

<sup>128</sup> Ibidem, posição no ebook 3990.

de uma epopeia, representada por um povo bom, pacífico e mestiço. Uma sociedade “democrática”<sup>129</sup>, do ponto de vista social, mas não político. Segundo a autora:

(...) jesuítas, índios, negros, escravos ou não, bandeirantes, soldados, brancos senhores, literatos, imperadores, presidentes ou deputados, todos integravam-se no enredo que culminava na grandeza e na unidade da pátria. Esta era uma história gloriosa, sem diversidades ou desigualdades, que glorificava os heróis e não se esquecia do povo comum. Era, nesse sentido, uma história político-militar e uma história econômica e social, abarcando aspectos até da vida cotidiana dos brasileiros<sup>130</sup>.

É nesse contexto de valorização do trabalho do historiador em detrimento do político que se fortalece a coleta e análise de documentos, mas também a narrativa. O fato de o IHGB possuir instituições congêneres por todo o país torna-se fundamental. Inclusive o próprio Oliveira Lima, citado por Angela de Castro Gomes, destaca os Institutos Históricos de Pernambuco, Ceará, Bahia e São Paulo como “iniciativas básicas para o incremento da produção historiográfica no Brasil”<sup>131</sup>. Trata-se de uma preocupação do Estado com a reconstrução do passado, que gera subsídios aos Institutos regionais e fomenta publicações sobre a História do Brasil.

## **1.2 O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: História regional e história nacional em diálogo**

Em 1887, ainda no final do Império, e, portanto, inserido neste contexto de transição que discutimos acima, é fundado o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. O Instituto é criado como instituição congênere ao IHGB, de caráter científico e cultural, com o objetivo de tornar conhecidas a História e a Geografia da província, bem como seus aspectos antropológicos, que contribuíram para a formação da identidade regional e, também, para a identidade nacional. Seus fundadores foram homens abastados da capital cearense, entre eles políticos, médicos e jornalistas<sup>132</sup>. Este seguiu as mesmas características do IHGB,

---

<sup>129</sup> Ibidem, posição no ebook 4279.

<sup>130</sup> Ibidem, posição no ebook 4293.

<sup>131</sup> Ibidem, posição no ebook 1236.

<sup>132</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Op. Cit., p. 11.

de valorização do documento como indicador da verdade histórica, que legitimaria a nacionalidade. Estes institutos seriam marcados pela influência, além do Iluminismo, do Romantismo, como nos fala Francisco Falcon<sup>133</sup>:

(...) associou as ideias de povo e nação como constitutivas de uma mesma identidade coletiva manifesta na língua, na história e na cultura comuns. Identificada como alma ou espírito nacional, a realidade intrínseca de cada povo-nação representa uma individualidade histórica irreduzível. A história será sempre, então, a história dessas realidades únicas, que tem no Estado sua expressão política. Caberá então ao Estado-nação o lugar de honra no campo da historiografia do Oitocentos<sup>134</sup>. [grifo no original].

Era também uma história que possuía relações com o poder, com o Estado-nação estando no centro da narrativa histórica, além das relações do próprio Instituto com os chefes de Estado. Segundo Falcon, essa História foi:

Pioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao poder, essa história pretendeu ser também memória. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história magistra vitae pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos<sup>135</sup>. [grifos no original].

Abordagens que permaneceram mesmo após a mudança de regime, com o fim da monarquia e início da república, como discutiremos mais adiante neste capítulo. O Instituto do Ceará foi fundado em um contexto onde, visto de forma mais ampla, no Brasil no século XIX, agremiações como esta eram caracterizadas por suas práticas intelectuais e políticas, ou seja, imbuídas de um caráter científico, também se interessavam e interferiam politicamente em seu meio social através de suas produções. Gleudson Passos Cardoso<sup>136</sup> aborda em seu trabalho os movimentos intelectuais que ocorreram no Ceará entre 1873 e 1904, focalizando principalmente nas organizações e movimentos literários. Porém, acreditamos que seu trabalho seja importante para essa pesquisa no que se refere ao contexto de efervescência intelectual pelo qual passava o Ceará naquele momento, principalmente em Fortaleza. Lá

<sup>133</sup> FALCON, Francisco. “História e poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 97-138.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>135</sup> FALCON, Francisco. “História e poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 99.

<sup>136</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

eram pensados modelos de Estado e nação no período de fim da monarquia e das décadas iniciais do regime republicano, no qual o Instituto do Ceará estava incluído. Ele cita, por exemplo, o Clube Literário (1886), que teria sido porta-voz do discurso abolicionista de 1881 a 1884, nos campos da literatura e da ciência<sup>137</sup>.

Acreditamos que o Instituto do Ceará esteja inserido neste contexto a partir de 1887, não como porta voz do discurso abolicionista, mas como instituição que legitimaria a identidade regional cearense a partir do uso da memória daquele acontecimento na escrita da História da província. Gleudson Cardoso defende que houve nesses espaços letrados a construção de um “ideário ilustrado cearense para o Estado e Nação brasileiros diante da transição política”<sup>138</sup>. Ideário fundamentado em três bases: a chegada das “Luzes” e as ideias eurocêntricas que norteavam o progresso rumo à civilização, que conquistavam espaço entre os intelectuais cearenses naquele período; as secas, que foram interpretadas como uma fase evolutiva, dentro dos conceitos evolucionistas também em voga entre os intelectuais; e a libertação dos escravos em 1884, tida pelos intelectuais da Mocidade Cearense<sup>139</sup> como uma conquista institucional perante o restante do país.

Assim, cria-se a imagem do cearense forte, que supera todas as adversidades do meio e que apesar das dificuldades ainda se preocupou com seus semelhantes, no caso os cativos, possuindo por isso uma personalidade especial<sup>140</sup>. Imagem esta que foi fortalecida pelo Instituto do Ceará, como se pode constatar em seus artigos que tratam da abolição, onde se afirma que logo depois da seca de 1877 a 1879, após muito sofrimento, o cearense teria se engajado na luta pela libertação dos escravos, mostrando sua abnegação e coragem, aspecto que enfocaremos mais detidamente no próximo capítulo. Gleudson Cardoso aborda ainda as questões políticas que ocorreriam no Ceará naquele momento de transição pelo qual o país passava, onde as oligarquias que então detinham o poder político buscavam meios de se adaptar aos novos rumos tomados no país. Esses órgãos literários teriam servido a esses objetivos na medida em que, através de sua produção, buscavam inserir a população no novo contexto que se formava, fazendo crer que o país adentrava na modernidade, alcançando finalmente a civilização e o progresso, ideais caros à república. Ao mesmo tempo em que os

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> Movimento letrado ocorrido no Ceará na década de 1870 e que deu origem a agremiações, clubes e sociedades literárias.

<sup>140</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 12.

órgãos de imprensa, cada um deles propriedade de um chefe oligárquico, mantinham o mesmo objetivo.

Não podemos igualar a atuação do Instituto do Ceará a esses órgãos literários, como também não pretendemos seguir à risca a abordagem de Gleudson Cardoso. No entanto, seu trabalho ajuda a compreender o que acontecia naquele momento no Ceará, nas décadas finais do regime monárquico e início da república, no qual está inserido o Instituto do Ceará. É importante perceber também a finalidade política por trás da atuação do Instituto que, ao mesmo tempo em que buscava legitimar uma identidade regional, contribuía também para a legitimação de uma história nacional, em contribuição com o IHGB. Dessa forma, não podemos falar do Instituto do Ceará sem inseri-lo em um contexto amplo, em contato com o IHGB, e sem inseri-lo também nos acontecimentos que marcavam seu próprio território. É importante entender esse período de mudança de regime, pois ela afeta diretamente os institutos.

Com o objetivo de tornar conhecida a história da província e a produção destes intelectuais, foi criada a Revista do Instituto do Ceará em 1887, mesmo ano da fundação do Instituto. Esta se encontra digitalizada no site do Instituto, onde estão disponibilizadas publicações desde o primeiro ano até 2015<sup>141</sup>, além de conter 8 tomos especiais. A Revista conta com trabalhos, preferencialmente, de seus sócios efetivos, que contribuem com artigos de temas históricos, geográficos e antropológicos. Porém, em seu último número abriu um espaço maior para trabalhos de outros colaboradores, não necessariamente ligados ao Instituto<sup>142</sup>. É editada em Fortaleza e publicada anualmente, sem interrupções, desde sua fundação. Para a presente pesquisa, foram analisados artigos referentes à libertação dos escravos no Ceará publicados entre 1887 e a década de 1950. Cada número da revista contém de 9 a 21 artigos, além de discursos, conferências, atas, notas e transcrições, palestras, homenagens póstumas, críticas bibliográficas e outros documentos. O número de páginas de cada artigo varia de 3 a 14.

Em seus primeiros anos de publicação, a Revista do Instituto do Ceará se chamava “Revista Trimensal do Instituto do Ceará”, passando ao nome atual em 1933. Os assuntos abordados nas publicações referem-se à História, Geografia e Antropologia do Ceará, desde o período colonial aos dias atuais. Porém, são abordados assuntos referentes à história do Ceará em um contexto mais amplo, na relação com outras províncias, como, por exemplo, artigos

---

<sup>141</sup> Disponível em: < <http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>>. Acesso em abril de 2018.

<sup>142</sup> Apresentação. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, Tomo CXXIX, 2015, p. 5.

sobre a participação do Ceará na Revolução Pernambucana e na Confederação do Equador. Passa por diversas editoras desde sua fundação, entre elas a Tipografia Econômica, a Tipografia Minerva, a Imprensa Universitária do Ceará, entre outras; sendo impressa atualmente pelo próprio Instituto. O valor da assinatura também variou, de 4\$000 no início, para 6\$000 em 1896, 10\$000 em 1924; custando R\$30,00 atualmente. A Revista esteve sob a direção do Barão de Studart até 1938, passando então para Thomás Pompeu Sobrinho. Encontra-se atualmente sob a presidência de Ednilo Gomes de Soárez. A revista é remetida, desde sua fundação, para instituições brasileiras e de diversos países, como França, Alemanha, Portugal, Espanha, Estados Unidos, Argentina, Peru, Chile, México, entre outros. No Brasil, era enviada para institutos de diversas províncias, como Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Recife, Sergipe, Espírito Santo, Curitiba, Rio de Janeiro, entre outros. No Rio de Janeiro, a revista era enviada para instituições como o IHGB, o Museu Nacional, o Arquivo Público Nacional, a Biblioteca Nacional, entre outros. Dessa forma, podemos perceber os contatos mantidos pelo Instituto do Ceará com os demais institutos do Império, em relações de trocas intelectuais constantes.

Neste trabalho enfocaremos na relação entre o Instituto do Ceará e o IHGB a partir da perspectiva das relações entre centro e periferia, que entendemos como fluidas e de trocas recíprocas. Analisamos a relação entre centro e periferia a partir de Carlo Ginzburg<sup>143</sup> e sua análise acerca da história da arte italiana. Segundo ele, a relação entre o centro e a periferia não é tão pacífica quanto pode parecer, ou de difusão, mas é caracterizada por conflitos. Esse conflito é “detectável” mesmo em casos onde “a periferia parece limitar-se a seguir humildemente as indicações do centro”<sup>144</sup>. Isso acontece nas relações de dominação, quando o centro caracteriza a periferia como local de atraso. Os centros políticos e econômicos em determinado contexto histórico buscam, dessa forma, ditar as normas políticas e culturais. No entanto, essa relação é fluida, e de trocas constantes, de forma recíproca. Segundo Ana Paula Barcelos<sup>145</sup>, a centralização política no Rio de Janeiro após a independência acentuou as incertezas na relação entre as regiões, iniciadas já no período colonial. Com o desenvolvimento da atividade cafeeira no século XIX, e com esta se tornando o pilar da economia nacional, o Sudeste passou a ser o centro econômico, político e cultural do país, atraindo trabalhadores, artistas, viajantes estrangeiros, entre outros. Durante a seca (1877-

---

<sup>143</sup>GINZBURG, Carlo. Op. Cit.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>145</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos R. da. “‘Nem História nem mesmo Chronica’...” Op. Cit., p. 103.

1879), muitos cearenses migraram para o Sudeste em busca de melhores condições. Dessa forma, naquele contexto, o Ceará era visto como periferia e o Rio de Janeiro, então Corte do Império, como centro. No que diz respeito à produção historiográfica, podemos dizer que houve a mesma centralização. Ana Paula Barcelos apresenta uma crítica feita pelo Barão de Studart em um artigo da Revista do Instituto do Ceará justamente a essa centralização. Ele diz que a história do Brasil era escrita da Bahia para baixo e que os demais Estados do Norte não possuíam “nem história e nem mesmo crônica”<sup>146</sup>.

Nesse sentido, vemos a criação dos institutos regionais como uma tentativa de aumentar a contribuição regional para a história do país. No entanto, essas contribuições seriam remetidas ao IHGB, que se encarregaria de construir a narrativa da nação, ou seja, o centro. Assim, essa relação se caracteriza por um movimento de “aproximação e afastamento entre a História regional e a nacional”<sup>147</sup>, de trocas constantes, em uma via de mão dupla, já que estes intelectuais dos institutos regionais viam nesta aproximação uma oportunidade de afirmação diante do país. De um lado, o Ceará contaria sua história para o restante do país; de outro, o IHGB buscava a unidade e a participação da província na história nacional, obtendo ainda documentos e publicações para seu acervo. Assim, acreditamos que a relação entre os dois Institutos se caracteriza pela reciprocidade, onde o Instituto do Ceará tentava demonstrar, a partir de documentos, que houve muitos episódios e personagens importantes para a história do Brasil no Ceará, como a abolição dos escravos em 1884, por exemplo. Os intelectuais do Instituto buscaram, então, romper com o estigma do atraso a partir do pioneirismo na abolição.

Portanto, procuramos entender, a partir da Revista do Instituto do Ceará, como o Instituto fortaleceu a identidade regional a partir da memória da libertação dos escravos naquela província em 1884, em um trabalho de escrita de uma história regional que contribuía para a história nacional. Destacamos que alguns dos membros do Instituto, inclusive seus fundadores, participaram do movimento abolicionista cearense e da Sociedade Cearense Libertadora. Eram homens que circularam por diversas agremiações intelectuais do Ceará, em diferentes gerações. Angela de Castro Gomes aborda essa noção de geração, que seria um agrupamento de homens, com a mesma classe e idade, e que compartilham gostos e valores, ou seja, visões de mundo. Ela diz que esta noção “situa-se na junção” entre memória e história, em referência a uma memória comum a esses homens, experimentada como

---

<sup>146</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 8.

testemunho de um certo tempo<sup>148</sup>. A autora diz ainda que “a noção de geração deve, portanto, transcender as manifestações ‘externas’, resultando de um trabalho de memória comum de grupo, que identifica sua vivência e a transmite aos seus sucessores que não a compartilharam”<sup>149</sup>.

As gerações se sucedem ao longo do tempo, renovando-se em meio às transformações sociais. A noção de geração teria então dois aspectos temporais: um tempo exterior, que seria “o tempo dos movimentos conjunturais e eventos históricos de um país, região ou grupo local”<sup>150</sup>; e um tempo interior, que diz respeito à forma como tais eventos foram “experimentados por um grupo, constituindo-se um sentido de união, de pertencimento”<sup>151</sup>. Nesse sentido, uma das características dessa categoria é seu aspecto identitário que “se realiza por contraste através do tempo, o que é situado e defendido como projeto daquele grupo ante seus antecessores ou contemporâneos”<sup>152</sup>. Esses homens, membros do Instituto do Ceará, participaram da campanha abolicionista, e irão, através da atuação no Instituto, legar para a posteridade suas lembranças e sua interpretação daquele momento, ao mesmo tempo que fortalecem a identidade cearense com base nesse feito. Guilherme Studart, que estava em constante contato com Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do IHGB, indo inclusive representar o Instituto do Ceará nos Congressos de História empreendidos pelo IHGB, é um exemplo.

Homens como Antônio Bezerra e Rodolfo Teófilo, que foram membros da Sociedade Cearense Libertadora, segundo Gleudson Passos Cardoso, participaram também da Mocidade Cearense e da Padaria Espiritual, engajando-se posteriormente no Instituto do Ceará. A Padaria Espiritual, inclusive, merece destaque, por sua importância para o desenvolvimento da intelectualidade cearense. Esta, diferente das demais agremiações literárias do período, ficou conhecida por satirizar os valores modernos da época, por não corresponderem à realidade popular, composta por indígenas, caboclos, retirantes, negros emancipados e pobres<sup>153</sup>. Ela, então, se colocou como porta voz do que seria essa realidade popular. Os membros desta agremiação se intitulavam “padeiros”, e através de sua produção literária criticavam duramente a burguesia em ascensão na capital cearense, nas páginas de seu jornal,

---

<sup>148</sup> GOMES, Angela de castro. Op. Cit., posição no ebook 655.

<sup>149</sup> Ibidem, posição no ebook 681.

<sup>150</sup> Ibidem, posição no ebook 692.

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> Ibidem, posição no ebook 691.

<sup>153</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 184.

intitulado O Pão. Com influências como Rousseau e Spencer<sup>154</sup>, se propunha a um ineditismo dentro do cenário artístico e literário de então, abordando temáticas voltadas mais para a vida simples, do homem sertanejo, valorizando o espiritual em detrimento do material, que parecia prevalecer na sociedade na qual estavam inseridos os padeiros, à qual buscavam se opor. Segundo Cícero da Costa Filho<sup>155</sup>, o objetivo da Padaria seria “a primazia pela investigação da cultura ‘popular’ cearense”<sup>156</sup>.

Seu líder e fundador, Antônio Sales, iria torná-la conhecida no centro da efervescência literária da época, o Rio de Janeiro, onde este passou a frequentar o círculo literário da capital e inclusive a trabalhar na imprensa. Em sua estratégia de se fazer conhecido, Antonio Sales enviou o programa de instalação da Padaria para intelectuais conhecidos no Rio de Janeiro, como Afonso Celso, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Clóvis Beviláqua, entre outros. Este, inclusive, envia uma carta de reconhecimento ao grupo, publicada em O Pão, e mais tarde torna-se sócio da Padaria. Vemos que a atitude de Sales está inserida na discussão que fazemos acerca da contribuição do regional para o nacional. Segundo Gleudson, “a leitura social dos padeiros passaria a fazer parte do debate intelectual corrente, em que os homens de letras procuravam dar uma imagem à nova nação que nascia sob a poeira de 1889”<sup>157</sup>. Porém, é já em sua segunda fase que o grupo se faz mais presente no cenário literário e intelectual do país, com a admissão dos já citados novos membros Rodolfo Teófilo e Antônio Bezerra.

Dessa forma, é interessante perceber como estes homens já estavam engajados em um movimento intelectual e buscavam novas redes de atuação no campo científico no período posterior à abolição. Gleudson Cardoso divide em dois os segmentos letrados que atuaram no Ceará: a Mocidade Cearense e os Novos do Ceará, ambos movimentos intelectuais que atuaram entre 1873 e 1904 e que deram início a agremiações, clubes e sociedades literárias nas quais esses homens circularam. O autor fala de como os segmentos letrados foram ganhando importância na sociedade cearense:

Como a cidade moderna havia se tornado um território onde a comunicação e os símbolos da cultura humana passaram a ter maior velocidade na sua transmissão, sobretudo com o desenvolvimento da imprensa, os segmentos letrados passaram a

---

<sup>154</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>155</sup> COSTA FILHO, Cícero João da. *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*. 2007. 264f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>157</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 208.

exercer maior influência sobre os demais setores da sociedade; senão pela sua função na burocracia e nas instituições do Estado, foi por conta do seu desempenho em produzir máquinas desejanças, propensas a criar sentimentos identitários, ideários nacionais, a agir sobre um espaço social segundo uma ideia de sacerdócio na polis<sup>158</sup>.

Diz ainda que:

O abalo das instituições imperiais e a emergência para a reconstrução da ordem social e política durante a primeira década do regime republicano, aliados à possibilidade do uso das leituras científicas, evolucionistas e positivistas sobre aquela realidade social, teriam impulsionado a atividade dos letrados cearenses naquele período<sup>159</sup>.

Os intelectuais atuantes nos meios letrados cearenses pertenciam às elites ou eram ascendidos socialmente. Por suas condições materiais, foi possível estudarem em cursos superiores das maiores capitais do Império, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador. Depois, ao retornarem à província de origem, aplicavam sua bagagem de leitura à realidade política e social. Assim, colocavam as ideias em circulação para além das vias comerciais. Entre as décadas de 1870 e 1890, houve também o estabelecimento das casas comerciais inglesas em Fortaleza, a necessidade de urbanização diante do crescimento populacional e o desenvolvimento tecnológico que chegava naquela província, como o telégrafo e as ferrovias, principalmente após o período das secas, quando as atividades comerciais foram retomadas com mais intensidade. Humberto Machado fala sobre essas mudanças técnicas advindas do desenvolvimento do capitalismo, em especial nos meios de transporte e comunicação, como o telégrafo e as ferrovias. Em seu trabalho, ele focaliza principalmente as mudanças ocorridas na Corte e como isso influenciou no desenvolvimento do movimento abolicionista, com a chegada de novas ideias, como o liberalismo, criando uma nova cultura política. Segundo ele:

As transformações estruturais, que estavam ocorrendo na sociedade, atingiram as formas de pensar do homem. As novas ideias, vinculadas ao liberalismo, influenciaram-no na medida em que acenavam com a melhoria das condições de vida. A perseguição tenaz ao bem-estar material passou a orientar as diretrizes do ser humano, exaltando-se os benefícios do progresso e da civilização<sup>160</sup>.

---

<sup>158</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>160</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 107.

Ao mesmo tempo em que a capital do Império se desenvolvia, incorporando hábitos e gostos europeizados, convivia ainda com a “mancha do atraso”<sup>161</sup> que era a escravidão. Na imprensa, que então também se desenvolvia, alguns jornais se dedicaram a divulgar os malefícios do sistema escravista, procurando sempre enfatizar o “dever da imprensa em auxiliar o desenvolvimento do progresso e aprimorar culturalmente o país”<sup>162</sup>. Machado destaca que somente a partir do final da década de 1870 a imprensa começa a se organizar de forma atuante, ressaltando, porém, o alto nível de analfabetismo da população naquele período<sup>163</sup>. No entanto, como destaca Marco Morel<sup>164</sup>, havia uma tradição oral, de origem portuguesa, que permaneceu após o estabelecimento da cultura impressa, onde os periódicos eram lidos em voz alta coletivamente nas tipografias, que se tornaram locais de sociabilidade, debates e troca de ideias, sendo visto como algo rotineiro a circulação de impressos nas ruas, já nas primeiras décadas do século XVIII. Para Machado, a imprensa “pode agir como um agente de mudança social”<sup>165</sup> e fez sentir sua força no movimento abolicionista, pois:

A intensificação do abolicionismo não podia ser omitida pela imprensa. Esta se integra a toda uma escala de valores culturais de sua época, na medida em que tem como uma de suas finalidades a difusão e expressão dos acontecimentos, tornando-os públicos. Portanto ela engaja-se nas mudanças ocorridas na sociedade<sup>166</sup>.

Assim, através das práticas e ideias científicas e letradas, os intelectuais cearenses buscaram inserir o Ceará nesse novo contexto moderno. Para tanto, foi essencial também no Ceará o desenvolvimento da imprensa, pois eram em jornais e revistas que circulavam essas ideias, visando atingir a população e mobilizar a opinião pública. Segundo Gleudson Cardoso, é na década de 1880 que se intensifica a atividade da imprensa no Ceará. Muito dessa intensidade se deveria à ampliação da atividade tipográfica, principalmente com a campanha abolicionista. Em meio ao jornalismo partidário já existente, com jornais que pertenciam às famílias oligárquicas em disputa, desenvolveram-se também jornais voltados para as notícias e as artes:

---

<sup>161</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>163</sup> Ibidem.

<sup>164</sup> MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 23-43.

<sup>165</sup> MACHADO, Humberto. Op. Cit., p. 119.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 115.

Em meados da década de 1880, enquanto o “Pedro II”, a “Constituição”, o “Cearense” e a “Gazeta do Norte” eram os principais diários do Ceará, a existência de outros inúmeros jornais noticiosos, revistas literárias, pasquins humorísticos e folhetos configuraram o cenário jornalístico do período. Passando a seduzir o público leitor cearense cansado dos “troteios” da arena política, o jornalismo de notícias e artes cada vez mais passava a fazer parte do cotidiano cearense<sup>167</sup>.

Ainda segundo Gleudson Cardoso, nesse período o desprestígio do jornalismo partidário, que trazia em seus editoriais ataques aos adversários e casos de violência, contribuiu para a aceitação por parte do público leitor de jornais literários e noticiosos, principalmente em Fortaleza<sup>168</sup>. Foi neste contexto que surgiu o jornal *Libertador* quetinha por objetivo inicial a propaganda abolicionista, mas que a partir de seu segundo ano de publicação, em 1882, passou a ter esse caráter noticioso. Nele escreviam alguns homens que contribuíram também para outros jornais naquele período, como Antônio Bezerra, João Lopes, Antônio Martins e Justiniano de Serpa. No jornal *O Domingo*, folha literária e científica, contribuíram João Lopes, Guilherme Studart e Rodolfo Teófilo; Guilherme Studart contribuiu ainda no *Galeria Cearense* e em *O Ceará*, este contando também com Antonio Bezerra; no *A Avenida* contribuíram Virgílio Brígido e Papi Junior; João Lopes contribuiu também para *O Jornalzinho*, entre outros<sup>169</sup>. Nesse momento, no final do período monárquico e início do período republicano, os principais temas que fundamentaram os discursos intelectuais foram as secas, a abolição em 1884 e as influências de “ideias e valores europeus”<sup>170</sup>. Ainda na década de 1870, foi fundada no Ceará a Academia Francesa (1872), com o retorno de alguns desses intelectuais ao Ceará após se formarem, sob a influência da chamada Escola de Recife. Essa academia foi a principal expoente da chamada Geração de 1870, que pregava “a salvação brasileira através da ciência”<sup>171</sup>, adaptando as ideias europeias com as quais tiveram contato ao meio social no qual viviam.

Na década de 1870, evidentemente, surgiram movimentos intelectuais contestatórios também na Corte, como destaca Angela Alonso<sup>172</sup>. A autora trabalha a chamada “Geração de 1870”, composta por intelectuais brasileiros que se apropriaram de ideias estrangeiras

---

<sup>167</sup> CARDOSO, Gleudson Passos, Op. Cit., p. 43.

<sup>168</sup> Ibidem.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>172</sup> ALONSO, Angela. “Apropriação de Ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial- Vol. III - 1870-1889*. RJ: Civilização Brasileira, 2009, pp. 85-117.

buscando soluções de acordo com suas próprias experiências. Essa apropriação não criava teorias próprias, mas adaptava as já existentes, contestando determinadas situações vigentes na realidade social desses intelectuais. Nesse momento, o debate girava em torno da contestação da elite política imperial, da escravidão e da própria monarquia. Algumas teorias europeias já haviam sido apropriadas e moldadas “à brasileira” na construção de uma nacionalidade própria. Alonso<sup>173</sup> destaca o liberalismo estamental, onde o elemento relevante não era o indivíduo, mas a família, incluindo os escravos; o catolicismo hierárquico, herdado da metrópole e que permaneceu no Império; e o indianismo romântico, que trouxe os ímpetus revolucionários e o sentimentalismo sob forte influência da religiosidade. Essas ideias ajudaram a compor a tradição imperial. Os grupos contestatórios da geração de 1870 buscaram outras teorias para criticar esta tradição. Esses intelectuais, no entanto, buscaram alguns elementos da tradição imperial e seus personagens, tais como o Romantismo, com Castro Alves; personagens como frei Caneca e Tiradentes; e sublevações como a Confederação do Equador (1824) e a Revolta Praieira (1848-1850). Sua produção constituiu-se em textos para debate público onde os temas eram o indianismo, o liberalismo, o catolicismo, a monarquia e a escravidão<sup>174</sup>.

Havia também diferentes grupos que buscavam reivindicar seus próprios interesses, pois se viam impedidos de participar das decisões políticas, como por exemplo os liberais republicanos, os federalistas positivistas e os positivistas abolicionistas. Esses grupos, mesmo com pautas diversas, tinham em comum a militância contra a escravidão. Todos viam a necessidade da abolição. Como autores lidos por estes intelectuais, Alonso cita Stuart Mill, Comte e Pierre Laffitte<sup>175</sup>. Assim, a geração de 1870 foi um movimento de contestação dos valores e instituições imperiais, onde cada grupo possuía suas pautas prioritárias. Porém, todos eles almejavam a abolição da escravidão, mesmo que divergindo quanto à forma como ela se daria. Para Alonso, este foi um movimento reformista, pois não pretendia alcançar seus objetivos por vias revolucionárias<sup>176</sup>, e foi, ao mesmo tempo, um movimento social na medida em que orquestrou mobilizações coletivas. Buscou na Europa não apenas referências teóricas, mas meios de ação, principalmente na Inglaterra e na França, onde surgiam novos meios de

---

<sup>173</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 111.

ativismo político, como comícios, passeatas, entre outros – meios amplamente utilizados no Brasil, inclusive no movimento abolicionista, como veremos mais adiante<sup>177</sup>.

Nesse contexto da segunda metade do século XIX, o trabalho intelectual era visto como meio de alcançar o progresso, norteando a nação rumo à civilização. No Ceará, a Academia Francesa também influenciou o Clube Literário (1886) e sua revista *A Quinzena*, na qual contribuíram Justiniano de Serpa, Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Virgílio Brígido e Antônio Martins. Dessa forma, pelo fato de terem participado dessas diversas organizações intelectuais e da campanha abolicionista:

(...) tomaram-se fortes referências para a experiência política e intelectual desses letrados. A sociabilidade resultante dessas práticas políticas e intelectuais cotidianas, juntamente com seus repertórios de leituras, deu organicidade a um discurso sobre o progresso da sociedade cearense e os possíveis aspectos institucionais viáveis à nação, o que esta deveria seguir para o curso do progresso moral, político e material, segundo o conhecimento das leis naturais e sociológicas<sup>178</sup>.

Dessa forma, esses intelectuais fundamentaram o discurso de que o Ceará seria um exemplo para o restante do país, por ser uma terra de trabalho livre, pioneira na libertação dos escravos, a primeira província a abolir a escravidão já em 1884, possuindo um povo forte, resistente às intempéries do meio e abnegado por natureza. Este seria o discurso divulgado também pelo Instituto do Ceará. Este, como já foi destacado, seguiu as mesmas orientações do IHGB no final do século XIX, de priorização da coleta de documentos, que possuíam um caráter de verdade absoluta, sendo a história entendida como aquela dos grandes personagens e dos grandes feitos que serviriam como exemplo. O Instituto possuía, inclusive, uma comissão de aquisição de documentos, composta por três dos sócios efetivos. Foi fundado por Paulino Nogueira, Joakim Catunda, João Perdigão, Guilherme Studart, Júlio Cezar, Padre Frota, Antonio Augusto e Antonio Bezerra. Segundo seus estatutos, o objetivo da instituição era o de “tornar conhecidas a historia e geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias”<sup>179</sup>. Em artigo da revista intitulado “O Instituto e sua Revista”, em 1925, AntonioTheodorico da Costa diz que:

Folheando a utilissima Revista, pagina por pagina, vê-se á luz de toda a evidencia, que ella é farta de documentos preciosos, bem mostrando o nosso passado e fallando

---

<sup>177</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>179</sup> “Estatutos do Instituto do Ceará”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Tipografia Econômica, Tomo I, 1887, p. 9.

dos principaes acontecimentos de que está repleta a nossa historia desde as mais longinquas datas.

(...) A nossa historia é bella.

Nella ha feitos grandiosos que nos elevam e nos honram.

Nas suas paginasha brilhos que jamais se apagarão, muito embora o esquecimento e o olvido dos homens caia sobre elles como um peso esmagador.

Nesta Revista tudo se encontra mais ou menos para se poder formar a nossa historia.

(...) Temos também uma outra missão a desempenhar: - o nosso progredimento intellectual. Sem esses surtos da intelligencia não poderemos marchar com destinos certos e uma rota segura e luminosa para as conquistas da civilização.

O Instituto é uma associação de letras bem digna e bem util.

A Revista, que publica annualmente, é muito apreciada, não aqui no Ceará, onde conta somente com trinta e dois assignantes, e onde tambem as sociedades desse genero, na sua maioria, nascem e morrem sem nunca apresentar os fructos de seus labores, mas, nos paizes estrangeiros que se esforçam para obtel-a, como uma preciosíssima collectanea de documentação historica e trabalhos outros do maior realce literario.

(...) Felizmente os nossos governos teem auxiliado a publicação da Revista, de vez em quando, dotando-a com pequenas verbas para que ella continue no seu afanoso trabalho e assim possa contribuir para o esclarecimento dos principaes factos de nossa vida político-social<sup>180</sup>. [grifos nossos]

Podemos ver, então, que o objetivo do Instituto era escrever a história cearense, uma história “bela”, motivo de orgulho por seus “feitos grandiosos”. Este trabalho seria feito a partir da coleta de documentos, que abordassem todos os temas referentes à história da província, desde o período colonial até os dias atuais, para que essa história se tornasse conhecida, podendo assim alcançar a civilização. Essa história deveria ser conhecida não apenas no Ceará, mas também pelo país e pelas demais nações ditas civilizadas. Em outro artigo sobre o Instituto, também de 1925, Eusébio Sousa esclarece como seria feito este trabalho:

Investigando o passado, rememorando as suas tradições, ‘arrancadas dos archivos do solo ou das pedras carcomidas dos monumentos’, por intermedio desse ‘Instituto’ dar-se-hia testemunho publico do quanto valia o Ceará, pois ‘nenhum dos Estados do Brasil tem como elle tamanha copia de documentos, mais vastos e seguros subsidios para a formação completa de sua historia especial<sup>181</sup>. [grifo nosso]

Seria então através do passado e das tradições, dos documentos e dos monumentos que se compilaria a história do Ceará. A província possuía meios para isto, pois dispunha de número suficiente de documentos, bastava apenas que estes fossem investigados, selecionados e catalogados, trabalho que seria efetuado pelo Instituto do Ceará. Como já foi dito acima, a Revista era remetida para diversas associações em todo o Brasil, mas também para o exterior,

<sup>180</sup> COSTA, Antonio Theodorico. “O Instituto e sua Revista”. Revista *Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, p. 74.

<sup>181</sup> SOUSA, Eusébio. “Instituto do Ceará”. Revista *Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, p. 187.

como, por exemplo, Argentina, Peru, México, Estados Unidos, Chile, Portugal, França, Canadá, Espanha, entre outros. Entre os sócios do Instituto do Ceará e colaboradores da revista, além dos já citados Max Fleiuss e conde de Afonso Celso, podemos citar também Capistrano de Abreu, cearense que fez carreira no Rio de Janeiro e era membro da Academia Brasileira de Letras; Carlos Laet, também membro da ABL; Tristão Alencar Araripe, Escragnolle Dória, Rocha Pombo, Clóvis Beviláqua, membros do IHGB; além de João Pandiá Calógeras e Raquel de Queirós. Assim, vemos os contatos estabelecidos pelos membros do Instituto, especialmente com os membros do IHGB. Temos notícias<sup>182</sup> de algumas remessas da revista enviadas ao IHGB, como a Edição Comemorativa do Primeiro Centenário do Instituto do Ceará, do Tricentenário do Ceará, do 1º Centenário do Jornalismo Cearense e Adesão do Ceará à Confederação do Equador, do 1º Centenário de Nascimento do Barão de Studart, o Comemorativo do Centenário da Abolição da Escravidão no Ceará, entre outros.

Ao longo da sua existência, de 1887 até seu último número lançado, referente a 2015, a Revista do Instituto sofreu poucas alterações. Suas publicações abordam temas relativos à História, à Geografia e à Antropologia, como a fundação de vilas, considerações sobre o clima e os municípios, as antigas freguesias, a população e textos sobre personalidades importantes para a província, como, por exemplo, Pedro Pereira da Silva Guimarães, deputado cearense que defendia já em 1850 um projeto de lei semelhante à Lei do Ventre Livre, visando libertar escravos recém-nascidos. Há também documentos sobre a fundação de igrejas; sobre a Confederação do Equador; relações de presidentes e vice-presidentes da província desde o período regencial; dados sobre a imprensa cearense, sobre a fauna e até mesmo sobre inscrições rupestres. Percebe-se que a partir da década de 1940 começam a aparecer artigos escritos por mulheres, embora sejam bem poucos. Em 1945, encontramos um artigo sobre a contribuição do negro para a formação brasileira, instigando os historiadores brasileiros e cearenses a estudarem o tema, já que a contribuição que possuíam era escassa. Porém, é o único artigo que encontramos sobre o tema, dentro do recorte adotado neste trabalho.

No mesmo ano, encontramos um artigo sobre a proclamação da República, que traz a transcrição de uma carta de Agostinho Enéas da Costa para Luís Monteiro Maia relatando como se deu a mesma no Ceará. Percebe-se que o autor é contra o ocorrido. Na carta, ele relata que o presidente da província não declarou seu apoio imediatamente ao governo republicano, preferindo esperar recomendações do mesmo. Porém, membros da Escola Militar

---

<sup>182</sup> Alguns números da *Revista do Instituto do Ceará* enviadas ao IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99673-revista-do-instituto-do-cear%C3%A1.html>. Acesso em julho de 2017.

e do 11º Batalhão foram às ruas e juntamente com aquela parcela da população favorável à república, declararam o Tenente Coronel, comandante do Batalhão, como novo presidente da província, em meio a uma multidão no passeio público, se dirigindo ao palácio para comunicar ao então presidente que ele seria deposto. Este se diz surpreso, mas aceita. Ocorre, então, uma pequena confusão quando alguém rasga um quadro de Dom Pedro II. Naquele momento, o autor pensa que os acontecimentos ainda poderiam ser “abafados”, mas que ainda assim perderia seu emprego por causa de sua orientação monarquista<sup>183</sup>. Além deste, foi encontrado apenas mais um artigo sobre o assunto, em 1924<sup>184</sup>. Ainda assim, percebe-se que o Instituto do Ceará segue a orientação do IHGB de não abordar a passagem da monarquia para a república a não ser bastante tempo depois.

### 1.3 O movimento abolicionista cearense e sua repercussão nacional e internacional

Em 25 de março de 1884 aconteceu no Ceará a cerimônia de libertação de todos os escravos daquela província, resultado de um movimento abolicionista que mobilizou o país. O movimento abolicionista no Ceará iniciou-se com a criação da Sociedade Cearense Libertadora, em 08 de dezembro de 1880 como um desdobramento da sociedade comercial chamada Perseverança e Porvir, fundada em 1789. Já em 01 de Janeiro de 1881 foi criado o jornal Libertador, Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, por meio do qual os abolicionistas da sociedade divulgavam suas ideias. Para entender o próprio movimento abolicionista cearense, que ocorreu entre 1881 e 1884, cabe a análise do jornal Libertador. Este jornal é essencial para entender o movimento abolicionista naquela província, por ser um órgão da Sociedade Cearense Libertadora, a mais atuante sociedade abolicionista do Ceará. A partir dele, percebemos na atuação da Sociedade, uma mudança, de mais radical no início para mais conservadora ao final. Inicialmente os abolicionistas se declaravam radicais, organizando greves e facilitando fugas de escravos. Posteriormente, passaram a utilizar a propaganda para convencer os senhores a libertarem seus escravos, buscaram meios de comprar alforrias e defenderam que os escravos da província fossem libertados sem desordem

---

<sup>183</sup> COSTA, Agostinho Enéas. “Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luís Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, Tomo LIX, 1945, pp. 1-2.

<sup>184</sup> FONSECA FILHO, Julio Cesar da. “O Ceará e a Proclamação da República”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXVIII, 1924, pp. 342-354.

ou revoltas. Entendemos que eles foram adaptando suas práticas e discursos de acordo com o desenrolar do movimento e a conjuntura, como destaca Angela Alonso<sup>185</sup>. Porém, aprofundamos essa questão ao tentar perceber em que medida essa mudança de atuação contribuiu para que o movimento abolicionista no Ceará fosse visto como modelo para as demais províncias do Império, ou seja, se ele teria sido bem sucedido e permanecido como modelo caso tivesse continuado com características radicais.

A análise do jornal *Libertador* se faz importante para perceber essas questões. Ele começa a circular em 1881, logo após a fundação da Sociedade Cearense Libertadora, sendo publicado em Fortaleza. A princípio foi publicado quinzenalmente, depois semanalmente e, por fim, quando adquiriram uma Tipografia própria, diariamente. Foram analisadas para essa pesquisa as publicações do ano de 1881 até agosto de 1884, quando a Sociedade Cearense Libertadora se desfaz. Suas publicações não estão em sequência, havendo alterações. No ano de 1881 analisamos os números 01 a 20. Do ano de 1882 temos apenas o número 01. O ano de 1883 começamos com o número 147 e segue em ordem até o número 282. Do ano de 1884 foram analisados os jornais desde o número 58 ao 160. O jornal encontra-se digitalizado no site Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Nele encontram-se publicações do *Libertador* do ano de 1881 a 1892. Após 1884, o jornal continua, porém não mais ligado à Sociedade Cearense Libertadora, pois essa se desfaz com a concretização dos seus objetivos. O jornal passa, então, à responsabilidade dos acionistas da “*Empreza Typográfica*”, que possuíam a maioria de suas ações. Nesse momento, seus novos responsáveis se comprometem a continuar seguindo o programa delineado em 1882 e a manter o mesmo título, por este representar um passado glorioso. A partir da década de 1890 o *Libertador* funde-se ao jornal *O Estado do Ceará*, se tornando *A República*<sup>186</sup>.

O jornal começa em 1881 com 8 páginas, mas há publicações com 4 e 6 páginas. O número de 1882 possui 6 páginas. A partir de 1883 até 1884 o jornal passa a ter 4 páginas. Os números de 1881 contavam com pouco ou nenhum anúncio no início. A partir de 1883 firma-se esse modelo de 4 páginas, sendo a primeira e a última para anúncios, restando duas para conteúdo jornalístico. De meados de 1884 até o último número analisado, os anúncios passam a ocupar também metade da página três. No início, uma página era dividida em duas colunas. A partir de 1883, cada página passa a ser dividida em seis colunas. Em 1881, o jornal era

---

<sup>185</sup> ALONSO, Angela. “O Abolicionismo como movimento social”. *Estudos Históricos*, São Paulo: CEBRAP, 100, novembro 2014, pp. 115-137.

<sup>186</sup> ALVES, Marinez; FIGUEIRÊDO, Madalena (Orgs.). *Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010, 48p.

destinado quase que exclusivamente ao tema da escravidão e do abolicionismo. Após 1883, firma-se o seguinte modelo: o primeiro artigo poderia tratar de qualquer questão relativa à província, sendo o abolicionismo ou não – geralmente discutiam-se questões políticas ou financeiras; depois desse artigo inicial, temos a sessão “Gazetilha”, composta de pequenas notas sobre assuntos diversos, com notícias nacionais e internacionais; na sequência, vinham artigos com publicações diversas, geralmente relativas ao movimento abolicionista: notícias de libertação de algum município da província, descrição das festas de libertação, discursos ocorridos nessas ocasiões ou de deputados em sessões na Câmara ou em Assembleias provinciais, em uma sessão intitulada “Sessão Especial”.

Há alguns números com artigos enviados por correspondentes em Paris, ou em outros municípios e províncias, que fazem parte da sessão “Correspondência”. Esta, porém, não era fixa. Havia números que traziam textos em relação à agricultura, com artigos sobre plantação de tabaco, algodão, entre outros, em uma sessão intitulada “Interesse Geral”. Há também sessões de poesias ou folhetins, e outra intitulada “Letras e Ciências” que trazia textos sobre personalidades conhecidas na área da Filosofia e teorias vigentes à época. Outra sessão fixa, além da “Gazetilha”, era a “Tribuna do Povo”, onde os leitores enviavam cartas para serem publicadas, que geralmente continham recados e questões pessoais. Mas, todas essas sessões variavam de um número para o outro, as únicas que apareciam em todos eram a “Gazetilha” e a “Tribuna do Povo” (por isso, nos referimos a elas como fixas), além do artigo inicial, que variava de assunto. Eram seus redatores Antônio Bezerra de Menezes, José Teles Marrocos e Antônio Martins; e colaboradores Frederico Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, João Lopes, Abel Garcia e Almino Álvares Afonso. Alguns dos membros da Sociedade Cearense Libertadora, inclusive, serão posteriormente sócios do Instituto do Ceará, como, por exemplo, Antonio Bezerra de Menezes, redator do Libertador, o padre João Augusto da Frota, Rodolpho Teóphilo, Virgílio Brigido e Guilherme Studart, que inicialmente fazia parte da Sociedade, mas saiu e fundou outra sociedade abolicionista, o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, por não concordar com os meios de atuação da Sociedade Cearense Libertadora.

Dessa forma, o movimento abolicionista cearense inicia-se efetivamente em 1881 e vai até 1884. Como já ressaltamos, a Sociedade Cearense Libertadora tornou-se a principal sociedade abolicionista daquela província e tinha uma atuação vista como radical por seus contemporâneos, por seus membros facilitarem fugas de escravos, por terem ajudado na greve que aconteceu no porto de Fortaleza (conhecida como greve dos jangadeiros), onde chegaram mesmo a arrancar as pedras do calçamento para dificultar a ação policial; além de ter desafiado a polícia com panfletos e pela própria linguagem utilizada no jornal. Ficou vista

como radical também posteriormente, como vemos nos artigos da Revista do Instituto do Ceará que falam sobre ela, sendo comparada ao Centro Abolicionista 25 de Dezembro, este tido como o que possuía atuação mais branda:

(...) O ‘Centro’ queria a liberdade do escravo pela ordem jurídica, pelo regimem de paz, pelos meios suasórios, pela persuasão affectiva e effectiva, pela palavra evangélica, pelo equilíbrio das forças existentes e do porvir com os interesses creados e dominantes. A ‘Libertadora’, ao contrario, a queria pelos meios revolucionarios, sem escolher armas na panóplia dos elementos tumultuários, desconhecendo tudo e todos. Era um clarão rubro querendo ser a aurora – anunciadora do sol. (...) A ‘Libertadora’ era uma especie de soviet ou melhor uma carbonária áportuguesa, uma contrafacção da maçonaria. O juramento sob punhais era uma cerimonia pitoresca para não dizer burlesca. (...) Era, em summa, um bom e bello ideal servido por más e feias paixões, de um radicalismo cruel. (...) Não se póde, porém, desconhecer, por um só momento, que foi um factor poderosíssimo da derrocada da escravidão. E’ preciso render-lhe a devida justiça, que a Historia ha de proclamar sem cessar como um canto de grande epopéa<sup>187</sup>.

Suas características mais radicais ficariam mais definidas após a greve dos jangadeiros, como ficou conhecida a paralisação ocorrida no porto de Fortaleza nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. A paralisação se tornou um marco na história do Ceará e foi organizada pela Sociedade Cearense Libertadora juntamente com os jangadeiros, que eram responsáveis por levarem os escravos dos navios até a praia, e vice-versa. Nestes dias, os jangadeiros se recusaram a embarcar os escravos que seriam transportados para outras províncias e, junto com a multidão que se encontrava na praia, gritaram: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”; frase que se tornou emblemática do movimento. Naquele momento, o Ceará ainda vendia escravos para outras províncias, prática fomentada pela seca de 1877, quando os fazendeiros, perdendo suas colheitas e seu gado, viram no escravo uma verdadeira (e única) moeda de troca<sup>188</sup>. Assim, Robert Conrad diz que “o Ceará, na realidade, ainda era, em 1880, um empório do comércio nordestino de escravos, reunindo nas suas praias os escravos tanto das províncias vizinhas quanto aqueles de seu próprio interior para deportação para o sul”<sup>189</sup>. Era justamente essa prática que os abolicionistas buscariam evitar, atingindo assim a escravidão em seu ponto mais importante.

No primeiro dia da greve (27) embarcariam na praia de Fortaleza catorze escravos rumo ao Sul, no navio “Pará”. Este, porém, seguiu sem os escravos, não obstante os recursos

<sup>187</sup> FONSECA, Julio César da. “Em torno da abolição”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1924, p. 356.

<sup>188</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed. 1978, p. 213.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 214.

policiais para que eles fossem embarcados. Os jangadeiros inclusive recusaram ofertas em dinheiro para que levassem os escravos até os navios<sup>190</sup>. No dia 30 repetiu-se o mesmo feito, desta vez impedindo o embarque de trinta e oito escravos no navio “Espírito Santo”, estando presente na praia em torno de três mil pessoas<sup>191</sup>. Até mesmo as autoridades portuárias aderiram ao movimento, e também o “Espírito Santo” partiu sem os escravos. Assim, os abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora viram que podiam contar com o apoio popular, o que fez toda diferença para que continuassem mobilizando a população para a causa, tanto em ações práticas quanto através do jornal.

Continuaram então promovendo a fuga de escravos, como no caso relatado por Raimundo Girão, quando os abolicionistas da Libertadora souberam que os escravos impedidos de embarcar no “Espírito Santo” encontravam-se guardados em um prédio, e durante a madrugada, adentraram-no pelos fundos e, combinados com os escravos, encheram a casa de capim seco e provocaram um incêndio, em meio ao qual os escravos fugiram. Quando o povo e a polícia chegaram ao prédio e arrombaram a porta viram que os escravos haviam fugido<sup>192</sup>. Esse acontecimento foi visto pelos setores mais conservadores da sociedade, bem como pelas autoridades, como um ato revolucionário, ficando assim conhecido o caráter do movimento abolicionista cearense até aquele momento e o da Sociedade Cearense Libertadora posteriormente. Pedro Alberto de Oliveira Silva diz que “depois do bloqueio do porto, o movimento tomou, sob certos aspectos, uma linha revolucionária”<sup>193</sup>; embora possamos perceber que posteriormente não continuarão seguindo esta linha destacada por Silva.

Outro exemplo de facilitação de fuga de escravos pelos abolicionistas foi o roubo de seis escravos da propriedade do Tenente Antonio Pereira de Brito Paiva, no dia 25 de abril de 1881. Este acontecimento foi tido como prova da ousadia dos abolicionistas, por ter sido empreendido contra pessoa politicamente importante na província e obteve muita repercussão na capital. O Tenente Brito Paiva já havia sido deputado provincial diversas vezes e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, além de ser pai do então capitão do exército, Vicente Osório de Paiva e do juiz substituto da 1ª e 2ª varas de direito de Fortaleza, o Dr.

---

<sup>190</sup> MOREL, Edmar. Op. Cit., p. 96.

<sup>191</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção*. 2. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011, p. 202.

<sup>192</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3. ed. Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p.128.

<sup>193</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira, Op. Cit., p. 203.

Joaquim Olimpio de Paiva. Valendo-se da posição social e do poder conferidos por seu cargo e de seus filhos, o Tenente conseguiu reaver quatro escravas dos seis que foram raptados e moveu uma ação na justiça contra Isac do Amaral, que teria liderado o furto. As audiências arrastaram-se morosamente, pois os libertadores combinaram com alguns personagens populares da capital, como Basófia, Zé da Hora e Piau, para que as atrapalhassem fazendo barulho e criando confusão do lado de fora onde as mesmas ocorriam. Exasperado, o Tenente Brito Paiva aceitou fazer um acordo, pondo fim ao caso. Em relação aos furtos de escravos, diz Raimundo Girão que os libertadores José e Isac do Amaral, distinguiram-se nesta prática, utilizando as propriedades rurais de sua mãe para esconder os escravos fugidos. Edmar Morel fala de uma verdadeira organização para proporcionar fugas de escravos, onde:

Os escravos são retirados de noite e conduzidos para as fazendas vizinhas e de propriedade de abolicionistas. Estabelecem um sistema de troca que recebe o nome de “baldeação”. Os pretos do interior são colocados na Capital e vice-versa, todos em lugares seguros. Caravanas antinegreiras cortam o Nordeste, desmantelando a máquina escravagista. As populações, perdidas no hinterland, já contaminadas pela propaganda, tudo facilitam, fornecendo-lhes comida e pouso<sup>194</sup>.

Assim, vemos como a propaganda mobilizou o apoio da população para o movimento. Morel relata ainda uma outra ocasião em que tentaram embarcar duas escravas, em uma tentativa do governador Pedro Leão Velloso de reabrir o porto, disponibilizando para isso grande aparato policial. Já sabendo da intenção do embarque, reúnem-se no porto a população, os jangadeiros e os membros da Sociedade Cearense Libertadora, aguardando o que aconteceria:

Desejando os donos das mucamas o maior sigilo sobre a ida destas para a praia, temendo qualquer incidente, resolveram fazer o transporte delas dentro de uma carruagem de luxo, tomando assim todas as cautelas, para escapar(...). Ao chegar o coche perto do trapiche, os abolicionistas João Carlos Jataí e Cândido Maia, apercebendo-se da astúcia, avançam para a frente do veículo, sofriam a marcha dos cavalos e, sem perda de tempo, arrebataam as rédeas das mãos do boleiro, em grande disparada fazem volver o carro para dentro da cidade e, aí, em lugar seguro, deixam as duas presas da sua audácia. (...) O navio levanta ferros, sem levar a carga negra<sup>195</sup>.

Logo após, em 30 de agosto, houve outra greve no porto de Fortaleza, mais uma vez organizada pelos abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora, em acordo com os jangadeiros. Neste dia, pretendia o Sr. Camerino de Castro Menezes embarcar para o Pará,

---

<sup>194</sup> MOREL, Edmar. Op. Cit., p. 92.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 99.

onde residia, duas escravas para seu uso doméstico e, sabendo das ações dos abolicionistas, tentaria embarcá-las no porto de Acaraú e recebê-las no Maranhão, evitando assim o porto de Fortaleza. Pretendia também o Sr. Magalhães enviar escravos para o Pará e, para isto, ambos pediram ajuda do Chefe de Polícia, Torquato Mendes Viana. Os abolicionistas da Libertadora que já se encontravam cientes das intenções destes senhores, convocavam a população e articulavam outra paralisação com os jangadeiros, além de arrancarem as pedras do calçamento para dificultar a ação policial<sup>196</sup>. Folhetos foram espalhados em resposta à polícia, pois esta havia declarado que ou escravos embarcavam ou haveria sangue, ao que os abolicionistas responderam que houvesse sangue. Em meio à confusão que ocorria na praia, os libertadores colocaram as duas escravas do Sr. Camerino dentro de um carro e fugiram. Assim, naquela ocasião não embarcou nenhum escravo, fato que afetou a autoridade do Chefe de Polícia. Mais ainda, o irritou o fato de ter aderido ao movimento o comandante do 15º Batalhão do Exército, o Coronel Lima e Silva. Este chegou a convidar os libertadores para a comemoração do seu aniversário, sendo recebidos no evento com saudações de “Viva a Sociedade Cearense Libertadora!”.

Nesta ocasião, o Coronel Lima e Silva prometeu aos abolicionistas que, por sua honra militar, não dispararia um tiro sequer sobre eles, por ser adepto das mesmas ideias em prol da libertação dos cativos<sup>197</sup>. Este fato se deu antes da greve de 30 de agosto, o que contribuiu para o sucesso da mesma. Os libertadores, no entanto, haviam combinado entre si que assassinariam o Chefe de Polícia caso o Comandante não cumprisse sua palavra. José do Nascimento o acompanhou o tempo todo, portando uma arma, mas o Comandante cumpriu o prometido. Ainda assim, os participantes do movimento sofreram represálias das autoridades – o Chefe de Polícia e o então Presidente da Província, Pedro Leão Veloso. Foram demitidos de seus cargos públicos o Dr. Frederico Borges (Promotor), Siqueira Mano e Ferreira Vale (oficiais da Guarda Cívica) e Francisco do Nascimento (Prático e prático-mor da Barra). Dr. Almino Afonso (Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Geral) e Pedro Borges (médico do Corpo de Saúde do Exército) foram removidos para o Rio Grande do Sul. Além disso, o 15º Batalhão do Exército, que havia declarado seu apoio aos abolicionistas, foi removido para o Pará. No entanto, a greve dos jangadeiros passou para a posteridade como um marco do movimento abolicionista cearense, demonstrando a força popular e a rebeldia no movimento,

---

<sup>196</sup> GIRÃO, Raimundo. Op. Cit., p. 151.

<sup>197</sup> Ibidem p. 153.

assim como ficou marcada a figura de liderança de Francisco José do Nascimento, tornando-se conhecido como Dragão do Mar.

Devido à greve dos jangadeiros, uma reunião previamente marcada da diretoria da Sociedade Cearense Libertadora para a discussão dos estatutos de fundação teve que ser remarçada. A pauta da reunião visava definir quais rumos a Sociedade tomaria. Segundo depoimento de Antonio Bezerra, presente no livro de Raimundo Girão<sup>198</sup>, essa reunião foi marcada pelo presidente provisório João Cordeiro por causa dos constantes tumultos ocorridos nas reuniões em vista do desacordo entre os sócios sobre a atuação da sociedade. A reunião ocorreu em uma sala ao lado de um prédio comercial, nomeada por João Cordeiro de “Sala de Aço”. Do relato de Antonio Bezerra, destaco o seguinte trecho:

Ali achava-se uma mesa grande, coberta com um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno. Depois de fechada a porta da entrada e acesas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e, arrancando a cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa, onde ficou cravado, oscilando sinistramente ao reflexo das luzes, e disse: - “Meus amigos, exijo de cada um de nós um juramento sobre este punhal, para matar ou morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos. Vamos travar uma luta horrível com o governo, e por isso está em tempo de se retirar aquele que for amigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair, que ainda sai em tempo” e logo se retiraram onze, cujos nomes por conveniência ocultamos do desprezo público<sup>199</sup>.

Juraram e formaram a nova diretoria<sup>200</sup> os abolicionistas João Cordeiro, como presidente; como vice, José do Amaral; como 1º secretário o Dr. Frederico Borges; como 2º secretário Antônio Bezerra; e como diretores Antônio Martins, José Teodorico, José Barros, José Marrocos e Isac do Amaral. Como sócios e abolicionistas de destaque no movimento, podemos citar Antônio Cruz, Padre Frota, Alfredo Salgado, Pedro Borges, Almino Alvares Afonso, Manuel Albano Filho, João e José Albano, João Carlos Jataí, J. Cândido Maia, Justiniano de Serpa, Rodolfo Teófilo e Felipe Sampaio<sup>201</sup>. Outra providência de João Cordeiro foi a de criar codinomes para os membros da diretoria, para que pudessem agir mais livremente; além de adotarem uma escrita secreta. Na mesma reunião, ficou definido que a Sociedade Cearense Libertadora só teria dois estatutos, sendo o primeiro “Um por todos e

---

<sup>198</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>199</sup> Ibidem.

<sup>200</sup> Entre aqueles que compunham esta diretoria, destacamos que Antônio Bezerra e Padre Augusto da Frota tornaram-se posteriormente membros do Instituto do Ceará.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 109.

todos por um” e o segundo: “A sociedade libertará escravos por todos os meios a seu alcance”<sup>202</sup>. João Cordeiro relata como definiu estes estatutos em suas memórias, em trecho transcrito por Raimundo Girão<sup>203</sup>. Segundo Cordeiro, quando foi fundada a Sociedade Libertadora e ele foi aclamado presidente, nomeou uma comissão para organizar os estatutos. Dias depois se reuniram para a leitura e aprovação dos mesmos. No entanto, os membros da diretoria não entraram em um acordo e para acabar com a discussão, Cordeiro declarou:

O projeto de estatutos que acaba de ser lido não convém. Nós queremos uma sociedade carbonária, sem ligações com o governo, que ocupe-se revolucionariamente da libertação dos escravos por todos os meios ao alcance dos nossos recursos pecuniários, da nossa inteligência e da nossa energia. Os estatutos que nos convém devem ser simplesmente estes: - Art. 1º - Libertar escravos, seja por que meio for. Art. 2º - Todos por um e um por todos<sup>204</sup>.

Dentre aqueles que não concordaram com os estatutos e se retiraram estavam os fundadores do Centro Abolicionista 25 de Dezembro, considerado de atuação mais branda, como já dissemos acima. A partir destes exemplos podemos perceber o caráter radical ao qual se propunha a Sociedade Cearense Libertadora no início de sua atuação. Porém, a retórica da ordem também era mobilizada por esses abolicionistas quando necessário. Na medida em que os escravistas os acusavam de radicais e revolucionários, eles diziam que não estavam perturbando a ordem, buscando assim esvaziar seus argumentos. No *Libertador* de nº 3, de fevereiro de 1881, sobre a greve dos jangadeiros eles dizem que “uma verdade ficou bem patente é que a ordem pública não foi alterada e nem ameaçada. Os negreiros, portanto, perderam tudo, e nem acharam mais com que especular”<sup>205</sup>. A partir de 1882, o formato do *Libertador* muda, assim como as práticas dos abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora. O jornal passa a abordar outros temas referentes à província, além do tema da abolição, e a investir mais na propaganda e em meios de conseguir alforrias. Recebiam doações, publicando-as nas páginas do jornal, assim como organizavam bazares e quermesses visando angariar donativos, que seriam vendidos para que alforrias fossem compradas com o dinheiro arrecadado. O Fundo de Emancipação, cota governamental destinada à compra de alforrias implementada com a Lei do Ventre Livre (1871) também seria amplamente usado no Ceará, o que a Sociedade Cearense Libertadora fazia questão de fiscalizar.

---

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Ibidem.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>205</sup> *Libertador*, nº 3, 7 de Fevereiro de 1881, p. 4.

Já em relação ao posterior conservadorismo, podemos citar uma maior abertura para a religião no jornal. Esta sempre esteve presente, como vemos desde o início no *Libertador*, a exemplo da frase “Ama teu próximo como a ti mesmo” no cabeçalho das publicações. Porém, isto intensificou-se a partir de 1883, como fica evidente em sua linguagem, na busca por referências cristãs, com publicações de trechos bíblicos<sup>206</sup> e com espaços reservados para discussões religiosas. Nesses momentos, o jornal sempre se posicionava de forma favorável ao catolicismo, talvez pelo papel da militância de padres no movimento. Havia também celebrações religiosas em muitas das cerimônias de libertação dos municípios da província, muitas ocorrendo dentro das Igrejas, bem como libertações ocorridas em cerimônias religiosas. À medida que o movimento abolicionista foi se desenvolvendo na província e angariando adeptos, muitos destes aos poucos foram libertando seus próprios escravos. Além disso, o que a Sociedade Cearense Libertadora fazia na capital, Fortaleza, outras sociedades faziam em outros municípios, pois o número destas foi crescendo e seguiam a Cearense Libertadora como exemplo, facilitando a compra de cartas e utilizando toda uma propaganda para que a população o fizesse. Escravos passaram a ser libertados em toda celebração ou ocasião tida como especial: comemorações de emancipação de municípios, sessões solenes de fundação de sociedades libertadoras, batismos, casamentos, entre outros. Desta forma, os municípios foram gradualmente libertando os escravos, até que toda a província declarou a emancipação. Sendo assim, o movimento, ao final, tinha um caráter muito mais de convencimento do que de enfrentamento, sendo mais emancipacionista do que abolicionista.

Angela Alonso trata do movimento abolicionista como um movimento social. Este, segundo ela, seria uma ação que se caracteriza pela pressão sobre as autoridades por parte de grupos que não têm “acesso ou capacidade de impactar a política institucional”<sup>207</sup> e pela fluidez, como uma “rede em contínuo rearranjo, com posicionamentos que mudam ao longo do processo político, conforme as constelações de força”<sup>208</sup>. Percebemos que isto se confirma no que se refere ao Ceará, pois, como vimos inicialmente, os abolicionistas se declaravam radicais, organizando greves e facilitando fugas de escravos e, posteriormente, passaram a utilizar a propaganda para convencer a população a libertar seus escravos e buscavam meios de comprar alforrias. Diziam, assim, que haviam libertado os escravos da província sem

---

<sup>206</sup> *Libertador*, nº 147, 11 de Julho de 1883.

<sup>207</sup> ALONSO, Angela. “O Abolicionismo como movimento social...”. Op. Cit., p. 120.

<sup>208</sup> *Ibidem*.

desordem ou revoltas. Ou seja, eles foram adaptando suas práticas e discursos de acordo com o desenvolvimento do movimento e as mudanças de conjuntura.

Alonso destaca ainda que os abolicionistas brasileiros adaptaram as práticas e discursos estrangeiros para sua realidade, mas ressalta que “nunca uma performance é idêntica à outra” e que ao adequá-las, eles acabavam por singularizá-las, de acordo com suas realidades locais, pois “experiências sociais específicas impõem escolhas e adaptação”<sup>209</sup>. Dessa forma, ela diz que esses ativismos eram “modulares”, resultando em “variações regionais e matizes locais”, o que “facilitou a coordenação entre facções e possibilitou a nacionalização da campanha”<sup>210</sup>. Assim, a autora desconstrói três mitos referentes ao movimento abolicionista brasileiro: o de uma cópia dos movimentos abolicionistas estrangeiros, ocorrendo na verdade uma adaptação; a narrativa da abolição como obra exclusiva da coroa; e o mito da apatia da sociedade. Ela defende que havia conflitos, disputas e rearranjos, mas tanto abolicionistas quanto escravistas estavam organizados e contavam com a mobilização social. Mobilização esta que foi muito importante no movimento abolicionista cearense, como no episódio da greve dos jangadeiros, por exemplo. Lusirene Ferreira também destaca que o movimento abolicionista não foi homogêneo, mas múltiplo, com diversos projetos de abolição e de sociedade pós-abolição em disputa. Para ela:

De fato, os vários grupos sociais que se forjavam nesse cenário não tinham consenso em torno da identidade ‘abolicionista’ e, muito menos, lutavam por um projeto único de extinção do cativo. Porém, guiavam-se nesta luta, em busca de viabilizar seus projetos políticos, que se delineavam no calor do embate travado ao longo do processo de extinção do regime escravista<sup>211</sup>.

Os atores sociais eram múltiplos, e as identidades foram se delineando ao longo do movimento, a partir das escolhas feitas por esses sujeitos ou posteriormente. Em outro trabalho, Angela Alonso<sup>212</sup> diz que a conjuntura política é chave para entender o movimento, já que as estratégias abolicionistas respondiam ao contexto político. Respondiam também às iniciativas dos escravistas “operando sucessivamente com flores (no espaço público), votos (na esfera político-institucional) e balas (na clandestinidade), num jogo de ação e reação de

---

<sup>209</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>211</sup> FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da Imprensa: A repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. 2010.132f. Dissertação de Mestrado. São João del-Rei, 2010. p. 39.

<sup>212</sup> ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas...* Op. Cit. Ver também: MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit.

duas décadas (1868-1888)”<sup>213</sup>. Os abolicionistas agiam de acordo com o que permitiam as ações dos escravistas no espaço público ou no Parlamento, de acordo com o que era decidido nesta e qual partido estava no poder, liberal ou conservador, adaptando-se ao contexto. Ela fala do movimento abolicionista no Brasil, em um contexto geral, inserindo-o também em um contexto internacional, onde no século XIX diversos países aboliram a escravidão, e como isso afetou o Brasil, ficando por último como país escravista entre as demais nações do mundo civilizado. Dentro da narrativa dos acontecimentos do movimento abolicionista, ela apresenta a atuação de diversos personagens importantes para o movimento, que agiram de formas distintas e influenciaram os caminhos do movimento, como André Rebouças, Abílio Borges, José do Patrocínio, Luiz Gama e Joaquim Nabuco; assim como os escravistas Paulino Soares e José de Alencar. O movimento nas ruas respondia ao que era decidido no Parlamento e vice-versa. E o Ceará não estava alheio a isso, pois os abolicionistas da Cearense Libertadora mantinham contato direto com abolicionistas da Corte, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Este viajou por países da Europa e América, como Portugal, Espanha, Cuba, França e Inglaterra, buscando apoio e métodos de ativismo e adaptando-os ao contexto nacional ao retornar. Alonso diz que a atitude de Nabuco internacionalizou a campanha brasileira, embaraçando os partidos brasileiros e reforçando a imagem da escravidão no Brasil como aberração diante das nações ditas civilizadas<sup>214</sup>.

José do Patrocínio, inclusive, passou alguns meses no Ceará, em 1882, participando da fundação de associações abolicionistas, libertando escravos em vários pontos da província e marcando datas para libertação de municípios. Após essa estadia, continuou mantendo contato com os abolicionistas por correspondência<sup>215</sup>. Ele conhece João Cordeiro, líder da Cearense Libertadora, quando vai ao Ceará cobrir a seca de 1877 para o jornal no qual trabalhava, o *Gazeta de Notícias*. Cordeiro havia criado a *Perseverança e Porvir* em parceria com José Correia do Amaral no aniversário da Lei do Ventre Livre em 1879. Em 1880, criam a *Sociedade Cearense Libertadora*, como já foi dito. Segundo Alonso, “a primeira do tipo fora da Corte a ganhar visibilidade nacional”<sup>216</sup>. Identificada com o desenrolar do movimento na Corte, esta promovia eventos semelhantes às conferências-concerto organizadas ali, buscava apoio das autoridades locais e possuía entre seus membros alguns advogados, que seguiam o

---

<sup>213</sup> Ibidem, posição no ebook: 177.

<sup>214</sup> Ibidem, posição no ebook: 2681.

<sup>215</sup> Ibidem, posição no ebook: 3139.

<sup>216</sup> Ibidem, posição no ebook: 2702.

estilo Gama de ativismo, buscando a liberdade dos escravos por meio da justiça<sup>217</sup>. Por sua vez, os abolicionistas da Corte também se mantinham informados sobre o que ocorria no Ceará, organizando homenagens àquela província pela greve dos jangadeiros, como ocorreu em conferência-concerto no Teatro Pedro II, por iniciativa de André Rebouças<sup>218</sup>. Quando Patrocínio retornou ao Rio de Janeiro após sua visita ao Ceará, houve festas e homenagens à província no Teatro Recreio Dramático e no Teatro São Luís, com a presença de mais de mil pessoas<sup>219</sup>. Além disso, Joaquim Nabuco comunicava-se com José Correia do Amaral e os jornais *O Abolicionista* e *Gazeta da Tarde* cobriram toda a movimentação do fechamento do porto de Fortaleza<sup>220</sup>. Alonso diz que dessa forma “se cristalizava o esquema interpretativo da Terra da Luz contra as trevas da escuridão”<sup>221</sup>.

Outro exemplo do contato entre Ceará e Rio de Janeiro foi a adaptação por parte daquele da tática de libertação de território, que remetia a uma tática utilizada nos EUA que visava criar um território livre para onde pudessem ser enviados os escravos fugidos, a “underground railroad”<sup>222</sup>. Consistia em libertar casas, ruas, quarteirões, bairros e municípios, pedindo as alforrias voluntariamente aos senhores, onde logo aderiram também profissionais urbanos como comerciantes, professores, jornalistas, entre outros. Foram organizadas campanhas para conseguir alforrias sem indenização, concedidas em meio à festas; tática que foi adotada amplamente no Ceará. Após a libertação total da província, este passou a ser um local para onde eram enviados escravos fugidos de outras províncias, por ser um território livre<sup>223</sup>. Humberto Machado destaca a criação de um jornal em Campos dos Goitacazes chamado *Vinte e Cinco de Março*, em abril de 1884, cujo nome remetia à data de libertação dos escravos do Ceará<sup>224</sup>. Por fim, destacamos as festas ocorridas na Corte em homenagem ao acontecimento. Machado relata que estas festas foram noticiadas no *Gazeta da Tarde* como “um verdadeiro carnaval”<sup>225</sup> nas principais ruas da cidade, principalmente na rua Uruguaiana,

---

<sup>217</sup> Ibidem, posição no ebook: 2722.

<sup>218</sup> Ibidem, posição no ebook: 2732.

<sup>219</sup> Ibidem, posição no ebook: 3159.

<sup>220</sup> Ibidem, posição no ebook: 2766.

<sup>221</sup> Ibidem, posição no ebook: 3159.

<sup>222</sup> Ibidem, posição no ebook: 3070.

<sup>223</sup> Ibidem, posição no ebook: 4879.

<sup>224</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit., p. 135.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 109.

onde ficava a sede do jornal. Segundo Lusirene Ferreira, a abolição da escravidão no Ceará colocou a Corte em estado de euforia, com festas, comícios e manifestações públicas de diversos setores sociais. A imprensa divulgou amplamente os eventos em comemoração ao ocorrido no Ceará. Houve uma recepção a Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, que participou de uma regata na Enseada de Botafogo com sua jangada. Festas foram organizadas no Teatro Politeama Fluminense<sup>226</sup>. Esses eventos foram organizados pelas sociedades abolicionistas da Corte, bem antes do dia 25 de março, pois esta data foi marcada pelos cearenses antecipadamente, de acordo com uma estimativa feita pelos abolicionistas, o que demonstra mais uma vez que estes e o abolicionistas no Rio de Janeiro mantinham contato constante. Segundo Ferreira, o programa de comemorações foi publicado no *Gazeta da Tarde*<sup>227</sup>. Um mês depois ainda aconteciam eventos em comemoração ao ocorrido no Ceará, como no dia 13 de abril, quando a jangada de Francisco do Nascimento foi conduzida até o Museu Nacional por 24 libertos. O dinheiro arrecadado nesses festejos foi utilizado para a libertação de escravos.

Dessa forma, vemos como se deu o movimento abolicionista no Ceará e sua ligação com o movimento abolicionista no Império, assim como o constante contato dos abolicionistas cearenses com os abolicionistas e as sociedades no Rio de Janeiro e em outras províncias. Angela Alonso diz que “todas as províncias vizinhas do Ceará sofreram hipertrofia da mobilização da SCL, um efeito de demonstração que popularizou a estratégia de libertação de territórios”<sup>228</sup>. Como exemplo, ela cita o Rio Grande do Norte, pela proximidade com o Ceará, e por ter ido até lá o abolicionista da Cearense Libertadora Almino Afonso, desenvolvendo ali a campanha de libertação de territórios e declarando, em 30 de setembro de 1883, Mossoró o primeiro município livre do Rio Grande do Norte<sup>229</sup>. Da mesma forma, outras províncias seguiam o exemplo do Ceará e da Sociedade Cearense Libertadora, como, por exemplo, a Libertadora Bahiana, que impediu o embarque de um escravo do Barão de Cotegipe, à semelhança do que haviam feito os cearenses no porto de Fortaleza<sup>230</sup>. Além dos exemplos dos nomes das sociedades abolicionistas, sendo uma variação da Sociedade Cearense Libertadora, há também trocas de informações constantes que podemos ver

---

<sup>226</sup> FERREIRA, Lusirene Celestino. Op. Cit., p. 46.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>228</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas...* Op. Cit., posição no ebook: 3456.

<sup>229</sup> Ibidem, posição no ebook: 3467.

<sup>230</sup> Ibidem, posição no ebook: 3496.

publicadas no *Libertador*. Robert Conrad relata como os acontecimentos no Ceará influenciaram outras províncias. Segundo ele, primeiro esta afetou as províncias vizinhas, tornando-se um “refúgio”<sup>231</sup> de escravos fugidos, já em 1883, ou seja, antes mesmo de ser um território livre. As queixas contra aqueles que protegiam os escravos vinham principalmente das províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí; e, no mesmo ano, os abolicionistas da Confederação Abolicionista estabeleceram uma rota clandestina para as fugas, saindo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com destino ao Ceará.

Em 1884 o Club Amazonia foi fundado em Belém, para onde foi enviado o 15º Batalhão do Ceará, transferido após a greve dos jangadeiros, onde foi recebido com entusiasmo pela população<sup>232</sup>. Em julho de 1884 a cidade de Amarração, no Piauí, foi libertada, e em setembro, no Paraná, as cidades de Curitiba, Paranaguá e Antonina já haviam libertado quase que completamente seus escravos. Após a libertação de todos os escravos do Ceará, logo seguiu seu exemplo a província do Amazonas. Segundo Conrad, ali não havia muitos escravos e os abolicionistas contavam com o apoio do presidente da província Teodoreto Souto, que fez o pedido de um fundo de emancipação para a libertação dos escravos, aprovado poucos dias mais tarde<sup>233</sup>. No mesmo dia em que a lei foi aprovada, foi fundada a sociedade Amazonenses Libertadoras, em clara referência à sociedade das Libertadoras Cearenses, e em ato semelhante ao da vice-presidente desta sociedade, Carolina Cordeiro, que em assembleia para a libertação do município de Nossa Senhora d’Assunção retirou as joias que então usava e ofereceu para conseguir o dinheiro da libertação dos escravos restantes; aquelas senhoras amazonenses prometeram contribuir também com suas peças de joalheria para a libertação dos escravos de sua província.<sup>234</sup> Neste momento, muitas das mulheres, mães e irmãs dos abolicionistas desejaram participar do movimento abolicionista, e para isto criaram suas próprias sociedades libertadoras. Embora no Ceará seja muito exaltada a figura de Maria Tomásia, diretora da Sociedade das Cearenses Libertadoras, estas mulheres atuaram principalmente na organização de eventos para angariar fundos para a compra de alforrias e, como era destacado à época e posteriormente, concedendo ao movimento abolicionista características que eram então atribuídas às próprias mulheres, como bondade, encanto, graça, magia, entre outros. Quando a Sociedade das Cearenses Libertadoras

---

<sup>231</sup> CONRAD, Robert. Op. Cit., p. 230.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 243.

<sup>234</sup> Ibidem.

foi fundada, José do Patrocínio estava no Ceará e participou da sessão de inauguração, declarando: “É preciso fazer da fraqueza da mulher o mais forte de todos os poderes, a evangelização pelo encanto, a libertação pela magia da sua graça”<sup>235</sup>. Assim, elementos que constituiriam a fraqueza da mulher, na visão de Patrocínio, seriam utilizados para o bom desenrolar do movimento abolicionista. Segundo Raimundo Girão, a ideia de uma sociedade de mulheres remontaria aos tempos da Perseverança e Porvir “e nem seria crível faltassem, na arena de tão bela competição, os encantos e o espírito das mães, esposas e filhas dos guerreiros da refrega abençoada”<sup>236</sup>.

Ainda em Manaus, em mais uma ação inspirada no Ceará, em 11 de maio de 1884 os barqueiros de Manaus fecharam seu porto ao tráfico de escravos<sup>237</sup>. Conrad afirma então que após esses acontecimentos e após o afastamento do presidente da província por ter auxiliado na libertação de Manaus, o povo insatisfeito com essa medida, organizou uma manifestação pública e em 10 de julho de 1884 declarou livre a província do Amazonas. No Rio Grande do Sul, segundo Conrad, a escravidão possuía importância maior que no Amazonas, mas

a proximidade das repúblicas de língua espanhola, onde a escravatura já há muito deixara de existir, e a presença de uma grande população de origem estrangeira, que demonstrava pouco entusiasmo pela escravatura, foram fatos que exerceram efeitos liberalizantes sobre a população nativa<sup>238</sup>.

Desde 1870 que a população escrava já vinha decaindo naquela província graças ao tráfico interprovincial, mas, esta era importante na indústria do charque, e ainda era significativa em 1884. Neste cenário, Conrad destaca as influências do Ceará sobre esta província:

Impressionados pelas grandes vitórias que o abolicionismo tivera no norte durante a primeira metade de 1884, reagindo ao pânico econômico e à queda do preço dos escravos causada pelo Ceará e receando, talvez, uma perda total da futura mão-de-obra representada pela grande população escrava da província, os rio-grandenses entraram num compromisso astuto com o abolicionismo que lhes permitiu usar o trabalho de seus escravos, embora dando-lhes o rótulo nominal de homens e mulheres “livres”. O choque econômico foi diminuído, assim, com a província somando-se gloriamente às fileiras das províncias emancipadas<sup>239</sup>.

<sup>235</sup> GIRÃO, Raimundo. Op. Cit., p. 144.

<sup>236</sup> Ibidem.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 247.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 248.

Ou seja, embora tenha sofrido as influências econômicas da libertação no Ceará, no Rio Grande do Sul o movimento abolicionista “não foi tão claramente idealista ou até tão completo quanto os do Ceará e do Amazonas”<sup>240</sup>, e os escravos libertados continuaram trabalhando, sem pagamento por um período de um a sete anos. Segundo Conrad, essa “libertação” baseava-se no quarto artigo da lei de 1871, no qual o escravo poderia conseguir sua liberdade sendo alugado a terceiro por um período de até sete anos. Ou seja, os escravos foram libertados por meio de contrato de trabalho. No entanto, o idealismo do Ceará e Amazonas estiveram presentes, ocorrendo espetáculos e outras táticas de libertação, além de sociedades abolicionistas que trabalharam para conseguir alforrias. Em 6 e 7 de setembro de 1884 houve grandes celebrações pela libertação em Porto Alegre. Seguiu-se então a fundação de clubes emancipacionistas e libertações em várias localidades, porém, o movimento arrefeceu entre o final de 1884 e o início de 1885, e a província não conseguiu cumprir com o objetivo de libertação total até 1885. No entanto, o movimento foi importante e conseguiu resultados consideráveis, já que pouco antes da libertação nacional em 1888 havia 8.442 escravos no Rio Grande do Sul, de 60 mil que havia em 1884<sup>241</sup>.

Dessa forma, vemos que o Ceará não estava isolado, mas influenciou e atuou em trocas recíprocas de experiências e táticas próprias do movimento não apenas no Brasil, mas também no exterior, como no caso em que, após a abolição do Ceará, José do Patrocínio realizou um jantar em Paris em homenagem aos abolicionistas cearenses. O escritor Victor Hugo chegou a ser convidado, mas alegou não poder comparecer por motivos de saúde, enviando um bilhete para desculpar-se<sup>242</sup>. Outro exemplo foi o banquete comemorativo presidido por Joaquim Nabuco em Londres, realizado em conjunto com a AntiSlavery Society, estando presentes autoridades e a imprensa, e repercutindo no Times e no New York Times<sup>243</sup>. Assim, buscamos inserir o movimento abolicionista cearense em um contexto mais amplo, bem como pensamos sua importância para o movimento abolicionista brasileiro e a mudança em seu discurso, de início um pouco ambíguo, que entendemos como uma tentativa de adaptar-se ao contexto social de então, mas que ao final torna-se declaradamente conservador, questão que retomaremos no próximo capítulo.

---

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 253.

<sup>242</sup> FERREIRA, Lusirene Celestino França. Op. Cit., p. 127. Ver também: MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit., p. 32.

<sup>243</sup> ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas...* Op. Cit., posição no ebook 3674.

Buscamos neste capítulo contextualizar a fundação do Instituto do Ceará como uma instituição congênere ao IHGB, pensando a relação entre o regional e o nacional, através da escrita da história regional em contribuição com a história nacional, que pretendia o fortalecimento do sentimento de identidade regional que contribuísse para a identidade do Estado-nação. Uma história reescrita após a mudança de regime, nas primeiras décadas da república, através das releituras feitas pelo IHGB que, passando por períodos de dificuldades, revisou suas abordagens historiográficas, porém sempre inserido em um contexto de escrita de uma história de caráter oficial e nacionalista. Buscamos mostrar como se deu esse trabalho de escrita da história no Brasil e suas transformações ao longo do período analisado, inserindo nesse contexto o trabalho do Instituto do Ceará. Apresentamos as fontes que serão analisadas mais profundamente no próximo capítulo, principalmente a Revista do Instituto do Ceará, a fim de apreender empiricamente como se deu esse trabalho do Instituto do Ceará em torno do fortalecimento de uma identidade regional através da abolição dos escravos na província em 1884. Episódio já trabalhado neste primeiro capítulo. Aprofundaremos ainda a discussão sobre os usos da memória para a criação e fortalecimento das identidades coletivas e suas relações com a história, além da relação de alteridade entre o Ceará e as demais províncias, continuando com o foco no Rio de Janeiro, a partir da relação entre centro e periferia.

## **2 A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO CEARÁ: MEMÓRIA, ALTERIDADE E IDENTIDADE REGIONAL**

### **2.1 Seca e identidade regional no Ceará**

Como vimos no capítulo anterior, as décadas de 1870 e 1880 proporcionaram o desenvolvimento de um rico ambiente intelectual no Ceará e dentre os movimentos e sociedades literárias surgidas então está o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Este tinha como objetivo investigar a história da província e torná-la conhecida. Para tanto, fundou sua própria revista, a Revista do Instituto do Ceará, que deveria abordar não apenas temas históricos, mas também geográficos e antropológicos relativos à província, como está destacado no próprio nome do Instituto. Entendemos que esta necessidade de investigação dos aspectos geográficos e antropológicos seja motivada pela presença marcante das secas no imaginário intelectual e literário cearense. Esta foi abordada pelos movimentos literários da década de 1870 citados no capítulo anterior, sendo vista como resultado do meio e do clima da província, e como determinante social, já que influenciaria diretamente na personalidade dos próprios cearenses. Estes seriam fortes, resistentes e, através do sofrimento que passavam com as secas, teriam se tornado naturalmente abnegados com o sofrimento do próximo.

No entanto, novos estudos sobre o tema relatam a atitude de exclusão, isolamento e controle desses retirantes por parte da elite política, que devido à seca saíam do campo e iam para Fortaleza. Ao mesmo tempo em que eram isolados nas regiões periféricas da capital, para não macular o aspecto de civilização da mesma, tinham sua força de trabalho explorada pela elite. Esta aproveitava os recursos enviados pelo governo central para a construção de obras de melhoramento do espaço urbano, utilizando a mão de obra dos retirantes, com a justificativa de evitar a ociosidade dos mesmos e, assim, toda ordem de vícios (prostituição, mendicância, entre outros) que estes pudessem propagar, ao mesmo tempo em que disseminavam a ideia de que o recebimento de recursos sem trabalho seria esmola. Nesse sentido, a imprensa foi muito importante, inclusive nas críticas à emigração desses retirantes, pois dizia que iriam ajudar no enriquecimento de outras províncias, quando poderiam ser aproveitados para o desenvolvimento do próprio Ceará. Assim, as novas abordagens sobre a seca não a consideram apenas um acidente climático, mas um “problema eminentemente

social”<sup>244</sup>, resultado de “relações sociais baseadas no paternalismo e na manutenção da miséria dos sertanejos”<sup>245</sup>. A partir de 1877, a seca deixa de ser um problema apenas agrário, já que campo e cidade intensificaram suas relações, a partir do grande número de retirantes que foram para Fortaleza.

Como vimos no capítulo anterior, a partir das décadas de 1860 e 1870 Fortaleza passou por diversas transformações, no âmbito intelectual, político e urbano. José Olivenor<sup>246</sup> destaca que este crescimento ocorreu a partir do incremento no comércio de algodão, principalmente no período da guerra civil norte-americana (1861-1865). Com essa inserção na economia mundial emerge uma elite burguesa, assim como os setores médios, como advogados, jornalistas, médicos e engenheiros. Essa elite local, em conjunto com o poder provincial, estabeleceu medidas estratégicas para conter qualquer comprometimento a esse progresso. É neste momento, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, que ocorrem uma série de “melhoramentos” na cidade de Fortaleza, como a construção da Santa Casa de Misericórdia (1861), a Cadeia Pública (1866), linhas de navios a vapor de Fortaleza para o Rio de Janeiro e Europa (1866), rede de iluminação pública e sistema de canalização de água (1871). As obras não pararam por causa da seca, ao contrário, foram iniciadas e concluídas, como o Asilo de Mendicidade, este justamente com o objetivo de controlar os retirantes<sup>247</sup>.

Olivenor ressalta, no entanto, que essas mudanças não foram bruscas, ou de grande melhoria nas condições de vida da população. Para ele, essa “modernização” consistiu em ajustes, então necessários para absorver a nova condição comercial na cidade. “Tais reformas representavam a oportunidade de preservar o poder econômico da elite e a estrutura social tradicional”<sup>248</sup>, não arrefecendo no período da seca, mas tais reformas puderam ser intensificadas a partir dos subsídios governamentais. Essa apropriação pela elite do flagelo dos retirantes não era questionada, pois eram atribuídas às condições climáticas todas as misérias pelas quais estes passavam, quando as autoridades tinham meios de aliviá-las e não o faziam. Inclusive alguns jornais chegaram a denunciar o desvio de alimentos e verbas

---

<sup>244</sup> SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). Op. Cit., p. 15.

<sup>245</sup> Ibidem.

<sup>246</sup> OLIVENOR, José. “‘Metrópole da fome’: a cidade de Fortaleza na seca de 1877 – 1879”. Op. Cit.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 52.

destinadas aos retirantes<sup>249</sup>. Assim, a criação de um estado de crise foi o meio pelo qual as elites buscaram satisfazer seus interesses econômicos e políticos através de “um conjunto de infraestruturas básicas capaz de proporcionar-lhes a expansão de seu poder privado.”<sup>250</sup>

Os problemas advindos da seca de 1877, como a proliferação de lixo, o crescimento do número de mendigos, as epidemias, a insalubridade, a criminalidade, etc., foram utilizados para se construir um discurso capaz de legitimar a captação de recursos para a modernização da cidade e o controle social. Nesse sentido, foi importante o trabalho dos higienistas. Segundo Olivenor,

médicos, intelectuais e administradores públicos revelavam, além do espanto, uma grande preocupação ante a pobreza da multidão composta de figuras em quase completo estado de inanição. Tais reações apontavam de imediato para estratégias de identificação e controle dessa presença (...) <sup>251</sup>.

Havia o crescente medo da população com possíveis crimes e ataques às suas propriedades. A principal forma de controle desenvolvida foram os abarracamentos, espécie de acampamentos onde esses retirantes eram contidos e constantemente observados. O trabalho dos médicos higienistas era importante então para legitimar esse controle, congregando “os novos conceitos de higiene aos interesses de controle da elite dominante”<sup>252</sup> para a manutenção da ordem. Dessa forma, a salubridade foi o principal ponto norteador das medidas de controle sanitário, que não estendia-se somente ao âmbito público, mas também ao privado, pois havia a preocupação com a desordem moral, representada pela prostituição, a criminalidade, a mendicância, a ociosidade e a “(...) perda de prazer pelo trabalho”<sup>253</sup>. Portanto, o planejamento em relação à seca:

(...) se constitui num projeto de intervenção na organização espacial da cidade de Fortaleza, com o intuito de ordená-la, através da tentativa de estabelecimento da harmonia entre o meio ambiente natural e o social, tendo como objetivo um determinado estado de equilíbrio entre os componentes físicos e morais da população, indispensável ao processo de modernização da cidade <sup>254</sup>.

---

<sup>249</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 60.

Tanísio Vieira relata que em 1875 é aprovada a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, que tinha como objetivo a divisão espacial entre o perímetro central e os subúrbios. Porém, ao dividir a cidade entre centro e subúrbios, reforçava-se a ideia de existência de comportamentos diferenciados, estando nos subúrbios “os principais espaços de acúmulo de dejetos e vícios nocivos à sociedade”<sup>255</sup>. Essa divisão se tornaria ainda mais patente na seca de 1877, devido à grande concentração de retirantes na cidade. Segundo o autor, em março de 1878 foram construídos 13 arraiais/abarracamentos para acomodar essas pessoas, situando-se justamente nos subúrbios. Era necessário afastá-los para os subúrbios, já que os imigrantes do campo eram vistos como “sinônimo de insegurança e tensão social”<sup>256</sup>. A solução seria a disciplina, praticada pelo Código de Posturas, de 1879, inserindo a cidade nos padrões europeus de civilização, ao mesmo tempo que controlava os comportamentos nos espaços público e privado. Já em 1877, o então presidente da província Pedro Leão Veloso falava sobre os vícios que se deveria evitar durante a seca, como a indolência e a preguiça, ocultos sob a miséria. Caberia então ao poder público, ou seja, à Câmara Municipal, representar a sociedade na função de controlar tais vícios, a partir do código de posturas, regulamentando os comportamentos no espaço urbano. Uma ideia que já era discutida desde 1861. É nesse contexto que se consolidam as casas de correção como locais de “isolamento e recuperação dos transgressores”<sup>257</sup>. Já os cidadãos educados dentro dos padrões morais e religiosos deveriam aplicar tais “pressupostos civilizatórios”<sup>258</sup> no âmbito doméstico. Assim, o código de posturas ao criar uma nova imagem para as pessoas pressupunha que as ações individuais influenciavam o cotidiano coletivo. O indivíduo deveria se policiar constantemente para se adequar a esses padrões. A partir desse momento os saberes técnicos passam a intervir no meio social para viabilizar e construir a ordem.

Atenderia também ao desejo de disciplinarização a utilização da mão de obra dos retirantes em obras públicas, redirecionando a população excedente na capital e os recursos destinados a ela, viabilizando as obras que em outro momento seriam mais onerosas aos cofres públicos. Já em relação às condições sociais e políticas nada mudava e a seca passou a ser utilizada para obtenção de favores do governo imperial, sem alteração da “lógica, o conteúdo e o resultado político dessa estrutura tradicional de poder baseada no

---

<sup>255</sup> VIEIRA, Tanísio. “Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Op. Cit., p. 20.

<sup>256</sup> OLIVENOR, José. Op. Cit.; p. 50.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>258</sup> *Ibidem*.

clientelismo”<sup>259</sup>. Nesse contexto, o trabalho é inserido no discurso das elites como “veículo da moralidade, da disciplina social e do progresso”<sup>260</sup>. A política assistencialista imperial seria então utilizada como meio de coerção para o trabalho, pois o governo provincial passou a condicionar a distribuição de alimentos à prestação de serviços dos retirantes nas obras públicas. O que era constantemente reiterado pela imprensa local como utilização útil das verbas. O autor cita o exemplo da estrada de ferro de Baturité, prolongada nessa ocasião, utilizando a mão de obra de cerca de 50 mil retirantes; além de outras obras, como a construção de asilos para alienados e de mendicidade, aprofundamento de açudes, obras em praças, no Passeio Público e no Cemitério de Fortaleza, empedramento de estradas, entre outras. Diante desse estado de crise instaurado em Fortaleza, a imprensa justificava a necessidade do emprego dos retirantes em tais obras “para que a ociosidade não estimulasse o ‘instinto indomável’ do povo retirante”<sup>261</sup>. Buscou-se então a adequação dos retirantes à nova ordem capitalista baseada na “ideologia do trabalho enquanto veículo de disciplina social e principal mecanismo regenerador da ‘ociosidade’”<sup>262</sup>, que era vista na população retirante como entrave ao desenvolvimento econômico.

Frederico de Castro Neves destaca que neste momento passa a ser questionado o relacionamento com os pobres, bem como as ideias de trabalho e civilização serão ressignificadas, assim como o lugar destinado aos pobres e trabalhadores naquela sociedade<sup>263</sup>. Neves fala ainda de como a seca de 1877 gerou uma mobilização nacional em prol dos retirantes, principalmente na Corte, com subscrições e comissões de socorros em vários pontos do país. Essa mobilização social, norteadada pela caridade e “solidariedade cristã” demonstra esses sentimentos na relação entre os pobres e as classes abastadas, assim como sua força organizadora, baseada na “reciprocidade desigual, característica do paternalismo”<sup>264</sup>. Porém, nesse momento de crise do império e de seus “fundamentos simbólicos e ideológicos”<sup>265</sup>, as relações entre Estado e esses trabalhadores pobres são

---

<sup>259</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>260</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>263</sup> NEVES, Frederico de Castro. “‘Desbriamento’ e ‘perversão’: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877.” *Proj. História*, São Paulo, (27), p. 167-189, dez. 2003.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 173.

repensadas. A esmola passa a ser ressignificada como um dever do governo, como “caridade do Estado”<sup>266</sup>, passando a ser vista como socorro, este sendo um direito. O pedido, que é atribuído ao âmbito privado das relações sociais, torna-se exigência, “que se refere a direitos garantidos socialmente”<sup>267</sup>. Então, o que era uma caridade, passa a ser visto como um direito por esta população, que irá exigí-lo, como no caso de um abaixo assinado enviado ao Imperador por 31 trabalhadores de Sobral em 1877, explicando sua situação de penúria e apelando para a bondade do monarca para o envio de “qualquer donativo”<sup>268</sup>. Assim, é importante perceber como há uma dissolução dos laços paternalistas, seja porque os senhores também acabavam afetados pelas secas, seja porque a caridade particular já não dava vasão ao problema, de modo que esses homens pobres voltam seus apelos ao Estado Imperial. Essas atitudes dos sertanejos, de agirem por conta própria, ou de saírem dos espaços determinados para sua circulação, no caso o campo, onde possuíam uma mobilidade restrita ao trabalho, e irem para as cidades em busca da ajuda enviada pelo governo, assustava as elites, que viam ameaçada a ordem estabelecida. Temiam o descontrole dessas massas. Logo, essas elites defendiam a caridade como meio de se assegurar contra a desordem.

Nesse sentido, o trabalho passa a ter um papel importante para a manutenção da ordem. Para alguns, o retirante perdia seu pendor para o trabalho no momento em que deixava suas terras fugindo das secas, entregando-se aos vícios, advindos da ociosidade. O cearense perdia seu “brio”, que era o “gosto pelo trabalho”<sup>269</sup>, nessa busca desesperada pela sobrevivência. Dessa forma, era necessária a rápida intervenção dos poderes públicos para evitar o “desbriamento”<sup>270</sup> do homem cearense. O trabalho nas obras públicas seria a solução, pois não só “contrói”, como também “ocupa” e “educa”<sup>271</sup>. Assim, segundo Neves:

(...) o amplo sistema de obras públicas instalado em 1878 se justificaria em seu despotismo – exercido cotidianamente por chefes, encarregados, feitores, médicos, comissários e engenheiros – através de um complexo arsenal ideológico de defesa da civilização, cujas bases se assentariam no trabalho regular, sistemático e parcelar, cuja outra face deveriam ser a obediência, a iniciativa e a dedicação, associadas intimamente ao universo da produção intensiva de mercadorias<sup>272</sup>. [grifo no original]

---

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>270</sup> Ibidem.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 181.

Ainda segundo Neves, os problemas advindos da seca poderiam “ser inseridos na temática geral da ‘degradação’, que reúne uma percepção crítica com relação aos valores em crise no período de formação de um Estado Nacional brasileiro”<sup>273</sup>, como é exemplificado nos livros *A Fome*, de Rodolfo Teófilo, e *Os Retirantes*, de José do Patrocínio. O primeiro valor em crise seria o da família, já que na eminência da fome perdiam-se os valores de família, quando as mulheres eram obrigadas a se prostituir, como denunciam os autores nos romances citados. Percebe-se nesses escritos um embate entre uma suposta “harmonia no campo” e as “desavenças da cidade”<sup>274</sup>. No campo, seu lugar de origem, o sertanejo consegue preservar os valores da família, o que não acontece quando é forçado a ir para a cidade. Percebe-se uma idealização do campo e do sertanejo e a preocupação com a honra feminina. Para Neves, o que acontece é a “percepção da degradação e da perversão como resultados da desorganização da vida tradicional nas fazendas, sob a ‘direção’ política e cultural dos senhores de terras”<sup>275</sup>. Já no que tange à desonra feminina, esta se trata de um descuido dos homens para com a família, o que também seria um elemento do “desbriamento”. Logo:

(...) é possível identificar nessas fontes uma preocupação com os trabalhadores que vai além da defesa da propriedade ou da formação de uma força de trabalho, mas indica um receio diante da ameaça da dissolução moral da sociedade, em um momento em que diversas transformações ocorriam e um ambiente geral de incertezas acometia as reflexões letradas. O tempo da crise, da seca, traz à tona as possibilidades de ruptura desse tecido social já desgastado<sup>276</sup>.

Embora cada experiência fosse distinta, esse modelo aplicado na seca de 1877 o será também para as demais que assolaram o Ceará posteriormente. Por exemplo, na seca de 1889-1900, que somou-se à crise da pecuária e do algodão, levando um número ainda maior de retirantes para a capital, retorna a preocupação obsessiva com a criminalidade e a prostituição, relembra a partir da experiência de 1877. Frederico de Castro Neves diz que há novamente a preocupação política com a moral, com os retirantes sendo vistos como “agentes da desordem”, ameaçando a moralidade e a lei da sociedade “civilizada”<sup>277</sup>. Tem-se então a ideia de civilidade em oposição ao barbarismo, exemplificada na fala do farmacêutico Rodolfo

---

<sup>273</sup> *Ibidem*.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 185.

<sup>277</sup> NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 84.

Teófilo, de que naqueles dias de seca Fortaleza parecia “uma terra de bárbaros”<sup>278</sup>. Sobre isso, Castro Neves diz que:

O barbarismo, para o ilustrado farmacêutico, é a negação dos hábitos da civilização duramente construídos ao longo de uma vivência urbana considerável; hábitos que se constituem num conjunto de condicionamentos adaptados à situação de uma vida equilibrada e, principalmente, sob o controle moral e político de uma elite consciente de seu papel de portadora do progresso<sup>279</sup>.

Elite que também reforça a relação paternalista de “submissão versus proteção”<sup>280</sup> através da caridade particular. Porém, tão logo retornavam as chuvas essa caridade se esvaía, dando lugar ao estímulo ao retorno dos retirantes para o trabalho no campo, sob um discurso de preocupação com a ociosidade. Castro Neves chama a atenção para os diversos sentimentos que nascem na população em contato com a miséria. Assim como a ideia de barbárie, também os sentimentos de decadência e de degeneração, tanto física quanto moral, pareciam se generalizar naquele momento. Daí advém o olhar científico, produzindo “verdades” sobre o retirante e sua natureza, considerada sub-humana, que justificaria as ações de controle social e a repressão violenta. Esse olhar científico se constitui ao longo das secas, na virada do século XIX para o XX, e ao produzir essas supostas verdades sobre os imigrantes delimita:

(...) o campo de atuação social e principalmente política destes seres “inferiores pela raça e pelos costumes”, nomeando e, ao mesmo tempo, qualificando a capacidade de discernimento ou racionalização da realidade dos sertanejos como limitada pelo meio e pelas dificuldades “naturais” de sua vida sujeita a um baixo índice de “progresso” cultural e uma dieta insuficiente para o desenvolvimento físico completo<sup>281</sup>.

Esta ideia está presente, por exemplo, nos trabalhos de Rodolfo Teófilo e Thomás Pompeu Sobrinho, mas se tornou icônica na obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Assim, o retirante é colocado como o bárbaro que ocupa os espaços urbanos nos momentos de crise, mas sem a “bagagem cultural”<sup>282</sup> necessária para tanto. Combinadas as experiências de 1877

<sup>278</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Secas do Ceará (2ª metade do século XIX)*. Ceará: Typ. Minerva/Ateliers Louis, 1901, p. 68,80 e 148. Apud NEVES, Frederico de Castro. *Ibidem*, p. 88.

<sup>279</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit*, p. 88.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 93.

e demais secas, geram uma identificação entre a chegada dos retirantes e um período de barbárie. Além disso, opera-se uma classificação entre os pobres e mendigos já existentes e os advindos da seca, para evitar os abusos da “caridade particular”<sup>283</sup>. Esta questão da exploração demonstra as ambiguidades da caridade praticada pela população das cidades que recebiam os retirantes e as mudanças nas “estruturas de sentimentos”<sup>284</sup>, cada vez mais explícitas. Essa suposta exploração causa um “cansaço”<sup>285</sup> em quem exerce a caridade e gera reivindicações para que o Estado assumira a proteção dessas pessoas, além de gerar animosidade para com elas. Daí decorria a necessidade, para essa população urbana, de classificar esses pobres como “envergonhados”, “flagelados” ou “proveitadores”<sup>286</sup>, para que fossem atendidos somente aqueles que realmente precisavam, de acordo com sua concepção discriminatória. Isto também levará a uma valorização do trabalho, associando o socorro a uma retribuição em forma de trabalho. Dessa forma, a seca além de proporcionar os “melhoramentos da seca”, como eram chamadas as obras empreendidas nesse período, também fornece uma mão de obra periódica e disciplinada, já que é um fator recorrente da região.

Kênia Sousa Rios destaca o uso da mão de obra do retirante nas indústrias, o que também gerava uma crítica à emigração, já na década de 1930. Aqui esse emprego do trabalho do retirante também recebia a conotação de “amparo”<sup>287</sup> e a figura de São José Operário passa a ser utilizada como meio de ligação e identificação entre os operários e o cristianismo. Sobre a questão da filantropia, ela vai demonstrar como esta foi utilizada como um trunfo político, a exemplo dos católicos conservadores associados à Aliança Liberal e fundadores da Liga Eleitoral Católica (1933), que possuía um programa marcado pela moralização dos costumes<sup>288</sup>. Assim como nos anos anteriores, em 1932 as práticas de isolamento dos retirantes deveriam parecer uma atitude humanitária. Kênia Rios destaca como essas práticas assistencialistas dos grupos católicos “faziam parte de suas estratégias de marketing para a

---

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>285</sup> Ibidem.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>287</sup> RIOS, Kênia Sousa. “A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932”. In: In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). Op. Cit, p. 112.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 111.

conquista de maior espaço político”<sup>289</sup>. Ela relata os pedidos de verbas ao governo federal pelo governo provincial, que ligava as obras de urbanização ao governo Vargas, exaltando a “Revolução de 1930”<sup>290</sup>. Para Kênia Rios:

Os argumentos se (re)elaboravam de acordo com a situação. Na seca de 1932, já é visível o amadurecimento das burguesias comercial e industrial no trato vantajoso com a seca e suas utilidades econômicas. Não obstante, há um cuidado em manter o discurso sempre coerente com o pretensão lugar de onde ele é emitido: a moderna, civilizada e humanitária Fortaleza<sup>291</sup>.

Castro Neves defende então que o pacto paternalista entre os “coronéis-pais-patrões”<sup>292</sup> e seus subordinados, homens pobres e escravos, de lealdade e apadrinhamento, foi rompido em 1877, quando estes foram deixados à própria sorte, ou emigraram para outras províncias (no caso dos escravos foram vendidos), e quem assume as obrigações deste pacto é o Estado, como já foi destacado. No entanto, o rompimento do pacto inicial não resulta em um rompimento do tecido social, permanecendo os termos de reciprocidade. Daí o direcionamento dos pedidos de assistência ao Estado. A partir disso, os próximos “movimentos de multidão” que ocorreriam já encontrariam “estas estruturas de sentimentos razoavelmente estabelecidas e daí por diante deverão, dentro dos termos ditados por elas, negociar com as autoridades urbanas”<sup>293</sup>. A seca se transforma assim em uma “chave importante na compreensão da realidade histórica e social do Ceará”<sup>294</sup>.

Essa reflexão nos leva a uma melhor compreensão dos mecanismos e discursos da campanha abolicionista que se inicia após a seca de 1877, onde percebemos uma atitude paternalista dos abolicionistas, concedendo as cartas de alforria aos escravos como um presente pelo qual se devia gratidão. Não estavam presentes nos discursos desses homens, nem dos intelectuais do Instituto do Ceará, que escreverão a história oficial da abolição posteriormente, a resistência e iniciativas dos próprios escravos em busca de sua liberdade, como a recente historiografia mostra que havia. Além disso, os elementos constituintes dessa história escrita pelo Instituto seriam a economia e os aspectos geográficos. Segundo Cícero

---

<sup>289</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>294</sup> Ibidem.

João da Costa Filho, a historiografia surge a partir das condições materiais da província. Estas estavam sempre permeando as explicações históricas. Assim

não sem razão que os autores mais credenciados, durante o nascimento da historiografia cearense nos anos 60 e 70, instituída e formalizada pelo Instituto do Ceará, são pensadores que atribuem ao meio geográfico a ‘determinação’ na formação da índole ou caráter do ‘tipo’ cearense (...) <sup>295</sup>.

Essas visões sobre a seca também serão fortalecidas pelas ideias positivistas e evolucionistas que encontrarão adeptos entre a intelectualidade cearense, inclusive no Instituto do Ceará, a partir de um maior desenvolvimento da província que propiciou a entrada dessas teorias, como abordamos no primeiro capítulo e desenvolveremos mais detidamente no terceiro. Com elas, veio a concepção de progresso social e material rumo à civilização. Para isso, as dificuldades geográficas e sociais deveriam ser superadas. Assim, o meio inóspito do Ceará e a escravidão eram entraves à conquista dessa civilização. Porém, destes discursos o cearense não havia sucumbido ao meio, mas se tornado mais resistente com ele, podendo assim eliminar a escravidão e prosseguir sua marcha rumo à civilização.

Por este motivo, segundo Cícero Costa Filho, a pobreza material seria a base da cultura e literatura cearenses e a fundação do Instituto do Ceará em 1887 endossa essa “identidade”, pois seus membros teriam dado grande relevância “às condições materiais da região” <sup>296</sup>. Desse modo, a historiografia cearense é constituída por aspectos geográficos, etnográficos e econômicos, onde:

(...) o “tipo” cearense não só é fruto do cruzamento de índios e brancos, como é fortemente influenciado pelas forças do meio. Pode-se dizer que esta ideia é fundamental para a compreensão da atividade historiográfica como um todo, pois daí emerge o desejo de libertação por parte da “alma” cearense, forte, que por vezes ultrapassa a capacidade mental oriunda de um “meio” geográfico e social pobre ou hostil (...) <sup>297</sup>.

A indagação histórica surgiria desse meio inclemente na tentativa de entender sua formação e a do homem dele resultante. O Instituto do Ceará tinha então o objetivo de construir essa narrativa que, segundo Cícero Costa Filho, servisse como identidade local ou regional “a partir das ‘origens do Ceará’, ainda presos à concepção histórica de ‘verdade’

---

<sup>295</sup> COSTA FILHO, Cícero João da. Op. Cit., p. 24.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 26.

coberta de fatos memoráveis para que no futuro se celebre a ‘memória’ passada”<sup>298</sup>. Assim, dessas origens emergia um homem forte e resistente ao meio, que deseja a liberdade e que a busca não só para si, mas também para os outros, por ser benevolente. Segundo essa narrativa, fizeram isso buscando a libertação dos escravos da província. Por isso, encontramos na Revista do Instituto do Ceará artigos que visam justamente abordar essas origens, como aqueles que tratam do período colonial, dos índios, do vocabulário indígena da província, das primeiras vilas e freguezias, da conquista dos territórios dos indígenas, do povoamento da província, da origem do seu nome, entre outros. Cícero Filho cita Dolor Barreira como exemplo de intelectual que pesquisava as “datas e fatos”, o que teria marcado a atuação desses intelectuais membros dos institutos históricos e academias, que buscavam as origens, assim como Guilherme Studart, que possui uma coleção inteira com seu nome, com documentos principalmente referentes ao período colonial, e José Honório Rodrigues, que encontrou nas secas seu objeto de estudo para a construção da história daquela província.

Além da história, a literatura também foi fortemente influenciada pela questão do meio, como já destacamos acima. Sobre ela também fala Cícero Filho:

A historiografia literária cearense em seus trabalhos romanescos, juntamente com os trabalhos de memória ou de crônicas históricas, fabricados por seus inúmeros polígrafos que encabeçaram os “movimentos literários” mais significativos com seus respectivos órgãos, só pretendem reforçar a força do cearense, mesmo num meio hostil, devido à sua posição geográfica e seus acidentes e, em consequência, por sua instabilidade climática que gera o fenômeno das secas tão bem manipulado aos “desejos ambiciosos” das elites materiais e simbólicas<sup>299</sup>.

A literatura foi tão fortemente influenciada pela questão do meio e das secas que ficou conhecida como “literatura do norte”, “literatura regionalista” ou “literatura das secas”<sup>300</sup>, da qual também fala Durval Muniz Albuquerque<sup>301</sup>. Este aborda a criação do Nordeste enquanto região, nas décadas de 1910 e 1920, e as imagens e discursos mobilizados para tanto. Entre os discursos que ajudaram a compor essa ideia de Nordeste está a literatura regionalista e entre os autores citados por ele estão Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Ariano Suassuna e João Cabral de Melo Neto. Alguns inclusive mobilizando o

---

<sup>298</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>301</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

discurso da seca em tom de denúncia para que o resto do Brasil sentisse a responsabilidade pelas vítimas. Segundo Muniz:

Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Essas experiências históricas serão agrupadas, fundadas num discurso teórico que pretende ser o conhecimento da região em sua essência, em seus traços definidores, e que articula uma dispersão de experiências cotidianas, sejam dos vencedores, sejam dos vencidos, com fragmentos de memórias de situações passadas, que são tomadas como prenunciadoras do momento que se vive, de “ápice da consciência regional”<sup>302</sup>.

Assim, desde meados do século XIX, no caso do Ceará, nesse discurso que será legitimado sobre a abolição, a seca teria influenciado os sentimentos do povo cearense, fazendo-o mais abnegado e preocupado com o próximo após o contato com tantas misérias, apesar de, como vimos, na prática ter sido diferente. Dessa forma, segundo a história oficial que o Instituto do Ceará se propôs a escrever, e como vemos também no discurso dos próprios abolicionistas, após os sofrimentos da seca de 1877, a população que presenciou tais acontecimentos e os escravos sendo vendidos para outras províncias, teria apoiado o movimento abolicionista, pois a seca os fortaleceu para essa outra luta que foi a abolição. Vemos esta ideia presente no *Libertador* de 14 de março de 1884, antes mesmo da libertação dos escravos, mas com a data da solenidade já marcada pra o dia 25 do mesmo mês:

(...) A Carthago brasileira, ainda hontem sacudindo dos hombros o pó da desgraçada secca, já hoje quebra as cadeias da escravidão, entoando hymnos, que ressoando em todo o Imperio, hão de abalar-o, pol-o de pé, e fazel-o marchar na senda da civilização e progresso<sup>303</sup>.

Além disso, segundo esse discurso, seria o meio adverso que faria do cearense um forte, ou seja, teria lhe dado a força necessária para lutar em prol da libertação dos escravos. Esta ideia está presente em todos os movimentos intelectuais do Ceará, como destaca Gleudson Passos:

O fenômeno das secas foi um dos enunciados mais estratégicos utilizados pela Mocidade Cearense na montagem de sua máquina discursiva. Experimentado por todo aquele território social, este fenômeno passou a compor a narrativa dos beletristas no sentido de manipular os enunciados coletivos para criar a significação

---

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>303</sup> *Libertador*, 14 de março de 1884, p. 2.

de que o povo cearense era forte e resistente, capaz de desbravar-se no meio físico e social, superando qualquer dificuldade<sup>304</sup>.

No momento de organização das instituições republicanas “aquele segmento letrado viria propagar em sua máquina literária o sentido que após a desgraça do flagelo, o povo cearense haveria de tornar-se um tipo ideal, um exemplo de força e virtude à nação brasileira por ter sobrevivido às forças naturais”<sup>305</sup>. Já no discurso sobre a abolição, seriam exemplo pelas qualidades inerentes do povo, desenvolvidas durante a seca, como também pelo pioneirismo no movimento abolicionista, por ter sido o Ceará a primeira província a libertar os escravos no Brasil. Cardoso destaca que essa ideia estaria presente em artigos de órgãos literários e científicos, como A Quinzena, a Revista da Academia Cearense e a Revista do Instituto do Ceará, onde se compôs esse modelo de que a seca vencida tornaria o homem sobrevivente “um ser dotado de um virtuoso senso moral”<sup>306</sup>, que daria ao cearense um “pendor à disciplina, ao trabalho, resistindo às intempéries, acabando por moldar o seu caráter em prol do progresso, que era o compromisso moral dos novos tempos que não poderia ser esquecido”<sup>307</sup>. Para ele, esse discurso da força do cearense teria sido utilizado pelas elites no movimento abolicionista e saído da capital, espalhando-se pela província:

Muitas vezes sendo utilizado entre as facções políticas locais, o discurso das elites fortalezenses, quanto à resistência ao flagelo da seca bem como o seu pendor para o progresso, sendo intensamente experimentado no espaço da capital, chegou a causar agitação em outros espaços da província. A repercussão da campanha abolicionista em Fortaleza, por exemplo, veio a operar no município do Acarape que acabou por desencadear um processo político-institucional naquela realidade, levando a emancipação dos cativos em 1º de janeiro de 1883 (um ano antes da abolição na província em 1884) em nome da civilização<sup>308</sup>.

Dessa forma, a ideia de que o povo cearense era forte e resistente por sobreviver a tantas calamidades contribuiu para o discurso do próprio movimento abolicionista, pois o povo cearense poderia alcançar esse objetivo por suas características intrínsecas. Assim:

A emancipação dos cativos no Ceará em 1884, foi significativamente garantida pela forma de convencimento que a sociedade cearense experimentou com a manipulação

---

<sup>304</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 73.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 81.

dos enunciados já mencionados, e que os intelectuais cearenses de 1880 precisavam para dar legitimidade a ação de sua máquina discursiva nas lutas durante a transição entre a Monarquia e a República<sup>309</sup>.

Após conseguirem o objetivo de libertar todos os escravos da província, esse discurso se consolidou, nas falas dos abolicionistas, mas também posteriormente pelo Instituto do Ceará, agora com o elemento de abnegação do povo, preocupado com o bem dos escravos. O povo cearense, além de forte e resistente, seria amante da liberdade por natureza. Mais ainda, a liberdade seria uma vocação. No artigo de Alba Valdez presente no Tomo Especial de cem anos da abolição, de 1984, da Revista do Instituto do Ceará, intitulado “Uma data cearense”, vemos esta ideia:

O povo cearense não podia supportar o innominavel trafico que rebaixava parte de seus semelhantes ao nível de alimarias. Envergonhava-o o espetaculo degradante da escravidão (...). Melindravam-lhe a consciência as scenascruéis que desfaziam os doces laços de uma familia infeliz, a fuga de desditosos que se internavam nas brenhas, preferindo a convivência dos brutos à de homens insensíveis à sua dor. E o mesmo dinheiro, producto do braço escravo, queimava-lhe as mãos válidas e honradas, afigurando-se-lhe criminosa extorção. Pois elle sabia trabalhar, combater pela vida. Sua enfribatura mais de uma ocasião fôra posta à prova: em momento histórico, para defender os brios da Pátria, nos banhados mortiferos do Paraguay; todos os dias, nas florestas virgens da Amazonia, onde os perigos enxameiam no próprio ar. Nascido sob o céu mais ingrato do Brasil, o cearense nunca foi um predilecto da fortuna. No berço, embalou-o o éco plangente de passadas catastrophes e como as demais creanças nem sempre ouviu os contos de fadas, alegres e encantadores, narrados à luz do luar. A actividade que o caracteriza tem albaroadado contra frequentes caprichos da natureza. D’ahi talvez, sua indole afoita e generosa. Familiarizado desde cedo com a adversidade, sciente de quanto um minuto de amargura entoxica uma existencia inteira, desolava-o a excrescencia abjecta do captiveiro. Tornava-se mister um movimento que acabasse com aquella vergonha social. A empresa não era facil e para ella se arregimentavam as mais belas intelligencias e as mais decididas energias. Travou-se, porfim, a peleja<sup>310</sup>.

No artigo, a autora defende que o cearense, desde a infância habituado às adversidades e ao sofrimento, se sensibilizou pelo sofrimento dos cativos, lutando para libertá-los. Alguns autores, com Angela Alonso<sup>311</sup>, Robert Conrad<sup>312</sup> e Pedro Alberto de Oliveira Silva<sup>313</sup> destacam o tráfico interprovincial intenso após a proibição do tráfico de escravos pela lei de 1850 e a venda de grande quantidade de escravos por ocasião da seca de 1877. Como falamos

<sup>309</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>310</sup> VALDEZ, Alba. “Uma data cearense”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, pp. 243 e 244.

<sup>311</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas...* Op. Cit., posição ebook 3107.

<sup>312</sup> CONRAD, Robert. Op. Cit., p. 63.

<sup>313</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. Cit., p. 90.

desde o primeiro capítulo, nas décadas de 1860 e 1870 o Ceará começa a inserir-se na busca pelo desenvolvimento e pelo progresso material e intelectual, na busca pela dita civilização, onde há uma valorização do trabalho que não condizia com a escravidão. Essa busca não se arrefeceu durante a seca. Porém, isto não aparece nos discursos do Instituto, destacando-se como fator que levou à libertação dos escravos apenas a bondade e o devotamento intrínsecos do cearense. Sobre esta questão, temos a fala de Tácito Teófilo, em artigo do Tomo Especial da revista intitulado “Abolição – um ato de fé”, em 1984. Ele diz:

Não falta quem afirme que os sobreviventes procuraram desembaraçar-se de um auxiliar que se tornará inútil no momento do desastre, sinão fora um encargo mais, um perigo para novas crises por ventura iminentes. O facto, porém explica-se por um sentimento de piedade, que a própria miséria gravou em todos os espíritos. Muitos proprietários viram-se reduzidos a salvar-se, pelo sacrifício de seus escravos ao minotauro da lavoura do sul vendendo-os para o trabalho rude e primitivo, que alli consome inutilmente o tempo e as vidas. A separação custava ordinariamente muitas lágrimas... Foi a mágoa que gerou um ódio profundo à negra instituição. Cada qual se quis por a cobro de novas fraquezas, e a primeira voz pedindo graças para os captivos, achou abertos todos os corações à Justiça e à piedade<sup>314</sup>.

Percebe-se que o autor romanceia o tráfico interprovincial, supondo uma ligação afetiva entre o senhor e o escravo, o que teria gerado um ressentimento por causa da separação, ocasionada pela seca. Esta teria tornado o cearense não só forte e resistente como também piedoso, principalmente para com os escravos. No artigo “A obra de 1883” publicado originalmente no *Gazeta do Norte*, em 1884, e posteriormente na *Revista do Instituto do Ceará*, também no Tomo Especial de 1984, fala-se dos elementos que teriam contribuído para o sucesso da campanha abolicionista. São citadas as taxas criadas pelas Assembleias Provinciais contra o tráfico, a desqualificação da “mercadoria” e a adoção do trabalho livre já em alguns lugares da província e “destas causas ocupa o primeiro lugar o espírito liberal e inovador do povo cearense”<sup>315</sup>. O argumento é de que havia outras províncias em iguais condições, mas apenas o Ceará lutava contra o escravismo. Em outra publicação do mesmo jornal, já por ocasião da libertação dos escravos em 1884, o autor João Brígido reforça a ideia:

Forçoso é convir, pois, que o Ceará conta com agentes mais vigorosos e propulsionadores que as suas irmãs do norte do império para effectuar a gloriosa tarefa da abolição escrava. E esses agentes não podem ser senão peculiares a sua

<sup>314</sup> TEÓFILO, Tácito. “Abolição – um ato de fé”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 18.

<sup>315</sup> *Gazeta do Norte*, 5 de janeiro de 1884, p. 209. Apud “A obra de 1883”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo Especial – 1º Centenário da abolição dos escravos no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 207-212.

habitação, inerentes à índole de seus filhos. É a importância delles que procuramos assignalar e que pensamos haver feito sobre-sahir quando estudamos a formação do caracter cearense<sup>316</sup>.

O Ceará teria como característica primordial, ausente nas demais províncias do norte do império, a índole especial de seu povo, que teria motivado todo seu empenho na campanha abolicionista. Pedro Alberto de Oliveira Silva diz que o povo cearense é conhecido como “fênix”<sup>317</sup>, por sempre renascer das cinzas, como uma metáfora da sua resistência. Julio Abreu no artigo “A Epopeia do Ceará”, de 1934, diz que “O abolicionismo, a libertação dos captivos, pode-se afirmar, foi sempre um sentimento peculiar no cearense: pelo menos foi uma idéia predominante nos filhos da terra dos verdes mares. Raros os escravocratas, na verdadeira acepção do termo”<sup>318</sup> [grifo no original]. Exalta ainda o povo cearense, que por sua coragem soube colocar-se na vanguarda do movimento abolicionista no país, demonstrando assim o seu valor perante o país e o mundo e destacando seu pioneirismo: “Hosanna ao povo heroico que, collocando-se nas primeiras filas da vanguarda do abolicionismo nacional, deu ao país e ao mundo o mais eloquente e o mais expressivo attestado do seu valor, do seu denodo e da sua altivez!”<sup>319</sup>. No livro de Raimundo Girão, *A Abolição no Ceará*, o autor – membro do Instituto do Ceará, vale destacar – já nos primeiros capítulos do livro tenta demonstrar como desde o início da colonização os cearenses não eram tão afeitos à utilização da mão de obra escrava, e por isso a província teria poucos escravos. Segundo ele, a economia daquela província era mais voltada à criação de gado, havendo poucos engenhos e pouca necessidade da mão de obra escrava, que só começa a chegar em quantidades relevantes, em comércio direto com a África, a partir do século XIX. Antes disso, vieram poucos escravos de províncias próximas. Teria se desenvolvido com mais força no Ceará a criação de gado, para a qual o trabalho escravo não seria apto<sup>320</sup>.

No artigo “A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX”, também de 1984, Pedro Alberto de Oliveira Silva defende a mesma ideia. Ele afirma que “nunca houve entrada maciça de africanos no Ceará. Pelo que informam as estatísticas da época, os escravos

<sup>316</sup> *Gazeta do Norte*, 25 de março de 1884, p. 211. Apud *Ibidem*.

<sup>317</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. “A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p. 49.

<sup>318</sup> ABREU, Julio. “A Epopeia do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Meton Gadelha e Cia., 1934, p. 136.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>320</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1. ed. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956, p. 40.

de origem indígena e mestiços foram de tipo preponderante”<sup>321</sup>. Após oferecer dados sobre a distribuição de escravos pelos municípios, ele diz que “o Ceará, na segunda década do século passado [1820] não era uma ‘negricia’, e a vida sócio econômica da Província não deu condições para que isso viesse a ocorrer em nenhuma fase de sua história”<sup>322</sup>. Finalizando, ele fala sobre a falta de mão de obra na província, que em sua opinião decorre do preconceito que se tinha com o trabalho, desde o período colonial. Dessa forma, o governo provincial contratou colonos açorianos e franceses em 1837 e 1838. Para o autor, isso demonstra que “o trabalho livre era já então visto como fator importante no desenvolvimento da província”<sup>323</sup>. Esta pré-disposição do cearense pela abolição também é exemplificada pelo fato de já em 1850 um deputado cearense, Pedro Pereira da Silva Guimarães, ter apresentado na Assembleia Provincial um projeto pela libertação dos filhos de escravas recém nascidos e pelo fim da separação de escravos casados por venda. Ideia que foi aprovada posteriormente no projeto do Visconde do Rio Branco, mas que os cearenses defendem como sendo pioneira de um dos “filhos” do Ceará:

Pouca gente conhece, no Rio de Janeiro, o nome do benemérito Cearense Pedro Pereira da Silva Guimarães. Entretanto, foi elle o deputado que, na 8ª legislatura, teve, no Parlamento, a iniciativa de pugnar pela terminação gradual da escravidão no Brasil. Esta humanitária idéa só teve realisação muitos annos depois, graças aos ingentes esforços do Visconde do Rio Branco e de seus denodados companheiros, na grande campanha parlamentar de 1871, aos quaes se deve a gloriosa Lei de 28 de Setembro. Com razão, porém, os Cearenses reclamam parte dessa gloria e a conferem a Silva Guimarães”<sup>324</sup>. [grifo nosso]

Assim, para o autor, “o nome de Pedro Pereira da Silva Guimarães, com razão querido, ainda hoje, no Ceará, é considerado uma gloria nacional”<sup>325</sup>. Para a historiografia cearense ligada ao Instituto do Ceará, o Visconde do Rio Branco teve o mérito da Lei do Ventre Livre, mas a glória do pioneirismo desta ideia deveria ser dos cearenses, representados por Pedro Pereira:

---

<sup>321</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. “A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX”... Op. Cit., p. 65.

<sup>322</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. “A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX”... Op. Cit., p. 67.

<sup>323</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>324</sup> FAZENDA, Vieira. “Ventre Livre”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1907, p. 33.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 37.

Foi isso immensa gloria para o insigne estadista, distincto por todos os títulos e dotes os mais elevados, não ha negar, mas nós Cearenses reclamamos grande parte dessa gloria, que com inteira justiça cabe a Pedro Pereira da Silva Guimarães, por ter sido elle o primeiro iniciador no Parlamento desse grandioso projecto, e idéia porque já em 1850 tenazmente pugnava, como tudo provam os seus grandes e eloquentes discursos (...)<sup>326</sup>.

Além disso, Pedro Pereira seria o próprio exemplo do caráter grandioso do cearense, sempre à frente das grandes causas:

(...) Rendamos, pois, mais uma vez, o nosso preito de verdadeira homenagem a essa meia dúzia de punjantes que levantaram o nome do Ceará ainda mais do que perpetuando a memoria indelével do genial patricio (Pedro Pereira da Silva Guimarães), que arrostando com o indifferentismo do meio em que vivia, o de puros escravocratas, teve a coragem unica, só digna dos cearenses, de levantar sua tonitruante voz no parlamento em defesa da raça negra, apresentando (1851) um projecto de lei que visava a liberdade dos nacítuos e a proibição de se alienarem, separadamente, os cônjuges escravos, e dando desse modo o grito de alarme para inicio, infelizmente annos bastante empós, da grande causa, que se tornou em realidade com a sua Victoria em 1888 . [grifo nosso]

Assim, vemos como a ideia do povo cearense forte e abnegado, que por seu caráter especial teria, de forma pioneira, feito a abolição, se constitui e é legitimada pelo Instituto do Ceará. Vemos que já foi utilizada essa ideia de vanguarda abolicionista cearense, mesmo a despeito da seca, no jornal *Libertador*, onde encontramos um discurso proferido pelo deputado Antônio Pinto no Teatro Polytheama, em edição publicada em 28 de julho de 1884, logo após a abolição dos escravos do Ceará:

As grandes causas não morrem, e a que sustentamos é do numero daquelas que tiram sua força não dos partidos, mas da humanidade inteira. (...) Todos vós conheceis o Ceará, que é pobre, e que ha bem pouco tempo foi flagelado por uma desgraça tremenda, que parecia devorar-lhe a existencia se vós não a socorresseis com a vossa generosidade. Entretanto, não morreu e nem se apagou no coração daquele povo a grandesa dos sentimentos; ao contrario o soffrimento apurou o sou amor, que hoje pode servir de lição ás suas irmãs do Sul. (...) O Ceará, senhores, não é abolicionista de hoje ou de hontem, não; o seu movimento vem de mais longe. No anno de 1852 o cearense Pedro Pereira da Silva Guimarães, deputado geral, offereceu á camara temporária um projecto de lei para libertar o ventre escravo. Então, a voz do sábio patriota perdeu-se no esquecimento, e a sua pessoa, depois de ter deixado nos annaes do parlamento o selo de uma grande individualidade, desapareceu na pobreza e no tumulo, de onde reivindicamos hoje a sua memória, para defeza de nossa honra. Em

---

<sup>326</sup> VASCONCELOS, Barão de. "Pedro Pereira da Silva Guimarães (documentos históricos)". *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1906, p. 189.

1867 a assembléa provincial de minha provincia decretou uma verba para a libertação de creanças escravas. Essa lei foi executada no meio do applauso geral, e foi, póde-se dizer, a brilhante aurora da de 28 de Setembro, desse padrão immorredouro do nome de Rio-Branco. Já se vê, portanto, senhores, que o Ceará se preparava de longa data para realizar a grande reforma do elemento servil; os animos estavam preparados, e as tendencias eram irresistíveis<sup>327</sup>.

Assim, vemos como esse discurso do caráter do cearense fortalecido pela seca é evidenciado pelo Instituto do Ceará, que enquanto uma instituição científica reconhecida pela sociedade possuía autoridade para legitimá-lo. Pierre Bourdieu nos esclarece sobre como algumas instituições possuíam os meios para legitimar determinados discursos, inseridas na luta pela identidade regional<sup>328</sup>. Segundo ele, nessas lutas são desejados os meios de divisão pelos quais se formam e se reconhecem os grupos. Essa divisão legítima consiste no “ato de autoridade” de “circunscrever a região, o território” e de “impor a definição (...) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social”<sup>329</sup>. Nas lutas regionais, os grupos são estigmatizados e essas divisões territoriais e sociais são arbitrárias, impostas por aqueles que possuem “autoridade”, que consiste em se afirmar uma verdade, que gera reconhecimento, produzindo “a existência daquilo que se enuncia”<sup>330</sup>. Assim, aqueles que possuem autoridade determinam essas características à região ao afirmar “com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas (...)”<sup>331</sup>. Assim, é justamente essa autoridade que propicia a enunciação de discursos legítimos que os grupos regionais buscam subverter e tomar pra si, para poder caracterizar sua própria identidade.

Ele fala ainda sobre o discurso regionalista, que diz ser performativo, ou seja, tem em vista “impor como legítima uma nova definição de fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”<sup>332</sup>, em oposição a uma definição dominante já

---

<sup>327</sup> *Libertador*, nº 154, 28 de julho de 1884, p. 2.

<sup>328</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>330</sup> *Ibidem*.

<sup>331</sup> *Ibidem*.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 116.

existente. A eficácia do discurso performativo consiste na autoridade de quem o enuncia. O discurso produz o que está enunciando, mas quem anuncia deve estar imbuído de autoridade para tanto, ou seja, deve estar “autorizado a autorizar”<sup>333</sup>. Consiste também em o discurso estar fundamentado na objetividade do grupo, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe conferem os membros do grupo, bem como nas características econômicas e culturais que têm em comum. Logo, o poder exercido sobre o grupo, que segundo Bourdieu “se trata de trazer à existência enquanto grupo” é ao mesmo tempo o poder de impor princípios de visão e divisão comuns, ou seja “uma visão única da sua identidade, uma visão idêntica da sua unidade”, a partir do discurso oficial. A oficialização tem sua realização completa na manifestação, onde o grupo marginalizado se torna visível para os outros e para si próprio “atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira a institucionalização”<sup>334</sup>. É o que buscavam os intelectuais congregados no Instituto do Ceará, a partir de sua posição como instituição reconhecida para emitir discursos científicos.

Aqui é importante destacar também a abordagem do autor sobre o papel do discurso científico para legitimar determinadas classificações. Pensamos ser interessante observar o Instituto do Ceará sob este prisma, como um lugar de autoridade para emitir discursos científicos, já que estes são importantes para atrair o reconhecimento para a região e sua história. Segundo Bourdieu, “qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e por este meio à existência”<sup>335</sup> [grifo no original]. Para o autor, o regionalismo (como também o nacionalismo) é um caso particular das lutas simbólicas onde os agentes podem estar envolvidos tanto individualmente (em dispersão) quanto coletivamente (organização). O que está em jogo é a conservação ou transformação das “relações de força simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas (...)”<sup>336</sup>. Colocadas também como lutas pelos critérios de avaliação legítima, ou lutas de classificação, onde os agentes “empenham interesses poderosos, vitais por vezes”<sup>337</sup>, na medida em que o valor da pessoa está reduzido à sua

---

<sup>333</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>335</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>336</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>337</sup> Ibidem.

identidade social. Assim, nas lutas regionais, os agentes colocam toda sua vitalidade, todo seu “ser social (...) tudo o que define a ideia que eles têm de si próprios”<sup>338</sup>; o que para eles constitui o “nós” em oposição aos “outros”, e ao que se encontram ligados “por uma adesão quase corporal”<sup>339</sup>. Isso, para ele, explica “a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade”<sup>340</sup>.

Assim, a luta regional teria como objetivo a “reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade (...)”<sup>341</sup>. Para tanto, eles se utilizam até mesmo dos estigmas que lhes são impostos em seus discursos por reconhecimento. O estigma confere as determinantes simbólicas e seus “fundamentos econômicos e sociais” que se tornam os “princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização”<sup>342</sup>. É o que também vemos no discurso do Instituto do Ceará, que utiliza o estigma de província pobre, castigada pelas secas, para obter reconhecimento na medida em que, apesar dessas características adversas do meio, consegue um feito considerado glorioso como ser a primeira província do Brasil a libertar todos os escravos. A luta regionalista seria também uma “resposta à estigmatização que produz o território”<sup>343</sup>. Se a região não fosse um “espaço estigmatizado”, ou seja, uma província definida pela distância econômica e social em relação ao centro, privada do capital material e simbólico, que se concentra também no centro, não poderia reivindicar uma existência. Aqueles que fazem parte da região estigmatizada lutam justamente porque esta “existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica (...)”<sup>344</sup>. É para romper com essa definição e inverter as características estigmatizadas que a revolta contra essa dominação toma a “forma de reivindicação regionalista”<sup>345</sup>. No entanto, abolir totalmente o estigma acabaria com os próprios princípios do “jogo”, que leva à reivindicação pela existência. A luta regionalista busca reconhecimento a partir da afirmação do próprio estigma e sem este não haveria busca pela afirmação da existência. Este é o paradigma que Bourdieu

---

<sup>338</sup> Ibidem.

<sup>339</sup> Ibidem.

<sup>340</sup> Ibidem.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>342</sup> Ibidem.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>344</sup> Ibidem.

<sup>345</sup> Ibidem, p. 127.

aponta. Acreditamos então que o Instituto do Ceará busca subverter o discurso de autoridade definido pelo centro, que seria o Rio de Janeiro, então corte do Império, e legitimar seu próprio discurso, alcançando reconhecimento para sua região, como órgão científico com autoridade de âmbito regional. Durval Albuquerque acredita que o estereótipo “se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado”<sup>346</sup>, ou seja, quando o estigmatizado reproduz o discurso discriminatório. Porém, percebemos aqui que a adoção do estigma faz parte da própria luta regionalista.

Roberto Cardoso de Oliveira busca analisar as identidades inserindo-as em seus respectivos conjuntos sociais<sup>347</sup>. Ele considera importante questionar essas identidades “enquanto em crise” [grifo original], pois é:

Quando, em sua movimentação no interior dos sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis – conjunturalmente possíveis -, na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas ‘fontes’ originais dessas mesmas identidades(...) <sup>348</sup>.

Ou seja, essa busca por identidade obedece a “regras” que se relacionam com a conjuntura na qual os grupos se inserem, podendo parecer até mesmo incoerentes em alguns momentos, mas são as condições possíveis para o grupo agir. Em seu estudo sobre os migrantes, Oliveira demonstra como os grupos articulam identidade, etnicidade e nacionalidade em sua busca por reconhecimento. Ou seja, a identidade de um grupo não é única, rígida, determinada, mas composta por diversos elementos, mobilizados de acordo com as oportunidades do contexto.

Anne-Marie Thiesse também se propõe a pensar o regionalismo, porém a partir do exemplo da França durante a Terceira República (1870-1940)<sup>349</sup>. Ela procura demonstrar como, durante esse período na França, o regionalismo foi utilizado para demonstrar ao mesmo tempo a diversidade e a união da França, onde a diversidade compunha a nacionalidade. Assim, no caso da França o regionalismo não foi construído em oposição ao nacional, mas para corrigir o centralismo excessivo em Paris, que começou a ser contestado em meados do

<sup>346</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Cit., p. 30.

<sup>347</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Os (des)caminhos da identidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, nº 42, fevereiro/2000, pp. 7-21.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>349</sup> THIESSE, Anne-Marie. “‘La Petit Patrie enclose dans la grande’...” Op. Cit.

século XIX. Dessa forma, Thiesse destaca que “o regionalismo, portanto, desempenha na história francesa um papel de consolidação da identidade nacional, relegado com frequência ao segundo plano, mas subitamente colocado em evidência nos períodos de crise intensa”<sup>350</sup>. Crise que naquele momento tinha como principais motivos este centralismo político e econômico em Paris, visto como um desequilíbrio; e a derrota francesa para a Alemanha na Guerra Franco-prussiana em 1870, que levou dirigentes e intelectuais a buscarem novos elementos que demonstrassem a excelência francesa. Essa grandeza consistia em sua diversidade, que fazia da França um país “abençoado pela natureza” e “o resumo ideal de toda a Europa”<sup>351</sup>.

Assim, o patriotismo consistia em “conhecer, amar e avivar”<sup>352</sup> a diversidade francesa. Ela destaca que a escola teria importante papel neste sentido, já que era ali que as crianças primeiramente aprendiam sobre a “pequena pátria”, a região, para depois aprenderem sobre a “grande pátria”, a nação, onde a região estaria inserida, contribuindo para a sua unidade. Ela destaca o surgimento de Sociedades Regionalistas a partir do início do século XX, como museus de folclore, festivais de danças folclóricas e uma importante produção literária regionalista, de grande êxito entre o público, entre os anos de 1900 e 1930. Ela cita ainda a Exposição Internacional de Artes e Técnicas, realizada em Paris em 1937, onde os países tiveram oportunidade de expressar sua identidade nacional e seus projetos políticos, tendo a França como tema de sua seção o regionalismo.

Desse modo, a autora nos mostra como na França o regionalismo atuou fortemente como elemento de consenso da consciência nacional, sendo utilizado no sentido de união. Apresentava-se ainda como agente da paz social e superação dos conflitos, sendo utilizado em momentos de crise, onde cada região possuía sua identidade própria, iguais em direitos, que se complementavam no todo nacional. O que não foi diferente do que aconteceu no Brasil, como tentamos demonstrar, onde buscava-se uma homogeneidade diante da diversidade do país. No que diz respeito à escrita da história, que é nosso foco principal, vemos como o IHGB buscou essa homogeneidade destacando a história das regiões para fortalecer a história e a identidade nacionais, seu principal objetivo diante das diversidades regionais. Por outro lado, as regiões ao mesmo tempo em que contribuía para o nacional fortaleciam suas próprias identidades, como no caso do Ceará. O Instituto do Ceará, dessa forma, a partir da relação com o IHGB,

---

<sup>350</sup> THIESSE, Anne-Marie. “‘La Petit Patrie enclose dans la grande’...” Op. Cit., p. 5.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 7.

caracterizada por trocas e pela fluidez, produz um discurso, imbuído de autoridade científica, que legitime a identidade regional no Ceará, utilizando-se do estigma das secas para forjar uma ideia de povo cearense e do pioneirismo da abolição.

## 2.2 Centro e periferia: As relações de alteridade na atuação do Instituto do Ceará

Buscamos também analisar a relação entre o Ceará e o Rio de Janeiro a partir da relação entre centro e periferia, abordada por Carlo Ginzburg<sup>353</sup>. Este analisa a história da arte italiana, onde Roma era considerada o centro, atraindo artistas de diversas províncias da Itália, influenciando as técnicas e estilos de arte a serem seguidas pelos demais. Logo, o centro é caracterizado pelo predomínio de modelos que tendem a ser seguidos, e como um lugar de atração, atuando política e culturalmente sobre as periferias. Essa relação entre o centro e as periferias, apesar de ser conflituosa, é também fluida, de trocas recíprocas e passível de transformações. Apesar de o Rio de Janeiro ter se caracterizado como centro, por ser a Corte e o núcleo administrativo e econômico do Império, principalmente com o desenvolvimento da atividade cafeeira, e o Ceará, visto como uma província pobre e ameaçada pelas secas recorrentes, ter sido caracterizado como periferia, vemos que estas definições mudam no que se refere ao movimento abolicionista, com o Ceará se tornando o centro das atenções nacionais. Inclusive era constantemente notícia na imprensa da Corte<sup>354</sup>. José do Patrocínio viajou em 1882 ao Ceará, segundo Humberto Machado para “apoiar a campanha dos jangadeiros”<sup>355</sup> e por alguns meses participou ativamente do movimento abolicionista junto aos membros da Sociedade Cearense Libertadora, “pronunciando diversas conferências em Fortaleza”<sup>356</sup>. Posteriormente, já em 1883, escreveu sobre os acontecimentos daquela província em seu jornal. No retorno de Patrocínio à Corte, após dois meses, como já citamos no primeiro capítulo, houve festas e comemorações em teatros. Enquanto isso, Nabuco internacionalizava o que acontecia no Brasil e no Ceará<sup>357</sup>.

---

<sup>353</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit.

<sup>354</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>356</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit.

<sup>357</sup> ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas...* Op. Cit.; posição no ebook 3159.

A notícia da abolição dos escravos do Ceará, que seria formalizada em uma cerimônia no dia 25 de março de 1884, causou grande comoção no Rio de Janeiro, onde houve comemorações por meses, como já dissemos em capítulo anterior. Segundo Machado, “ocorreu ‘um verdadeiro carnaval’”<sup>358</sup>, com comemorações nas principais ruas do centro da cidade, principalmente na rua Uruguaiana, sede do jornal *Gazeta da Tarde*. Segundo Lusirene Ferreira<sup>359</sup>, a abolição no Ceará teve tanta repercussão na imprensa da Corte que houve jornais que surgiram apenas em comemoração ao acontecimento. Para ela, a Corte estava eufórica, ocorrendo diversos tipos de celebrações, largamente divulgados pela imprensa. O ponto alto foi a visita do jangadeiro Francisco José do Nascimento, o *Dragão do Mar* e a grande regata na Enseada de Botafogo, da qual ele participou. Esses eventos, tal como no Ceará, foram organizados com antecedência para o dia 25 de março, o que demonstra a troca de informações e o contato mantido entre os abolicionistas do Ceará e da Corte.

O programa de comemorações para o dia 25 foi publicado no *Gazeta da Tarde*, sendo constituído por eventos que ocorreriam até um mês depois do dia 25, incluindo o transporte da jangada de Francisco do Nascimento até o Museu Nacional<sup>360</sup>. O dinheiro arrecadado nas festas seria utilizado para libertar escravos da Corte. Raimundo Girão diz que a homenagem se estendia também à Sociedade Cearense Libertadora “cujo hino é entoado delirantemente”<sup>361</sup>; homenagem à qual Nascimento agradeceu “em lágrimas”<sup>362</sup>. Nascimento ainda teve oportunidade de se encontrar com o Imperador no Paço de São Cristóvão “falando-lhe animadamente, durante vinte minutos, sobre assuntos da Abolição”<sup>363</sup>. O alcance da repercussão dessa notícia estendeu-se também à Europa, de onde Joaquim Nabuco enviou uma carta a André Rebouças em fevereiro de 1884, comentando o acontecimento marcado para o dia 25 de março. A carta foi publicada no *Gazeta da Tarde* de 24 de março de 1884:

(...) o que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda – o Brasil da liberdade, mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão que se pode dizer que essa província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa no Norte há de destruir as espessas trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa

---

<sup>358</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>359</sup> FERREIRA, Lusirene Celestino França. Op. Cit.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 46. Ver também GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1. ed. Op. Cit., p.191.

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> Ibidem.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 192.

clareza. As outras províncias há de querer imitar o exemplo e sentir não terem podido tomar a iniciativa<sup>364</sup>.

Nabuco já mantinha contato com a Sociedade Cearense Libertadora desde a greve dos jangadeiros, quando trocou correspondência com José Correia do Amaral, ocasião em que este pediu que o manifesto da Libertadora fosse divulgado na Corte, sendo publicado em *O Abolicionista* e no *Gazeta da Tarde*<sup>365</sup>. Além disso, os abolicionistas cearenses receberam palavras de felicitação do escritor Victor Hugo, que não podendo comparecer ao jantar oferecido por José do Patrocínio em Paris por motivo de doença, enviou uma mensagem, reproduzida no artigo “O Rio Grande do Sul e a abolição dos escravos do Ceará”, de Francisco Riopardense de Macedo na *Revista do Instituto do Ceará*, no Tomo Especial de 1984:

Uma província do Brasil acaba de declarar abolida a escravidão em seu território. Para mim esta notícia é imensa. A escravidão é um homem transformado em besta dentro do próprio homem. Tudo quanto sobrevive de inteligência humana nesta vida animal, é propriedade da vontade e do capricho do senhor. Daí cenas horríveis. O Brasil deu na escravidão um golpe decisivo. O Brasil tem um imperador, mas este imperador é mais do que isso, é um homem. Que ele continue. Nós o felicitamos, nós o honramos! Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra. A liberdade é a lei humana. Sintetizamos em uma palavra a situação do progresso: a barbárie recua, a civilização avança<sup>366</sup>.

Nesse momento, o Ceará estava literalmente no centro das atenções, no centro do Império, porém desta vez não por causa das secas, quando eram obrigados a pedir auxílio para os retirantes, demonstrando assim uma inversão da relação entre centro e periferia. Segundo Angela Alonso, o que teria facilitado o contato do Ceará com outras províncias e países naquele momento foi a expansão das linhas do telégrafo na província:

Embora o telégrafo tivesse sido implantado no governo Rio Branco, a expansão das linhas demorou. Quando chegou ao Ceará, em 1881, a SCL enviou um telegrama de saudação à *Gazeta da Tarde*. Patrocínio respondeu de pronto, e a conexão ficou regular. Também o telégrafo levava à SCL notícias dos abolicionistas estrangeiros. Assim informados, celebraram os avanços da abolição em Cuba, com festa literária no Passeio Público de Fortaleza, e cobriram toda a viagem de Nabuco pela Europa. Em 1881, havia, pois, vínculos entre os abolicionistas brasileiros e os estrangeiros, entre os da Corte e o cearense, e deles com outras províncias do Norte<sup>367</sup>.

<sup>364</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit., p. 255.

<sup>365</sup> ALONSO, Angela. Op. Cit.; posição no ebook 2764.

<sup>366</sup> MACEDO, Francisco Riopardense. “O Rio Grande do Sul e a abolição dos escravos do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 114.

<sup>367</sup> ALONSO, Angela. Op. Cit.; posição no ebook 2775.

Também percebemos essa relação no que diz respeito à escrita da História empreendida pelo IHGB e pelo Instituto do Ceará, onde aquele Instituto, com objetivos centralizadores, recolhe as contribuições dos Institutos regionais. Para Ana Paula Barcelos, essa relação se caracteriza por um movimento de “aproximação e afastamento entre a História regional e a nacional”<sup>368</sup>, de trocas constantes, em uma via de mão dupla, já que estes intelectuais dos institutos regionais viam nesta aproximação uma oportunidade de afirmação diante do restante do país. De um lado, o Ceará contaria sua história para o restante do país; de outro, o IHGB buscava a unidade e participação da província na história nacional, obtendo ainda documentos e publicações para seu acervo. Assim, acreditamos que a relação entre os dois Institutos se caracterize pela reciprocidade, onde o Instituto do Ceará tentava demonstrar, a partir de documentos, que houve muitos episódios e personagens importantes para a história do Brasil no Ceará, como a abolição dos escravos em 1884, por exemplo. Os intelectuais do Instituto buscaram, então, romper com o estigma do atraso, já tão reiterado com o discurso da seca, a partir do pioneirismo na abolição, demonstrando, a despeito das dificuldades do meio, o quanto aquele acontecimento foi importante:

Não ha livro algum, destes “que levam ás escolas os exemplos de nosso civismo”, que deixe de registrar, exalçando, o faustoso acontecimento, incontestavelmente a pagina mais bella e mais aurifulgente da historia do Ceará, redimido em espaço de tempo relativamente curto, por força de tenaz e veracíssima propaganda da “Libertadora Cearense”, todo o captivo existente na província (...) <sup>369</sup>.

Diante dos exemplos citados, podemos perceber o trabalho empreendido por aquele Instituto na tentativa de formação de uma identidade a partir da memória daqueles acontecimentos. Inclusive alguns associados do Instituto do Ceará estiveram diretamente envolvidos no movimento abolicionista na província, como, por exemplo, o Barão de Studart, Antônio Bezerra de Menezes, Rodolpho Teophilo e o padre João Augusto da Frota. Estes buscaram levar a memória daqueles acontecimentos para o Instituto do Ceará, que atuou diretamente junto ao IHGB e a outras instituições do Rio de Janeiro a fim de lhe conferir um lugar na história nacional. Podemos ver esta iniciativa em alguns artigos da Revista, como por exemplo aqueles intitulados “600 datas para a Chronica do Ceará na segunda metade do século XVIII”, do Barão de Studart; “Creação da Vila de Sobral”, do Reverendo Frota; “Descripção da cidade de Fortaleza”, de Antônio Bezerra; “Para a história da libertação dos escravos no Ceará”, de Antônio Martins, este também membro da Sociedade Cearense

<sup>368</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “‘Nem História nem mesmo Chronica’...” Op. Cit., p. 8.

<sup>369</sup> SOUZA, Eusébio de. Op. Cit., p. 385.

Libertadora; “Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará”, do Barão de Studart; “Ephemérides do Ceará – O Ceará Republicano”, “Documentos da Revolução de 1817” e “O movimento de 1817 no Ceará”, também do Barão de Studart, entre outros. Percebemos nessa busca por datas e fatos marcantes a influência do positivismo na análise dos documentos, já discutida no capítulo anterior, que é marcante no século XIX, mas que perdura até as primeiras décadas do século XX, como nos fala Angela de Castro Gomes<sup>370</sup>. Além disso, vemos como foi efetivado esse trabalho do Instituto do Ceará de consolidação da história da província, inserida na reconstrução da nacionalidade brasileira, nas últimas décadas da monarquia e no início da república, estendendo-se até a primeira metade do século XX.

Nos artigos analisados da Revista do Instituto podemos perceber um claro trabalho de fortalecimento dessa memória coletiva regional que demonstrasse o quanto o Ceará contribuiu para a história nacional. Fica clara também a busca pelo reconhecimento de seus supostos feitos e pelo olhar das outras províncias e de outros países. Desejo este presente desde o momento em que o movimento abolicionista se desenrolava, e que adentra o período republicano, na tentativa de participação na escrita da história nacional. Tzvetan Todorov<sup>371</sup> nos esclarece sobre a busca por reconhecimento através do olhar do outro, aspectos muito presentes nos discursos dos abolicionistas cearenses e dos membros do Instituto. Para ele, o reconhecimento é uma condição inerente à própria existência do ser humano, confirmando-a a partir do outro. Sendo assim, toda coexistência em sociedade é uma constante busca por reconhecimento. Todorov, em seu estudo sobre a busca por reconhecimento, analisa filósofos que abordaram o mesmo tema, sendo mais marcante Rousseau que influenciou diversos filósofos posteriores, como Hegel. Rousseau denomina esse sentimento tão presente nas relações sociais como “ideia de consideração”, que seria essa necessidade do homem, quando em sociedade, de “atrair para si o olhar dos outros”<sup>372</sup>. Para Rousseau, o homem seria incompleto, completando-se a partir do outro. Assim, seria para satisfazer essa incompletude, e não por vaidade, que deseja-se a estima pública, o ser considerado. Essa busca por reconhecimento seria então inerente à condição humana e não uma busca vã por vaidade. Hegel, segundo Todorov, ampliou e confirmou o pensamento de Rousseau. Para ele, a “ideia de consideração” de Rousseau é uma característica da espécie humana que ele chamará de

---

<sup>370</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit., posições no ebook 788, 1507.

<sup>371</sup> TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum...* Op. Cit.

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 31.

“reconhecimento”, termo adotado por Todorov. Hegel entende a busca por reconhecimento como geradora de conflito, tornando os homens concorrentes uns dos outros. Todorov, no entanto, destaca que nem sempre é assim, pois até mesmo na relação de um recém-nascido com sua mãe pode haver uma troca de reconhecimento, onde um reconhece a existência do outro.

Dessa forma, para Todorov, a existência do indivíduo e sua busca por reconhecimento não começa em um campo de batalha, como acreditava Hegel, mas na relação materna. Logo, Todorov considera que a teoria de Hegel limita a “extraordinária diversidade da demanda e da concessão de reconhecimento”<sup>373</sup>. Todavia, Todorov defende que “a demanda por um reconhecimento através do olhar do outro não é nem moral (generosidade) nem imoral ( vaidade), ela é necessária”<sup>374</sup>. Ele cita correntes psicanalíticas e filosóficas que defendem tanto a sociabilidade do homem quanto seu caráter associal. Porém, para ele, os homens têm necessidade uns dos outros. Partindo da teoria freudiana sobre as pulsões de vida e de morte, ele chega a uma “triplição”: ser, viver e existir. Segundo ele: “A pulsão de ser, nós a partilhamos com qualquer matéria; a pulsão de viver, com todos os seres vivos; mas, quanto à pulsão de existir, esta é especificamente humana”<sup>375</sup>. Analisando Schopenhauer, que diz que o homem vive, antes de tudo em sua própria pele, Todorov diz que: “o homem vive talvez, antes de tudo, em sua pele, mas só começa a existir pelo olhar do outro(...)”<sup>376</sup> [grifos no original]. O que está de acordo com o que Bourdieu defende sobre as lutas regionalistas, que vimos acima, onde os grupos regionalistas buscam o reconhecimento de sua própria existência diante do grupo dominante. Todorov diz que “muito antes de buscar a satisfação dos sentidos, os seres humanos desejam reconhecimento simbólico, e estão prontos a sacrificar sua vida, já observava Adam Smith, por uma coisa tão insignificante como uma bandeira”<sup>377</sup>.

Nesse sentido, Todorov também fala sobre a demanda por reconhecimento nas relações hierárquicas:

(...) ela (a demanda) pode também articular-se com relações nas quais a presença de uma hierarquia permite evitar conflitos. A superioridade ou a inferioridade dos

---

<sup>373</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>374</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>375</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>376</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>377</sup> Ibidem, p. 128.

parceiros é, frequentemente, dada de antemão, cada um deles não deixa de desejar a aprovação do olhar do outro<sup>378</sup>.

É o que notamos na relação entre os Institutos Históricos que abordamos neste trabalho, onde as relações de trocas simbólicas e materiais são de ambas as partes, cada um desejando a contribuição do outro de alguma forma. Outra distinção feita por Todorov são as etapas de desenvolvimento do reconhecimento: a primeira é o reconhecimento da nossa existência; e a segunda, a confirmação do nosso valor. Ora, é justamente a confirmação do seu valor, do valor de sua história, que os membros do Instituto do Ceará buscam, diante do Brasil e também de outros países, como fica claro nos artigos da Revista do Instituto. No artigo já citado “A Epopéia do Ceará”, de 1934, o autor Júlio Abreu parabeniza os cearenses pelo aniversário de meio século da libertação dos escravos:

Exultai, formosa terra de Iracema, na data que comemora meio século em que chegou a um termo brilhante a verdadeira epopéia do Ceará - a libertação dos escravos, cujos ecos, reboando em todo o Brasil, notadamente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, estimularam o entusiasmo abolicionista e, transpondo o oceano, repercutiram em Paris, e motivaram justos e honrosos conceitos desse grande genio que foi Victor Hugo, e fizeram anteceder a abolição total do País! (...) demonstrando que o Ceará bem merecia a denominação de Terra da Luz, que lhe fôra dada por José do Patrocínio por ocasião da libertação do primeiro município brasileiro – o Acarape (...) <sup>379</sup>. [grifo no original]

Assim, buscam a confirmação de seus feitos pelo olhar de outros países e de personalidades icônicas, como Victor Hugo e José do Patrocínio, que adotaram a expressão “Terra da luz” em referência ao Ceará. No artigo da revista que transcreve o discurso de José Lino da Justa em Conferência na associação Phenix Caixerai pelo 44º aniversário de libertação dos escravos, em 1928, diz ele que “José do Patrocínio, o genio da raça negra, rebatendo então o despeito dos escravocratas do sul, numa apóstrophe sublime, apontou para o norte e disse: ‘O CEARÁ É A TERRA DA LUZ!’ E a phrase ficou immortal”<sup>380</sup>. Todorov diz que nas sociedades democráticas, onde (teoricamente) não há hierarquias, não há reconhecimento de conformidade (pela semelhança), e este é buscado através do sucesso. Porém, Todorov se refere às sociedades do Antigo Regime, o que não é o caso do Ceará, mas sabemos que esta era uma sociedade marcada por valores tradicionais, recém saída da monarquia e, assim como todo o país, ainda inserida nos valores aristocráticos e

<sup>378</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>379</sup> ABREU, Júlio. Op. Cit., p. 135.

<sup>380</sup> JUSTA, José Lino. “Conferência realizada na Phenix Caixerai”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1928, p. 18.

hierarquizada. Ou seja, uma sociedade em transição, onde o sucesso “toma a forma de aspiração à glória, ou à honra. (...) É o caminho escolhido pelos heróis que aspiram a uma atenção particular para as proezas que realizam”<sup>381</sup>. É o que vemos nas falas dos abolicionistas no momento mesmo em que o movimento se desenrolava no Ceará, um movimento “tão injustamente calunhado, mas tão justamente glorioso”<sup>382</sup>.

Outro fator presente na fala daqueles abolicionistas é que eles estariam agindo em prol de uma causa humanitária, que seria a libertação dos escravos. Seria um ato de caridade, de abnegação conceder a liberdade aqueles “pobres infelizes”, como eles geralmente eram chamados. O escravo não poderia lutar pela própria liberdade, pois ele não conseguiria fazê-lo da forma correta, ou seja, sem violência. No jornal *Libertador* vemos esta ideia quando em discurso proferido no Segundo Congresso Agrícola, de 17 de julho de 1884, Manoel Gomes de Mattos cita alguns trechos do livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco:

A propaganda abolicionista não se dirige ao escravo; seria uma cobardia inepta e criminosa, e além disto um suicídio político para o partido abolicionista, incitar á insurreição ou ao crime homens sem defesa, e que ou a lei de Linch ou a justiça publica immediatamente havia de esmagar. A escravidão não ha de ser suprimida no Brazil por uma guerra servil; ou muito menos por attentados ou insurreições locaes. Não deve sel-o também por uma guerra civil como o foi nos Estados-Unidos. A emancipação ha de ser feita entre no's por uma lei, que tenha os requisitos externos e internos de todas as outras. A propaganda abolicionista é dirigida contra uma instituição e não contra pessoas; não ataca os proprietários como indivíduos, ataca o domínio que exercem e o estado de atraso em que a instituição, que representam, mantem o paiz todo<sup>383</sup>.

Humberto Machado nos esclarece sobre esta atitude de paternalismo dos abolicionistas em relação aos escravos ao tratar do próprio Patrocínio, que também adotava essa postura. Este demonstrava sua preocupação com possíveis revoltas escravas em seus artigos em jornais, assim como uma preocupação com a ordem e o temor de ser estigmatizado como um radical, incitador de revoltas. Nos últimos anos da escravidão, quando a luta estava mais acirrada, percebe-se por parte dos abolicionistas a preocupação em manter a legalidade que “orientava a atuação dos militantes e da imprensa abolicionista”<sup>384</sup>. Preocupação que também estava presente nos discursos dos abolicionistas cearenses alguns anos antes. Ao analisar os textos de Patrocínio, Machado destaca duas categorias: paternalismo e reformismo. Segundo

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>382</sup> *Libertador*, nº 154, 28 de Julho de 1884.

<sup>383</sup> *Libertador*, nº 159, 02 de Agosto de 1884, p. 2.

<sup>384</sup> MACHADO, Humberto. *Op. cit.*, p. 175.

ele, “a vertente paternalista do projeto abolicionista faz-se presente através de uma linguagem que oscila entre a brandura e a agressividade diagnosticadas por meio de uma leitura formal de seus escritos”<sup>385</sup>. Ao mesmo tempo que bradavam por soluções radicais, buscavam também agir pelos meios legais, como a propaganda por exemplo. No Ceará, quando vemos relatos de fugas de escravos, estas também são auxiliadas pelos abolicionistas, como nas fugas em meio à greve dos jangadeiros.

O paternalismo, que ameniza a relação de violência entre senhor e escravos, e coloca aquele como um “pai” que cuidava dos filhos, mas que também precisava punir para educar, se apresentou no movimento abolicionista através do “cuidado” e da “proteção” dos abolicionistas para com o escravo. Este, visto como coisa, como um ser dominado pela violência desde sempre, sem direito à educação, não teria capacidade de conseguir sua libertação por meios que não fossem violentos. Dessa forma, a propaganda deveria ser dirigida aos senhores e à população em geral, pois o escravo não estaria apto a entender. Acreditamos que este seja o motivo pelo qual não encontramos menções a revoltas ou outra forma de atuação dos escravos no jornal *Libertador*, por exemplo, a não ser naqueles casos já citados da greve dos jangadeiros, e menos ainda na *Revista do Instituto do Ceará*. Quando mencionam os escravos, o fazem para denunciar os maus tratos que sofriam e como a sociedade não deveria mais permitir que ocorressem, ou quando estão recebendo suas cartas de alforria das mãos dos abolicionistas, chorando de emoção e agradecimento. No artigo “O Centenário da Abolição em Pacatuba”, presente no Tomo Especial de 1984, sobre a fundação da Sociedade Cearense Libertadora percebemos esta ideia na fala de Manuel Albano Amora:

Na Capital, no dia 8 de dezembro de 1880, teve lugar, no prédio da Assembléia Legislativa, a inauguração da Sociedade Cearense Libertadora, fundada sob os auspícios da Sociedade Perseverança e Porvir (...). A partir daí, o entusiasmo dominou os cearenses, que, em vários municípios, começaram a fundar sociedades emancipadoras e a libertar os pobres negros<sup>386</sup>. [grifos nossos]

Vemos a partir da forma como se referiam aos escravos que os abolicionistas e seus leitores, ou seja, a sociedade cearense, deveriam proteger e libertar esses “pobres negros”, como eram vistos. No entanto, sabemos que revoltas e fugas escravas existiram ao longo de todo o período de vigência do sistema escravista, como destaca Machado: “Embora não existisse uma consciência de classe no escravismo, isso não significa que o cativo aceitasse

---

<sup>385</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>386</sup> AMORA, Manuel Albano. “O Centenário da Abolição em Pacatuba”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 43.

simplesmente a sua condição de coisa, como pode ser comprovado pelas inúmeras revoltas ocorridas durante todo o período de existência do cativo”<sup>387</sup>. Raimundo Girão, ao mesmo tempo em que diz ter sido pouco o contingente de escravos no Ceará desde sempre, também deixa transparecer que houve revoltas e fugas na província. Para defender essa ideia, Girão cita o depoimento de Henry Koster:

Os distritos de gado (...) empregavam poucos escravos e êstes se ocupavam nas próprias casas. Dificilmente para êles, se não forem crioulos, é o tornar-se capazes de perseguir o gado, domar os poldros, etc. Os escravos ficam em casa trabalhando em ocupações compatíveis com as suas habilidades<sup>388</sup>.

Ao que Girão completa: “Por isso, as fugas não eram comuns e as rebeldias muito raras”<sup>389</sup>. Porém, na página seguinte cita o caso de uma execução por enforcamento de:

(...) alguns cativos, cabendo maior destaque a dos pretos autores do hediondo crime do brigue-escuna ‘Laura 2ª’, proveniente do Maranhão com destino a Pernambuco, os quais, em junho de 1839, assassinaram quase todos os membros da tripulação, deram com o barco à praia de Arapaçu, em Aquiraz, e foram justificados a 22 de outubro seguinte, em Fortaleza, no então largo da Pólvora, hoje Passeio Público. Outros escravos padeceram a morte da fôrca, por delito contra o senhor. Abatido por um dêles, morreu Antônio José Pereira Gomes, o negociante mais rico de Fortaleza, em seu tempo, e ao qual se devem o desenvolvimento do plantio de algodão no Ceará e o início do comércio cearense com a Europa, diretamente<sup>390</sup>.

Porém, não temos mais dados sobre casos semelhantes durante o movimento abolicionista no Ceará, de acordo com nossas fontes, como já destacamos, embora haja muitos casos de revoltas e fugas no Rio de Janeiro e em São Paulo principalmente, como destaca Machado. Posteriormente, o discurso do Instituto do Ceará não foi diferente daquele que encontramos no Libertador. O Instituto, como vimos, endossa a ideia do cearense forte, abnegado, que libertou os escravos em um ato de humanidade após os sofrimentos da seca. Para Todorov, aqueles que não possuem respostas para suas demandas recorrem a mecanismos que ele chama de paliativos. Um desses paliativos seria a dedicação:

A pessoa dedicada, quer pratique a caridade cristã quer a ajuda humanitária, apresenta-se a si mesma como alguém que nada pede, que é inteiramente

---

<sup>387</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>388</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste Brasileiro*. Tradução de Câmara Cascudo, Ed. Brasiliana, 1942, p. 521. Apud GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1. ed. Op. Cit., p. 42.

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> Ibidem, p. 43.

desinteressada, e que, ao contrário, se propõe a dar, sem contrapartida: seu dinheiro, seu tempo, suas forças; os beneficiários serão seres necessitados: os pobres, os doentes, os ameaçados. Na realidade, é claro, não é nada assim: ela realiza um ato aprovado pela moral pública e guarda para si os benefícios do reconhecimento indireto, os quais são os melhores<sup>391</sup>.

Ainda segundo Todorov, a realização por algo bem feito pode oferecer glórias e riquezas, com o objetivo de provar que se é capaz. Percebemos esse desejo de provar sua capacidade na atitude desses abolicionistas, e também em seu discurso, mobilizando as ideias já citadas; que serão reafirmadas posteriormente pelo Instituto do Ceará. Naquele momento, os abolicionistas cearenses já buscavam legitimar o movimento como pioneiro e como algo que ficaria marcado para a posteridade, como se pode ver no seguinte trecho, retirado do *Libertador*, no qual procurava-se destacar a importância daquele evento para a história do país:

(...) Fadado para as conquistas da liberdade e da luz, o Ceará collocando-se na vanguarda do movimento emancipador, tem dado ao paiz e ao mundo, os exemplos mais edificantes de patriotismo e abnegação, provando ao mesmo tempo, que é simplesmente loucura resistir áidéa<sup>392</sup>.

Em seu último número como órgão da Sociedade Cearense Libertadora, quando esta é dissolvida em agosto de 1884, vemos no *Libertador* o desejo daqueles homens de que seus feitos fossem destacados pela história:

Os membros d'esta associação, considerando que o seu fim estava preenchido com a libertação total da provincia, resolveram dissolver a mesma sociedade. Ao historiador imparcial compete o juízo verdadeiro dos esforços e merecimento d'essa associação, que contou os seus dias por luctas renhidas e fecundas<sup>393</sup>.

Podemos perceber uma formação identitária inicialmente no próprio movimento abolicionista, adotando a ideia do Ceará como “Terra da Luz”, no sentido de que iluminaria as outras províncias a partir do seu exemplo, como também percebemos na fala de Nabuco já citada. Conforme destacamos, nesta identidade, forjada naquele momento, e na memória que esses abolicionistas queriam deixar para a posteridade está a ideia de que o Ceará, apesar de ser uma província pobre e castigada pelas secas, já estaria, pela suposta abnegação de seu povo, “fadado”, ou seja, predisposto a esta conquista, como vemos no trecho acima, bem

<sup>391</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. Cit., p. 151.

<sup>392</sup> *Libertador*, nº 159, 25 de julho de 1883, p. 2.

<sup>393</sup> *Libertador*, n 160, 06 de agosto de 1884, p. 2.

como às glórias e honras advindas da mesma. Buscaram também, ao final, destacar que em sua atuação não houve derramamento de sangue ou perturbação da ordem social e, por isso, poderiam ser tomados como exemplo pelas demais províncias do Império. Além disso, eles estavam contribuindo para uma causa civilizatória e patriótica, encaminhando o Brasil para o rol dos países civilizados. Esta era a memória que desejavam que fosse preservada e que foi consolidada pelo Instituto do Ceará, em sua tentativa de inverter relações que estavam postas e sustentadas por “redes de poder”, reservando não só ao Ceará, mas ao Norte o lugar de periferia. Desse modo, Durval Muniz Albuquerque destaca a importância de:

Perceber que rede de poder sustentou e é sustentada por essa identidade regional, por este saber sobre a região, saber estereotipado, que reserva a este espaço o lugar de gueto nas relações sociais em nível nacional, região que é preservada como elaboração imagético-discursiva como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas no país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional<sup>394</sup>.

Durval Albuquerque fala da elaboração de discursos que estigmatizam e que relegam certas regiões ao lugar de periferia. Porém, muitas vezes como parte da própria luta regional, da qual trata Bourdieu, essas regiões ao mesmo tempo em que utilizam o estigma para se fazer notar, reforçam essa imagem estereotipada. Atitude muito comum em membros de Institutos regionais, como destaca o autor ao falar do regionalismo de caráter naturalista, diferente daquele da década de 1920, mais influenciado pelo nacionalismo do pós-Primeira Guerra. Aquele acreditava na influência da natureza, do meio e da raça para explicar os “tipos regionais”<sup>395</sup>. Então, a partir da década de 1920 houve a emergência de um novo tipo de regionalismo. O Norte passa por um período de crise, com a intensificação da dependência econômica, da submissão política e com a dificuldade em aderir às novas tecnologias e assegurar mão-de-obra. Além de uma maior resistência dos padrões tradicionais de sensibilidade e sociabilidade, que diferenciam sua posição diante da questão da nação, que se apresenta com maior ênfase no pós-Primeira Guerra. A história passa a ocupar novos lugares, como o das espacialidades. A influência da Belle Époque declina progressivamente. Busca-se entender a região para integrá-la no todo nacional, a partir da mobilização de diferentes saberes, na arte e na ciência, que lançam olhares para essa região, e volta-se para si próprio, na tentativa de minimizar a distância e a diferença que dificultam a “síntese nacional”<sup>396</sup>.

---

<sup>394</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Cit., p. 38.

<sup>395</sup> Ibidem, p. 53

<sup>396</sup> Ibidem.

Nesse contexto, uma das principais iniciativas para entender a região partiu da visão sociológica de Gilberto Freyre, bem como de escritores, músicos e cineastas, produzindo discursos e visões sobre ela, na tentativa de delinear esse Norte, que passa por esse momento de transição até se tornar Nordeste como conhecemos hoje. É a partir dessas mudanças, que irão criar um discurso e novas imagens sobre o Norte, e desse novo regionalismo, que nasce o espaço que conhecemos como Nordeste, entre 1910 e 1920, segundo Durval Albuquerque<sup>397</sup>.

Os regionalismos e suas diferenças são vistos como entrave para a nacionalização, sendo pensadas políticas no sentido de reduzi-las para possibilitar a unificação da nação, como uma Enciclopédia Brasileira que reunisse informações sobre elas com vistas a superá-las. Angela de Castro Gomes também aborda essa questão em relação ao Estado Novo, onde um ideal de nacionalidade forte e coesa era criado e, para isso, buscava-se a contribuição regional, inclusive com novo fomento aos Institutos regionais para essa finalidade<sup>398</sup>. Isso faz com que os jornais publiquem notas de viagens de seus correspondentes sobre o Norte, por exemplo. Essa atitude leva a que se tome o espaço de onde se fala como centro, como referência, tomando seus costumes como nacionais enquanto os demais seriam regionais, diferentes e estranhos. Essa é a posição adotada por Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Segundo Durval Albuquerque, “esses relatos de estranhamento funcionam também no sentido de criar uma identidade para a região de quem fala em oposição à área de que se fala”<sup>399</sup>. Essas diferenças de caráter material e social quase sempre são atribuídas à vinda dos imigrantes para o Sul e sua ausência no Norte, não levando para este seu elemento civilizador, material e racial. Nesse sentido, a questão predominante é a racial, onde, segundo essa visão construída pelos intelectuais do Sul, São Paulo é apresentado como povoado por populações europeias, como se ali não houvesse existido negros ou índios. Daí decorreria sua superioridade. Assim, Durval Muniz Albuquerque divide os regionalismos entre “regionalismo de superioridade” e “regionalismo de inferioridade”<sup>400</sup>, sendo este o caso do Nordeste. Os modernistas seriam justamente fruto deste deslumbramento com o desenvolvimento urbano de São Paulo e contribuíram muito para a construção deste discurso.

---

<sup>397</sup> Ibidem, p. 52 e 53.

<sup>398</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit., posições no ebook 2798, 2944.

<sup>399</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Cit., p. 54.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 57.

Nessa nova visão da região, “o espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem”<sup>401</sup>, provocando uma mudança em relação ao que se deve conhecer e o que deve ser objeto do conhecimento. Surge então uma nova formação discursiva, a qual Muniz Albuquerque chama de “nacional-popular”, que produz a emergência da consciência regional, ligada às existências individuais, mas principalmente às vivências coletivas. Formação discursiva que pensava a nação como homogênea e buscava uma identidade que suprimisse as diferenças. No entanto, isto levará a uma fragmentação, com a explosão de novos regionalismos. Desse modo:

A questão da identidade nacional põe, na ordem do dia, a questão das diferentes identidades regionais do país, que deviam ser destruídas para uns e reafirmadas para outros, já que para a visão moderna a identidade é uma essência que se opõe à diferença, vista como superficial, ela é um “ser”, uma função invisível e central<sup>402</sup>.

Assim, o discurso regionalista institui uma verdade da região, “orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico”<sup>403</sup>. Essa produção regionalista “naturalista-realista”, como denomina Muniz Albuquerque, do início do século, buscava uma descrição fiel do meio, que se modificava com o avanço da modernidade. Assim, reforçam os estereótipos baseados no clima/meio e raça, segundo os quais o Norte já estaria condenado à decadência. Inclusive o discurso regionalista do Norte, baseado também na influência do meio, se torna “a grande arma política” daquele discurso a partir da seca de 1877, descoberta como “tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc”<sup>404</sup>. Assim, a seca de 1877, aqui já tratada, seria o marco dessa visão de decadência regional e de transferência do poder do Norte para o Sul, estando muito presente nos discursos dos intelectuais cearenses, como vimos, mesmo que buscando superá-la a partir do movimento abolicionista.

Dessa forma, vemos como os discursos vão se constituindo ao longo do tempo, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e como a relação entre centro e periferia perpassa o contato entre essas regiões. Em 1918, um dos mais proeminentes intelectuais do Instituto do Ceará, Guilherme Studart, questionava a pouca produção

---

<sup>401</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>403</sup> Ibidem.

<sup>404</sup> Ibidem, p. 72

historiográfica sobre o Ceará, como já citado no primeiro capítulo. Segundo Barcelos<sup>405</sup>, essa crítica remete a questões mais amplas, referidas à construção de identidades e à integração regional, problemática desde o período colonial e que se acentua com a centralização política no Rio de Janeiro, influenciando a construção da ideia de nação, com a história sendo pensada sob o ponto de vista da capital do Império. É o que acreditamos que o Ceará tente subverter no contexto analisado. Buscou-se a formação de uma identidade a partir da memória do movimento abolicionista para que o Ceará fosse valorizado diante das demais províncias e das nações ditas civilizadas, na tentativa de superar essa relação que o colocava em posição de periferia. O papel de fortalecimento dessa identidade coube, em grande parte, ao Instituto do Ceará, em contribuição com o IHGB, tanto no período monárquico quanto no republicano, como vimos.

### 2.3 Memória e escrita da história no fortalecimento da identidade regional no Ceará

Devido à busca desses intelectuais pelo reconhecimento de sua história, entendemos que acabaram por tentar inverter essas relações e posições de centro e periferia a partir da memória da abolição dos escravos daquela província em 1884. Segundo Michael Pollak, a função da memória é:

(...) a de definir e reforçar o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais entre as coletividades, além de manter a coesão dos grupos e instituições. Essas tentativas são mais ou menos conscientes e obedecem a uma interpretação do passado que dá sua diretriz<sup>406</sup>.

Sua função é então a de dar coesão e identidade a um grupo. Pollak nos diz ainda que a memória, coletiva ou individual, é formada por acontecimentos, identificação com certo período histórico (ou memória herdada), personagens e lugares e que todos esses aspectos são comuns ao grupo. Logo, a memória constitui a identidade, sendo construída, forjada e seletiva. Todorov também destaca a seletividade da memória e diz que entre os acontecimentos em si e os vestígios que deixam há uma seleção que independe da vontade dos indivíduos. Além dessa seleção independente, há também aquela que é consciente, na qual

<sup>405</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “*Nem História nem mesmo crônica*’...”. Op. Cit., p. 3.

<sup>406</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Op. Cit., p. 7.

selecionamos os acontecimentos dignos de serem lembrados. Há ainda outro processo, de disposição e hierarquização dos acontecimentos, onde “algunos serán puestos de relieve, otros rechazados hacia la periferia”<sup>407</sup>. É isso que notamos na Revista do Instituto, onde a abolição dos escravos é posta como o acontecimento mais digno de ser lembrado na história do Ceará. Não é à toa que publicou um Tomo Especial comemorativo de cem anos do acontecimento, e justamente por isso buscamos destacá-lo, pois percebemos a importância que lhe é conferida. No artigo “A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará”, presente neste tomo especial de 1984, Fernando Câmara destaca a importância da data:

O Ceará comemora hoje um dos maiores acontecimentos da sua história, o centenário da abolição de seus escravos, fato este ocorrido em 25 de março de 1884, e antecedendo, em quatro anos, a Lei Áurea da Princesa Isabel, que extinguiu a escravidão no Brasil. A importante resolução provincial teve vasta repercussão em todo o Império, passando o Ceará a ser conhecido por “Terra da Luz”, e caracterizando mais uma vez, com tão nobre gesto, o amor do povo cearense pela liberdade, tal como já havia acontecido em outros movimentos nacionalistas. (...)Coube à terra de Iracema a primazia de declarar livres os nossos escravos, graças ao movimento encetado pelos intelectuais, através da associação, LIBERTADORA CEARENSE, em favor de tão justa causa<sup>408</sup>.

Já Pollak, ao abordar a questão da memória nacional diz que: “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”<sup>409</sup>. Não são todas as memórias do grupo que fazem parte da história nacional, mas algumas são selecionadas em detrimento de outras no momento em que a nacionalidade é forjada. Essas memórias são também disputadas por grupos políticos e podem inclusive valorizar determinados grupos frente à sociedade em geral.

Benedict Anderson fala sobre essa manipulação da memória a serviço da formação da nacionalidade. Para ele, “a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”<sup>410</sup>. Todorov, também pensa que a memória não se opõe ao esquecimento, mas se constitui de uma interação entre o esquecido e o conservado. Para ele, a restituição integral do passado é impossível, e vai na mesma direção de Anderson quando diz que “paradójicamente, casi

<sup>407</sup> TODOROV, Tzvetan. *Memoria del mal...* Op. Cit, p. 147

<sup>408</sup> CÂMARA, Fernando. “A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de cultura e desporto, 1984, p. 117.

<sup>409</sup> POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Op. Cit., p. 204.

<sup>410</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas...*Op. Cit., p. 272.

podria decirse que, en vez de oponerse a él, la memoria es el olvido: olvido parcial y orientado, olvido indispensable”<sup>411</sup> já que “la memoria es forzosamente una selección”<sup>412</sup>[grifo no original]. Para Pollak, além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas e personagens, como vemos de fato ocorrer com o Ceará, destacando os personagens emblemáticos de sua história, como vimos anteriormente. Para ele, “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”<sup>413</sup>.

Pollak fala ainda sobre os vestígios datados da memória, que consiste naquilo que fica marcado como a data precisa de um acontecimento. Podem se destacar na memória as lembranças da vida privada ou da vida pública, como vemos em artigos da Revista do Instituto a exaltação da memória da libertação dos escravos do Ceará. Ainda no Tomo comemorativo de cem anos da abolição, em 1984, vemos como buscaram destacar seu pioneirismo, sua vanguarda e luta pela liberdade, algo que deveria ser reverenciado na memória nacional:

Nesse 25 de Março, voltemos as nossas vistas para os libertadores cearenses. Reverenciemos a sua memória, honremos o exemplo dos que ainda estão vivos, para que o Ceará seja digno da antonomásia de Patrocínio! Que não tenhamos nunca vocação para escravos e que formemos sempre à frente dos movimentos de redenção. Como pioneiros da libertação nacional. Como vanguardeiros das jornadas democráticas que empolgam a pátria<sup>414</sup>. [grifo nosso]

Segundo Pollak, “há também o predomínio da memória sobre determinada cronologia política, ainda que esta última esteja mais fortemente investida pela retórica, até mesmo pela reconstrução historiográfica”<sup>415</sup>. A cronologia dos acontecimentos do movimento abolicionista naquela província é sempre destacada nas fontes analisadas, como as datas da greve dos jangadeiros e da libertação dos municípios, principalmente o Aracape (hoje Redenção), primeiro município a ser libertado, e Fortaleza; a fundação da Sociedade Cearense Libertadora em 08 de dezembro de 1880; e a data de 25 de março de 1884, ponto alto dessa

<sup>411</sup> TODOROV, Tzvetan. *Memoria del mal...* Op. Cit., p. 153.

<sup>412</sup> Ibidem.

<sup>413</sup> POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social.” Op. cit., p. 201.

<sup>414</sup> OLIVEIRA, João Hipólito C. de. “Comentários do dia”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 216.

<sup>415</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 203.

cronologia, com a concretização do objetivo final da libertação dos escravos, atualmente feriado estadual. Inclusive há outro artigo de João Hipólito C. de Oliveira para a Revista do Instituto intitulado “Cronologia da Abolição no Ceará”, também publicado no Tomo comemorativo de 1984, que traz essa cronologia detalhadamente, na qual o autor busca destacar essas datas mais importantes, entre outras.

Assim sendo, se a memória pode ser construída social e individualmente, pode-se dizer também que “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”<sup>416</sup>. Aqui identidade é entendida no sentido de imagem que se constrói para si e para os outros. Segundo Pollak, há três elementos essenciais para a construção dessa identidade: a unidade física, como o corpo da pessoa ou as fronteiras do grupo; a continuidade no tempo; e o sentimento de coerência. Dessa forma, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”<sup>417</sup>, tanto individual como coletiva. Além disso, há outro elemento importante constitutivo da identidade social e que muitas vezes escapa à nossa percepção: o Outro. A identidade é algo que se constrói tendo por referência o Outro, a partir do seu reconhecimento, como vimos também com Todorov e Bourdieu, utilizando-se da memória em comum. Assim, haveria um trabalho de “enquadramento da memória”<sup>418</sup>, que seria a construção de uma memória política, enquadrada de acordo com interesses específicos. Pollak cita como exemplo o trabalho dos historiadores que visavam, no século XIX, a formação de uma história nacional, enquadrando as memórias para atender a este objetivo. Isto acontece mais claramente “em países cuja unificação nacional se deu tardiamente, e onde a ciência histórica tinha uma tarefa de unificação e manutenção da unidade”<sup>419</sup>; como acontece no caso analisado neste trabalho. Há ainda a produção da própria memória em si, ou seja, a partir do momento em que a memória do grupo encontra-se constituída, esta passa a agir por si mesma, mantendo sua própria unidade, continuidade e coerência, podendo ocorrer reorganizações ocasionais.

Desse modo, podemos entender como identidade coletiva, sob a perspectiva de Pollak, aqueles “investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o

---

<sup>416</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>417</sup> Ibidem.

<sup>418</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>419</sup> Ibidem.

sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”<sup>420</sup>. Entendemos haver este trabalho no Instituto do Ceará, onde busca-se fortalecer a identidade coletiva regional através do investimento em sua história, como vemos no artigo “O Quinquagenário do Instituto do Ceará”, de Djacir Menezes, em 1937:

(...) A obra do Instituto do Ceará, os cinquenta tomos de sua Revista, é um monumento imperecível. Ficaré attestando o trabalho, o valor e abnegação desses lutadores obscuros que construíram no silêncio o que havia de ficar: a restauração do passado pelo seu culto, no afã de dissipar enganos e fazer luz sobre trechos ensombrados da sua história<sup>421</sup>.

Vemos o destaque que se pretende dar ao trabalho do Instituto na contribuição para a história, bem de acordo com os objetivos políticos do período. Para Benedict Anderson, para se criar uma narrativa nacional, alguns aspectos são lembrados e outros esquecidos. Geralmente, são as guerras e massacres que devem ser esquecidos, criando-se a imagem de uma fraternidade social que proporcionaria um sentimento de unidade ao grupo. Para Anderson:

Essas notáveis criações imaginárias oitocentistas da fraternidade, surgindo “naturalmente” numa sociedade fraturada pelos mais violentos antagonismos raciais, classistas e regionais, mostram da maneira mais clara possível que o nacionalismo da época de Michelet e Renan representava uma forma de consciência – que brotou quando não era mais possível vivenciar a nação como novidade, como o momento supremo da ruptura<sup>422</sup>.

As narrativas surgiriam justamente desses esquecimentos e lembranças, que também influenciariam a narrativa das identidades. O objetivo desta seria lembrar a continuidade do grupo e, dependendo de quem dita a narrativa, os acontecimentos de alguns passam a ser a história de muitos. Assim, segundo Pollak, para que haja as referências necessárias a uma memória nacional comum, é indispensável o trabalho de organização dessa memória. A partir dessas conclusões, ele define então a função da memória coletiva:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas,

---

<sup>420</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>421</sup> MENEZES, Djacir. “O Quinquagenário do Instituto do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937, p. 454.

<sup>422</sup> ANDERSON, Benedict. Op. Cit., p. 277.

aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum<sup>423</sup>.

É neste sentido que ele fala de “enquadramento da memória”, pois esta precisa ser organizada para atender a determinados fins. O material utilizado nessa organização é fornecido pela história, que pode ser interpretado e reorganizado diversas vezes, não só com o objetivo de “manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las”<sup>424</sup>. Este é um trabalho para se instituir uma memória coletiva dominante. Assim, esse trabalho de enquadramento é feito por “atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão”<sup>425</sup>. Ou Institutos regionais. Assim, nestes locais

se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’ (...) os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas, etc.<sup>426</sup>

Pierre Nora<sup>427</sup> diz que estes são lugares de memória, onde se encontram os vestígios dos testemunhos, podendo ser entendidos também como marcos criados, salvos por uma história deliberada, tornando-o repositório de determinada memória. Este seria o trabalho do historiador, que legitima esses lugares, que podem ser bibliotecas, arquivos, institutos históricos ou monumentos. Assim, podemos entender o Instituto do Ceará como um desses lugares, que se via e fazia ver como repositório da tradição e da memória cearenses, a partir do trabalho de seus membros, compilando documentos e os tornando conhecidos para a província e para o país. Vemos esta intenção no artigo “O Quinquagenário do Instituto” que traz alguns discursos do Congresso Regional de História e Geografia, promovido pelo Instituto em comemoração ao aniversário de 50 anos do mesmo, em 1937, realizado nos dias

---

<sup>423</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio...” Op. cit., p. 7.

<sup>424</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>425</sup> Ibidem.

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> NORA, Pierre. “Entre História e Memória: A problemática dos lugares”. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez, 1993.

28 de fevereiro, 01, 02 e 03 de março. Destacamos principalmente uma fala de Andrade Furtado:

(...) Quis falar-vos, nesta festa, em que damos inicio ás commemorações do cincoentenario do Instituto do Ceará, do culto á tradição, de que este emerito gremio se ufana de ser guarda vigilante e amoravel. (...) As actividades emprehendidas, em tão consideravel lapso de vida social, têm-nos proporcionado honroso e effectivo intercambio com os centros literários e scientificos do pais e do estrangeiro. Tornam-se dest'arte conhecidas, fora dos limites do Estado, as pesquisas e indagações que enaltecem o nome e affirmam o mérito deste recanto da Federação. (...) O honrado governo do Estado fez bem em dar a significação patriótica que a data de 4 de Março assignala no calendario da Terra da Luz, tomando esse dia feriado, entre nós<sup>428</sup>.

Em outro artigo, intitulado “Instituto do Ceará - Estudo Histórico”, de 1925, Eusébio de Sousa cita Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, que diz:

Os Institutos historicos não são associações meramente particulares, mas gremios de utilidade nacional, porque são os archivos e os museus onde se guardam as reliquias dos feitos de nossos antepassados<sup>429</sup>.

Jacques Le Goff também concorda que a utilização desta memória obedece a uma finalidade:

Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder e pela vida, pela sobrevivência e pela promoção<sup>430</sup>.

Ou seja, a memória é essencial para aqueles grupos que desejam se destacar, que buscam reconhecimento ou reverter situações de dominação simbólica, como vimos anteriormente. Le Goff fala da memória desde seus primórdios, quando ainda não havia escrita, com os mitos; posteriormente, com a escrita, surgem os monumentos e inscrições, passando pela criação de “instituições-memória” pelos reis para registrar sua própria história,

---

<sup>428</sup> FURTADO, Andrade. “O Quinquagenário do Instituto”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937, p. 396.

<sup>429</sup> MELO, Mário. Apud SOUSA, Eusébio. Op. Cit., p. 178.

<sup>430</sup> LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas/São Paulo: Editora UNICAMP, 1990, posição no ebook 8645. Edição Kindle.

em arquivos, bibliotecas, museus, onde, segundo ele, “a memória se torna história”<sup>431</sup>. Assim, o desenvolvimento da história e suas relações com a memória estão ligados ao próprio desenvolvimento da humanidade. Diferentes povos em diferentes épocas foram levados a criar meios para salvaguardar a memória de seus acontecimentos principais, aqueles que davam sentido às suas vidas e existência enquanto grupo. Ou seja, à sua identidade. Nesse sentido, Le Goff concorda com os demais autores que entendem a memória como essencial para a construção da identidade. Diz ele que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”<sup>432</sup> [grifo no original].

Segundo Maurice Halbwachs<sup>433</sup> para manter a memória de um grupo é necessária a reconstrução dos dados comuns em nós e nos outros, possível apenas para quem permanece na mesma sociedade. Dessa forma, uma lembrança pode ser reconhecida e reconstruída. Para Halbwachs, quando o grupo se separa as lembranças se perdem. As lembranças comuns dependem que os indivíduos se mantenham no mesmo grupo, não bastando apenas o relato. A partir deste ponto também podemos pensar o caso do Instituto do Ceará, com alguns membros da Sociedade Cearense Libertadora participando de sua fundação e permanecendo juntos, relembando e reconstruindo a memória do movimento abolicionista. Todorov, ao analisar o advento do totalitarismo na Europa indaga sobre a memória desse passado, suas influências no presente e como essa memória pode servir tanto ao bem quanto ao mal. Assim, ele destaca que existem dois tipos de relatos históricos: o relato heróico, onde se conta o triunfo de seus pares; e o relato vitimista, onde é contado o próprio sofrimento. Há ainda dois papéis favoráveis ao indivíduo nesses relatos, que seria o de herói benfeitor e o de vítima inocente; e dois desfavoráveis, que seriam o de malfeitor e o de beneficiário passivo. Acreditamos que no relato do movimento abolicionista cearense feito pelo Instituto encaixam-se os dois tipos, onde o cearense passa de vítima da seca para o herói que luta pela libertação dos menos favorecidos, os escravos, com os acontecimentos sendo narrados como uma verdadeira epopeia – inclusive essa palavra é muito utilizada – com diversos acontecimentos heroicos, como o fechamento do porto ou o auxílio à fuga de escravos pelos abolicionistas. Estes são

---

<sup>431</sup> Ibidem, posição no ebook 7955.

<sup>432</sup> Ibidem, posição no ebook 8645.

<sup>433</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

destacados como heróis, como vemos neste trecho do artigo de Mozart Soriano Aderaldo para a Revista do Instituto, intitulado “Uma história da Abolição”, de 1956:

É, assim, evidente, à luz da própria história, o heroísmo dos libertadores cearenses e o desprendimento ímpar de muitos ‘senhores’ destas bandas, em contraste com o (como direi?) egoísmo dos sulistas, sempre muito preocupados com as conseqüências fatais e funestas, de uma lei redentora<sup>434</sup>.

Podemos encontrar também o papel de herói benfeitor e vítima inocente, para o abolicionista e para o escravo respectivamente. Este, ao mesmo tempo, encaixa-se no papel de beneficiário passivo, cabendo o papel de malfeitor aos senhores de escravos ou políticos escravistas, porém, sendo destacados como minoria, já que nestes discursos procuravam construir a imagem dos cearenses como benevolentes e amantes da liberdade. Todorov diz que “si, durante la evocación del pasado de nuestro grupo, lo identificamos con las figuras positivas, nos gratificaremos directamente atribuyéndonos el mejor papel (...)”<sup>435</sup> na busca pelo reconhecimento de nossa história. Para Todorov, a recordação do passado, sua análise no presente, são necessários para a afirmação da identidade, tanto individual quanto de um grupo. Para ele, “esta exigencia de identidad es perfectamente legítima: el individuo necesita saber quién es y a qué grupo pertenece. (...) Nada hay que objetar a esta necesidad de identidad, aunque sería más acertado pensar en ella como móvil y múltiple, no como única y rígida”<sup>436</sup>, pois a própria memória e a história passam por constantes releituras e ressignificações.

Todorov defende que em uma democracia recordar o passado é um direito, mas não deve se tornar um dever, pois também existe o direito de esquecer. Assim, o bom uso da memória, em seu ponto de vista, é aquele que permite o advento da justiça, que serve a uma causa, e não à simples reprodução dos acontecimentos passados. Conhecer a “verdade” do passado é necessário, mas não tão seguro, pois seus objetivos são resultado de uma seleção de valores. Dessa forma, devemos ficar atentos para a comemoração ritual do passado, que tira o foco da atualidade e não busca efetuar um trabalho de memória, mas a seleção de alguns acontecimentos em detrimento de outros, obedecendo a uma finalidade específica, nem sempre recomendável. Ele, inclusive, cita o nazismo como regime que utilizou a

<sup>434</sup>ADERALDO, Mozart Soriano. “Uma História da Abolição”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1956, p. 161.

<sup>435</sup>TODOROV, Tzvetan. *Memória del mal...* Op. cit., p. 171.

<sup>436</sup>Ibidem, p. 199.

comemoração ritual e a “sacralização da memória”<sup>437</sup> para finalidades negativas. Somos nós que damos sentido ao passado, logo

el pasado podrá contribuir tanto a la constitución de la identidad, individual o colectiva, como a la formación de nuestros valores, ideales, principios, siempre que aceptemos que éstos estén sometidos al examen de la razón y a la prueba del debate, en lugar de desear imponerlos sencillamente porque son los nuestros<sup>438</sup>.

Assim, neste capítulo vimos como a memória dos acontecimentos pode ser utilizada para a formação da identidade de um grupo, como estes grupos procedem na busca por reconhecimento e pela legitimação de sua história e identidade e como isso foi feito no Ceará pelo Instituto Histórico. Vimos o quanto este efetuou um trabalho de fortalecimento da identidade regional naquela província ancorado na libertação dos escravos em 1884, assim como construiu uma ideia de povo cearense forte e abnegado devido ao sofrimento oriundo das secas. Assim, vemos que a história escrita pelo Instituto é uma história factual, linear, que inicia-se com as lutas pela conquista do território frente aos índios, a busca pela sobrevivência e a adaptação às condições climáticas, desenvolvendo uma economia voltada para a pecuária e para a utilização em grande parte do trabalho livre. Fortalecendo-se, então, a ideia de povo avesso à utilização da mão de obra escrava desde a colonização, que a partir dos sofrimentos recorrentes causados pela seca teve seu caráter moldado por esta, o que culminou com sua luta pela liberdade dos cativos. Uma luta que mereceria ser lembrada e recontada como um dos maiores feitos, se não o maior, daquele povo.

No próximo capítulo veremos quem eram esses homens incumbidos de pesquisar e contar esses feitos no Instituto do Ceará. Como essa intelectualidade cearense estava interligada e como atuava. Com foco em um dos principais historiadores cearenses, Raimundo Girão, e em suas obras que tratam da abolição, buscaremos contextualizar e analisar o trabalho desses homens, que atuaram em diversos movimentos intelectuais no Ceará, inclusive no movimento abolicionista, e que posteriormente irão contar essa história utilizando-se da legitimidade de um discurso de caráter científico proferido no Instituto e em sua revista.

---

<sup>437</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 211.

### 3 INTELLECTUAIS, O INSTITUTO DO CEARÁ E RAIMUNDO GIRÃO: IDENTIDADE REGIONAL, TRAJETÓRIA INDIVIDUAL E ESCRITA DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO

#### 3.1 Intelectuais cearenses e associações culturais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX

Como já dissemos ao longo deste trabalho, a segunda metade do século XIX foi de intensa movimentação intelectual na então província do Ceará. Nesse período, a partir de um maior desenvolvimento econômico, surgiram também diversas agremiações literárias que congregavam homens que, após uma fase de estudos fora da província, retornavam com uma bagagem cultural que desejavam utilizar na interpretação da realidade de sua terra natal. É a trajetória desses homens e seu engajamento intelectual e social que iremos discutir neste capítulo, focando posteriormente em Raimundo Girão.

Cláudia Freitas de Oliveira nos esclarece sobre o surgimento dessas agremiações:

Durante o século XIX, era prática comum entre a intelectualidade de Fortaleza formar grupos cuja finalidade era a discussão de temas de caráter político, literário e/ou filosófico. Criavam-se espaços, na maioria das vezes exclusivos, sobretudo aos escritores mais jovens, para a produção e divulgação de seus trabalhos. Tais grupos receberam, historicamente, o nome de agremiações ou grêmios literários. As agremiações literárias eram os espaços mais procurados devido à dificuldade da publicação de trabalhos. No Ceará, não havia editoras nem centro de pesquisas como universidades que pudessem realizar esse fim. A circulação de jornais ou revistas, pertencentes às agremiações, cumpria tal função<sup>439</sup>.

Segundo Simone Souza e Frederico de Castro Neves, intelectuais são aqueles que atuam na produção de ideias em determinado contexto; são homens e mulheres refletindo sobre seu tempo e expressando essa produção em forma intelectual ou artística, de modo a mobilizar seus contemporâneos a dela compartilhar. Essa produção demonstra a “capacidade de organização e diferenciação social de uma determinada sociedade”<sup>440</sup>, se expressando em livros, jornais, revistas, partidos políticos, instituições, entre outros. Já Angela de Castro

---

<sup>439</sup> OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. “As ideias científicas do século XIX no discurso do Clube Literário”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 73-95.

<sup>440</sup> SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). Introdução. *Ibidem*, p. 14.

Gomes, inspirada em Jean François Sirinelli, adota uma concepção de intelectual que o entende como “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política”<sup>441</sup>. Em Fortaleza, foi no final do século XIX que se desenvolveu de forma mais acentuada a atividade intelectual, fruto da expansão econômica na região e do contexto político do próprio país.

Almir Leal de Oliveira trata da formação desses intelectuais da década de 1870 desde o ensino secundário, com a criação das principais instituições de ensino de Fortaleza, que surgem na mesma época. Antes da criação do Liceu do Ceará (1845) e posteriormente do Ateneu Cearense (1863), apenas uma pequena parcela abastada podia concluir os estudos. Aqueles que desejavam o ensino superior deveriam buscar em outras regiões. Mas, com a criação desses colégios ampliou-se a educação na província, contribuindo para a formação de uma geração que iria influenciar nos acontecimentos políticos ou em movimentos intelectuais e sociais, como a fundação de agremiações e o próprio movimento abolicionista.

Com o desenvolvimento da região, houve um aumento das linhas de navios a vapor e de seus trajetos entre o Ceará e outras províncias e para o exterior, ampliando as relações econômicas. Com isso, amplia-se também o número de produtos comercializados, entre eles livros, revistas e jornais, como, por exemplo, a *Revue de Deux Mondes* e os livros de Spencer, Taine, Buckle, Darwin, entre outros. Nesses mesmos vapores chegavam ao Ceará os estudantes que retornavam à província após a conclusão do curso superior, como Antônio Bezerra de Menezes, que retorna em fins da década de 1860, após concluir o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Assim como ele, outros estudantes chegavam trazendo as influências do ambiente intelectual de outras regiões. Para Almir Leal, essa bagagem cultural adquirida por esses estudantes é muito importante, pois é a partir dela que poderão atuar em sua própria realidade. Ele diz que:

A base de referência de uma atitude intelectual está sempre associada a um universo de leituras socialmente constituído. A circulação de livros, a sua venda, distribuição, empréstimos, comentários, leituras coletivas, grupos de estudo, enfim, a materialidade de uma leitura e das abordagens construídas a partir delas, se dá dentro de uma referência social e histórica. (...) É sobre esse universo que se condicionaram as leituras dos intelectuais cearenses na segunda metade do século XIX (...)<sup>442</sup>.

---

<sup>441</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit., posição no ebook 643.

<sup>442</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. “Universo letrado em Fortaleza na década de 1870”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). Op. Cit., p.15.

Porém, já na década de 1840, é fundado o Liceu do Ceará, oferecendo à elite cearense a formação chamada “preparatória”, pois a partir dela o estudante estaria apto a cursar a faculdade. Antes disso, esta formação deveria ser buscada em Recife, Salvador ou na Corte. É importante destacar que havia uma lei que permitia ao Colégio Pedro II conceder o diploma de bacharel em Letras, dispensando assim a necessidade de se fazer exames de admissão nas academias, o que não havia nas províncias. No entanto, mesmo sem o diploma de bacharel em Letras, o Liceu do Ceará permitiu a “capacitação da elite local”<sup>443</sup>, estabelecendo dessa forma os “parâmetros intelectuais para uma possível atuação crítica, fosse ela política ou não”<sup>444</sup>. O fato de não conceder o diploma de bacharel em Letras era uma restrição, mas ainda assim, diante do contexto geral, o Liceu

ampliava a possibilidade de ingresso de membros da elite local nas academias e ampliaria também o nível de participação política provincial no universo da política imperial. Nesse sentido, a criação do Liceu do Ceará se inscreve em um processo mais amplo de constituição da própria elite dirigente local<sup>445</sup>.

Formando “um núcleo homogêneo de habilidades profissionais (...) a partir da concentração geográfica dos cursos, da concentração temática e especificidade dos currículos”<sup>446</sup>. Pelo fato de constituírem um pequeno grupo de letrados em um ambiente de amplo analfabetismo garantiram, então, “coesão ideológica ao grupo, fator essencial na formação da elite política”<sup>447</sup>.

Ainda assim, o curso oferecido pelo Liceu era em regime de seriado, em um período de cinco a seis anos, o que era considerado prolongado. Esses fatores acabaram contribuindo para o desenvolvimento de instituições particulares de ensino. Dentre estas, destacava-se o Atheneu Cearense, atuando a partir de 1863. Segundo Almir Oliveira

este estabelecimento de ensino propiciou uma grande influência nos mecanismos de socialização e formação da elite local atuante a partir dos anos 1880, bem como o encaminhamento dos seus alunos aos cursos superiores e, posteriormente, à política e burocracia locais<sup>448</sup>.

---

<sup>443</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>444</sup> Ibidem.

<sup>445</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>446</sup> Ibidem.

<sup>447</sup> Ibidem.

<sup>448</sup> Ibidem, p. 20.

Assim, estes estudantes provenientes de camadas mais abastadas da sociedade interagiram nesses espaços identificando-se entre si e desenvolvendo um olhar sobre a realidade social próprio desses espaços nos quais estavam inseridos. Esses contatos se materializariam nos movimentos intelectuais e políticos. Segundo o autor, nesses espaços os laços de classe eram reforçados através de práticas como obediência, disciplina, organização hierárquica e práticas culturais europeias. Essas práticas moldaram a “visão de mundo dessa geração a partir das leituras e experiências compartilhadas, que definiriam a atuação posterior desses intelectuais”<sup>449</sup>.

Nesse contexto, o primeiro grupo de estudos literários e científicos formado por estudantes em Fortaleza é de 1870, chamado Fênix Estudantil. O grupo não durou, mas com o retorno de Capistrano de Abreu e Thomás Pompeu Filho à província em 1871 houve uma nova iniciativa neste sentido, e fundou-se a Academia Francesa, já citada neste trabalho. O grupo se reunia para estudar, ler e debater o positivismo de Comte. Além disso, criou a Escola Popular, para organizar conferências noturnas para os trabalhadores. Esse grupo articulava-se com outros que atuavam naquele momento, como os maçons, que também apostariam na educação das classes populares como elemento de transformação social, levando à civilização desejada nos moldes do positivismo, principal influência teórica dos intelectuais do período. Para Almir Oliveira, “a Academia pode assim ser entendida como um movimento intelectual com propostas de leituras, articulações políticas e intelectuais e uma ação educativa”<sup>450</sup>. Oliveira acompanha a trajetória de Rocha Lima, membro da Academia, para exemplificar as influências teóricas do grupo. Segundo ele, quando passa a conhecer Taine há uma inflexão na trajetória de Rocha Lima, onde “determinismo biológico, determinismo climático, spencerianismo e positivismo tendiam a agregar-se”<sup>451</sup>. Assim, a partir da valorização da objetividade do conhecimento científico “a relação natureza-homem passa a ser vista pela mesma ótica da objetividade”<sup>452</sup>. Percebemos, então, como se moldou a influência do determinismo climático que iria predominar no discurso intelectual cearense da década de 1880 como base para o movimento abolicionista, a literatura e a própria identidade regional. Nesse sentido, o autor diz que

---

<sup>449</sup> Ibidem, p. 23. Ver também a definição de intelectuais e a noção de geração de Angela de Castro Gomes abordadas no Capítulo I.

<sup>450</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>451</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>452</sup> Ibidem.

o movimento que se originou nas atividades da Academia Francesa formou entre a camada letrada de Fortaleza vínculos de afinidades que mais tarde foram encontrados nos movimentos políticos da abolição dos escravos, bem como nos movimentos literários da década de 1880<sup>453</sup>.

As conferências de Capistrano de Abreu na Escola Popular demonstram as influências de Buckle, Taine, Spencer e Comte. Porém, sua influência principal era Buckle, sendo adepto de um “determinismo sociológico”<sup>454</sup>, onde a sociedade era influenciada pelas leis da natureza, com o meio e o clima agindo sobre o homem. Para Almir Oliveira:

Tratava-se da teoria da transformação, de uma perspectiva evolucionista para a trajetória da sociedade, que entendia os fenômenos sociológicos em uma permanente transformação. A intervenção nesta realidade poderia acelerar a transição social da barbárie à civilização. E mais, tal intervenção deveria ser derivada de uma postura científica<sup>455</sup>.

Dessa forma, vemos as bases teóricas que agiram como motivação para que esses homens, posteriormente, se engajassem no movimento pela abolição dos escravos. Era o desejo de intervir na sociedade a fim de acelerar sua transformação rumo ao progresso, visto que a escravidão era tida como um obstáculo ao desenvolvimento da civilização; além de se colocarem como representantes da cientificidade nesse processo. Para Oliveira:

As posturas referentes ao movimento abolicionista na década seguinte derivam dessa visão da sociedade. A interferência dos intelectuais, dos cientistas, seria fundamental para a organização dos argumentos em favor da abolição da escravidão como forma de combater a “atrofia da sociedade”<sup>456</sup>.

Vemos essa noção de escravidão como atraso nortear os discursos dos abolicionistas do jornal *Libertador*, como fica claro desde o início, já no número 02, de 1881, onde dizem que “é tempo que desapareça do meio de nós esta infâmia que retarda o nosso progresso e nos distancia do lugar que compete-nos no congresso das nações”<sup>457</sup>.

Como já foi dito, havia forte ligação entre os intelectuais da Academia Francesa e a maçonaria, inclusive os membros daquela publicavam em jornais maçônicos, principalmente o *Fraternidade*. Para os maçons, era um dever levar o conhecimento para as camadas

---

<sup>453</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>454</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>455</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>457</sup> *Libertador*, nº 02, 15 de janeiro de 1881, p. 1.

populares “desprovidas de saber”<sup>458</sup>. Por isso, apoiaram a fundação da Escola Popular, que tinha justamente o objetivo de educar os trabalhadores. Postura que acreditamos ter sido adotada também em relação aos escravos, na década seguinte. Uma postura paternalista, como vimos no capítulo anterior, mas que também se apresentava como missão cientificista. Berenice Abreu de Castro Neves diz que era no espaço da loja maçônica e da imprensa maçônica que grande parte da intelectualidade cearense se manifestava e socializava. Segundo ela, “nos anos 70 do século XIX, em Fortaleza, e provavelmente até a primeira década do século XX, o lugar da loja maçônica, como espaço privilegiado de convivência e exercício intelectual e político, é incontestável”<sup>459</sup>. Naquele momento, a racionalidade também era fator fundamental nas discussões, o que ia contra as práticas tradicionais da Igreja, criticadas pelos maçons, e levaria a um conflito direto entre ambos, efetivado nas páginas dos jornais *Fraternidade* e *Tribuna Católica*. Segundo Neves, este conflito já se dava desde a década de 1860, no âmbito das ideias. Para os segmentos letrados de Fortaleza, era na maçonaria que estava o centro de defesa do racionalismo e do cientificismo que desejavam aplicar à sociedade.

A imprensa maçônica foi o principal meio de divulgação de suas ideias, principalmente o jornal *Fraternidade*, onde publicaram João Brígido, Thomás Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Alencar Araripe Júnior e Xilderico de Farias. O jornal era permeado pelo ideário liberal/ilustrado e positivista, e defendia as bandeiras da liberdade religiosa, Estado e ensino laicos, casamento civil, educação popular, entre outras. Daí o conflito com os católicos. Conflito que estava inserido em um contexto mais amplo de embate entre o Estado Monárquico e a Igreja Católica justamente por causa da resistência de alguns setores da Igreja, chamados ultramontanos que defendiam obediência somente ao Papa, aos ideais liberais defendidos pelos representantes da maçonaria no Brasil e a algumas reformas que o governo imperial vinha implementando. Nesse momento, a Igreja buscava se reformar diante das novas ideias que surgiam, principalmente o liberalismo, e segundo Keneth Serbin, liderou um movimento para reafirmar e expandir seu poder e influência no mundo moderno, a romanização, que teve sua fase mais intensa com Pio IX<sup>460</sup>. Segundo Serbin:

---

<sup>458</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 35.

<sup>459</sup> NEVES, Berenice Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses do império”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais...* Op. Cit., p. 97.

<sup>460</sup> SERBIN, Keneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 79.

Durante o Segundo Reinado (1840-89), a reforma clerical criou tanto afinidades eletivas como conflitos entre a construção do Estado brasileiro e a renovação da Igreja. Um clero eficaz era almejado pela Igreja e pelo Estado, mas cada qual tinha em mente um propósito. A Igreja queria padres melhores para ser viável, enquanto o Estado desejava que os padres atuassem como agentes de controle social, especialmente no campo, onde eles tinham influência sobre o povo lado a lado com os coronéis. Um clero europeizado sintonizado com os bispos e com a elite brasileira era o que mais convinha a esses objetivos. Contudo, as desgastantes tensões entre Igreja e Estado frequentemente conduziram a táticas diferentes. A Igreja enfatizou os aspectos romanizadores da reforma, mas o governo imperial procurou controlar o clero por meio do persistente padroado<sup>461</sup>.

Assim, o padroado também foi um ponto de conflito entre a Igreja e o Estado, pois aquela via esta medida como meio de controle por parte do governo. Segundo Antonio Carlos Villaça, “a Questão Religiosa é a questão do Padroado em seu ponto crítico”<sup>462</sup>. Outra questão era o caráter liberal que o governo buscava seguir enquanto Pio IX condenava o liberalismo, como expressou na bula *Quanta Cura* (1864), acrescida do *Syllabus*, que relacionava os erros modernos a serem evitados pelo catolicismo<sup>463</sup> e que D. Pedro vetou<sup>464</sup>, buscando refrear a reforma da Igreja. Os bispos, segundo Villaça, buscaram defender a liberdade da Igreja. Ele cita como exemplo Dom Vital e Dom Antônio de Macedo Costa, que estudaram na Europa e “impregnaram-se do espírito de Pio IX, que se condensa na *Quanta Cura*, de 1864, com o anexo do *Syllabus*, este resumo, este compêndio dos erros modernos. Pio IX representa o antiliberalismo”<sup>465</sup>. Diante do conflito, a Igreja não recua, e segundo Serbin, atua principalmente através da educação, com a criação de seminários e a importação de ordens religiosas europeias que atuaram principalmente no interior, com os padres saindo em missões pelo país buscando converter as populações que viviam mais isoladas. Porém, o conflito só teve realmente um fim com a proclamação da república, que segundo Villaça (um intelectual do campo católico), foi “a liberdade para o catolicismo”<sup>466</sup>.

No Ceará, o conflito se dava na imprensa, com os redatores do *Tribuna* acusando os redatores do *Fraternidade de imaturos*, por se tratarem de jovens com menos de 25 anos, recém formados, e acusando João Brígido de incitá-los, já que este era o mais velho do grupo.

---

<sup>461</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>462</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 85.

<sup>463</sup> *Ibidem*.

<sup>464</sup> SERBIN, Keneth. *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>465</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. *Op. Cit.*

<sup>466</sup> *Ibidem*, p. 91.

Os intelectuais se viam como liderança, como os únicos capazes de encaminhar no país as reformas necessárias para se atingir o nível de civilização de outras grandes nações. Opunham-se ao controle da Igreja em várias esferas da sociedade, como casamento, batismo, a administração dos cemitérios, entre outros.

O que Berenice Neves vê em comum entre estes intelectuais é “a crença na Razão como força criadora que alimenta a crítica, a dúvida, enfim a demolição da tradição e de tudo que está estabelecido e que subordina o homem a uma tutela teológica e metafísica”<sup>467</sup>. Assim, além de influências positivistas, ela também acredita na influência do Iluminismo sobre estes homens, o que também os levaria a defender que somente a educação do povo levaria às mudanças sociais que desejavam, reforçando a ideia de liderança que acreditavam ter, já que criticavam a educação oferecida pelos ultramontanos. Estes reagiram às iniciativas maçônicas iniciando também uma série de conferências de temática religiosa, fundaram um seminário no Crato e anunciaram a fundação do Colégio Universal. Por outro lado, a loja Igualdade também organizou aulas noturnas e expressou a ideia de fundar uma biblioteca pública, que não chegou a ser efetivada.

A Academia Francesa chegou ao fim em 1875, mas no mesmo ano alguns de seus antigos membros, em conjunto com outros estudantes fundaram o Gabinete de Leitura, com o objetivo de manter uma biblioteca e difundir as leituras científicas na província. A partir desta agremiação, outras foram surgindo, entre elas as literárias e abolicionistas da década de 1880. Neste período, segundo Almir Leal Oliveira, entre os temas marcantes dos movimentos sociais no Ceará estavam a reorganização após a seca, a abolição, o movimento republicano e o desejo de inserir a província nas mudanças que trariam o progresso material típico da civilização europeia. Estes temas nortearam os debates entre os intelectuais principalmente na imprensa. Foram as influências teóricas da década de 1870 que marcaram essa geração e motivaram sua ação social. Assim, colocando-se:

Como arautos de um conhecimento pragmático, voltados para uma ação direta que indicaria o caminho da civilização e progresso social esperados para o Ceará, esses intelectuais se identificariam com determinadas “missões” como a abolição dos escravos, a escrita de uma narrativa científica para o Ceará, interferindo decisivamente na consolidação de um novo universo intelectual em Fortaleza<sup>468</sup>.

Segundo Gleudson Passos, no momento de passagem da Monarquia para a República, esses intelectuais atuaram em “jornais partidários, revistas científicas e periódicos

<sup>467</sup> NEVES, Berenice Abreu de Castro, Op. Cit., p. 113.

<sup>468</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 38.

literários”<sup>469</sup>, disseminando visões políticas e científicas do que deveria ser a nova nação. Nesse contexto, no Ceará, a imprensa local se dividia em duas frentes: o jornalismo político e o literário/científico. Assim, defendiam seus princípios filosóficos e atuavam na opinião pública, informando-a dos debates políticos e intelectuais da época. Sobre a atuação desses homens, Passos diz que:

Percebe-se que, seja na literatura ou na imprensa partidária, esses intelectuais conviveram no período de intensos debates sobre diferentes projetos sociais e políticos para o Brasil, marcado pelas transições do escravismo para o trabalho livre, pelas discussões econômicas a optar entre agroexportação e industrialismo, bem como pelos debates sobre quais os modelos políticos a serem aplicados durante a passagem da Monarquia para a República. (...) deve ser entendido que estavam interpretando uma realidade em transformação, daí a multiplicidade de suas ideias (...) <sup>470</sup>.

Estes se baseavam em sua vivência cotidiana, em sua origem social, nas leituras que faziam; uns se fascinando com as transformações da época, outros as temendo. Dividiram-se em duas gerações. Uma foi a Mocidade Cearense, composta por aqueles que participaram dos movimentos pelo “racionalismo filosófico”<sup>471</sup> e pela abolição, entre 1870 e 1880, na Academia Francesa, na Sociedade Cearense Libertadora, no Centro Abolicionista e no Clube Literário. Parte destes fundou o Instituto do Ceará, a Academia Cearense e o Centro Literário. A segunda geração foram os Novos do Ceará, inspirados no movimento abolicionista, composta por camponeses e imigrantes e pelas classes populares; foram inspirados também pelas ideias democráticas e republicanas e fundaram a Padaria Espiritual e o Centro Literário. A origem social dos componentes da Mocidade era, em sua maioria, das classes abastadas, com poder na política local, e também de camadas médias que emergiam com o desenvolvimento algodoeiro. Uma exceção seria Justiniano de Serpa, de origem popular, mas que acabou por aproximar-se dos grupos políticos oligárquicos. A Academia Francesa, então, foi uma iniciativa da Mocidade, que procurou se engajar nas questões políticas e sociais nas décadas de 1870 e 1880.

Sobre a atuação da Mocidade no movimento abolicionista, Gleudson Passos diz:

Na década de 1880, a Mocidade Cearense encabeçou os debates em torno da abolição da escravatura no espaço do Clube Literário, uma ramificação do

---

<sup>469</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. “Literatura, Imprensa e política (1873-1904)”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais...* Op. Cit., p. 41.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 44.

movimento abolicionista (Sociedade Cearense Libertadora e seu jornal O Libertador) e da então extinta Academia Francesa. Com sua revista A Quinzena (1887), alguns escritores como Rodolfo Teófilo, Paulino Nogueira, João Lopes, Antônio Martins, Oliveira Paiva, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra, Guilherme Studart, Abel Garcia, dentre outros, publicaram artigos pelo órgão que teve repercussão local e nacional. Eles justificaram com a filosofia evolucionista a abolição do cativo na província do Ceará (em 1884, quatro anos antes da emancipação no restante do Brasil). Em geral, refletiram que o fato foi resultado da evolução biológico-social-moral do povo cearense, por adaptar-se à ação violenta das forças mesológicas e climáticas (referindo-se à seca de 1877/1879), teria adquirido força e índole capazes de promover o bem-comum (...)<sup>472</sup>.

Percebemos então que os mesmos intelectuais agiam em várias agremiações, como é o caso dos citados acima, reunindo-se na Sociedade Cearense Libertadora e no Clube Literário e escrevendo no jornal Libertador e, posteriormente, na revista A Quinzena. Alguns iriam também participar da fundação do Instituto do Ceará e escrever em sua revista, como Paulino Nogueira, Guilherme Studart e Antônio Bezerra, que participaram de sua fundação, e João Lopes, Abel Garcia, Justiniano de Serpa, entre outros, que escreveram na Revista do Instituto do Ceará. Vemos que os mesmos homens participaram de diferentes movimentos intelectuais naquela província e assim disseminavam suas ideias por diversos meios.

Já na década de 1890, no momento de organização do novo regime, a Mocidade cria duas novas agremiações, ambas em 1894: a Academia Cearense, que tinha como órgão a Revista da Academia Cearense (1894-1922), possuindo o mesmo pensamento cientificista e evolucionista; e o Centro Literário, que através da revista Iracema (1895-1900) declarava apoio ao governo republicano. Neste novo contexto histórico, esses intelectuais atuaram na sociedade visando legitimar seus interesses e dos grupos dominantes aos quais se vinculavam. Sobre isso, diz Passos:

A criação do Instituto do Ceará, Academia Cearense e Centro Literário aponta, dessa forma, para a preocupação que estes sujeitos tiveram em afirmar o seu saber, bem como demarcar sua esfera de atuação política, durante a transição de regimes e redefinição da nova ordem. A abolição dos escravos no Ceará, em 1884, trouxe prestígio e notoriedade para esses homens perante a sociedade brasileira. E como eram defensores da sociocracia positivista, não hesitaram em ocupar determinados cargos políticos e administrativos, tampouco implementar seus projetos de modernização do Estado, mas sempre conciliando com os interesses dos grupos políticos tradicionais, como a facção Pompeu-Accioly, por exemplo. Muitos eram partidários de última hora da República, mas ainda chegaram a ocupar cargos administrativos na esfera pública durante a formação do regime recém-implantado. Joaquim Catunda, João Cordeiro, Martinho Rodrigues, Justiniano de Serpa, João Lopes, Abel Garcia e até Antônio Sales, que pertenceu ao grupo dos “Novos do Ceará”, ocuparam cargos públicos e político-administrativos, como conselheiros, deputados e secretários durante os esforços em prol da legalidade do regime<sup>473</sup>.

---

<sup>472</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 51.

Sérgio Miceli analisa a questão das ligações entre os intelectuais e a burocracia governamental em âmbito nacional. Segundo ele, as décadas de 1920 até 1940 trazem mudanças cruciais para os setores econômico, político e cultural. Logo, ele trata do período das “primeiras contestações ao regime oligárquico”<sup>474</sup>, o movimento de 1930, até o final do regime Vargas. Na década final da Primeira República, houve diversos movimentos contestatórios das antigas oligarquias, com dissidentes que se organizaram em partidos de oposição, tenentes e trabalhadores. É nesse contexto de crise que se desenvolveu em São Paulo um campo de produção cultural que cresce após o movimento de 1930 e a derrota das antigas oligarquias. Estas, por sua vez, tentam retomar o poder, o que resultou em diversos empreendimentos culturais e no surgimento de organizações radicais de direita as quais se filiam jovens intelectuais que se veem sem oportunidades com a derrota das oligarquias.

O novo governo foca em manter a dominação principalmente a partir do sistema de ensino e cultura, ao mesmo tempo em que busca se distanciar dos antigos grupos dirigentes. A nova coalizão de governo ligou-se aos setores industriais em expansão que favoreceram o desenvolvimento de um novo mercado de bens culturais, autônomo em relação aos grupos dirigentes e setores políticos e religiosos anteriores; estes ainda desejosos de interferir na produção cultural. A despeito dessas mudanças, houve ainda a expansão do mercado do livro e a formação da “categoria de romancistas profissionais”<sup>475</sup>. Nesta organização de governo, as relações sociais passam “a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual”<sup>476</sup>. O acesso ao trabalho intelectual continua dependendo do capital social das famílias, que o transmite aos filhos e estes, por sua vez, irão preencher os postos dirigentes. Porém, além das relações familiares, ganha peso o capital cultural e escolar desses intelectuais. Para seguir a carreira intelectual era necessário, então, já pertencer a uma família que estivesse inserida na sociabilidade da classe dirigente, assim como uma ampla formação. Segundo Miceli:

A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao pólo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponível conforme o setor da classe dirigente a que pertencem<sup>477</sup>.

---

<sup>474</sup> MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil”. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 77.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>476</sup> *Ibidem*.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 81.

Miceli fala ainda do grupo Mesquita, do jornal O Estado de São Paulo, que começa a fazer oposição ao partido único da oligarquia de São Paulo, o PRP (Partido Republicano Paulista) e passa a publicar a Revista do Brasil em 1916. O grupo buscava cooptar para a Revista os intelectuais e políticos da oligarquia, entre eles algumas reconhecidas figuras da geração de 1870, membros da ABL, do IHGB, além daqueles que surgiam como pensadores autoritários, outros pertencentes aos movimentos católicos, os primeiros educadores profissionais e aqueles que se filiaram aos modernistas. Deste modo, é importante destacar como a política interferia na prática cultural, o que também ocorria no Ceará, como vemos. Gleudson Passos diz, sobre a Mocidade Cearense na década de 1870:

(...) legitimar a ação do poder ilustrado e contribuir para a manutenção das antigas relações de poder na realidade social cearense foi amplamente o que se apresentou como exercício político, tendo como prática a produção intelectual (...) naquele contexto de transformações históricas<sup>478</sup>.

Destacando os Novos do Ceará, já na década de 1890, percebemos que seus membros tinham origem nas classes populares urbanas e do interior. Fundaram o Centro Republicano Cearense, onde iniciaram a carreira pública. Com eles, surgiram novas posturas diante das transformações sociais do período, oscilando entre aqueles que acreditavam nos ideais civilizatórios em voga; aqueles que desejavam preservar as tradições e costumes regionais e aqueles que possuíam um verdadeiro ressentimento com os resultados das mudanças e ideias difundidas pela Mocidade. Dentre os Novos do Ceará, uma parte fundou o Centro Literário e outra parte a Padaria Espiritual. Estas associações, em um momento de redefinição do regime político e de reorganização das oligarquias locais, na passagem na monarquia para a república, buscaram legitimar o que seriam os elementos genuinamente regionais e nacionais entre a cultura popular. Então, as experiências sociais dos padeiros influenciaram nesse processo, assim como suas origens. Para Gleudson Passos, a busca por “preservar na literatura os costumes populares, deveu-se, em boa medida, à experiência sociocultural da maioria dos padeiros, as intensidades puras ou as relações de afeto que eles estabeleceram com os seus lugares de origem”<sup>479</sup>.

Porém, após a mudança de regime, há uma desilusão por parte dos padeiros com o mesmo. Alguns literatos abandonam sua terra, como Adolfo Caminha, Justiniano de Serpa, Cabral de Alencar e Antônio Sales. Antônio Sales e Lopes Filho haviam fundado o Centro

<sup>478</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 54.

<sup>479</sup> Ibidem, p. 62.

Republicano em 1889 e se engajado na campanha republicana junto aos Novos do Ceará, até que os “raposas velhas”, membros das antigas oligarquias, fundaram o Partido Republicano Federalista e se instalaram como liderança política com a facção Pompeu-Accioly entre 1891 e 1892. Surge daí a decepção dos padeiros. Assim, desenvolve-se o Decadentismo na literatura cearense, com a idealização de uma terra ideal e uma fuga da realidade política. Dessa forma, percebemos como foi diversificada a atuação dos intelectuais cearenses nas questões de seu tempo. Gleudson Passos afirma:

Com a passagem de regime político entre a monarquia e a república, a abolição da escravatura, a inserção da economia brasileira, bem como o processo de reformas urbanas e ajustamento das classes sociais à ordem industrial-civilizatória, os intelectuais cearenses, distribuídos entre maçons, positivistas, intelectuais orgânicos, abolicionistas e poetas malditos, estiveram dessa forma empenhados nos debates cotidianos que deveriam organizar a vida em sociedade<sup>480</sup>.

Vemos que nas primeiras décadas do período republicano houve uma forte relação entre política e cultura, que, evidentemente, já existia antes, mas que toma novos rumos sob o novo regime e se fortalece principalmente durante o governo Vargas. Ao analisar a revista *Cultura Política*, Angela de Castro Gomes percebe uma espécie de “pacto político”<sup>481</sup> entre os intelectuais e o regime. Eles eram necessários para transmitir um sentimento de nacionalidade para as camadas populares através da contribuição cultural. O governo Vargas teria sido o oposto dos anteriores, investindo em cultura e estimulando a produção intelectual. Até mesmo a reestruturação do IHGB, da qual falamos no primeiro capítulo, faz parte desse processo.

Até a década de 1920 aqueles que objetivassem fazer carreira política (os “herdeiros das famílias dirigentes”<sup>482</sup>) eram obrigados a ingressar no “perrepismo”<sup>483</sup> (grupo do partido PRP) logo que saíssem da Liga Nacionalista ou da Faculdade de Direito. No entanto, houve mudanças tanto nas organizações políticas como nas “instâncias de produção cultural”<sup>484</sup> que foram acompanhadas por outras no acesso aos cargos. Não bastariam mais a faculdade de direito e o círculo de amigos da família, mas teriam que “envolver-se na concorrência política e intelectual e assumir tarefas cada vez mais especializadas nos jornais partidários,

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, p 68.

<sup>481</sup> GOMES, Angela de Castro. *Op. Cit.*; posição no ebook 2551.

<sup>482</sup> MICELI, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>483</sup> *Ibidem*.

<sup>484</sup> *Ibidem*.

nas organizações políticas, nas instituições culturais”<sup>485</sup>. Miceli esclarece que o envolvimento dos intelectuais com a classe dirigente não se restringia à participação em alguma facção política, mas independente desta, colaboraram na “administração pública estadual, na imprensa, no setor editorial, na Câmara dos Deputados”<sup>486</sup>, entre outros. Também se engajavam nas “lutas literárias”, segundo o autor, com o objetivo de impor suas visões de arte moderna, contando com a colaboração da classe dirigente paulista. No âmbito estadual, vemos que no Ceará também foi assim, com muitos intelectuais se envolvendo na política e galgando cargos públicos.

Após a derrota das antigas oligarquias entre 1930 e 1932, os intelectuais a elas pertencentes se filiaram a grupos radicais de direita; outros foram cooptados pela administração federal. Até meados da primeira república a faculdade de direito era o principal local de produção ideológica, “concentrando funções políticas e culturais”<sup>487</sup> e formando os intelectuais que comporiam a classe dirigente. Porém, as reformas da década de 1930 iriam influenciar o que Miceli chama de “mercado de diplomas superiores”<sup>488</sup>, levando ao surgimento de diversas escolas superiores que acabaram com a supremacia das faculdades de direito em São Paulo e no Recife, de medicina no Rio de Janeiro e Bahia e engenharia no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim, a iniciativa privada e religiosa acabaram sobrepujando a iniciativa pública e levando a uma desvalorização do título universitário. Esses intelectuais buscam, então, oportunidades no serviço público. Porém, a importância da Faculdade de Direito persiste e continuam as disputas internas pelo controle ideológico.

Destaca-se também nas décadas de 1920 e 1930 o desenvolvimento do mercado do livro e de um grupo de romancistas profissionais. Estes galgavam os cargos públicos e participavam do grupo dirigente, principalmente no campo da cultura, recebendo investimentos para suas obras, podendo, dessa forma, concretizar suas carreiras como intelectuais-romancistas. Após a crise de 1929 e com o início da Segunda Guerra torna-se mais difícil a importação de livros. Os editores, então, adquirem os direitos de tradução e, com isso, a produção interna supera a importação estrangeira. Além disso, os escritores passaram a adaptar os gêneros norte-americanos, que agradavam muito ao público. No entanto, na década de 1930 não havia ainda uma diferenciação efetiva entre produção, difusão

---

<sup>485</sup> Ibidem.

<sup>486</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>487</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>488</sup> Ibidem.

e legitimação; nem a presença oficial do Estado, da Igreja ou órgãos de imprensa. Para Miceli, “não obstante, as indicações disponíveis sugerem a relativa amplitude da ingerência de instâncias políticas, que devem parte do seu poder e de sua influência à presença como empresários no âmbito da produção cultural”<sup>489</sup>. Ou seja, a influência política ainda era incipiente, mas presente.

Superadas as dificuldades iniciais, após o sucesso do gênero de ficção, ainda na década de 1930 se firmará a carreira de romancista, já que o romance não era um gênero de grande sucesso, salvo casos excepcionais como Machado de Assis e Lima Barreto. Dessa forma:

Não é de estranhar, portanto, que a “carreira” de romancista tenha se configurado em sua plenitude apenas da década de 1930, num momento em que o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então o gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura. Os escritores que então investiram nesse gênero desde o começo de suas carreiras eram, em sua maioria, letrados de província que estavam afastados dos centros da vida intelectual e literária, autodidatas impregnados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional e que não dispunham de recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época (poesia e crítica literária)<sup>490</sup>.

Consciente disso foi que Antônio Sales saiu do Ceará e passou tempos no Rio de Janeiro divulgando o trabalho da Padaria Espiritual e escrevendo nos jornais locais.

Porém, à medida que fortaleciam a burocracia, esses intelectuais obtinham as condições para conciliar o serviço público e o trabalho intelectual. Segundo Miceli, “os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade”<sup>491</sup>. Angela de Castro Gomes também destaca que os intelectuais do século XX podiam inclusive ser considerados como produtores culturais, tal seu engajamento em diversas áreas do conhecimento. Sendo assim, nota-se no período de 1945 a 1964 um aumento de carreiras reservadas aos intelectuais e do “recrutamento de novas categorias de especialistas”<sup>492</sup>. Este recrutamento chega a um nível que os intelectuais iriam ocupar cargos em todas as áreas do serviço público, como educação, justiça, segurança, entre outros. Ainda

---

<sup>489</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>490</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>491</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>492</sup> Ibidem.

segundo Miceli, o governo Vargas fez da cultura um “negócio oficial”<sup>493</sup>, com orçamento próprio, uma *intelligentia* e “intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico”<sup>494</sup>. A expansão do aparato burocrático ocorreu tanto no setor administrativo quanto econômico, e demais grupos, legitimando a atuação do Estado em domínios antes pertencentes à classe dominante; e contribuindo para a formação de uma burocracia civil-militar. O serviço público permitiu aos membros empobrecidos da classe dominante reverter o declínio social, atuando nas diversas frentes do trabalho de dominação; convertendo-se na principal “sustentação política do regime”<sup>495</sup>.

Esses intelectuais ascendiam às altas cúpulas do serviço governamental, agindo em várias frentes de trabalho, alguns até mesmo confundindo o trabalho burocrático com sua produção intelectual, não obstante outros conseguissem resguardar sua produção individual. Eram grandes não apenas os lucros materiais, mas também os simbólicos como indicações para a ABL e o IHGB. Os laços entre o trabalho intelectual e o burocrático, algumas vezes eram mais estreitos, outras menos, mas, segundo Miceli:

(...)instaura-se uma situação de dependência material e institucional que passa a moldar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público, cujos subsídios sustentam as iniciativas na área de produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções do mercado, e definem o volume de ganhos de parte a parte<sup>496</sup>.

Eles realizavam um trabalho pessoal em troca de outro que colaborasse com a obra nacional em curso, minimizando essas influências e trocas recíprocas, se colocando como porta-vozes da sociedade e não do Estado. Nesse contexto, “as autoridades do poder público converteram-se na instância suprema de validação e reconhecimento da produção intelectual”<sup>497</sup>; mas ao mesmo tempo em que participavam do processo, buscavam relativizar essa participação. O Estado inclusive buscou a cooptação de membros de diversas correntes políticas para que assim pudesse manter sob controle tais grupos políticos, como, por exemplo, os militantes de esquerda e do movimento anarquista, para melhor controle do movimento operário que então se desenvolvia. Miceli cita o exemplo de Joaquim Pimenta,

---

<sup>493</sup> Ibidem, p. 198.

<sup>494</sup> Ibidem.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 200.

<sup>496</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>497</sup> Ibidem, p. 117.

cearense que, por falta de outros meios, já elencados neste texto, buscou fortalecer seu capital cultural a partir das relações eclesiásticas, o que também era comum na época para aqueles que não pertenciam a famílias abastadas. Porém, ao entrar em contato com as obras de Spencer, acaba mudando sua trajetória e, mais adiante, envolve-se no movimento operário, tornando-se seu principal representante no Ceará. Pimenta, no entanto, acaba sendo cooptado pelo governo Vargas, trabalhando como consultor oficial em questões sociais.

### 3.2 Os intelectuais cearenses no Instituto do Ceará e a escrita da história da abolição

Vimos como e onde se formou a elite intelectual cearense nas últimas décadas da monarquia e no início da república, inclusive inserindo-os em um contexto nacional de desenvolvimento deste grupo e suas relações profissionais e pessoais com o serviço público e a burocracia estatal, principalmente após a década de 1930 com o governo Vargas. Porém, objetivamos ainda, na medida em que as fontes nos permitem, pensar mais detalhadamente o trabalho intelectual no Ceará, principalmente daqueles intelectuais vinculados ao Instituto do Ceará. Focalizaremos, sobretudo, naqueles que escreveram sobre a abolição nos artigos da Revista do Instituto do Ceará que utilizamos como fonte. Para tanto, elaboramos um quadro, que segue em anexo a esta dissertação, com os principais dados destes intelectuais relevantes ao nosso estudo e que servirão de base para a esta análise.

A partir da década de 1930 no Ceará também encontraremos uma intelectualidade ativa, tanto nas questões políticas quanto intelectuais, como afirma Renato Mesquita Rodolfo<sup>498</sup>. Segundo ele, estes homens tinham por objetivo ascender ao poder político por meio da obtenção de cargos públicos, sendo em sua maioria formados nos cursos de engenharia, medicina e direito. Como diz Miceli, que tem seu estudo focado no Sudeste, aqueles intelectuais que desenvolviam suas carreiras nos cargos públicos, ligados ao governo, também eram em sua maioria formados nessas profissões. Podemos confirmar esta informação nos intelectuais aqui analisados. Em sua maioria eram bacharéis em Direito e haviam feito seus estudos preparatórios no Liceu do Ceará e, em seguida, na Faculdade de

---

<sup>498</sup> RODOLFO, Renato Mesquita. “De autor a editor: a trajetória de Martins Filho e as relações entre intelectuais e Estado no Ceará (1937-1955)”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*, RJ, 2017, pp. 1-14.

Do mesmo autor ver também: *A Universidade (Federal) do Ceará entre o Benfica e a Gentilândia: espaços, lugares e memórias (1956-1967)*. 2015. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

Direito do Ceará, o que demonstra a continuidade de um grupo que se constituía na escola primária e que construiu uma trajetória política e intelectual semelhante, como vimos no tópico anterior. A maioria também galgou altos cargos na burocracia daquele Estado, seja por nomeação ou concurso, além de atuar na imprensa. Eram ligados a diversas instituições literárias ou históricas, principalmente a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará.

Renato Rodolfo destaca outro ponto importante desse período: o desenvolvimento de um mercado do livro também no Ceará, assim como do romance regionalista. Ou seja, este estava inserido em uma tendência mais geral, como vemos em Miceli. A partir do desenvolvimento do romance regionalista voltam-se os olhares para o Norte, como vimos no capítulo anterior, o que incentiva a produção sobre o lugar. É o que acontece no Ceará, onde esses homens se sentem impulsionados a escrever sobre sua história. Rodolfo destaca que naquele momento:

A empreitada para a construção de uma imagem e de uma geografia sobre o Nordeste enquanto aparte do Norte estava se fortalecendo. Atrelado a todos os fatores comentados, pode-se elencar a expansão do mercado editorial em Fortaleza. O mercado de edições estava em crescimento desde o final da década de 1920 e se manteve assim ao longo das três décadas seguintes. O lugar de protagonismo que autores como Raquel de Queirós, Djacir Menezes, Leonardo Mota e Gustavo Barroso conseguiram, juntamente ao crescimento da taxa de alfabetização e o aumento do número de IES fez com que o mercado de edições local se tornasse possível<sup>499</sup>.

Assim, vemos que o crescimento do mercado editorial em Fortaleza seguiu uma tendência nacional mais ampla, a partir das décadas de 1920 e 1930. Embora, segundo Miceli, esse desenvolvimento do mercado editorial tenha se concentrado no eixo Centro-Sul, em 1930 as tiragens entre dois mil e cinco mil exemplares aumentaram significativamente em relação ao ano anterior. No Ceará, em 1939 era editado o livro *O Ceará*, organizado por Martins Filho e Raimundo Girão, com uma tiragem de três mil exemplares. Desenvolveu-se não apenas o mercado editorial, mas cresceram os autores e os empresários do ramo, assim como se fortaleceram as ligações entre os intelectuais e o Estado, o que também não era algo novo no Ceará. Porém, segundo Rodolfo, a atuação deste grupo formado em torno do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras era diferente, pois buscaram se estender para além da escrita “inserindo-se em instituições de ensino, em agremiações de intelectuais e em órgãos do Estado, sem atuar diretamente – na maioria dos casos – na política por meio de cargos

---

<sup>499</sup> Ibidem, p. 1.

legislativos ou executivos”<sup>500</sup>. De fato, de 30 intelectuais analisados neste trabalho, apenas 7 estavam envolvidos com atividades legislativas ou executivas; a maioria atuava como secretários, conselheiros, professores, principalmente no ensino superior, mas também no Liceu, entre outros.

Seguindo a trajetória de Antônio Martins Filho, Rodolfo destaca a importância das relações estabelecidas por esses intelectuais na sociedade cearense. Martins Filho desembarca em Fortaleza, vindo do Maranhão, já contando com o apoio dos irmãos então estabelecidos na capital cearense. Estes já trabalhavam em cargos públicos e tinham conhecimento no meio político e intelectual da época. Rodolfo diz que “os capitais sociais foram acionados em diversos momentos ao longo da trajetória de Martins Filho”<sup>501</sup>, assim como acreditamos que ocorreu com muitos desses homens, inclusive com Raimundo Girão, como veremos mais adiante. Segundo Miceli, o capital social era o principal “trunfo”<sup>502</sup> para ingressar no funcionalismo público, porém, ao falar de si mesmos, ou em falas sobre eles, será defendida uma ideia de que possuíam uma vocação inerente para a vida intelectual; ou buscavam desconectar a produção intelectual do trabalho público, como vemos ainda em Miceli:

Enquanto alguns deles sujeitaram seus escritos às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio com os núcleos executivos, outros procuraram resguardar uma parte de sua produção intelectual das injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas facções com que colaboravam. Todos eles, contudo, acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época à medida que suas obras se convertem em paradigmas do pensamento político do país<sup>503</sup>.

No Ceará, ao mesmo tempo em que publicavam obras sobre a província, atendendo a uma demanda da época de tornar conhecidos seus diversos aspectos e serem conhecidos como referências sobre o assunto, publicavam também obras de poesias, crônicas e memórias. Assim, eles atuavam em várias frentes, sendo conhecidos pela versatilidade, como veremos ser o caso de Raimundo Girão, por exemplo. Como destaca também Miceli, “o traço mais característico da contribuição dessa elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes em que se desdobrava sua atuação política e cultural”<sup>504</sup>; além das “recompensas”<sup>505</sup>

---

<sup>500</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>501</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>502</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira...* Op. Cit., p. 203.

<sup>503</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>504</sup> Ibidem.

simbólicas que conseguiam, em forma de reconhecimento, como eleições para Academias, no Ceará principalmente o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e a Academia Cearense de Letras; ou até medalhas, honorárias e monumentos em sua homenagem. Podemos então situar os intelectuais cearenses analisados como “escritores-funcionários”, dentro da análise de Miceli, pois possuíam contatos políticos que lhes garantiram os capitais material e simbólico necessários para se estabilizarem como referência intelectual.

Em grande parte formados em Direito, acabaram por se dedicar principalmente a escrever a história do Ceará, destacando como foram levados à carreira de escritores/intelectuais por uma inclinação inata, como possuíam mesmo uma vocação para tanto. Miceli diz que até mesmo sem perceber esses homens “buscam justificar sua ‘vocação’, ou melhor, se empenham em reconstituir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais”<sup>506</sup>. Rodolfo também faz esse destaque para o caso de Martins Filho, quando este busca demonstrar sua pré-disposição para o ramo editorial sob a justificativa de que seu primeiro emprego foi em uma tipografia, aos onze anos. Perceberemos esta mesma forma de justificativa em Raimundo Girão – este, no entanto, tem sua vocação destacada por amigos e familiares. Para Bourdieu, isto se dá por se exercer um culto romântico da biografia, que parte de um “sistema ideológico”<sup>507</sup> no qual está inserida a concepção de “criação”<sup>508</sup> como intrínseca ao artista/escritor; ou por uma visão “utópica”<sup>509</sup> do intelectual, fundamentada em uma “aristocracia da inteligência”<sup>510</sup>. Ou seja, a ideia de homens dotados desde sempre de uma inteligência superior para a criação, que seria inerente à sua personalidade. Bourdieu então faz uma crítica ao estudo literário que não insere a obra ou o autor em um contexto, pois são revestidos de uma originalidade que leva à reverência. Em sua opinião, para que a compreensão se faça, autor e obra devem ser inseridos no “campo ideológico de que fazem parte”<sup>511</sup> e que demonstra “a posição de uma categoria

---

<sup>505</sup> Ibidem.

<sup>506</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>507</sup> BOURDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2007, p. 185.

<sup>508</sup> Ibidem.

<sup>509</sup> Ibidem.

<sup>510</sup> Ibidem.

<sup>511</sup> Ibidem, p. 184.

particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político (...)”<sup>512</sup>.

Portanto, o autor deve ser inserido em um campo próprio, o intelectual, que por sua vez deve ser inserido no campo político, pois ambos estão diretamente relacionados, como percebemos através dos ganhos materiais e simbólicos que estes homens conseguem com a inserção nesses campos. Ele defende então que para compreender os meios pelos quais se constituem o grupo de escritores e suas obras não se deve fazer apenas análises estatísticas, mas sim uma análise estrutural dos sistemas que compõem o campo intelectual. Caso contrário, a estatística pode se deixar levar pela “representação ‘dominante’ da ‘criação’ artística”<sup>513</sup>; ou seja, se deixar levar pela ideia de uma autonomia absoluta das escolhas do artista, que desde a primeira educação já demonstraria um gênio criador irredutível. É justamente essa ideia que Bourdieu critica, pois para ele o artista sofre influência do seu meio e do seu tempo; ele está inserido em um campo intelectual e de poder que influenciam em suas decisões, embora queiram demonstrar o contrário. Dessa forma, é preciso inserir o campo intelectual no campo de poder e vê-lo como local de posições pré-determinadas, assim como ele é determinado em sua estrutura e função pela posição ocupada no campo de poder. A análise é necessária para se perceber como deveriam agir tais escritores de tal época/sociedade a partir

do ponto de vista do habitus socialmente constituído, para que lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições<sup>514</sup>.

Assim, é importante perceber a relação estabelecida entre os intelectuais em seu grupo e as diferentes frações da classe dominante. Relações que geralmente são ora de aproximação, ora de afastamento. É a partir das relações que cada categoria estabelece com o mercado e suas gratificações que se estabelece o grau de permanência ou exclusão, e, ao mesmo tempo, a experiência sobre a relação entre os artistas e as frações dominantes. Logo, se os artistas e escritores burgueses encontram reconhecimento entre o público burguês e possuem condições de vida quase burguesas, assumem o papel de porta-vozes dessa classe; o mesmo ocorre com

---

<sup>512</sup> Ibidem.

<sup>513</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>514</sup> Ibidem, p. 190.

“os defensores da ‘arte social’”<sup>515</sup>, que a partir de suas condições econômicas baseiam sua solidariedade com as classes dominadas, fundamentando como princípio a hostilidade em relação aos dominantes e seus representantes no campo intelectual. Porém, o colocar-se como representante de uma classe não impede o trânsito por outras. É o que ocorre com Antônio Sales, por exemplo, pois o fato de criticar a elite política de Fortaleza não o impede de aceitar cargos públicos durante a implantação do regime republicano no Ceará. Portanto, segundo Bourdieu, para explicar a ordem que se estabelece entre as posições oferecidas pelo campo e aqueles que as ocupam não é possível recorrer à vocação, pois o que há são possibilidades e oportunidades oferecidas pelo campo no qual se está inserido. Na verdade, aquilo que se toma por vocação, ou “tomada de consciência”<sup>516</sup>, é o habitus. Para Miceli:

Seria descabido atribuir o surto do romance social à força do “talento” e da “vocação” artística de produtores que começaram por vezes a escrever nos tempos de folga que suas atividades costumeiras lhes propiciavam ou, então, que na prática escreviam sob o regime de encomendas a que os sujeitavam as grandes editoras. Também não parece convincente explicar essas obras invocando a tomada de consciência da situação “nacional” por parte de escritores cujas obras de estreia eram, sem rebuço, uma transposição literária de sua experiência pessoal<sup>517</sup>.

Bourdieu também entende que o papel dos intelectuais nas disputas regionalistas deve ser situado tanto no local quanto no nacional, de acordo com os ganhos simbólicos ou econômicos que eles buscam conseguir. Para ele, estes intelectuais são aqueles que sofrem a dominação, logo calculam que seus ganhos serão maiores no âmbito regional, por ali haver menor concorrência. Já aqueles pertencentes aos dominantes, buscam mais o âmbito nacional, local do poder central, onde se encontra seu capital econômico e cultural. Ou ainda, saem de seus locais de origem e vão para o lugar central, em busca desse capital econômico e cultural, como José de Alencar, Capistrano de Abreu e Antônio Sales, no caso do Ceará. Para Durval Muniz Albuquerque, o “intelectual regionalista quase sempre é aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e de cultura. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso”<sup>518</sup>, seja fazendo essa denúncia a partir da própria região ou partindo para a região central. No contexto analisado, no momento em que se pretende criar um novo olhar sobre o Nordeste e de desenvolvimento do romance

---

<sup>515</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>516</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>517</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit., p. 161.

<sup>518</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Cit., p. 63.

regionalista, estes intelectuais cearenses se empenham na escrita da história de sua província, denunciando a distância do poder central e a carência de um interesse deste poder por sua história e, ao mesmo tempo, se colocando como aqueles que preencheriam essa lacuna a partir de seus trabalhos. Segundo Renato Rodolfo, aqueles que se encontravam fora dos considerados centros intelectuais “se revestiram de uma autoridade ‘natural’ e geográfica para tratar do seu contexto mais específico. Tanto como uma forma de ocupar um lugar, quanto com o objetivo de que se alguém vai produzir sobre o Ceará, que sejam intelectuais cearenses”<sup>519</sup>.

Importante frisar que havia ainda um desejo de se destacar por parte do próprio governo do Estado que passou também a promover tais iniciativas, como no caso do livro *O Ceará*, recebendo financiamento do governo e de repartições e prefeituras<sup>520</sup>. Segundo Rodolfo, “interessava ao governo estadual criar uma nova imagem para o Ceará, uma imagem que expusesse as potencialidades do lugar”<sup>521</sup>, diferente das obras anteriores que focaram com intensidade no problema da seca. Por outro lado, era importante também a relação desses intelectuais entre si, pois se ajudavam mutuamente na conquista desses capitais simbólicos e materiais. Como destaca Rodolfo, a amizade travada por Martins Filho com Raimundo Girão muito o ajudou. Depois de se conhecerem na Editora Fortaleza, então propriedade de Martins Filho, Girão o apresentou a seus amigos do Rotary Club e do Instituto do Ceará, dos quais aquele passou a fazer parte, ampliando seus contatos. Martins Filho conta que, após se conhecerem na editora:

Certo dia, Doutor Raimundo Girão consultou-me sobre se aceitaria almoçar, como seu convidado, no Rotary Club. Aquiescendo ao convite, participei de uma reunião semanal do Rotary, presidida pelo ex-chefe Theodoro Ziesemmer, co-gerente da firma Lundgren e Cia. Ltda., proprietária das Casas Pernambucanas. (...) Manifestei essa minha impressão muito agradável [em relação ao Club] ao meu anfitrião que, em seguida, disse-me que já havia sido feita a minha escolha para sócio do Rotary onde iria preencher a classificação de “Imprensa e Publicações – Casas Editoras”. Observei bem nítida a preocupação do meu novo amigo, de promover o meu rápido relacionamento com seus colegas rotários e também perante o seu vasto círculo de amizades (...) <sup>522</sup>.

<sup>519</sup> RODOLFO, Renato Mesquita. Op. Cit., p. 7.

<sup>520</sup> Ibidem, p. 8

<sup>521</sup> Ibidem.

<sup>522</sup> FILHO, Antônio Martins. “O meu amigo Raimundo Girão: As Origens do nosso relacionamento”. *D. O. Letras*, Ano III, nº 12, julho/setembro 1988, p. 3. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/geraldo-da-silva-nobre>. Acesso em janeiro de 2018.

Percebemos também o interesse por parte do próprio Girão, em fortalecer uma amizade com Martins Filho inserindo-o em seu círculo e amizades, pois, afinal, este possuía uma editora. Martins Filho publicava ainda uma revista, a Revista Valor, para a qual Girão “colaborava assiduamente”<sup>523</sup>. Esta publicação, segundo o próprio Martins Filho, “consistia na principal finalidade da Editora”<sup>524</sup>. Martins Filho também conta ter partido dele mesmo a ideia do livro O Ceará:

(...) Meses depois, já efetivada a minha posse como Sócio do Rotary Club de Fortaleza, disse ao meu companheiro rotario que estava preocupado em elaborar um livro sobre aquilo que me parecia refletir a realidade cearense, isto é, um trabalho sem a clássica abordagem do tema da seca, da miséria, do subdesenvolvimento, já exageradamente explorado no âmbito regional e nacional. Seria uma fotografia do lado positivo do nosso Estado, nos seus vários aspectos: fisiográfico, antropológico, histórico e literário, podendo ainda condensar informações úteis sobre cada um dos municípios e trazendo, com ligeiras notas bibliográficas, a relação dos seus filhos mais ilustres. Lembro-me de que Raimundo Girão me ouviu atentamente e não se manifestou sobre o assunto, muito embora eu lhe tivesse dito que, sozinho, não me aventuraria a produzir uma obra dessa grandeza, mas que, com um colega que afinasse com esse ponto de vista, estaria disposto a dar execução ao projeto, assumindo até mesmo a responsabilidade total pela parte econômica do empreendimento. Dias depois, eis que me aparece o Doutor Girão, com um esquema perfeito daquilo que seria necessário para a elaboração da obra, que traria simplesmente o nome O Ceará. Estavam ainda indicados os especialistas, aos quais iríamos recorrer, para assumir a responsabilidade pela explanação de alguns temas que completariam nosso trabalho. (...) O plano para a impressão de O Ceará foi integralmente executado, possibilitando o lançamento da obra no início de 1939. A primeira edição, de apenas 3.000 exemplares, esgotou-se rapidamente, permitindo uma segunda edição em 1945 e uma terceira e última em 1966, com os acréscimos e as atualizações necessárias. De como O Ceará foi acolhido em nosso Estado e em todo o País, dizem as apreciações e críticas divulgadas pela imprensa, de tal modo volumosas e importantes, que chegaram a ser enfeixadas num opúsculo<sup>525</sup>.

De fato, a primeira e segunda edições do livro foram publicadas pela Editora Fortaleza, de Martins Filho, e a terceira pelo Instituto do Ceará. Além de sócios titulares deste Instituto, foram sócios também da Academia Cearense de Letras, segundo Martins Filho “as mais importantes instituições culturais do nosso Estado, com a circunstância de sermos detentores de vasta folha de serviços, espontaneamente prestados aos dois tradicionais Sodalícios”<sup>526</sup>[grifo nosso]. Eram ganhos simbólicos de parte a parte. Martins Filho passou então a dividir um escritório de advocacia com Raimundo Girão e seu tio, Eduardo Girão, adquiriu a Academia de Comércio Padre Champagnat (de cujo corpo docente Girão também

---

<sup>523</sup> Ibidem.

<sup>524</sup> Ibidem.

<sup>525</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>526</sup> Ibidem, p. 5.

participava), uma escola técnica, lecionou na Faculdade de Direito do Ceará e no Liceu do Ceará e foi reitor da então recém fundada Universidade do Ceará. Segundo Geraldo da Silva Nobre, O Ceará se tornou “fonte de consulta insubstituível para quantos procuram informações precisas a respeito de qualquer aspecto da realidade cearense (...)”<sup>527</sup>. Era a partir do contato entre esses homens que seus caminhos iam se delineando.

Nesse sentido, o Instituto do Ceará era um local de indiscutível importância, pois como vemos, era considerado por eles como a maior sociedade intelectual do Ceará. Foi ali que estes homens se congregaram em torno de um objetivo em comum: fazer conhecida a história do Ceará. Dentre estes homens, alguns se destacaram, além dos já citados Martins Filho e Raimundo Girão, como Guilherme Studart, posteriormente Barão de Studart, Eusébio Neri de Sousa, entre outros. O Barão de Studart, considerado um dos maiores nomes da historiografia cearense juntamente com Raimundo Girão, atuou desde o século XIX, sendo um dos fundadores do Instituto do Ceará. Filho do inglês William Studart e da cearense Leonísia de Castro Barbosa, nasceu em 5 de janeiro de 1856. Após o falecimento de seu pai, logo assumiu o cargo de vice-cônsul britânico do Ceará. Nessa época, já era formado em Medicina, e já falava inglês, língua que aprendeu desde o ginásio. Mesmo exercendo a medicina, ficou conhecido pela dedicação à história do Ceará, que segundo Raimundo Girão, era resultado de sua afeição e amor ao Ceará, o que o próprio Studart também procura destacar em suas falas<sup>528</sup> e que, segundo Girão, doava a toda atividade que exercia, o que seria um atributo de sua personalidade especial:

Essa afeição de Studart ao Ceará é que explica a sua obra, seja qual fôr o terreno em que haja pingado o seu suor – como médico, como crente convencido da religião da caridade, como propulsor de realizações proveitosas e como historiógrafo – as quatro superiores facetas de sua ímpar individualidade<sup>529</sup>.

O próprio Studart destacava que sua atuação não visava ganhos materiais:

O Ceará nada me deve; o quase nada que por êle tenho feito e o muito que me esforcei por fazer é resultado tão sòmente do intenso amor que voto à terra do meu berço, por cuja história tenho gasto com muito prazer meu dinheiro, tempo e saúde,

<sup>527</sup> NOBRE, Geraldo da Silva. “Vocação e formação de um historiador”. *D. O. Letras*, ano 111, n 12 – julho/setembro, 1988, p. 1. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/geraldo-da-silva-nobre>. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>528</sup> GIRÃO, Raimundo. “O Barão de Studart e a historiografia cearense”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1956, pp. 17-35.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 19.

sem ter recebido, aliás, subsídio de qualquer espécie nem promessas de recompensas pecuniárias<sup>530</sup>.

Porém, certamente ele obteve ganhos simbólicos, como, por exemplo, o título de Barão, concedido pela Santa Sé em reconhecimento a sua atuação católica. Seu altruísmo, ainda segundo Girão, foi demonstrado desde a juventude, quando participou da Sociedade Beneficente Acadêmica, ainda na faculdade. É o esforço de imprimir-lhe vocação, além de demonstrar a inerente vontade e perseverança de Studart para o trabalho, seja ele qual for. Nesse sentido, Girão diz:

Dominava-o a vontade de iniciar, de dar começo a novas coisas, de criar e movimentar associações e grêmios nos quais pudesse dar largas aos seus incontentamentos, ao seu mal-estar de ficar estático, contemplativo, omissos no ambiente a que faltava tudo. Pode dizer-se que foram modelados pelos seus dedos de artista o Centro Abolicionista de 1884, o Instituto do Ceará de 1887, a Academia Cearense de Letras de 1894, a Associação Médico-Farmacêutica do Ceará de 1894, o Centro Médico Cearense de 1913, o Círculo dos Operários Católicos de 1915, o Instituto Pasteur de 1918 e, deste mesmo ano, a filial da Cruz Vermelha no Ceará. De iniciativa sua, a filial da Patriotic League of Briton Overseas, em 23 de fevereiro de 1915. Colaborava sem interrupção nos jornais e algumas revistas de Fortaleza e não se cansava de proferir conferências, de escrever memórias, de tomar parte em congressos, de viajar no afã de coligir e ordenar manuscritos, cópias, dados, notícias que, afinal, vieram constituir a sua exuberante coleção documental. Chegou a montar tipografia própria só para imprimir os seus trabalhos, incessantemente produzidos. Ele sabia do conceito de William James: - o melhor que podemos fazer da vida é consumi-la em alguma coisa mais duradoira que ela mesma<sup>531</sup>.

Ora, querer deixar para a posteridade algo que lembre seu nome e perdure mais que sua própria vida já era requerer um ganho simbólico. Esses homens buscavam reconhecimento para a província e para si mesmos. E a “vocação” aparece desde a infância em Studart:

Daguerriotypam a existência de Studart, porque em verdade tôda ela passou o “rapaz modesto” sobraçando documentos e papéis, que a tôda hora cobria de apontamentos e notas, sem férias nenhuma, assim desde o tempo de menino. Segredou, uma feita, a Farias Brito a sua aversão aos brincos e lazeres infantis, aos quais preferia a leitura dos livros. De tal forma que nunca sequer ensaiara uma carreira, nem trepara numa árvore<sup>532</sup>.

Studart ainda ficou conhecido por sua militância abolicionista, de caráter conservador, o que Girão também busca destacar em seu artigo, já que após sair da Sociedade Cearense

<sup>530</sup> STUDART, Guilherme. “Carta a João Câmara”. Apud GIRÃO, Raimundo. *Ibidem*.

<sup>531</sup> GIRÃO, Raimundo. *Ibidem*, p. 22.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 23.

Libertadora fundou o Centro Abolicionista 25 de Dezembro que, ao contrário da Cearense Libertadora, tinha por objetivo abolir a escravidão na província sem abalos na ordem social. Há quem defenda a atuação da Libertadora, ou do Centro, mas nos artigos analisados todos concordam que cada uma a sua forma contribuiu para o movimento abolicionista. Além disso, o Centro só é fundado em 1882, quando a Libertadora começa a perder muito do seu radicalismo inicial. Sobre essa separação, diz ainda Raimundo Girão:

O temperamento fogo e algo desestilizado de João Cordeiro, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Teles Marrocos, Frederico Borges e outros muitos levou-os à extrema esquerda, à ação desabusada, diga-se insolente e atrevida, genuinamente carbonária, sem o que, na verdade, não fôra viável em tão pequeno tempo, derrotar inimigo forte e apercebido como era o escravismo, acirrado na defesa de valioso patrimônio, que a lei garantia. É conhecida a cena da Sala de Aço, na qual João Cordeiro, de punhal fincado na mesa, exigia o juramento de matar ou morrer pela liberdade dos negros. Desde esse momento, são dois caminhos que se abrem paradoxalmente incompatíveis visando à meta única<sup>533</sup>.

Segundo Girão, por ser Vice-cônsul britânico, Studart deveria adotar uma postura mais comedida, de acordo mesmo com sua personalidade de descendente de inglês. Mas, isto lhe rendeu muitas críticas por parte dos libertadores por acreditarem que os membros do Centro eram abolicionistas tardios, que aderiram recentemente à causa, assim como parte do funcionalismo público e até mesmo proprietários, ou seja, aqueles que temiam o governo. Girão discorda que estes fossem abolicionistas de última hora, defendendo serem “conservadores, menos temperamentais, achavam melhor o lento caminhar das coisas”<sup>534</sup>, o que demonstra a opinião do próprio Girão sobre o movimento abolicionista. Porém, passados os acontecimentos do movimento abolicionista, já em 1888, o próprio Antônio Martins reconheceu que o trabalho do Centro rendera frutos<sup>535</sup>, geralmente representados pelas alforrias que conseguia. O Barão de Studart, por sua vez, passou para a história do Ceará também como abolicionista convicto.

Eusébio Sousa, segundo depoimentos dos seus contemporâneos e colegas do Instituto, foi eleito para dar novo ânimo à instituição. Ao que parece, Eusébio já era reconhecido por seus pares como historiador meritório, pois já tinha produção considerável nas páginas da Revista do Instituto do Ceará. Na proposta apresentada para sua filiação no Instituto, tem-se a seguinte justificativa:

<sup>533</sup> GIRÃO, Raimundo. “O Abolicionista Studart”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1956, p. 196.

<sup>534</sup> *Ibidem*, p. 199.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 200.

Incluindo o nome de Eusebio de Sousa na relação dos seus associados, o Instituto do Ceará paga uma dívida de gratidão. O novo consócio tem honrado brilhantemente as páginas de sua Revista com trabalhos dos mais interessantes sobre os assuntos de sua especialidade, que é penetrar nos arcanos de nossa História para desvendar segredos, buscar origens, elucidando pontos envoltos em grandes obscuridades. E tudo isso faz com intenso amor, com paciência desmedida, firmando-se sempre na verdade dos fatos e na justiça. Espírito inteligente e operoso, há de levantar essa Associação, a mais antiga do Estado, com sua ilustre colaboração<sup>536</sup>. [grifo no original]

Percebemos nesse trecho como se davam as trocas simbólicas entre os intelectuais e as instituições. Eusébio contribuiu por um período para a Revista e após ter seu trabalho e seu mérito enquanto historiador reconhecidos pode ser reconhecido e efetivado como sócio, sendo paga a dívida de gratidão do Instituto pela contribuição. Além disso, vemos novamente a questão do “amor”, onde o intelectual trabalha não pelo reconhecimento de ser sócio de um Instituto tido como local de produção de saber e ter seus trabalhos publicados, mas simplesmente por amor. Amor e vocação sempre atribuídos a estes intelectuais, pois como diz Bourdieu, buscava-se criar uma imagem desses homens onde não havia rupturas, escolhas, decisões visando um ganho qualquer, mas uma imagem linear de acontecimentos que iam se encaixando perfeitamente para formar sua trajetória, também perfeita, de intelectual dedicado e comprometido com o trabalho – um trabalho que engrandeceria sua terra, seu país e sua história.

Eusébio de Sousa formou-se na Faculdade de Direito de Recife e só então foi para o Ceará, onde passou a exercer a função de juiz do termo de Icó, em 1908, casando-se no mesmo ano com a cearense Marcia Monteiro Osório. Posteriormente, ainda como juiz, foi transferido para os termos de Assaré, Ipu, São Bernardo das Russas e Quixadá. Por essa época, já conciliava a atividade de juiz com o jornalismo e a história. Em 1927, passa a residir em Fortaleza e a trabalhar como redator chefe do *Gazeta de Notícias*, sendo eleito para sócio efetivo do Instituto do Ceará em 1928. Neste período, era presidente do instituto o Barão de Studart, e junto com ele foram também eleitos sócios Carlos Studart Filho, sobrinho do Barão de Studart, e Thomás Pompeu Sobrinho, neto de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o senador Pompeu, chefe do Partido Liberal no Ceará e sobrinho de Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, um dos fundadores do Instituto e também considerado um dos principais historiadores do Ceará. Dessa forma, entendemos que neste momento apostava-se em uma nova geração de historiadores para renovar o Instituto, principalmente aqueles de famílias claramente reconhecidas no meio intelectual e político. Em seu artigo sobre a abolição analisado para este

---

<sup>536</sup> MARTINS FILHO, Antônio. “Eusebio de Sousa”. Apud GIRÃO, Valdelice. “Eusébio Néri Alves de Sousa”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1997, p. 180.

trabalho percebemos o tom de exaltação daquele acontecimento, atribuindo aos abolicionistas e cearenses no geral características como heroísmo, tenacidade, exemplo de abnegação, entre outros; e criticando um artigo publicado em um jornal pernambucano no qual é dito que foi um município alagoano que declarou primeiramente a liberdade de todos os seus escravos, dez anos antes da Lei Áurea. Vemos essa abordagem memorialística típica dos institutos históricos. Talvez por isso sua efetivação como sócio do Instituto tenha sido tão elogiada.

Segundo Valdelice Girão, Eusébio Sousa “extrapolou as expectativas dos proponentes, passando a construir um forte esteio da Casa do Barão de Studart”<sup>537</sup>. Leonardo Mota, em 1937, falando sobre ele expressou sua concordância em torná-lo sócio e posteriormente primeiro secretário do Instituto, pois segundo ele Eusébio era “desses homens que sabem querer. Quando formam um projeto, vai até a realização integral do mesmo, arrastando óbices e contratempos que entibiam ânimos um pouco menos voluntariosos”<sup>538</sup>. Eusébio seria um esteio para a Casa do Barão de Studart (como também é chamado o Instituto) por sua personalidade forte e determinada. Em seu artigo analisado neste trabalho sobre o Instituto do Ceará, intitulado “Instituto do Ceará – Estudo Histórico”, de 1925, quando ainda não era sócio efetivo, percebe-se o tom de exaltação do trabalho exercido no Instituto, como aquele que desenvolvia as letras, as ciências, a geografia e a história da província, tornando-as conhecidas. Exalta também os membros do Instituto, principalmente os fundadores, por serem agentes desse desenvolvimento e do progresso da província. Eusébio finaliza destacando que o preceito para admissão de novos associados presente no estatuto não era obedecido, o de que o candidato entregasse um trabalho histórico a ser analisado por uma comissão. Dessa forma, para ele, o fato de os associados serem apenas indicados, gerava desinteresse por parte de alguns destes. No entanto, não há evidências de que ele entregou algum trabalho para ser admitido como sócio.

Segundo o próprio Eusébio, na introdução de seu livro “Meio Século de Existência”, de 1937, em comemoração aos cinquenta anos do Instituto do Ceará, a maioria dos intelectuais da época não tinha mais o mesmo interesse pelo Instituto e seu trabalho:

Na era presente, é palpável a olhos nus os descasos de nossos homens de letras para tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento do Instituto do Ceará, salvo honrosas exceções, poucos intelectuais que se destacam, que não sentem desfalecimentos e tem procurado elevar dignamente a sua reputação, concentrando

---

<sup>537</sup> GIRÃO, Valdelice. Op. Cit., p. 180.

<sup>538</sup> MARTINS FILHO, Antônio. “Eusebio de Sousa”. Apud Ibidem.

em sua operosidade a força matriz; o elo de convergência do marchar progressivo desse proveitoso núcleo<sup>539</sup>.

Este “desinteresse” pelo Instituto do Ceará pode estar vinculado ao surgimento de considerável número de Instituições de ensino superior no Ceará, o que gerava também uma produção acadêmica, retirando do Instituto o posto de principal instituição produtora de conhecimento naquele Estado. Segundo Renato Rodolfo, entre 1900 e 1950, só em Fortaleza surgiram seis instituições de ensino superior: a Faculdade de Direito (1906), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1916), a Escola de Agronomia (1918), a Faculdade de Ciências Econômicas (1938), a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943) e a Faculdade de Medicina (1948)<sup>540</sup>. Na apresentação da Edição de 1937, a Comissão de Redação da Revista também se queixa desse desinteresse por parte de intelectuais, do governo e do próprio público em geral pelo trabalho do instituto:

(...) Inestimáveis tem sido os serviços prestados por elle á cultura geral do País, indefessa e indefesamente, exposto muitas vezes á critica insensata e injusta de invejosos e apedeutos, e muitas vezes, quase sempre, alvo de completa indiferença, sem auxilio nem estímulo de especie alguma, mas sempre de pé, verticalmente, amparando-se aos raros que lhe relanceavam olhos de estima e protecção e apegando-se impavidamente á convicção da grandeza do seu destino<sup>541</sup>.

Vemos, então, que Eusébio de Sousa foi admitido no Instituto sendo considerado aquele que o elevaria novamente diante da opinião pública, em 1928, e, em 1937, permaneciam as mesmas reclamações quanto ao desinteresse. Acreditamos que talvez isso se deva também, além da criação de novas faculdades – que inicia esse processo de transição e que se torna mais forte a partir da década de 1940<sup>542</sup> –, ao governo de Getúlio Vargas, que embora tenha dado novo fôlego ao IHGB, reconfigurou toda a produção intelectual e cultural do país, em diversas esferas, influenciando, inclusive, no que até então se entendia por cultura, como vimos ao longo deste trabalho. Ao mesmo tempo em que mobiliza os intelectuais, estes deveriam ter uma abordagem mais popular, levando a nacionalidade para as camadas populares através de uma contribuição cultural mais diversificada, não apenas no campo das disciplinas clássicas de História, Geografia ou Antropologia, mas também na

<sup>539</sup> SOUSA, Eusébio de. “Meio Século de Existência (Subsídio para a História do Instituto do Ceará)”. Apud *Ibidem*, p. 181.

<sup>540</sup> RODOLFO, Renato Mesquita. Op., Cit., p. 1.

<sup>541</sup> REDAÇÃO. “Meio Século!”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937.

<sup>542</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores...* Op. Cit., posição no ebook 2987.

Filosofia, na Sociologia, na Literatura e nas Artes<sup>543</sup>. Além disso, mesmo fomentando o IHGB a partir de sua posse, o reerguimento de uma instituição deste porte demanda tempo. Somente após este primeiro momento de reconfiguração do IHGB houve uma atitude em relação aos institutos regionais. Angela de Castro Gomes percebe esse novo fomento aos institutos a partir de 1940, levando também à criação de novas instituições congêneres neste período:

(...) observa-se um significativo aumento dos “estudos regionais”, que passavam a contribuir definitivamente para a maturidade de nossa produção historiográfica. Tal fato podia ser associado, de forma irrefutável, à mais importante medida governamental na área da organização institucional no campo do saber histórico: a modernização do IHGB, com sua expansão territorial, o que se revelava através da produção intelectual<sup>544</sup>.

Percebemos, então, que os institutos passam por períodos de mudanças ao longo de sua história, como na passagem da monarquia à república, e a partir do governo Vargas, de 1930 em diante, tanto na estrutura quanto na abordagem que se desejava que fosse utilizada ao escrever essa história do Brasil. No caso do Ceará, dentre essa história, que seria composta também por aspectos geográficos e antropológicos, destacamos seu trabalho a fim de demonstrar a importância de ter sido aquela província a primeira a abolir os escravos no país, como o fizemos através das fontes analisadas neste trabalho, reforçando nossa hipótese de que o Instituto do Ceará se empenhou na construção da identidade regional no Ceará, a partir da memória da abolição. Destacamos no quadro em anexo os intelectuais que escreveram esses artigos e suas características principais no que tange à sua produção e carreira intelectual e vimos como estavam interligados entre si, às instituições às quais se filiaram e ao poder público. Porém, dentre eles, percebemos que Raimundo Girão se destacou sobremaneira na historiografia cearense. Dessa forma, nos propomos a analisá-lo de forma mais detida, sua vida e obra e, principalmente, analisamos seu livro sobre o tema que mais nos interessa nessa pesquisa: *A Abolição no Ceará*, pois acreditamos que ele seja uma obra referencial no que diz respeito a essa afirmação identitária cearense a partir da abolição dos escravos.

---

<sup>543</sup> Ibidem, posição no ebook 2596.

<sup>544</sup> Ibidem, posição no ebook 2944.

### 3.3 Raimundo Girão e a escrita da história da abolição no Ceará: trajetória individual e identidade regional

Como vínhamos destacando a partir da leitura de Pierre Bourdieu, as trajetórias individuais devem ser inseridas em um contexto. Não se deve perder de vista a história de vida, mas situá-la, deixando claro que o indivíduo fez escolhas e que os acontecimentos não se deram de forma ordenada e linear em sua vida. Porém, ao analisar de forma breve a biografia de Raimundo Girão (1900-1988) e algumas falas a seu respeito, de familiares e amigos, essa é a impressão que nos é passada: a de que tudo aconteceu em sua vida em uma ordem natural, sem interrupções, da forma que tinha que ser. Raimundo Girão foi político, escritor e historiador, formado em advocacia pela Faculdade de Direito do Ceará, como muitos em sua época. Segundo Renato Rodolfo, era membro de uma família importante do município de Morada Nova, que acabou entrando em decadência durante sua infância. Seu pai foi político importante em Morada Nova e Fortaleza e escrivão do Fórum de Fortaleza. Não era formado em Direito, mas autodidata, sendo consultado por estudantes e outros advogados e chegando mesmo a advogar<sup>545</sup>. Outros membros de sua família também exerceram cargos importantes no estado, como seu tio, Eduardo Girão, que foi governador<sup>546</sup>. Segundo dados que constam em seu site oficial, seu avô era topógrafo e um homem “de bons conhecimentos”. Seu pai era o sexto filho, entre doze, e Raimundo, por sua vez, foi o primogênito de seu pai. Sua família teria origem espanhola, passando por Portugal e Brasil.

Como a maioria dos intelectuais que estamos analisando neste capítulo, Girão estudou no Liceu do Ceará, no qual fez os estudos preparatórios. Chegou a se matricular na então recém criada Escola de Agronomia do Ceará, não chegando a concluir, embora fosse um “aluno pioneiro”<sup>547</sup>, segundo exalta seu neto e biógrafo, Eurípedes Chaves Jr. Seguiu para a faculdade de Direito, colando o grau de bacharel em 1924. Em 1932 foi convocado para exercer o cargo de Secretário Geral da Prefeitura de Fortaleza, sendo nomeado no mesmo ano para a função de Prefeito Municipal Interino. Foi efetivado como prefeito em 1933, cargo que exerceu até 1934. No ano seguinte, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Ceará,

---

<sup>545</sup> “Bondade Personificada”. Disponível em: [http://www.giraofamilia.com/biografia\\_11.html](http://www.giraofamilia.com/biografia_11.html). Acesso em janeiro de 2018.

<sup>546</sup> RODOLFO, Renato Mesquita. Op. Cit., p. 6.

<sup>547</sup> CHAVES JUNIOR, Eurípedes. *Raimundo Girão, polígrafo e homem público: (roteiro biobibliográfico)*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1986, 184p.

por decreto do governador Francisco de Menezes Pimentel. Durante este governo, seria nomeado para diversas comissões e conselhos, como o Conselho Penitenciário do Ceará, o Conselho Diretor da Associação de Funcionários Públicos do Ceará e a Comissão encarregada de elaborar o Projeto de Estatuto dos Funcionários do Estado. Inclusive representaria os funcionários públicos, estaduais e municipais, em diversos cargos e projetos, tornando-se não apenas funcionário público em altos cargos como também representante de seus pares.

Em 1924, fundou o Rotary Club de Fortaleza, um clube de serviço filiado ao Rotary International. Em 1941, foi eleito Sócio Efetivo do Instituto do Ceará e em 1943 foi eleito Presidente do Club Iracema. Em 1946, foi nomeado Livre Docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e em 1951 tomou posse de uma das cadeiras da Academia Cearense de Letras, a de nº 4, de Antônio Bezerra, pedindo transferência posteriormente para a cadeira nº 21, cujo patrono era José de Alencar. Inclusive percebemos uma admiração especial de Girão por José de Alencar, estando sempre ligado a trabalhos de preservação de sua memória ou em que este estivesse como referência. Por exemplo, 1957 foi eleito o 1º Presidente da Fundação José de Alencar, a qual ajudou a organizar. Em 1963, foi nomeado para a Comissão para erigir um monumento à Iracema, proferindo também a Conferência “Centenário de Iracema”; e, em 1966, foi nomeado por Antônio Martins Filho, então reitor da Universidade Federal do Ceará, para o Conselho Superior da Casa de José de Alencar na mesma Universidade, por 3 anos. Desta forma, pensamos que buscava meios de proteção da memória do escritor, visto por estes intelectuais como aquele que primeiro tornou sua terra conhecida para o restante do país.

Além dos cargos já citados, dirigiu o Museu Histórico e Antropológico do Ceará e foi nomeado em 1957 professor de História Econômica Geral e do Brasil da Escola de Administração do Ceará, da qual foi diretor e vice-diretor. Foi também nomeado Secretário Municipal de Urbanismo, sendo o primeiro titular da pasta criada em sua gestão. Em 1966, foi nomeado Secretário de Educação e, posteriormente, Secretário de Cultura, pelo governador Plácido Aderaldo Castelo – governo no qual Girão presidiu por várias vezes a mesma secretaria. Em 1971, encerrou a carreira pública deixando a Secretaria de Cultura<sup>548</sup>. Porém, continuou ligado à produção intelectual, principalmente na historiografia, com foco na abolição dos escravos, tema sobre o qual se tornou uma referência. Em 1983, integrou a Comissão Executiva da Programação das Festividades do Centenário da Abolição e, em 1984, proferiu a conferência “A Abolição da escravatura no Ceará”, na Loja Maçônica Grande

---

<sup>548</sup> Ibidem, p. 23.

Oriente Estadual do Ceará. Na Academia Cearense de Letras ocupou os cargos de Presidente, Vice-presidente, Diretor de Publicações e Secretário Geral. No Instituto do Ceará foi Secretário, Presidente e Vice-presidente, Orador e membro da Comissão da Revista. Neste entrou junto com Dolor Barreira e Plácido Aderaldo Castelo, que, posteriormente, como governador o nomeou Secretário da Cultura.

Assim, percorremos sua carreira de maneira geral, para demonstrar como foi rápida sua ascensão e como eram amplos os seus contatos. Segundo Sergio Miceli, neste período:

Diante das mudanças por que passa o mercado de postos políticos e culturais no qual seus pais desfrutavam de posições estáveis e bem remuneradas, o trunfo decisivo com que contam os herdeiros das famílias cultas, esses “homens sem profissão”, como eles próprios se denominam, reside na formação polivalente que adquiriram na Faculdade de Direito e cuja rentabilidade profissional é tanto mais apreciável quando se faz acompanhar de um capital de relações sociais que apenas as famílias de maior prestígio da classe dominante possuem. Lançando mão de uma espécie de faro social que lhes permite discernir antes de seus “primos pobres” os cargos mais bem pagos e as carreiras mais atraentes, esses “homens sem profissão” dispõem de condições excepcionais para uma prospecção criteriosa de ganhos e oportunidades (...). Por todas essas razões, os “homens sem profissão” imprimem maior velocidade às suas carreiras, ou seja, auferem de imediato os prêmios de consagração e reconhecimento que os demais só conseguirão muito mais tarde ou postumamente<sup>549</sup>.

Os “homens sem profissão”<sup>550</sup>, segundo Miceli, são aqueles herdeiros de famílias abastadas que ocupavam posições importantes no interior da classe dirigente e, por isso, possuíam livre trânsito na mesma, facilitando sua ascensão na vida intelectual. Para ele, o fato de terem escolhido a vida intelectual faz parte de uma estratégia de “reprodução dessas famílias”<sup>551</sup>, ou seja, é uma forma de garantir sua perpetuação no poder. Ele destaca que a preferência para seguir a carreira intelectual era dada aos filhos que não eram primogênitos, pois garantiriam a perpetuação do nome da família sem estar à frente dos seus negócios. Raimundo Girão era o primogênito. Devemos prestar atenção para o fato de que esta atitude destacada por Miceli era parte das novas estratégias de reorganização da classe dirigente diante de um novo contexto político, mas que a tradição era justamente investir no filho primogênito. Como vimos e ainda veremos, o Ceará mesclava elementos tradicionais com outros modernos em sua organização política e intelectual, e estava distante do centro de

---

<sup>549</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira...* Op. Cit., p. 114.

<sup>550</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>551</sup> *Ibidem*.

poder destacado por Miceli que era o Sudeste. Logo, nos apropriamos de suas ideias destacando as especificidades de cada contexto.

Porém, percebemos que Girão foi nomeado para inúmeros cargos, a partir de contatos ou do reconhecimento que já possuía no meio político e intelectual. Vemos que ele foi nomeado para cargo na prefeitura de Fortaleza logo após sair da faculdade e desde então sua carreira “deslanchou”. Outras vezes, vemos que ele mesmo criava ou ajudava a organizar as instituições, pastas e secretarias que depois viria a presidir. Além disso, teve diversos livros e trabalhos publicados por instâncias públicas ou pelas instituições das quais fazia parte. Como por exemplo, a segunda edição de *A Abolição no Ceará* que foi publicada em 1969 pela Secretaria de Cultura, tendo sido esta presidida por ele de 1966 a 1971. Também teve livros publicados pela Academia Cearense de Letras, pelo Instituto do Ceará, pela Editora Fortaleza, de seu amigo Martins Filho; pela Imprensa Universitária do Ceará, pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, pela Imprensa Oficial do Ceará, pelo Banco do Nordeste, pela UFC/Casa de José de Alencar (a qual foi nomeado para o Conselho Superior por Martins Filho), pela Associação Comercial do Ceará, pela Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará e pela Secretaria de Cultura e Desporto. As exceções são *A Editora Henriqueta Galeno* (2), a *Tipografia Minerva* (2), a *Revista Clã* (2), as *Edições Demócrito Rocha* (1), a *Tipografia Progresso* (1), a *Editora Fortaleza* (7), de seu amigo Martins Filho; a *Gráfica Editorial Cearense* (1), a *Indústria Gráfica Ramos Pouchaim Ltda.* (1) e a *Editora A. Batista Fontenele* (2). De 56 publicações, apenas 19 não foram publicadas por algum órgão público.

Acreditamos que ele tenha aliado seu nome, já conhecido, o que por si só já mobiliza grande prestígio, como destaca Miceli e como veremos também mais adiante, ao fato de ter cursado Direito, que naquele contexto ainda tinha grande peso simbólico, pois, historicamente, a educação superior era vista como um elemento de unificação da elite, como acredita José Murilo de Carvalho<sup>552</sup>. Elite inicialmente formada em Coimbra, mas que passa a ser formada aqui a partir da criação das Faculdades de Direito em 1928<sup>553</sup>, para as quais foi transferido esse objetivo de formação da elite política nacional. Segundo ele, esses cursos foram criados seguindo o exemplo dos cursos jurídicos de Coimbra, mas a partir de 1870 “a

---

<sup>552</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 65.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 74.

vida intelectual do país começou a mudar significativamente (...) com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo”<sup>554</sup>.

Angela Alonso, ao analisar a geração de 1870, trata das faculdades do Recife e de São Paulo, onde essa geração se formou e atuou<sup>555</sup>. Ela destaca como os intelectuais que ali se formaram eram aqueles que iriam ocupar os cargos políticos posteriormente, inclusive os próprios professores esperavam por uma oportunidade neste sentido. Ela destaca também a diversidade social desse agrupamento formado em Recife e que tradicionalmente foi chamado de “Escola do Recife”<sup>556</sup>. O movimento, no entanto, possuía uma maior complexidade e diversidade do que se convencionou na historiografia, e era resultado da insatisfação da transferência do eixo econômico no norte para o sul, de uma elite política que se via em decadência e perdia participação política, buscando novos caminhos para inserir-se neste meio novamente. Embora também houvesse aqueles membros que não eram da elite, mas também buscavam ascensão social. Sobre as ideias que foram apropriadas por esses intelectuais no Recife, diz Alonso que:

Como na Corte, os professores da Faculdade de Direito não foram decisivos na mobilização da geração de 1870. Mas, como lá, também não foram irrelevantes. Foram sobretudo os professores mais novos, igualmente insatisfeitos com o padrão de carreira e com o gênero de formação recebido, que se aventuraram em novos autores e assuntos. Foram eles os emissários da literatura em voga na Europa, que alimentou muito dos panfletos e jornaizinhos de contestação a partir de meados dos anos 1870. José Higinio Duarte Pereira foi o equivalente local de Benjamin Constant, talvez o mais importante veículo de disseminação de um ponto de vista crítico no Recife, ensinando diretamente teoria da evolução a partir de 1876<sup>557</sup>.

Dessa forma, vemos como esses intelectuais tiveram acesso a essas leituras, das quais se apropriariam e resignificariam na tentativa de compreender sua realidade. Além da faculdade, participavam também de atividades extracurriculares, como jornais e meetings estudantis, de caráter político, de acordo com as movimentações em voga na época, como o abolicionismo e o republicanismo. Engajaram-se em vários movimentos nesse sentido e atuaram juntos, conferindo realmente uma característica geracional ao grupo, como destaca Alonso: “(...) as atividades intelectuais do grupo são indistinguíveis de sua movimentação política. Suas publicações eram de cunho positivista, republicano e abolicionista. Seus

---

<sup>554</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>555</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento...* Op. Cit., p. 133.

<sup>556</sup> Ibidem, p. 134 e 135.

<sup>557</sup> Ibidem, p. 138.

membros se associaram e atuaram coletivamente desde 1875 até a proclamação da República”<sup>558</sup>. Além disso, buscavam articular sua movimentação com outros locais, principalmente a Corte, com alguns deles saindo de Pernambuco, ou mantendo contatos com intelectuais de outras regiões, como por exemplo Aníbal Falcão que mantinha contato com Miguel Lemos na Corte, ou Clóvis Beviláqua e Silva Jardim em São Paulo.

Lília Moritz Schwarcz também fala sobre as faculdades de direito no Brasil, principalmente a de Recife e a de São Paulo, as primeiras a serem fundadas no país. Ela diz que “já em seu momento de nascimento esses estabelecimentos pareciam responder à necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma intelligentsia local apta a enfrentar os problemas específicos da nação”<sup>559</sup>. Assim, a intenção era criar uma instituição que se empenhasse em formar uma elite intelectual e política que estabeleceria os rumos que a nação seguiria, logo após a independência, que deveria ser autônoma em relação à Europa. Pensou-se, então, em criar uma instituição em São Paulo, localizada mais ao centro, e outra mais ao Norte, haja vista as reclamações que o governo recebeu em razão da distância que os estudantes do Norte teriam que percorrer para estudar. Dessa maneira, iniciava-se o processo no qual o bacharel se tornaria figura de prestígio político e intelectual e sairia das faculdades para compor a classe dirigente do país. Segundo Schwarcz: “O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito”<sup>560</sup>. Isto porque o profissional de direito passa a ser considerado aquele que teria condições de elaborar as leis, cuidar para que fossem cumpridas e, assim, manter a ordem social. Eles próprios se posicionavam dessa forma, atribuindo uma imagem de importância para si mesmos, principalmente através das revistas universitárias e de artigos que os professores dessas faculdades de Direito publicavam em jornais, como no caso de São Paulo.

A faculdade do Recife exerceu grande influência em todo o Norte, incluindo-se também o Ceará, já que houve muitos intelectuais cearenses que ali estudaram, como Eusébio Sousa e Álvaro de Alencar. Esta teve forte influência das escolas darwinista social e evolucionista. Influência esta que também vemos presente no Ceará, principalmente a partir da década de 1870, como vimos no capítulo anterior; embora Schwarcz esclareça que São Paulo também possuía, apesar da tendência liberal, alguma influência do darwinismo e das

---

<sup>558</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>559</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. Cit.; posição no ebook 2940. Sobre a Faculdade de Direito de São Paulo ver ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>560</sup> Ibidem, posição no ebook 2959.

teorias deterministas, pois eram teorias que estavam em voga no país inteiro no período<sup>561</sup>; eram paradigmas da época. Foi justamente entre as décadas de 1860 e 1870 que houve uma mudança teórica na faculdade do Recife, onde os intelectuais “buscavam dar ao direito um ‘estatuto científico’, afastado das influências religiosas e metafísicas então dominantes”<sup>562</sup>. Foi nesse momento de busca pela cientificidade que as ideias evolucionistas tiveram ampla aceitação naquela faculdade “principalmente depois das leituras que Tobias Barreto fez dos filósofos alemães – Haeckel e Buckle – e da difusão de autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon, Gobineau, entre outros”<sup>563</sup>. Vimos no segundo capítulo que os intelectuais cearenses também sofreram forte influência desses autores e após retornarem de seus estudos se dedicaram a aplicá-los em sua realidade social, principalmente o determinismo geográfico.

Raimundo Girão não estudou em Recife e se formou já na década de 1930, na qual Miceli diz já haver um declínio da importância do grau de bacharel, como resultado das reformas educacionais implementadas na Primeira República<sup>564</sup>. No entanto, como já destacamos, as mudanças não acontecem de uma hora pra outra. Logo, acreditamos que na conjuntura na qual Girão fez carreira, o grau de bacharel em Direito ainda possuía certa bagagem simbólica que o ajudou, assim como a maioria de seus pares, como vemos no quadro 1 em anexo. Houve a criação de outras faculdades e escolas técnicas na década de 1920, como já destacamos, mas não acreditamos que isto tenha reduzido totalmente a importância simbólica que o grau de bacharel em direito possuía naquela sociedade. Para Gizlene Neder aponta como o Direito possuiu um papel fundamental na construção do Estado nacional durante o Império, enquanto uma “prática política e ideológica”<sup>565</sup>, e também no período republicano:

Observamos isto na inserção dos juristas na conjuntura de reestruturação do Estado, sob a forma republicana na virada do século, na atuação e engajamento direto dos “bacharéis” na vida pública e na formação ideológica brasileira. É através da formação bacharelesca nos cursos de Direito existentes no país (...) que uma reflexão sobre história, arte e literatura “nacional” começa a se difundir<sup>566</sup>.

---

<sup>561</sup> Ibidem, posições no ebook 3730/3739.

<sup>562</sup> Ibidem, posição no ebook 3074.

<sup>563</sup> Ibidem, posição no ebook 3101.

<sup>564</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit., p. 116.

<sup>565</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 75.

<sup>566</sup> Ibidem.

Ou seja, também na república esses intelectuais bacharéis atuam em diversas áreas do conhecimento e na vida pública, como é o caso de Girão. Nesse contexto, de passagem ao novo governo, usa-se o discurso jurídico para a reestruturação, que consiste em um refinamento do controle social, que forma a ideia de nação, exemplificado na revisão das leis, civil e criminal, como o próprio Código Penal de 1890<sup>567</sup>.

Além disso, Miceli destaca que aumentou a concorrência dentro da própria universidade, como no caso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro onde “o que estava em jogo era o controle ideológico e de gestão da Faculdade de Direito, que continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente”<sup>568</sup>. A importância mais direta pode ter declinado, já que abriu-se espaço para a concorrência com outros profissionais, mas não os deixou totalmente sem possibilidades, como o próprio Miceli esclarece:

O contingente de bacharéis que pressionava o mercado de postos nessa época começou a utilizar o diploma como uma prerrogativa da qual só se podiam esperar vantagens de caráter profissional. Assim, o futuro de classe dessa leva avultada de “parentes pobres” que dispunham de um título universitário, adquirido em condições adversas que o haviam desvalorizado brutalmente, passou a depender, cada vez mais, da ampliação das oportunidades de serem cooptados pelo serviço público<sup>569</sup>.

Assim, vemos como Raimundo Girão ascendeu no serviço público e intelectual, como foi beneficiário de capitais materiais e simbólicos, e como estes foram mobilizados para a obtenção de reconhecimento entre seus pares e na sociedade em geral. Porém, quando analisamos as falas de familiares e amigos sobre ele, vemos novamente a ideia de vocação presente e a intenção de se criar uma trajetória linear e determinada. Geraldo da Silva Nobre já expressa a ideia no título de um artigo escrito sobre Girão: “Vocação e formação de um historiador”<sup>570</sup>. Nele diz que Girão teria uma inteligência privilegiada, assim como aqueles para os quais “os estudos históricos são mais viáveis”<sup>571</sup>, sendo um dos motivos a “tradição de interesse relativo ao passado, expressa na continuidade das várias gerações de historiadores

---

<sup>567</sup> Ibidem, p. 84 e 85.

<sup>568</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit., p. 125.

<sup>569</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>570</sup> NOBRE, Geraldo da Silva. “Vocação e Formação de um Historiador”. D.O. Letras, ano 111, nº 12 – julho/setembro, 1988. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>571</sup> Ibidem, p. 1.

cearenses”<sup>572</sup>, como Tristão Araripe, Senador Pompeu, João Brígido, Antônio Bezerra, Barão de Studart, entre outros. Seriam homens vocacionados para o trabalho intelectual e para a pesquisa histórica. Segundo Francisco Clodomir da Rocha Girão, o Norte/Nordeste teria produzido muitos intelectuais de renome, mas Raimundo Girão se destacaria:

Faz-se necessário admitir que a grande maioria dos antropólogos, sociólogos e historiadores deste país vivem, pesquisam e publicam suas obras nas regiões sudeste e sul. Entretanto aqui, no lado de cima do Brasil, também afloram nomes de grande expressão. Personalidades consagradas, como Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Gilberto Freire, Luís da Câmara Cascudo, Thomas Pompeu Sobrinho, Gustavo Barroso, Leonardo Mota e muitos outros, que contribuíram significativamente para o entendimento das raízes do povo brasileiro. Mas, quem estuda a evolução da pesquisa histórica no Brasil, reconhece a essencialidade da obra do professor Raimundo Girão para decifrar a formação do nosso inconsciente cultural coletivo<sup>573</sup>.

Além da ideia de vocação, esses homens, e Girão especialmente, teriam o diferencial da dedicação e do amor ao trabalho intelectual. Eles se dedicariam com amor e afincos a esse trabalho e seu resultado transformaria a sociedade e os tornaria conhecidos para a posteridade. Qualidades inerentes a eles, algo natural, como vemos em trecho de apresentação de suas obras em seu site:

Em estilo claro, simples e elegante, expressava os conceitos e ideias que lhe iam jorrando da pena, com uma naturalidade que revela o pleno conhecimento da língua portuguesa. Com igual naturalidade, manejava a escrita nos diversos níveis de erudição necessários às circunstâncias e às complexidades dos assuntos enfocados<sup>574</sup>.

Assim, seriam homens diferenciados, destacados dos demais, por possuírem essa característica além da inteligência:

(...) é a velocidade na absorção do conhecimento (cultural) a vontade coletiva de evoluir (política) que impulsionam as sociedades para os estágios superiores. Essa evolução precisa de grandes personagens. Homens sábios e obstinados com disposição para quebrar os paradigmas envelhecidos. Mas afinal quais são as características mais marcantes desses grandes homens? Qual a força capaz de transformar pessoas comuns em impulsionadores sociais? É a superioridade intelectual, dirão os psicólogos sociais. É verdade, sim. Mas existe algo muito mais

---

<sup>572</sup> Ibidem.

<sup>573</sup> GIRÃO, Francisco Clodomir da Rocha. “A História de Raimundo”. In CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). Raimundo Girão, o Homem (1900-2000). Ed. Comemorativa do 1º centenário de nascimento de Raimundo Girão. Fortaleza: Editores D’Aldeia, 2000. Também disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br>, p. 1.

<sup>574</sup> “Apresentação – Obra”. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em janeiro de 2018.

profundo. Algo capaz de magnetizar uma existência e a impulsionar para a fecundidade. Esse algo mais é o amor com que alguns homens se entregaram aos seus sonhos. Em muitos recantos do Brasil alguns desses homens trabalharam obstinadamente para a elevação do nosso conhecimento. Tenho absoluta convicção de que Raimundo era um deles<sup>575</sup>.

Assim, percebemos um perfil de intelectual que era moldado por esses homens e seus pares, caracterizado pela aliança entre inteligência superior e trabalho obstinado. Ao falar do IHGB e de seus sócios, Lilia Moritz Schwarcz diz que este possuía diferentes funções “para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal”<sup>576</sup>. Destaca ainda que, para isso, eles escreviam biografias uns dos outros “desempenhando dessa maneira uma função interna aos institutos ao exaltar a memória de seus pares”<sup>577</sup>. Assim, encontramos muitos artigos na Revista do Instituto do Ceará, onde uns falam sobre os outros, ou membros do Instituto que também escrevem para jornais e outras revistas, principalmente em ocasião de falecimento, comemoração de aniversário, de aniversário de falecimento, etc. Sempre neste teor de exaltação demonstrado. Segundo Francisco Clodomir da Rocha Girão, Raimundo era considerado um “gênio”<sup>578</sup> e “um desses heróis”<sup>579</sup> que o Ceará legou para o país.

Jacques Le Goff, na introdução<sup>580</sup> da biografia que faz de São Luís, alerta para a cautela quanto à narrativa biográfica, pois algumas podem se assemelhar às narrativas hagiográficas, que contavam a vida dos santos na Idade Média. Nessas hagiografias conta-se a história do sujeito sem interrupções, geralmente com um ponto de inflexão em algum momento, de conversão, e como se este fosse preparado para os acontecimentos de sua vida desde sempre, como se cumprisse um destino pré-determinado. Le Goff diz também que essas narrativas são direcionadas pelas ideologias de grupo as quais pertence o narrador e que são carregadas de estereótipos<sup>581</sup>. No entanto, para ele, a hagiografia “é uma história, ainda que a narrativa se organize em torno de manifestações de virtude e de piedade, e comporte, em geral

---

<sup>575</sup> GIRÃO, Francisco Clodomir da Rocha. Op. Cit., p. 2.

<sup>576</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. Cit., posição no ebook 2079.

<sup>577</sup> Ibidem, posição no ebook 2112

<sup>578</sup> GIRÃO, Francisco Clodomir da Rocha. Op. Cit.; p. 2.

<sup>579</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>580</sup> LE GOFF, Jacques. “Introdução”. *São Luís – Biografia*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 1999, pp. 17-30.

<sup>581</sup> Ibidem, p. 22.

à parte, um catálogo de milagres”<sup>582</sup>. Dessa forma, ele destaca a importância de se criticar a narrativa biográfica, para não incorrer no equívoco de que esta “reconstitui autenticamente um destino”<sup>583</sup>; ou seja, atentar para as narrativas sem rupturas, sem incertezas, que compõem um destino pronto para o sujeito em questão; além de ter o mesmo cuidado ao escrever uma biografia.

Giovanni Levi também critica uma visão linear e coerente presente em muitas biografias:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas<sup>584</sup>.

Ou seja, uma biografia de tipo tradicional, sem uma visão crítica do sujeito, entendendo-o como humano, passível de erros, acertos, escolhas e incertezas. Levi compartilha do que defende Bourdieu em relação à importância do contexto para se analisar o sujeito, pois, estando nele inserido, sofre sua influência direta em diversos momentos de sua trajetória. Le Goff também chama a atenção para esta questão, ressaltando a necessidade de se inserir o sujeito em seu contexto social pois “o indivíduo não existe a não ser numa rede de relações sociais diversificadas, e esta diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo”<sup>585</sup>. Ou seja, seguir sua trajetória de acordo com o que busca conseguir em termos de ganhos concretos ou simbólicos.

Dessa forma, acreditamos que Raimundo Girão esteve inserido diretamente nas questões do seu tempo, fazendo escolhas a partir dos ganhos materiais e simbólicos que teria, como muitos também o fizeram. Não como um abnegado que trabalha por amor, mas como um sujeito que buscou ascensão na sociedade em que vivia e as melhores formas de se estabilizar no meio que escolheu. Além disso, este tipo de biografia “conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes

---

<sup>582</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>583</sup> Ibidem.

<sup>584</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Edição Kindle.

<sup>585</sup> LE GOFF, Jacques. Op. Cit., p. 26.

transformações”<sup>586</sup>[grifos no original]. Por isso, é importante avaliar as relações sociais nas quais o sujeito está inserido, os postos que ocupou, as instituições que frequentou:

O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. (...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis<sup>587</sup>. [grifo no original]

Dessa forma, ao analisar a trajetória de Raimundo Girão, buscamos justamente inseri-lo no contexto social de então, onde estudou, onde trabalhou, as instituições nas quais atuou, as editoras pelas quais publicou seus livros, entre outros aspectos do campo no qual estava inserido. Além de ser importante para este trabalho perceber sua visão sobre a abolição dos escravos do Ceará em 1884, que era uma visão memorialística, de exaltação daquele acontecimento. Este que é considerado o maior feito da história do Ceará, interpretação que Girão ajudou a fortalecer na historiografia cearense, tanto a partir do Instituto do Ceará como com seu livro *A Abolição no Ceará*. Esta interpretação ganhou um caráter oficial, identitário, pois foi legitimada por um sujeito imbuído de bagagem simbólica e política no campo do saber institucional.

Porém, entendemos que estas considerações também se estendem à sua descendência. Certamente o sobrenome Girão não passa despercebido no Ceará, e seus filhos e netos carregam a carga simbólica que ele contém. Bourdieu também destaca a importância do nome próprio na trajetória individual:

Por esta forma inteiramente singular de nomeação que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. (...) Como instituição, o nome próprio é arrancado do tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos: assim ele assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a constância nominal, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo, de constantia sibi, que a ordem social demanda. E é compreensível que, em numerosos universos sociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo tomem a forma de deveres para com o nome próprio (que também, por um lado, é sempre um nome comum, enquanto nome de família,

<sup>586</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit., posição no ebook 3740.

<sup>587</sup> Ibidem, posição no ebook 3754.

especificado por um prenome). O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, curriculum vitae, cursus honorum, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo<sup>588</sup>. [grifos no original]

Ao analisar algumas informações de seus filhos e netos, como onde estudaram, profissão e cargos ocupados, entendemos a importância desse nome na sociedade na qual estão inseridos e os capitais simbólicos e materiais que estes também puderam mobilizar a partir do nome do pai, avô... A partir do quadro em anexo (quadro 2) percebe-se poucas informações sobre suas filhas Celina, Celita, Celda e Celne, e apenas duas (Celda e Celne), de quatro, possuem alguma profissão. Porém, as duas que possuem curso superior, também ocuparam cargos públicos, e em lugares que seu pai já havia trabalhado. De seis homens, três possuem curso superior, e quatro ocuparam cargos públicos, independente da formação. Ao que parece, o primogênito recebeu grande investimento paterno em relação à formação. Porém, dos dez filhos, cinco receberam formação superior e cinco ocuparam cargos públicos, alguns em locais onde o pai já havia trabalhado, como a Prefeitura de Fortaleza, o Tribunal de Contas do Ceará e a UFC.

De seus 31 netos, 21 possuem curso superior, sendo que 3 ainda estavam cursando uma faculdade em 2015<sup>589</sup>. Dos 31 netos, 12 trabalhavam àquela época, ou haviam trabalhado em cargos públicos. O que é um número considerável em se tratando já da segunda geração. De seus 53 bisnetos, a maioria ainda estudava em 2015, mas 7 já haviam se formado e destes, dois trabalhavam no Fórum Clóvis Beviláqua, no Ceará; ambos Bacharéis em Direito<sup>590</sup>. Percebemos que algumas características relativas à profissão e aos cargos perpetuam-se. Isto pode ser decorrência na influência da figura do pai/avô, como patriarca da família, intervindo em suas carreiras, seja de forma direta ou mais sutil. Seu filho mais velho, que seguiu a carreira de medicina, estudando no Rio de Janeiro, destaca a influência do pai em sua vida em um texto que escreveu por ocasião de seu falecimento. Ele diz que quando criança gostava muito de jogar bola e seu pai o:

---

<sup>588</sup> Ibidem, posição no ebook 3698.

<sup>589</sup> Época em que os dados foram atualizados no site.

<sup>590</sup> GIRÃO, Celda Brasil. "Raimundo Girão e sua descendência". In GIRÃO, Célvio Brasil (Org.). *Memória do Sítio Passaré*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

(...) presenteava aqui e ali com uma nova bola de couro. Com jeito, em meio à nossa eterna troca de ideias, ia-me levando mais para o lado dos livros, fazendo um frequentador cada vez mais assíduo do seu gabinete de leitura. E conseguiu o que desejava: ficou radiante quando lhe comuniquei minha vontade de viajar para cursar Medicina<sup>591</sup>.

Além da importância do nome que carregavam, que também se responsabilizavam por perpetuar. Seu neto Eurípedes Chaves Júnior, embora não use o sobrenome do avô, se encarregou de ser seu biógrafo, assim como outros membros da família escreveram sobre ele, em jornais, revistas e no próprio livro de Chaves Jr. O que se percebe é que a família se dedicou a conservar e perpetuar sua memória, criando essa trajetória linear e coerente da qual já falamos. Com isso, acreditamos que esses sujeitos puderam mobilizar o capital simbólico que seu nome acionava naquela sociedade. Podemos perceber este aspecto na fala de Blanchard Girão, primo de Raimundo:

Não diria que era ele “o orgulho” da família, mas o fanal, aquela resplandência que nos dava mais afirmação no contexto da comunidade a que pertencíamos. “Girão?” indagavam-me muitas vezes as pessoas: “o que você é do Raimundo?” O Raimundo, portanto, era a luz mais cintilante, referencial mais forte de toda a progênie numerosa (...). Nunca me vali dessa condição de parentesco para superar as barreiras que a vida colocou em meu caminho. Mas como e com que satisfação eu respondia aos que desejavam saber: “sou primo dele”. Eu pressentia, no olhar do averiguador, um endosso, uma espécie de “muito bem”, de aprovação ao meu currículo sumário<sup>592</sup>.

Além disso, família e amigos buscaram demonstrar como Girão era um exemplo de homem público, um “arquétipo de cearense”<sup>593</sup>; além de um exemplo de pai, esposo e avô. Antônio Girão Barroso diz que:

E tinha (...) sua esposa amantíssima Marizot e seus filhos e filhas tão amorosos, contando a vida de Raimundo Girão na intimidade do lar, gostador de música e de uma boa piada, de poesia também, é claro, andando para lá e para cá como se estivesse medindo o tamanho da casa que se misturava com o seu coração de esposo, de pai, de avô, de bisavô, de irmão e de sogro, seu grande, seu imenso coração<sup>594</sup>.

<sup>591</sup> GIRÃO, Célio Brasil. “Meu pai, uma Agulha e as Saudades”. In: CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice Carneiro (Orgs). *Raimundo Girão, o Homem (1900-2000)*. Op. Cit., p. 71.

<sup>592</sup> GIRÃO, Blanchard. “O Ceará e os Girões sem Raimundo”. *Jornal do Dórian*, 03/08/1988. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br), p. 1. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>593</sup> MACEDO, Joaryvar. “Raimundo Girão – as Grandes Sínteses e o Apego ao Ceará”. D. O. Letras, ano 111, nº 12 – julho/setembro 1988, pp. 1-5. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

<sup>594</sup> BARROSO, Antônio Girão. “Adeus a Raimundo Girão”. In CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). *Raimundo Girão, o Homem (1900-2000)*... Op. Cit., p. 23.

Segundo Mozart Soriano Aderaldo, ele era um homem de “múltiplas facetas”<sup>595</sup> e um grande homem em todas elas: “ótimo filho, ótimo marido, ótimo pai, ótimo avô, ótimo irmão, ótimo amigo”<sup>596</sup>. Bourdieu diz que no relato de vida, o objeto desse discurso é “a apresentação pública”<sup>597</sup>[grifo no original], que é na verdade “a oficialização de uma representação privada de sua própria vida”<sup>598</sup>[grifo no original]. Na verdade, acaba-se por mesclar essas duas esferas da vida do sujeito. Ao buscar um relato coerente entre o homem público e o privado, onde ele deve ser um exemplo nas duas esferas, a representação da vida privada no espaço público torna-se a própria vida pública, e vice versa. Além de uma trajetória una, sem percalços, o sujeito passa também a ter uma personalidade una, sem defeitos. É o que percebemos na representação da trajetória de Raimundo Girão encontrada nesses relatos. Bourdieu diz ainda que tanto nos relatos biográficos quanto nos autobiográficos há um compromisso de ambos os lados em traçar essa trajetória de forma linear e coerente. Segundo ele:

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou afinal, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (...) Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido<sup>599</sup>.

Oficial de Girão é seu neto, Eurípedes Chaves Júnior. Seu livro, Raimundo Girão, o Homem, é um compilado de textos de familiares e amigos falando sobre Girão, seguido de algumas entrevistas e fotos. Acreditamos, então, que seja feito um trabalho de memória em conjunto, a partir também das próprias memórias de Girão. Segundo Blanchard Girão, em sua

---

<sup>595</sup> ADERALDO, Mozart Soriano. “Ele era um homem polidrico”. *Tribuna do Ceará*, 06/08/1988. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

<sup>596</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>597</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral...* Op. Cit., posição no ebook 3727.

<sup>598</sup> *Ibidem*.

<sup>599</sup> *Ibidem*, posição no ebook 3642-49.

autobiografia Palestina, uma Agulha e as Saudades, na qual fala sobre sua vida principalmente no sítio Palestina, onde viveu parte da vida, Girão “pretendeu, e alcançou sem dúvida, mostrar aos pósteros como se conduzir na vida sem arranhões, perdoando, aceitando, renunciando e, acima de tudo, amando muito, porque a Palestina, não há como negar, é uma bela lição de amor”<sup>600</sup>. O que condiz com tudo o temos visto falarem sobre ele posteriormente. Segundo seu filho Célvio Girão:

Na Palestina, o Meu Velho se mostra inteiro como pessoa. Aparece com a sua alma exposta, sem a “roupa” do intelectual ou do homem público. Na narrativa de sua trajetória de vida – sem que seja sua intenção – tornam-se transparentes as suas qualidades humanas: a grandeza de seu espírito, a generosidade de seu coração, o afeto aos seus semelhantes, o amor à família e o desejo verdadeiro de servir. Transparecem também, na narrativa da Palestina, o homem público limpo e obstinado que foi, nas mais diversas realizações, a maioria delas, conforme já salientamos, com a marca do pioneirismo. Foram estas suas qualidades, que de perto testemunhei, entre fascinado e comovido, que me levaram a escrever estas linhas<sup>601</sup>.

Em uma entrevista concedida por Girão ao Tribuna Literária, ele fala do que seria sua maior virtude: “É a vontade de ser bom, em mim sempre influente”<sup>602</sup>. Acreditamos então que se trata de um trabalho de enquadramento da memória, que segundo Michael Pollak, já citado neste trabalho, é caracterizado por memórias políticas constituídas, enquadradas de acordo com determinados fins. Neste caso, busca-se formar uma imagem irretocável de determinada personalidade. Além disso, a memória é um elemento essencial de construção da identidade, seja coletiva ou individual<sup>603</sup>. A imagem que vemos ser construída de Raimundo Girão é irrepreensível em todos os aspectos, no público e no privado, na construção de uma identidade de político e funcionário público, intelectual e historiador.

Enquanto historiador, é importante analisar sua contribuição para a história da abolição dos escravos no Ceará, em seu livro *A Abolição no Ceará*, que se insere no esforço de construção de uma identidade regional cearense baseada, além de outros fatores, no fato de o Ceará ter sido a primeira província a libertar os escravos no Brasil, como viemos analisando ao longo deste trabalho. O ápice deste esforço teria sido a publicação de seu livro, como uma continuidade e objetivo final de um trabalho que já vinha sendo empreendido pelo Instituto do Ceará. Nesse sentido, nos propomos a analisar três edições da obra: a primeira, de 1956; a

<sup>600</sup> GIRÃO, Blanchard. Apud GIRÃO, Célvio Brasil. “Saudade ainda, meu velho...”. In: CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). Op. Cit., p. 81.

<sup>601</sup> GIRÃO, Célvio Brasil. *Ibidem*.

<sup>602</sup> GIRÃO, Raimundo. “Entrevista com Raimundo Girão”. *Tribuna Literária*. Apud CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). Op. Cit., p. 244.

<sup>603</sup> POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”... Op. Cit.; p. 204-206.

segunda, de 1969; e a terceira, de 1984. A primeira edição é da editora A. Batista Fontenele. Na segunda folha, vemos o título do livro, o ano, editora, estado, nome do autor no alto da página, e abaixo de seu nome as seguintes especificações: “Do Instituto do Ceará / Da Academia Cearense de Letras / Do Instituto Cearense de Genealogia”. Percebemos uma necessidade de inserção e afirmação das instituições às quais pertence o intelectual. Segue-se uma dedicatória aos abolicionistas cearenses, presente em todas as demais edições analisadas: “Aos idealistas que souberam fazer do Ceará a TERRA DA LUZ. A leitura deste livro dirá quais foram”<sup>604</sup>. Segue ainda uma fala de Joaquim Nabuco sobre a abolição no Ceará, já citada em capítulo anterior, mas que cabe enfatizar novamente:

O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda – O BRASIL DA LIBERDADE; mas modifica tão profundamente o BRASIL DA ESCRAVIDÃO, que se pode dizer que sua nobre província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa no Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade<sup>605</sup>.

Vemos aqui a exaltação do acontecimento atestada na fala de uma personalidade importante para o movimento abolicionista no Brasil. Como se a fala de Joaquim Nabuco, parabenizando a então província do Ceará, registrasse de forma incontestável a importância daquele fato. Em seguida, é apresentada uma pequena introdução e o primeiro capítulo. A segunda edição é publicada pela Secretaria de Cultura do Ceará, datando de 1969 em comemoração à inauguração do Palácio da Abolição. Abaixo do nome da Secretaria está escrito “Governo Plácido Aderaldo Castelo”, o mesmo governador que o nomeou para a Secretaria de Cultura em 1966, da qual somente saiu em 1971. Ou seja, na época desta reedição, Girão ainda se encontrava na Secretaria. Mais uma vez vemos as trocas de capital simbólico em sua trajetória. Segue-se uma lista de obras do autor, que na primeira edição ficava ao final, e a mesma dedicatória e frase de Joaquim Nabuco. Depois consta a Introdução, agora especificada como tal, e iniciam-se os capítulos. O livro termina, assim como o primeiro, com um capítulo contendo pequenas biografias dos abolicionistas – o capítulo XXIII, intitulado “Informações Biográficas”. Em seguida a ele, é apresentada a bibliografia utilizada e um apêndice com um texto de Sátiro O. Dias, no qual este relata como foi recebido no Rio de Janeiro após a abolição dos escravos no Ceará e após ter saído do cargo de presidente da província. Porém, na primeira edição o apêndice é um texto de Eusébio de Sousa sobre o movimento abolicionista e sobre o quadro de José Irineu de Sousa, o

<sup>604</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1. ed. Op. Cit., p. 6.

<sup>605</sup> Ibidem.

Fortaleza Liberta, que retrata a solenidade de libertação dos escravos em Fortaleza. Em seguida, constam o índice e os trabalhos do autor.

A terceira edição é comemorativa do primeiro centenário da abolição. É uma edição publicada pela Secretaria de Cultura e Desporto, de 1984. Traz a especificação de que a reedição foi possível por meio do apoio da mesma secretaria e os nomes do então governador do Estado, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota e do então Secretário, Joaquim Lobo de Macedo, também conhecido como Joaryvar Macedo, também amigo de Girão. Segue a listagem de obras do autor, no início como da edição anterior, porém com quinze obras a mais. Estão presentes ainda a mesma dedicatória e a frase de Joaquim Nabuco. A Introdução também vem acrescida de comentários de Girão sobre uma crítica feita ao movimento abolicionista cearense por Yaco Fernandes em seu livro *Notícia do povo cearense*, onde diz que “o movimento da libertação negra em nosso Estado, então Província, não foi mais que um barulho de pândegos intelectuais exaltados num vedetismo incontido, seguidos de alguns ingênuos burgueses de boa fé”<sup>606</sup>. Ao que Girão responde:

(...) Yaco Fernandes não cometeria tamanha injustiça se tivesse conhecido este nosso livro, cuja 1ª edição é de 1956. Se o tivesse lido, convencer-se-ia da verdade verdadeira dos impulsos cívicos-humanos dos Libertadores, que não eram somente os que destemidamente comandaram a bela campanha, mas, sim, a quase totalidade do povo – homens, mulheres, crianças, brancos e mulatos, velhos e novos, ricos e pobres, cultos e analfabetos, todos dominados pela ideia da liberdade dos negros sofrendores numa sintonia freneticamente contagiante<sup>607</sup>. [grifos nossos]

Segue o primeiro capítulo. Ao final, apresentam-se as pequenas biografias dos abolicionistas, a bibliografia complementada e o apêndice como na segunda edição, com o depoimento de Sátiro Dias, acrescido de cartas de Joaquim Nabuco a José Correa do Amaral. Por fim, outra listagem de obras do autor. Porém, chamam a atenção alguns aspectos deste trecho da Introdução, os quais grifamos. Em primeiro lugar, o autor se coloca como referência para o entendimento do movimento abolicionista cearense, já que se Yaco Fernandes houvesse lido seu livro, não daria a declaração que considerava equivocada. Ao contrário, teria se convencido da “verdade verdadeira” dos nobres intentos dos abolicionistas, assim como da “quase” totalidade do povo. Realmente, são citados brancos e mulatos, mas não os negros. Ele não inclui os negros/escravos no processo de abolição. Percebemos então que seu discurso, inclusive presente em todo o livro, não é diferente daquele encontrado no Jornal

<sup>606</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3. ed. Op. Cit., p. 15.

<sup>607</sup> Ibidem, p. 16.

Libertador e na Revista do Instituto do Ceará. Nestes discursos, o movimento abolicionista é visto do ponto de vista dos intelectuais abolicionistas, destacando seus feitos ao libertar os “negros sofrendores”. Neles o negro aparece apenas recebendo passivamente as cartas de alforria, chorando de agradecimento aos pés dos abolicionistas<sup>608</sup>. José Teles Marrocos, membro da SCL e redator do jornal Libertador, ao descrever para um artigo deste jornal, que é posteriormente transcrito por Girão, uma cerimônia de entrega de alforrias, nem ao menos informa os nomes dos escravos “por desnecessário ao nosso fim”<sup>609</sup>. Quando muito, aparecem representados na figura do Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento, prático do porto de Fortaleza que, como vimos anteriormente, ajudou a fechá-lo na greve dos Jangadeiros e se tornou o representante popular e negro dentro do movimento, buscando destacar sua cor. Na verdade, o primeiro jangadeiro a ajudar a fechar o porto na primeira greve, em janeiro de 1881, foi o liberto José Luís Napoleão, também visto como um exemplo de africano (trabalhador, bondoso e submisso), como eram vistos também os escravos nas fontes analisadas, os quais José Luís Napoleão e Francisco José do Nascimento deveriam representar:

Napoleão comprara a própria liberdade e, com as economias que chegou a juntar, também a de quatro irmãs, bem como a de outros co-mártires do cativeiro. Toda a submissa bondade africana como que se apurava no cadinho do seu coração generoso. E por isso não recusou o convite, antes aceitou o apêlo com ostensivo e sereno gosto e maior satisfação íntima por ver-se instrumento também do sagrado desígnio de acabar de vez com a dor e a vergonha dos grilhões do tronco<sup>610</sup>.

Porém, após esta greve, Napoleão não quis seguir no movimento, e indicou Francisco José do Nascimento, então conhecido como Chico da Matilde, como um aliado para os abolicionistas: “Chico da Matilde não era outro que Francisco José do Nascimento, aracatiense, homem de côr, exercendo o mister de Prático da Barra e encarregado do serviço de lanchas(...)”<sup>611</sup>. Este aceitou participar do movimento e a segunda greve, em agosto, foi sob sua liderança. Sobre a ida de Nascimento à Corte após a libertação da província, Girão diz que “o estado-maior do Abolicionismo estendeu efusivamente as mãos para receber o fogo

<sup>608</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1. ed. Op. Cit., p. 98.

<sup>609</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>610</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>611</sup> Ibidem, p. 95.

negro, lustroso de tez e do orgulho da missão que estava desempenhando”<sup>612</sup>. Porém, não há muitas referências a outros negros em seu livro e quando se fala dos escravos é de passagem, ou para dizer que desde a colonização a escravidão não foi uma prática relevante na província, que possuía desde sempre um pendor maior pelo trabalho livre – e pela liberdade – e, conseqüentemente, não teria havido muitos escravos/negros no Ceará<sup>613</sup>.

Dessa forma, concluímos que o discurso de Raimundo Girão não difere do discurso do jornal *Libertador* e da *Revista do Instituto do Ceará*. Todos buscavam exaltar o fato de o Ceará ter libertado seus escravos em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Em seu livro, Girão apresenta um capítulo sobre o dia da abolição no Ceará e depois outro, intitulado “E tardou, ainda, o 1 de Maio”, no qual diz: “Livrava-se dêste jeito o Brasil da feia mácula, quatro anos depois! – que o Ceará o fizera intimoratamente”<sup>614</sup>. Vemos que ao exaltar aquele acontecimento, endossava o seu caráter glorioso, ressaltando sua importância para a identidade regional cearense. Assim, defendemos a necessidade de destacá-lo neste trabalho pela sua atuação na consolidação da abolição dos escravos no Ceará em 1884 como um acontecimento marcante para a história cearense, no qual se baseou grande parte de sua identidade regional. Desta maneira, Girão conferiu a esta visão da abolição um caráter de oficialidade, por ser considerado então como um porta-voz da história do Ceará, diante de sua atuação pública, conferindo legitimidade para tal interpretação. Assim, concluímos que seu trabalho concretizou um objetivo que se iniciou com o Instituto do Ceará, o de fortalecimento e consolidação da identidade cearense baseada na escrita da história daquele que é considerado seu acontecimento mais glorioso: ter sido a primeira província do Brasil a libertar todos os seus escravos em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.

---

<sup>612</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>613</sup> Ver capítulo II.

<sup>614</sup> GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 1ª Edição. Op. Cit., p. 196.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho objetivamos demonstrar como o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará buscou, através da escrita da história, fortalecer a identidade regional, baseando-a em grande parte na libertação dos escravos em 1884. Buscamos, então, entender esse processo através da análise da Revista do Instituto do Ceará, que se constituiu em nossa principal fonte. A partir desta análise percebemos como os intelectuais do Instituto tratavam do tema da abolição, durante o período que trabalhamos. Para tanto, analisamos os artigos que abordavam a abolição entre 1887, data de fundação do Instituto e da Revista, até 1956, data da publicação da primeira edição do livro *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão, que também utilizamos como fonte. Entendemos que este livro, publicado por um membro do Instituto, coroou um processo iniciado por ele, de legitimação de uma determinada interpretação da abolição onde esta é exaltada como o feito mais glorioso daquela província e, assim, torná-lo base fundamental da identidade regional cearense.

Com este objetivo, analisamos três edições do livro de Raimundo Girão, a primeira, de 1956; a segunda, de 1969, e a de 1984, comemorativa dos cem anos da abolição no Ceará. Nesse sentido, também incluímos no conjunto de fontes um Tomo especial da Revista do Instituto comemorativo dos cem anos da abolição, também de 1984. Assim, pudemos perceber, através da revista e do livro de Girão, o tom memorialístico com que é tratado aquele acontecimento, buscando demonstrar como foi glorioso o passado daquela província, formada por um povo heroico e abnegado, que buscou libertar os escravos por um sentimento de humanidade, bondade e apreço pela liberdade, que segundo esta abordagem, seriam sentimentos inerentes ao caráter do povo cearense. Ao longo da pesquisa, percebemos ainda como a seca possui importância nesse discurso, sobretudo a de 1877, pois teria sido a partir dela que o povo cearense teria se tornado forte e abnegado, após resistir às adversidades trazidas por ela e assistir as dificuldades pelas quais passaram os escravos, sendo vendidos para outras províncias.

Discurso este que também identificamos no jornal *Libertador*, outra de nossas fontes. Este, que já tinha sido analisado por ocasião do trabalho de conclusão do curso de Graduação em História na UERJ/FFP (no qual analisamos o movimento abolicionista cearense a partir da atuação da Sociedade Cearense Libertadora), também continuou como fonte nesta pesquisa, dada sua importância para o entendimento do movimento abolicionista. Deste modo, retornamos a ele por sua ligação estreita com o tema desenvolvido na pesquisa atual. Vemos

que naquele momento os abolicionistas já destacavam os elementos que mais tarde seriam reforçados na construção da identidade regional – o papel da seca e o pioneirismo e a conservação da ordem pelo movimento abolicionista. Assim, vimos que a partir do destaque conferido a esses elementos, cria-se toda uma imagem do movimento abolicionista cearense e do próprio povo cearense, pois a abolição somente teria sido possível em razão do seu caráter especial. Através deste teria sido possível empreender um movimento popular, que culminou no pioneirismo da província, sem a dissolução da ordem social.

Estes elementos que já haviam sido destacados entre 1881 e 1884, no desenrolar do movimento abolicionista, são reafirmados pelo Instituto do Ceará, já no final do período monárquico e durante as primeiras décadas da república. Assim, intentamos demonstrar esses fatores, através das fontes, sem deixar de contextualizar a atuação do Instituto e de seus membros na sociedade em que estavam inseridos, em uma perspectiva regional e nacional, da formação de uma identidade regional que contribuiria para a própria identidade nacional. Assim, inserimos o Instituto do Ceará também em seu contexto de criação como uma instituição congênere ao IHGB, ambos incluídos em um processo de escrita da história nacional, que fazia parte da criação da própria nacionalidade brasileira. Analisamos esse contato entre os institutos a partir da relação entre centro e periferia e da ideia de alteridade que consideramos pertinentes ao contato entre o Ceará e o Rio de Janeiro, tanto durante o movimento abolicionista quanto no final da monarquia e início da república. Uma relação de trocas fluidas, com ganhos simbólicos para ambas as partes, pois à medida que o Instituto do Ceará contribuía para a história nacional, fortalecia sua própria identidade regional; o IHGB, por sua vez, concretizava seu objetivo de angariar fatos e documentos para a escrita da história nacional.

Nesse sentido, também procuramos demonstrar como se deu o movimento intelectual no Ceará, principalmente a partir da década de 1870, no qual estava inserido o Instituto e seus membros. Em relação a estes, buscamos apresentar como tiveram uma trajetória em comum, desde os estudos primários até a formação superior, em sua maioria em Direito. Assim, contextualizamos também estes intelectuais em um aspecto mais amplo, nacional, em uma trajetória comum aos intelectuais no Império e na Primeira República, sempre acompanhando as mudanças que se deram neste período de transição de regimes, e nas primeiras décadas da república, tanto para os Institutos, quanto para a escrita da história e no próprio campo intelectual, que ao longo desse período passou por diversas transformações, tanto na pesquisa histórica como na própria definição do trabalho do historiador e do seu campo específico. No entanto, no que se refere ao discurso do Instituto sobre a abolição, presente nos artigos

analisados, percebemos que se mantém a mesma interpretação ao longo do período recortado, apesar das mudanças conjunturais. Sendo assim, mesmo sendo um período amplo, e tendo apontado as principais mudanças contextuais relacionadas ao tema da pesquisa, destacamos que o principal eixo condutor que o une é o discurso do Instituto sobre a abolição, que procuramos apontar a partir dos artigos da Revista do Instituto. Dessa forma, buscamos destacar este discurso, a partir dos elementos já relacionados, e também da relação entre memória e história, sendo a memória daquele acontecimento utilizada posteriormente pelo Instituto para legitimar a identidade regional. Neste sentido, mostrou-se importante também a atuação dos intelectuais do Instituto que buscamos mapear diante das possibilidades apresentadas pelas fontes disponíveis.

Assim, ao final focalizamos na trajetória de Raimundo Girão, por entender sua importância para este trabalho de fortalecimento da identidade regional cearense, pois como já ressaltamos, seu livro sobre a abolição no Ceará foi o ponto alto do trabalho que se iniciou no Instituto do Ceará, do qual era membro. Como vimos ao acompanhar sua trajetória, Girão vivenciou uma carreira política de rápida ascensão, ocupando diversos cargos públicos de relevo naquela sociedade e se tornando membro de diversas instituições importantes, o que lhe conferia aceitação suficiente para, ao tratar de um tema tão importante para a historiografia cearense, ao mesmo tempo legitimá-lo, através da bagagem simbólica que possuía, o que de fato fez. Percebemos na atuação de Girão no Instituto uma troca de capitais simbólicos importante, na qual ele contribuía para os objetivos do Instituto, de produção de material historiográfico sobre a província, ao mesmo tempo em que angariava para si o reconhecimento social desejado. Girão exemplifica então essa busca intelectual por reconhecimento, embora sua biografia queira passar a ideia de uma espécie de predestinação, o que também buscamos problematizar. Desta maneira, a análise de sua trajetória e de seu trabalho sobre a abolição se fez importante para nos auxiliar na compreensão deste processo de legitimação da identidade regional baseada na abolição, oficializando a interpretação do Instituto do Ceará.

Portanto, buscamos acompanhar esse processo de formação da identidade regional no Ceará baseada na abolição dos escravos em 1884, dentro das limitações temporais de um mestrado e na medida em que as fontes permitiram, mas que proporcionaram também a abertura para novas ideias e questões que poderemos desenvolver em um futuro próximo. Pensamos na importância de desenvolver a análise da participação das mulheres no movimento abolicionista cearense, que vimos citada nas fontes de certa forma superficialmente, ressaltando sua contribuição mais simbólica do que prática, na forma como

elas imprimiam ao movimento algumas características como bondade, graça, beleza, entre outros elementos que se queriam legitimar como próprios do movimento abolicionista cearense. No entanto, em sua atuação prática são citados os esforços dessas mulheres, diante do que lhes era permitido naquela sociedade, na organização de eventos e na arrecadação de fundos para a compra de alforrias para os escravos da província. Assim, podemos entrever que sua participação vai além daquilo que é descrito nas fontes que analisamos e ressaltamos a importância de um estudo nesse sentido.

Apontamos também a relevância de aprofundar a análise sobre o contato entre o Ceará e o Rio de Janeiro a partir da atuação dos intelectuais. Ao longo da pesquisa destacaram-se principalmente as figuras de Raimundo Girão e Gustavo Barroso. Para aquele dedicamos um tópico desta dissertação, mas entendemos que é possível um estudo mais aprofundado da sua trajetória, devido à importância de seu trabalho historiográfico no Ceará. Vimos também que Girão nutria uma admiração especial pelo trabalho e pela pessoa de Gustavo Barroso, com quem mantinha contato. Percebemos então a possibilidade de aprofundar o estudo sobre essa relação, e como estava ligada também à contribuição de ambos para a historiografia, sobretudo a cearense.

Outra questão que pensamos ser importante é a própria atuação dos escravos no movimento abolicionista cearense, pois nossas fontes não nos permitiram uma percepção maior da resistência escrava no Ceará, mas sabemos que esta existia e precisa ser analisada. A resistência dos escravos ao sistema escravista e sua luta pela própria libertação foi marcante em todo o Brasil, ao longo de todo o período de vigência da escravidão, como mostram diversos estudos na área, e percebemos que um aprofundamento do estudo dessa resistência no Ceará se faz necessária, justamente por não termos encontrado referências a ela nas fontes e bibliografia que utilizamos. Pelo que tivemos contato da historiografia cearense, são poucas as menções a atuação escrava e o próprio livro de Raimundo Girão, considerada a principal referência sobre o movimento abolicionista cearense, quase não menciona os escravos. Assim, ressaltamos a possibilidade de um estudo também no sentido do silenciamento desses atores sociais devido à sua relevância historiográfica.

Sendo assim, para finalizar, procuramos nos manter dentro dos limites teóricos e cronológicos delimitados inicialmente, embora ao longo da pesquisa fossem surgindo novas questões, como era de se esperar, sendo possível a abordagem de apenas algumas delas. Portanto, nesta pesquisa nos detivemos na análise da identidade regional cearense e em como esta se baseou no movimento abolicionista que culminou na abolição dos escravos em 1884, em um trabalho iniciado pelos próprios abolicionistas e levado adiante posteriormente pelo

Instituto do Ceará. Identidade que contou com elementos da memória coletiva construída sobre a abolição e, ao mesmo tempo, contribui para sua consolidação no momento de reconstrução da nacionalidade brasileira, já nos últimos anos da monarquia e no início da república, estendendo-se por boa parte do século XX.

## REFERÊNCIAS

ADERALDO, Mozart Soriano. “Ele era um homem poliédrico”. *Tribuna do Ceará*, 06/08/1988. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Edição Kindle.

\_\_\_\_\_. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. “Apropriação de Ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial- Vol. III - 1870-1889*. RJ: Civilização Brasileira, 2009, pp. 85-117.

\_\_\_\_\_. “O Abolicionismo como movimento social”. *Estudos Históricos*, São Paulo: CEBRAP, 100, novembro 2014, pp. 115-137.

ALVES, Marinez; FIGUEIRÊDO, Madalena (Orgs.). *Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

“Apresentação – Obra”. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em janeiro de 2018.

BARROSO, Antônio Girão. “Adeus a Raimundo Girão”. In: CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). *Raimundo Girão, o Homem (1900-2000)*. Ed. Comemorativa do 1º centenário de nascimento de Raimundo Girão. Fortaleza: Editores D’Aldeia, 2000.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 107-132.

\_\_\_\_\_. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2007, pp. 183-202.

\_\_\_\_\_. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, posição 2-5164. Edição Kindle.

CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 264f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Literatura, Imprensa e política (1873-1904)”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 41-72.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAVES JUNIOR, Eurípedes. Raimundo Girão, polígrafo e homem público: (roteiro biobibliográfico). Fortaleza: Stylus Comunicações, 1986, 184p.

\_\_\_\_\_.; GIRÃO, Valdelice Carneiro (Orgs). Raimundo Girão, o Homem (1900-2000). Ed. Comemorativa do 1º centenário de nascimento de Raimundo Girão. Fortaleza: Editores D'Aldeia, 2000.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed. 1978.

COSTA FILHO, Cícero João da. Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898). 2007. 247f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. "A interiorização da metrópole". In: A interiorização da metrópole e outros estudos. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-37.

FALCON, Francisco. "História e poder". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 97-138.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. Nas asas da Imprensa: A repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). Dissertação de Mestrado. São João del-Rei – UFSJ, 2010.

FILHO, Antônio Martins. "O meu amigo Raimundo Girão: As Origens do nosso relacionamento". D. O. Letras, Ano III, nº 12, julho/setembro 1988, pp. 1-8. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/geraldo-da-silva-nobre>. Acesso em janeiro de 2018.

GALVES, Marcelo Cheche. "Política em tempos de Revolução do Porto: Constitucionalismo e dissenso no Maranhão". Passagens. Revista Internacional de História e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 4, nº 1, janeiro-abril 2012, pp. 4-38.

GINZBURG, Carlo. História da arte italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs) A Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 5-93.

GIRÃO, Francisco Clodomir da Rocha. "A História de Raimundo". Julho/2000. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/girao-pelos-giroes/francisco-clodomir-da-rocha-girao>. Acesso em janeiro de 2018.

GIRÃO, Celda Brasil. "Raimundo Girão e sua descendência". Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

GIRÃO, Célio Brasil. "Meu pai, uma Agulha e as Saudades". Fortaleza/1989. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

GIRÃO, Blanchard. "O Ceará e os Girões sem Raimundo". Jornal do Dórian, 03/08/1988. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

GIRÃO, Célvio Brasil. “Saudade ainda, meu velho...”. Fortaleza/2000. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

GIRÃO, Raimundo. “Entrevista com Raimundo Girão”. Tribuna Literária. Apud CHAVES JÚNIOR, Eurípedes; GIRÃO, Valdelice (Orgs). Raimundo Girão, o Homem (1900-2000). Ed. Comemorativa do 1º centenário de nascimento de Raimundo Girão. Fortaleza: Editores D’Aldeia, 2000.

GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço, 2009.

\_\_\_\_\_. História e Historiadores: A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013. Edição Kindle.

GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado”. Revista Diálogos, CHI/UEM, n. 1, v. 5, 2001, pp. 11-47.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Da Escola Platina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

\_\_\_\_\_. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. Rio de Janeiro: Tempo, n. 18, pp. 147-170.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence (Orgs.). A invenção das tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste Brasileiro. Tradução de Câmara Cascudo, Ed. Brasileira, 1942.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: História e Memória. Campinas/São Paulo: Editora UNICAMP, 1990. Versão Kindle.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. São Luís – Biografia. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 1999, pp. 17-30.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, posição 3327-3617. Edição Kindle.

MACEDO, Joaryvar. “Raimundo Girão – as Grandes Sínteses e o Apego ao Ceará”. D. O. Letras, ano 111, nº 12 – julho/setembro 1988, pp. 1-5. Disponível em: [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br). Acesso em janeiro de 2018.

MACHADO, Humberto Fernandes. Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014.

- MALERBA, Jurandir. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 19-52.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 23-43.
- NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses do império”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 97-126.
- NEVES, Frederico de Castro. “‘Desbriamento’ e ‘perversão’: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877.” *Proj. História*, São Paulo, (27), pp. 167-189, dez. 2003.
- NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 75-104.
- NOBRE, Geraldo da Silva. “Vocação e Formação de um Historiador”. *D.O. Letras*, ano 111, nº 12 – julho/setembro, 1988. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em janeiro de 2018.
- NORA, Pierre. “Entre História e Memória: A problemática dos lugares”. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez, 1993, pp. 7-28.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. “Universo letrado em Fortaleza na década de 1870”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 15-40.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. “As ideias científicas do século XIX no discurso do Clube Literário”. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 73-95.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Os (des)caminhos da identidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, nº 42, fevereiro/2000, pp. 7-21.
- OLIVENOR, José. “‘Metrópole da fome’: a cidade de Fortaleza na seca de 1877 – 1879”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 49-74.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, RJ, vol.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Estudos Históricos, RJ, vol 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

RIOS, Kênia Sousa. “A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). Seca. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp. 105-130.

RODOLFO, Renato Mesquita. “De autor a editor: a trajetória de Martins Filho e as relações entre intelectuais e Estado no Ceará (1937-1955)”. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, RJ, 2017, pp. 1-14.

RODOLFO, Renato Mesquita. A Universidade (Federal) do Ceará entre o Benfica e a Gentilândia: espaços, lugares e memórias (1956-1967). 2015. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Fortaleza, 2015.

SALLES, Ricardo. “A planta exótica: o projeto político imperial”. In: Nostalgia Imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 39-64.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, edição digital, 1993.

SERBIN, Keneth. Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “‘Nem História nem mesmo Chronica’: escrita da história, identidade e integração nacional no intercâmbio entre o IHGB e o Instituto do Ceará (1889-1931)”. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 177(471): 101-124, abr./jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Diálogos sobre a escrita da história: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940). 2011. 399f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2011.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção. 2. ed. – Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). Seca. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

\_\_\_\_\_. Intelectuais. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

THIESSE, Anne-Marie. “Ficções Criadoras: As identidades nacionais”. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, pp. 7-23.

\_\_\_\_\_. “‘La Petit Patrie enclose dans la grande’: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.

TODOROV, Tzvetan. A vida em comum: Ensaio de Antropologia Geral. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. Memoria del mal, tentación del bien: indagación sobre el siglo XX. Barcelona: Ediciones Peninsula, 2002.

TODOROV, Tzvetan. “La nación y el nacionalismo”. In: *Nosotros y los otros: Reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2013, pp. 203-223.

VIEIRA, Tanísio. “Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, pp.17-48.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

## Fontes

### Revista do Instituto do Ceará

“A obra de 1883”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo Especial – 1º Centenário da abolição dos escravos no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 207-212.

ABREU, Julio. “A Epopeia do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Meton Gadelha e Cia., 1934, pp. 135-148.

ADERALDO, Mozart Soriano. “Uma História da Abolição”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1956, pp. 160-162.

AMORA, Manuel Albano. “O Centenário da Abolição em Pacatuba”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 37-48.

COSTA, AntonioTheodorico. “O Instituto e sua Revista”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, pp. 69-75.

COSTA, Agostinho Enéas. “Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luís Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará”. *Revista do instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, Tomo LIX, 1945, pp. 1-2.

CÂMARA, Fernando. “A abolição dos escravos e a Igreja do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de cultura e desporto, 1984, pp. 117-119.  
 “Estatutos do Instituto do Ceará”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Tipografia Econômica, Tomo I, 1887, pp. 9-11.

FONSECA FILHO, Julio Cesar da. “O Ceará e a Proclamação da República”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXVIII, 1924, pp. 342-354.

FONSECA, Julio César da. “Em torno da abolição”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1924, pp. 355-360.

FAZENDA, Vieira. “Ventre Livre”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1907, pp. 33-38.

FURTADO, Andrade. “O Quinquagenário do Instituto”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937, pp. 389-459.

GIRÃO, Raimundo. “O abolicionista Studart”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo Especial – 1º Centenário da abolições dos escravos no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 101-112.

JUSTA, José Lino. “Conferência realizada na Phenix Caixerai”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1928, pp. 114-122.

MACEDO, Francisco Riopardense. “O Rio Grande do Sul e a abolição dos escravos do Ceará”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 113-116.

MENEZES, Djacir. “O Quinquagenário do Instituto do Ceará”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937, pp. 389-459.

MARTINS FILHO, Antônio. “Eusebio de Sousa”. Apud GIRÃO, Valdelice. “Eusébio Néri Alves de Sousa”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1997, pp. 179-182.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. “Comentários do dia”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 215-217.

REDAÇÃO. “Meio Século!”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937, pp. 5-6.

SOUSA, Eusébio. “Instituto do Ceará”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, pp. 178-202.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. “A escravidão no Ceará na primeira metade do século XIX”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, pp. 49-72.

SOUZA, Eusebio de. “O Ceará e a Abolição”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1923, pp. 385-390.

STUDART, Guilherme. “Carta a João Câmara”. Apud GIRÃO, Raimundo. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial – 1º Centenário da abolição dos escravos no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 101-112.

SOÁREZ, Ednildo. “Ao Leitor”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, Tomo CXXIX, 2015, pp. 1-5.

SOUSA, Eusébio de. “Meio Século de Existência (Subsídio para a História do Instituto do Ceará)”. Apud GIRÃO, Valdelice. “Eusébio Néri Alves de Sousa”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1997, pp. 179-182..

TEÓFILO, Tácito. “Abolição – um ato de fé”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 10-26.

VALDEZ, Alba. “Uma data cearense”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, pp. 243-244.

VASCONCELOS, Barão de. “Pedro Pereira da Silva Guimarães (documentos históricos)”. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1906, pp. 187-189.

### **Periódicos**

Jornal Libertador, Fortaleza, 1881 - 1884. Disponível em:  
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/libertador/229865>  
 Acessado a partir de Outubro de 2014.

**Livros**

GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. 1ª Edição, Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956.

\_\_\_\_\_. A Abolição no Ceará. 2ª Edição, Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

\_\_\_\_\_. A Abolição no Ceará. 3º Edição, Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

**ANEXO A - Intelectuais que escreveram sobre a abolição na *Revista do Instituto do Ceará* (período entre 1887 e 1956)**

**Quadro 1: Intelectuais que escreveram sobre a abolição na *Revista do Instituto do Ceará* (período entre 1887 e 1956)**

<i>Nome</i>	<i>Data e lugar de nascimento</i>	<i>Gestão do capital de relações sociais</i>	<i>Curso superior</i>	<i>Obras</i>	<i>Instituições em que participa</i>	<i>Carreira</i>	<i>Tipo de produção</i>	<i>Condecorações/homenagens</i>	<i>Relações familiares</i>
<b>Padre Vieira Fazenda (José Vieira Fazenda)</b>	1847 – Rio de Janeiro	Travou amizade com importantes intelectuais, como Capistrano de Abreu.	Pedro II. Belas Letras e em Medicina	Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro (1904) Os provedores da Santa Casa da Misericórdia da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro (1912) Notas históricas sobre a Praça do Comércio (1915)	IHGB	Médico, historiador e bibliotecário do IHGB. Médico na Sta Casa de Misericórdia do RJ; clínica particular. Intendente municipal; escreveu em revistas e jornais: A Notícia; Jornal do Comércio.	Textos em jornais e revistas Livros		
<b>Mozart Soriano Aderaldo</b>	1917 - Maranhão		Colégio Cearense Sagrado Coração, Liceu do Ceará; curso superior de Direito:RJ-	A Posição do escritor na reconstrução do mundo, Esboço de história e literatura brasileira, Colonização das terras devolutas do Ceará,	Academia Cearense de Letras. Ex-presidente do Instituto do Ceará. Sócio efetivo	Crítico Literário, historiador e jornalista. Secretário estadual de administração; Ministro e conselheiro do Tribunal de Contas	Textos em jornais e revistas Livros	Medalha de José de Alencar, do Governo do Estado do Ceará; Medalha Barão de Studart, do Instituto do Ceará, Medalha Boticário Ferreira, da Câmara	Pai comerciante e funcionário público

			UFC. Mestrado: Escola Brasileira de Administração Pública-FGV	Apoemas, Minha árvore genealógica, História abreviada de Fortaleza, entre outros.	do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Retórica. Mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia Sociedade Cearense de Geografia e História; entre outras.	do Ceará. Assistente jurídico da Secretaria de Agricultura do Ceará; Consultor jurídico do Estado do Ceará; Secretário estadual de Administração no governo Virgílio Távora; Ministro e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e membro do Conselho Universitário da UFC. Redator, repórter e colaborador de vários jornais e revistas do país e governador do distrito 450 do Rotary Internacional. Prefeito de Senador Pompeu e Diretor da Imprensa Oficial.		Municipal Fortaleza.	de
<b>Alba Valdez</b>	1874 – Ceará	Amiga da esposa de Clóvis Beviláqua	Escola Normal. Professora.	Em sonho, Carta, Dias de Luz.	Liga feminista cearense, Centro Literário, Boémia Literária, Iracema	Cronista, Jornalista, Crítica Literária e Romancista. A convite de Justiniano de Serpa, inicia-se como jor- nalista no Diário do Ceará; entre outros:	Livros e contos. Artigos em jornais e revistas.	Itapajé a homenageia com o nome de uma rua central. Primeira mulher a ter uma cadeira na Academia Cearense de Letras.	

					Literária, Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Padaria Espiritual.	O Unitário, Diário do Estado, Jornal do Comércio, O Povo, Revista do Instituto do Ceará e Revista da Academia Cearense de Letras.			
<b>Manuel Antonio de Andrade Furtado</b>	1890 - Ceará		Liceu do Ceará. Ciências jurídicas e sociais- Faculdade de Direito do Ceará.	Catedral (1942); A Extensão do Direito (1950); Ensino Jurídico (1954); A Filosofia do Desastre e Esboços e Perfis (1957)	Instituto do Ceará; Academia Cearense de Letras, Presidente, Secretário-Geral e Orador do Círculo Operário de Fortaleza.	Professor e poeta. Lecionou na Faculdade de Direito, na Escola de Agronomia do Ceará, Faculdade Católica de Filosofia e Instituto Social. Juiz Eleitoral do Ceará, Diretor da Faculdade de Direito do Ceará, Vice-reitor da Universidade Federal do Ceará, Secretário da Fazenda, Secretário do Interior e Justiça e Interventor Federal. Diretor do Banco São José, da Arquidiocese, hoje Banco Popular de Fortaleza. Colaborou no Correio deo Ceará, Diário do Estado e O Nordeste.	Poemas, ensaios e artigos em jornais.	Recebeu o título de Comendador da Ordem de São Gregório Magno, pela Santa Sé.	Pai professor de latim Neto de fazendeiro (parte de pai) e vereador, presidente da camara de vereadores, juiz municipal substituto e coletor de rendas (parte de mãe)
<b>Carlos Studart Filho</b>	1896 - Ceará	Bisneto do Barão de Studart	Colégio Aukentaller (Suíça). Escola Municipal de	Os aborígenes do Ceará, Páginas de história e pré-história Antigo Estado do	Acad. Cearense de Letras, Instituto do Ceará,	General-médico. Médico da Sta Casa da Misericórdia do RJ, da Sta Casa de Manaus, da Comissão	Livros	Medalha Militar, Cruz do Mérito de Isabel a Redentora, medalhas Gustavo Barroso, Abolição,	Pai historiador (Carlos Studart) e sobrinho do Barão de Studart

			<p>Comércio (Manaus), Faculdade de Filosofia e Letras, Academia de Altos Estudos Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do RJ Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército Especialização em Radiologia Geral, Clínica Propedêutica Urológica.</p>	<p>Maranhão e suas Capitanias Feudais, Estudos de história seiscentista, A Revolução de 1817 no Ceará e outros Estados, Antônio Sampaio, Artigos de Podestá Ribeiro, As Famílias Studart e Pereira, Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará. História do Ceará Holandês. As histórias em quadrinhos e seus malefícios. Notas para a história das fortificações do Ceará.</p>	<p>Acad. Sobralense de Estudos e Letras, Acad. Bras. de Hist., Casa do Ceará, Inst. Centro-Americano de Cultura. Sócio corresponde nte do IHGB.</p>	<p>de Limites dos Estados do Norte (Min. da Justiça), diretor da Enfermaria-Hospital de Fortaleza, presidente do Conselho de Curadores da UFCE, membro do Cons. Est. de Cult., diretor do Hospital Militar de PE, Comandante e Chefe (interino) da Escola Preparatória de Fortaleza, Chefe (interino) de Saúde do Colégio Militar, delegado do CE no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, agente auxiliar do Arquivo Público e Museu Histórico do CE, professor de Geografia Geral do Colégio Militar de Fortaleza, e de Geografia e Hist. do Br da Escola Preparatória de Cadetes de SP. Lecionou Arqueologia Geral na UFCE. Secretário-geral do Conselho de</p>	<p>Mérito Cultural (do C.F.C.), Caetano de Farias, José de Alencar, prêmios Gunning, Gustavo Barroso e Capistrano de Abreu.</p>	
--	--	--	---	---	---	--	---	--

						Desenvolvimento da Comunidade de Fortaleza			
<b>Barão de Vasconcelos *</b>									
<b>Antonio Martins</b>	1904 - Ceará	Amigo pessoal de Raimundo Girão	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí	O Ceará	Instituto do Ceará; Academia Cearense de Letras; Rotary Club de Fortaleza	Editor e proprietário da Ed. Fortaleza, de jornais e da Revista Valor. Ex-diretor e proprietário da Academia de Comércio Padre Champagnat. Professor do Liceu e de outras instituições de ensino de Fortaleza Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Liderança no processo de criação da antiga Universidade do Ceará atual UFC, da qual foi Reitor, criando a Imprensa Universitária. Fundou também a Universidade Estadual do Ceará - UECE em 1977 e a Universidade Regional do Cariri - URCA em 1986.	Livros		

						Membro do Conselho Nacional de Educação na década de 1960. Foi representante do Brasil na OEA no comitê Latino-Americano de Avaliação dos Sistemas de Bolsas de Estudos.			
<b>Eusébio de Souza</b>	1883 - Recife		Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1907)	Há cem anos: Fatos da Confederação do Equador no Ceará; História Militar do Ceará; Album do Jaguaribe; entre outros.	Instituto do Ceará	Jornalista. Juiz do Termo de Icó, entre outras cidades. Redator-chefe da Gazeta de Notícias. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará, primeiro secretário da mesma instituição. Dirigiu o Arquivo Público e o Museu Histórico.	Livros e Monografias	Possui uma rua com seu nome	
<b>F. Riopardense de Macedo</b>	1921 - Porto Alegre		Formado em Engenharia e Urbanismo pela UFRGS	Estudo Plástico da Vegetação; Espaços Urbanos; Porto Alegre, origem e crescimento; Porto Alegre, história e vida da cidade; entre outros.	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Historical Association, Londres. Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. Instituto Açoriano de Cultura.	Jornalista, Arquivista; Representante da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) e Brasileira de Imprensa (ABI); Realizou pesquisas em Évora e Lisboa, sobre Aspectos da História do Rio Grande do Sul, como convidado especial do Governo de Portugal.	Livros, artigos e projetos arquitetônicos e de artes plásticas	Salão Câmara Municipal de Porto Alegre/ 1957:Prêmio Gravura Premio Salão de Belas Artes do 1º Festival de Arte de Caxias do Sul XII Salão de Arte da Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa/ 1960:Medalha de Bronze e Prêmio Aquisição.	

								XXVII Salão Paranaense de Belas Artes – Curitiba/Paraná/1960 : Medalha de Bronze Salão Câmara Municipal de Porto Alegre / 1960:Prêmio em Gravura.	
<b>Guilherme Studart</b>	1856 - Fortaleza		Médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará. Ateneu Cearense, Ginásio Bahiano. Faculdade de Medicina da Bahia.	História do Ceará: a Família Castro; Seiscentas Datas a Crônica do Ceará na 2º Metade do Séc. XVIII; Notas para a História do Ceará na 2º Metade do Séc. XVIII; Datas e Fatos para a História do Ceará; Ceará Província; Pequeno Dicionário Biobibliográfico Cearense; entre outros.	Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará, Centro Médico Cearense, IHGB, Centro Literário, British Medical Association, Sociedade de Geografia de Paris, Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros.	Hospital de Caridade de Fortaleza. Sociedade Cearense Libertadora. Centro Abolicionista 25 de Dezembro, em 1883. Herdou do pai o título de vice-cônsul britânico no Ceará. Católico militante, dedicou-se à caridade e à filantropia. Como reconhecimento, o então bispo do Ceará, D. Joaquim Vieira, solicitou a outorga do título de barão da Santa Sé, concedido, em 1900, pelo Papa Leão XIII.	Livros e artigos	Título de barão da Santa Sé, concedido, em 1900, pelo Papa Leão XIII.	Filho de John William Studart, comerciante e primeiro vice-cônsul britânico no Ceará
<b>Des. Álvaro de Alencar</b>	1861 - Ceará		Professor, magistrado, dicionarista e historiador. Formado em ciências jurídicas e	Traços Biographicos do Bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães; Apontamentos para a notícia da comarca de Viçosa;	Academia Cearense de Letras	Promotor público em Quixeramobim e em Viçosa. Juiz municipal e de órfãos em Granja, Camocim e Palma, atual Coreaú. Juiz de	Livros		

			sociais pela Faculdade de Direito de Recife, em 1885.	Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Estado do Ceará; Memória Histórica do Ano de 1906.		direito da comarca da Palma e Granja. Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (1918). Jornais Iracema, Norte, Ceará Ilustrado e Comércio. Foi membro de muitas sociedades que militavam em favor da campanha abolicionista. Uma de suas obras, Traços Biographicos do Bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães, editada pela sociedade Ave Libertas, teve o propósito de arrecadar fundos para a causa da abolição da escravatura.			
<b>Hugo Victor</b>	1898 - Piauí		Liceu do Ceará; Faculdade de Direito do Ceará (1932)	Da questão Social; Campanha contra o Comunismo; O Liceu do Ceará; entre outros.	Instituto do Ceará. Sociedade de Geografia e História, entre outros.	Delegado auxiliar do Estado; Correios e Telégrafos. Atuou em jornais do Piauí e do Ceará.	Livros de história, poesias e teatro	Medalha de Prata comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República.	
<b>Djacir Menezes</b>	1907 - Ceará		Liceu do Ceará. Faculdade de Direito do Ceará e Faculdade de Direito da Universidade do Rio de	Evolução do pensamento literário no Brasil; Introdução à ciência do direito; A redescoberta das oligarquias; O outro Nordeste; Filosofia do direito, entre outros.	Membro do Instituto do Ceará	Professor de História das doutrinas economicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, posteriormente reitor da mesma universidade. Fundador e diretor	Livros de História, literatura e Filosofia.		

			Janeiro . Faculdade de Direito do Ceará, tornando- se professor dessa instituição.			do "Centro de Estudos Brasileiros" (Buenos Aires) e do "Centro Cultural Brasil- Bolívia" ( La Paz) . Instituto do Ceará e fundador da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceara.			
<b>Antonio Teodorico da Costa</b>	1828 - Ceará	Foi casado com Higina de Castro Costa (1832 - 1911), sobrinha do ex- senador Liberat o de Castro Carreira.	Graduou-se em farmácia pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro.	O Cometa de halley; O Eclipse Solar; Além das Fronteiras de Netuno; entre outros.		Deputado pelo Partido Liberal em 1864 até 1880. Vereador e mais tarde presidente da Camara Municipal de Fortaleza. Coronel comandante superior da Guarda Nacional, em 1868 Vice-presidente da província do Ceará (1882-83). Figura proeminente do movimento aboliconista e presidiu à sessão em que decretou a liberação dos escravos de Fortaleza.	Publicou artigos em jornais e revistas, entre elas a Revista da Academia Cearense de Letras e a Revista do Instituto do Ceará. Entre os assuntos mais abordados então a Astronomia, geografia e Agricultura.	Oficialato da Imperial Ordem da Rosa e, posteriormente, em 1882, recebeu a comenda da mesma ordem.	Pai farmaceutico, político e aboliconista. Também condecorado coma Ordem da Rosa. Um dos filhos se tornou farmaceutico e político e o outro engenheiro civil, professor e editor.
<b>Leonardo Mota</b>	1891 - Ceará		. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará (1916).	Cantadores; Violeiros do Norte, Sertão Alegre, No Tempo de Lampião, Prosa Vadia,	Membro da Academia Cearense de letras e do Instituto do Ceará	escritor, professor, ad vogado, promotor de justiça, secretário de governo, tabelião, jor nalista e historiador		Possui uma rua com seu nome no Ceará. Em sua terra natal, Pedra Branca, existe a <i>Biblioteca Municipal Leonardo</i>	

				Padaria Espiritual.				<i>Mota</i> em sua homenagem e um monumento na praça que também leva seu nome, em frente ao local onde era sua casa.	
<b>José Lino da Justa</b>	1863 - Ceará		Cursou Humanidades no Atheneu Cearense; graduou-se em medicina pela Faculdade da Bahia; fez também curso de farmacêutico.	Conselhos ao Povo. A Varíola e sua prophylaxia : vacinação e revacinação; Saneamento da Capital do Ceará; D. Pedro II e o Ceará; entre outros.	Club Academico Abolicionista a 24 de maio; Centro Literário de Fortaleza.	Gazeta da Tarde; Club Academico Abolicionista 24 de maio (Bahia). Jornal O Norte, de Fortaleza. Fundou o Diário do Ceará, com Justiniano de Serpa e Alvaro Mendes. Inspetoria de Higiene do Estado; Centro Literário de Fortaleza.	Artigos, relatórios, pareceres e discursos.		
<b>José Marcelo de Alcantara Pinto</b>	1914 - Ceará		Bcharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará.	Estrada de Ferro D. Pedro II e o Ramal de Vassouras – jornal Tribuna do Interior; Subsídios para a História da irmandade de N. Sra. da Conceição da cidade de Vassouras; Aspectos da escravatura em Vassouras; Asilo Barão do Amparo; Nota à Genealogia das Famílias Vassourenses.		Lecionou em diversas escolas no Ceará e na faculdade de Filosofia e Letras e de Medicina no RJ. Advogado nos auditórios do estado do Ceará (1937-50); aprovado em 1º lugar para juiz de direito do CE (1940); advogado do Departamento Nacional do SESI – Serviço Social da Indústria (1952-60); Procurador de 1ª Categoria da Confederação Nacional da Indústria	Artigos em jornais e revistas		

						(1961-73); advogado nos auditórios do Rio de Janeiro (1952); procurador de 1ª categoria Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (1955); advogado da Federação das Indústrias do RJ (1955-67); advogado do Centro Industrial do RJ (1955-67); Procurador-Chefe Estadual do IAPC, no RJ (1965); Assessor Jurídico do Conselho Nacional dos Desportos (1964-67), do Conselho Diretor do IAPC (1965-66). Redator dos jornais <i>O Noroeste</i> , do Ceará, e <i>Tribuna do Interior</i> , de Vassouras-RJ (1988-89). Secretário do Governador do estado do Ceará (1946-47). Publicou diversos artigos históricos em jornais de Fortaleza-CE e do RJ, na <i>Tribuna do Interior</i> e na revista do Instituto do Ceará.			
<b>Julio Cezar</b>	1850 - Ceará		Formado em Direito.		Centro Abolicionist	Trabalhando como Jornalista, fundou <i>O</i>	Artigos e poesias em jornais		Filho do Major Julio Cesar da

<b>da Fonseca Filho</b>					a 25 de Dezembro. Centro Republicano do Aracati. Instituto do Ceará. Sociedade Cearense de Geografia e História.	<i>Barrete Frígio</i> (1870) e <i>Jornal do Aracati</i> (1873). Foi Deputado Provincial e, depois, trabalhou como Secretário da Câmara.			Fonseca.
<b>João Hipólito C. de Oliveira</b>	1917- Ceará		Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará		Instituto do Ceará	Professor universitário. Como colaborador da <i>Revista do Instituto do Ceará</i> incumbiu-se de continuar o trabalho do Barão de Studart nas efemérides cearenses.			
<b>Manuel Albano Amora</b>									
<b>Gen. Tácito Teófilo</b>	1914 - Ceará		Colégio Militar do Ceará. Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro.	Tempos e Homens que Passaram à História	Academia de História Militar Terrestre do Brasil; Academia Militar das Agulhas Negras. Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Academia	Foi chefe do Estado Maior das Forças Armadas do governo Geisel (1977-78). Participou da Força Expedicionária Brasileira, entre outras funções na hierarquia do exército. Tradutor da <i>Military Review</i> , dos EUA.	Livros e artigos	Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha	

					Cearense de Letras. Instituto do Ceará.			do Mérito Santos Dumont; Bronze Star Medal e Army Comendation Medal (Estados Unidos); Medalhas do Equador, do Chile e da OEA.	
<b>J. Alencar Araripe</b>	<b>C.</b> 1921 - Ceará		Ciências Contábeis e Atuariais.	Luzes no túnel da memória, O mundo em três dimensões; Alencar, o padre rebelde; A glória de um pioneiro - a vida de Delmiro Gouveia; Barbara e a saga da heroína.		Jornalista, escritor, professor fundador do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Vereador e Prefeito Municipal Interino de Fortaleza. Revisor, repórter e diretor do jornal <i>O Povo</i> . Colaborador do <i>Diário o Nordeste</i> . Presidente da Associação Cearense de Imprensa e membro do Instituto do Ceará.		Ganhou o prêmio de literatura Cidade Fortaleza e o prêmio Capistrano de Abreu	
<b>João Brígido</b>	1829 – Espírito Santo	Amigo do Senador e historiador Thomás de Sousa Brasil, colaborando em seu jornal <i>O Cearense</i> .		Simplificação da Grammatica Portuguesa, Resumo chronologico para a história do Ceará, Miscelânea histórica, O Ceará - lado cômico, Ceará - Homens e fatos, Apontamentos para a história do Cariri.	Membro do IHGB, da Academia Cearense de Letras e do Instituto Cultural do Cariri.	Advogado, político, cronista, jornalista e historiador. Fundou e dirigiu <i>O Araripe</i> . Posteriormente colaborou em <i>O Cearense</i> . Professor de gramática e de latim no Liceu do Ceará (1861). Três anos depois se elegeu deputado provincial. Fundou	Escreveu sobre gramática e principalmente sobre a história do Ceará.	Possui rua com seu nome. O Paço Municipal de Fortaleza hoje tem o nome de Palácio João Brígido.	

						seu próprio jornal, <i>O Unitário</i> (1903), onde fazia oposição à oligarquia de Nogueira Accioli.			
<b>Luiz Sucupira</b>	1901 - Ceará		Colégio Colombo, Colégio Cearense dos Irmãos Maristas.		Academia de Ciências e Letras, Instituto do Ceará, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ação Universitária Católica do DF, Liga dos Professores Católicos do Ceará, Sindicato dos Jornalistas do Ceará. Congregação Mariana de São Cristóvão no RJ, União de Moços Católicos do Ceará, Associação Cearense de Imprensa (ACI)	Inspetor da Alfândega do Ceará. Jornalista, redator do periódico <i>O Nordeste</i> a partir de 1922. Tribunal de Contas da União, no RJ. Delegado do TCU em Pernambuco e Ceará (1923 e 1930). Chefe da delegação do Tribunal de Contas de Alagoas (1931). Passou a servir no gabinete do presidente da instituição, Agenor de Roure. Foi requisitado para trabalhar no gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1930-1934). Deputado mais votado na legenda da Liga Eleitoral Católica (LEC)(1933). Convocado a ocupar uma cadeira na Câmara em julho de			Filho de Carolino Sucupira e de Maria Edwiges Cavalcanti Sucupira. Descendia de duas tradicionais famílias nordestinas, os Fernandes Vieira e os Tristão Araripe. Foi casado com Maria Nilda Rabelo Sucupira, descendente do general Marcos Franco Rabelo, presidente do Ceará entre 1912 e 1916. Viúvo em 1965, contraiu segundas núpcias com Maria Núbia Rabelo Sucupira, irmã de sua primeira esposa.

						<p>1937. com o advento do Estado Novo perdeu seu mandato e deixou a vida política. Alfândega do RJ, Conselho Superior de Tarifa. Inspetor da Alfândega no Ceará. Secretaria de Fazenda do Ceará. Interventor federal no Ceará.</p> <p>Redator e diretor do <i>Nordeste</i>, de Fortaleza; redator-chefe do jornal <i>A União</i>, no RJ; redator-secretário da revista <i>A Ordem</i>, do RJ; diretor do jornal <i>O Estado</i>, de Recife, e do jornal <i>A Fortaleza</i>, além de diretor da revista <i>Vicentina</i>, de Fortaleza, e redator da <i>Agência Brasileira de Notícias</i>. Colaborou ainda nos órgãos <i>Nova Era</i> e <i>Imprensa</i>.</p>			
<b>Pedro Alberto de Oliveira*</b>									
<b>Julio Abreu</b>	1893 - Ceará		Colégio São José, Escola	Tradução da " <i>Revue Spirite</i> ", periódico	União Federativa	Secretaria da Agricultura (Bahia);		Possui rua com seu nome	

			Politécnica da Bahia.	francês publicado por Allan Kardec. Erros Doutrinários; Poeira da Estrada. Tradução de O Evangelho Segundo o Espiritismo, O Principiante Espírita e Profecias de Daniel e o Apocalipse. Colaborou ainda com diversos jornais e publicações espíritas.	Espírita Paulista; União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo.	Prefeitura Municipal; Estrada de Ferro Inglesa; Light-Serviços de Eletricidade (RJ); construção da usina hidroelétrica de Cubatão (SP); magistério; Secretaria da Agricultura (SP); Fundou a Édipo - Edições Populares e o jornal <i>Édipo</i> .			
<b>Raimundo Girão</b>	1900 - Ceará		Colégio Colombo e Liceu do Ceará. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.	História Econômica do Ceará; Pequena História do Ceará; A Abolição no Ceará; Evolução Histórica Cearense; Geografia Estética de Fortaleza; Matias Beck - fundador de Fortaleza; Municípios de Ceará e seus Distritos; Palestina, uma agulha e as saudades (memórias); História da Faculdade de Direito do Ceará; Famílias de Fortaleza (apontamentos genealógicos).	Instituto do Ceará. Rotary Club de Fortaleza. Academia Cearense de Letras. IHGB. Sociedade Cearense de Geografia e História, dentre outros.	Historiador, escritor e político. Prefeito de Fortaleza, ministro do Tribunal de Contas do Ceará e Secretário de Cultura do Ceará. Foi Livre Docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Presidente do Conselho Penitenciário do Ceará. Fundou e foi diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. Secretário Municipal de Urbanismo.	Livros, artigos e crônicas em jornais e revistas.	Eleito um dos vinte maiores cearenses de todos os tempos, lhe conferindo Placa de Prata. Medalha da Abolição; Medalha Barão de Studart; Medalha José de Alencar. A Biblioteca do Tribunal de Contas do Ceará passou a chamar-se Biblioteca Ministro Raimundo Girão. A Biblioteca do Centro de Estudos Aplicados da Universidade Estadual do Ceará passou a chamar-se Biblioteca Professor Raimundo Girão; Entre outras homenagens.	

<b>Fernando Câmara*</b>									
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

\*Foram elencados os intelectuais que escreveram artigos sobre a abolição para a *Revista do Instituto do Ceará*. Porém, sobre alguns deles não foi possível encontrar informações.

## ANEXO B - Informações sobre os filhos de Raimundo Girão

**Quadro 2: Informações sobre os filhos de Raimundo Girão**

<i>Nome</i>		<i>Profissão/Curso Superior</i>	<i>Onde estudou</i>	<i>Cargos</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Cônjuges</i>
Célio Girão	Brasil	Medicina	Faculdade de Ciências Médicas do RJ Residência em SP Especialização na Inglaterra e nos Eua Doutorado em Clínica Médica na UFC	Professor da Faculdade de Medicina da UFC Instituto de Apoio a Pacientes com Câncer Hospital Prontocardio	Falecido	Esposa formada em administração pela UNIFOR
Celina Girão	Brasil	-	-	-	-	Marido Securitário
Celita Girão	Brasil	-	-	-	-	Marido formado em Veterinária pela UECE. Funcionário público aposentado da Assembleia Legislativa do CE
Celmo Girão	Brasil	Projetista e construtor	-	Ex-funcionário da Prefeitura de Fortaleza	Aposentado	-
Celda Girão	Brasil	Professora	-	Ex-funcionária da UFC	Aposentada	-
Celne Girão	Brasil	Formada em Letras	Faculdade Católica de Filosofia	Ex-funcionária do Tribunal de Contas do CE	Aposentada	-
Cécio Girão	Brasil	Projetista e construtor	-	-	-	-
Celber Girão	Brasil	Odontologia	UFC	IPEC, INAMPS, Secretaria de Saúde do Ceará	Aposentado	-
Célvio Girão	Brasil	Engenheiro Agrônomo	UFC Especialização em Sevilla/	DNOCS, Secretaria de Recusros Hídricos	Aposentado	Esposa formada em Geografia e pedagogia

		Espanha e na UFPB	do CE		pela UECE Mestre e Dra em pedagogia pela Universidad del Pacifico - Paraguai
Celzir Girão	Brasil	Comerciante	-	-	Falecido

Informações retiradas do texto: “Raimundo Girão e a sua descendência”, um trabalho de Celda Brasil Girão. In: GIRÃO, Célvio Brasil (Org.). *Memória do sítio Passaré*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008, 401 p. Disponível também em [www.raimundogirao.com.br](http://www.raimundogirao.com.br), atualizado em 2015. Acesso em janeiro de 2018